



Mnemosine Revista

Volume 4, n. 2, jul/dez 2013

ISSN-2237-3217

DOSSIÊ

História e Gênero



Mnemosine Revista

Volume 4, n.2, jul/dez 2013

MNEMOSINE REVISTA. Programa de Pós-graduação em História/UFCG
Vol. 4 – nº 2 Jul/Dez 2013.
Campina Grande: PPGH, 2013.
Semestral.
ISSN: 2237-3217.
Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-graduação em História.

Programa de Pós-graduação em História
Endereço: Rua Aprígio Veloso, nº 882, Sala 107 – Bodocongó –
Campina Grande – Paraíba
BRASIL – CEP:58.429-140
Telefone: 2101-1495
E-mail: mnemosinerevista@gmail.com
Site: <http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/>

Equipe de Realização:

Edição de Texto: Alisson Pereira Silva
Arte: Lays Anorina Barbosa de Carvalho

Mnemosine Revista

Volume 4, n.2, jul/dez 2013

MNEMOSINE REVISTA

Número 2 - Volume 4 - Jul/Dez 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Reitor: Prof. Dr. José Edilson de Amorim

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Coordenadora Administrativa: Prof^a. Dr^a. Marinalva Vilar de Lima

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenadora: Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. João Marcos Leitão Santos - Editor

Prof^a. Michelly Pereira de Sousa Cordão

CONSELHO EDITORIAL

Alarcon Agra do Ó (UFCG)

Antônio Clarindo Barbosa de Souza (UFCG)

Elizabeth Christina de Andrade Lima (UFCG)

Gervácio Batista Aranha (UFCG)

Iranilson Buritide Oliveria (UFCG)

João Marcos Leitão Santos - Editor Chefe (UFCG)

Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

Keila Queirós (UFCG)

Luciano Mendonça de Lima (UFCG)

Maria Lucinete Fortunato (UFCG)

Marilda Aparecida de Menezes (UFCG)

Marinalva Vilar de Lima (UFCG)

Osmar Luiz da Silva Filho (UFCG)

Regina Coelli (UFCG)

Roberval da Silva Santiago (UFCG)

Rodrigo Ceballos (UFCG)

Rosilene Dias Montenegro (UFCG)

Severino Cabral Filho (UFCG)

Sumário

Apresentação

Latif Antonia Cassab _____ 05

DOSSIÊ HISTÓRIA E GÊNERO

A mulher e a política nas Revistas *Veja* e realidade: anos de 1967, 1994 e 2010

Elizabeth Christina de Andrade Lima _____ 07

As personagens femininas em Lygia Fagundes Telles: encontros e desencontros entre o eu e o mundo/ o eu e o outro

Elizabeth Pedrosa da Silva _____ 16

Mulheres "imorais", "arruaceiras" e "desordeiras": jogos discursivos da imprensa

Gilmária Salviano Ramos _____ 31

Imagem, representação e masculinidade: considerações sobre as capas da *G Magazine*

Fábio Ronaldo da Silva / Rosilene Dias Montenegro _____ 48

Identidades desviantes: do macro ao microcosmo

Alexey Dodsworth Magnavita de Carvalho _____ 65

A construção escolar da (in)diferença: a identidade homossexual diante da produção/reprodução do saber/poder sobre a sexualidade no ambiente da escola

Adriano de Sousa Barros _____ 84

A alimentação como um tema político das mulheres

Emma Siliprandi _____ 98

Nos caminhos do riso: possibilidades metodológicas para análise de charges publicadas durante a segunda onda dos feminismos no Brasil (1970)

Cíntia Lima Crescêncio _____ 110

ARTIGOS DE FLUXO

Os grupos étnicos e suas interações com o meio ambiente: a dimensão inventiva desta relação e impactos antropicos na natureza

Rozeane Albuquerque Lima / Cristian José Simões Costa _____ 120

Padres infratores: poder, religião e violência nas minas do ouro

Renato da Silva Dias _____ 137

Notas sobre a adequação brasileira ao ideário de nação capitalista moderna: industrialização, trabalho e estado

Darcon Sousa _____ 155

Apresentação

Existem momentos na vida onde a questão de saber, se pode-se pensar diferentemente do que se pensa e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir (Michel Foucault).

Nos últimos trinta anos, inúmeros foram os estudos e pesquisas relacionados a questões de gênero no Brasil. Os quais propiciaram maior compreensão acerca das interações humanas.

Indubitavelmente, a distribuição de poder entre homens e mulheres é desigual e, frequentemente, sua disputa ocorre de forma violenta. Ou seja, o conceito de gênero pode ser compreendido como uma relação de poder e dominação do homem sobre a mulher. Demonstrando que o papel masculino é consolidado historicamente e reforçado por modelos sociais – como a patriarcal. Essa dinâmica social culminou em relações violentas entre os sexos e demonstra que a submissão das mulheres não é algo espontâneo, mas sim, uma indução no processo de socialização das pessoas.

Associado aos movimentos feministas, os conhecimentos sobre as questões de gênero constroem e reconstróem a categoria em um evolver histórico, expressando como homens e mulheres se organizam socialmente, evidenciando como a parceria entre tais movimentos e a academia, através de diversos laços – *lato sensu* e *stricto sensu*, congressos, conferências, cursos entre outros – valida e valoriza as ações políticas empreendidas pelos movimentos, subsidiando-os teoricamente e, como também, em inúmeras situações, concedendo aos mesmos sua infraestrutura, possibilitando a integração entre ambas as instâncias.

Neste sentido, a Revista Ariús, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, representa importante agente difusor de conhecimentos pluralistas, apresentando a diversidade e a contribuição desses para os que militam – na perspectiva acadêmica e política – à frente das questões humanas e sociais.

Neste Dossiê a Revista oferece artigos que contemplam temáticas pertinentes às “Questões de Gênero”, em específico com temáticas referentes à sexualidade, relações de gênero, imprensa escrita, literatura e política pública, cujos autores detêm formação privilegiada, atuantes no âmbito acadêmico, a maioria em espaços públicos, como estudantes e pesquisadores. Em outras palavras, pessoas que se dedicam às temáticas privilegiadas neste Dossiê.

Destarte, este Dossiê apresenta, “A mulher e a política nas revistas *Veja* e *Realidade*: anos de 1967, 1994 e 2010”, problematizando a divulgação de pesquisas realizadas pelas supracitadas revistas, sobre a participação das mulheres na militância política brasileira. A autora apresenta um mapa histórico, “(...) da forma como a mídia apresentou a percepção da mulher sobre a política e quais as suas contribuições para a construção de uma visão atual sobre a relação mulher e política e a inserção da mulher nos espaços de poder.” embasada nas informações obtidas e interpretadas no percurso investigativo.

Em instigante estudo, “Imagem, representação e masculinidade: considerações sobre as capas da *G magazine*” problematiza a produção e reprodução da imagem do corpo viril do homem, suas posições corporais ou

expressões faciais, em seu vestuário e os impactos dessas imagens ao público-alvo da revista, ou seja, em específico, aos homossexuais.

Em outra perspectiva, o artigo, "A construção escolar da (in) diferença: a identidade homossexual diante da produção/reprodução do saber/poder sobre a sexualidade no ambiente da escola", aborda a questão da homossexualidade, discorrendo sobre o papel da escola na formação da sexualidade e a construção da identidade "(...) a partir de uma reflexão em torno dos sistemas simbólicos de representação construídos e disseminados nas práticas pedagógicas desta instituição."

"As personagens femininas em Lygia Fagundes Telles: encontros e desencontros entre o eu e o mundo / o eu e o outro" discorre sobre "(...) a narrativa da referida escritora, centrando a atenção nos contos *Pomba Enamorada* ou uma história de amor, *O Menino e Natal na Barca*, observando as formas de relacionamento das personagens consigo e com outro, a fim de analisar o fenômeno de construção da identidade na modernidade"

"Identidades desviantes: do macro ao microcosmo", apresenta uma reflexão sobre a necessidade que o ser humano tem em nomear, a partir de uma perspectiva essencialista, as

orientações sexuais. O autor desenvolve sua argumentação através dos questionamentos "por que eu sou o que eu sou?" substituindo-o pelo "como eu posso extrair prazer de minha própria existência?", embasado na teoria de Michel Foucault.

"Mulheres 'imorais', 'arruaceiras' e 'desordeiras': jogos discursivos da imprensa", apresenta os modos de condutas e comportamentos de mulheres denominadas e/ou classificadas como desviantes, pelo jornal *Diário da Borborema*. As informações são interpretadas à luz dos estudos de gênero e, como *locus*, a cidade de Campina Grande/Paraíba, nas décadas de 1960-1970.

Outro interessante artigo refere-se a "A alimentação como um tema político das mulheres", contextualizando-o através de um viés dos direitos humanos, do direito ao acesso à alimentação, em qualidade e quantidade, defendendo tal condição a partir da instituição de políticas públicas.

Nesse embaralhamento de estudos e pesquisas, em forma de artigos inter e multidisciplinares, convidamos os leitores ao sabor da leitura, com a certeza de estarmos contribuindo com a difusão e o debate sobre as "Questões de Gênero".

Latif Antonia Cassab

A MULHER E A POLÍTICA NAS REVISTAS VEJA E REALIDADE: ANOS DE 1967, 1994 E 2010

Elizabeth Christina de Andrade Lima
(UFMG)

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar os dados de uma pesquisa realizada pelas revistas Realidade e Veja nos anos de 1967, 1994 e 2010, em suas edições especiais: "A mulher brasileira hoje", "Especial Mulher: a grande mudança no Brasil" e "Edição Veja Especial Mulher: as herdeiras de uma revolução", respectivamente. Além da análise dos dados da pesquisa realizada pela Editora Abril e IBOPE Inteligência intitulada: "Projeto Mulheres Maio de 2010", com vistas a apresentar a visão e a participação das mulheres na vida política brasileira. Através dos referidos dados, pretendemos apresentar um traçado histórico da forma como a mídia apresentou a percepção da mulher sobre a política e quais as suas contribuições para a construção de uma visão atual sobre a relação mulher e política e a inserção da mulher nos espaços de poder.

Palavras-Chave: Mulher e Política;
Cultura e Política; Mulher

Abstract

This article aims to analyze the data from a survey conducted by magazines Realidade and Veja for the years 1967, 1994 and 2010 in their special editions: "The Brazilian woman today," "Special Women: the big change in Brazil" and "Veja Special edition Woman: the heirs of a revolution", respectively. Besides the analysis of data from research conducted by Editora Abril and IBOPE Intelligence

entitled "Women Project in May 2010", aiming to present the vision and participation of women in Brazilian politics. Through these data, we intend to present a track record of how the media presented the woman's perception of politics and what their contributions to the construction of a current view on the relationship between women and politics and the inclusion of women in positions of power.

Keywords: Women and Politics, Culture and Politics, Women

Introdução

No ano de 1967 a Revista Realidade, em sua edição do mês de janeiro, Ano I, Número 10, realizou uma pesquisa com 1.200 mulheres, em todo o Brasil, de diferentes idades, grau de instrução e classe social, buscando saber delas opiniões sobre diversificados temas, desde a concepção sobre direitos entre homens e mulheres, grau de satisfação pessoal, até a visão e participação dessas mulheres na vida política.

A referida revista, da Editora Abril, e dirigida por Roberto Civita, foi intitulada "Edição Especial A Mulher Brasileira, Hoje", com uma tiragem de 475.000 exemplares. Tal revista saiu de circulação no ano de 1976, e em seu lugar, surge a Revista Veja. O que chama atenção na presente edição, além da pesquisa realizada, é que ela foi censurada pela Ditadura Militar e retirada das bancas através do juiz de menores Artur de Oliveira Costa que mandou apreender a edição por nela estar contida a foto de uma mulher dando a luz em um parto normal.

É interessante destacar esse acontecimento para demonstrarmos um pouco os valores vigentes na década de 60, num país sob o regime de ditadura militar e censura das liberdades individuais. A publicação de tal foto gerou a época, um verdadeiro escândalo, um exemplo de forte atentado ao pudor, à moral e aos bons costumes, o que demonstra os valores e a opressão vivida na sociedade e particularmente pelas mulheres brasileiras nesta época.

São visíveis as transformações pelas quais vem passando as mulheres nos últimos anos, seja do ponto de vista da atuação na vida pública, principalmente com a inserção da mulher na educação e no mercado de trabalho, seja pela recomposição dos direitos no espaço privado, onde homens e mulheres negociam e redefinem, todo o tempo, as atividades e atribuições de esposa, esposo, mãe, pai, amante e cuidador da casa e dos filhos; é pensando nessas transformações ao longo das décadas que se seguiram aos anos 60, que tomamos como dados de campo para nosso artigo a publicação de duas outras edições da revista da Editora Abril, a Revista Veja, em duas edições especiais, uma, de agosto/setembro de 1994, ano 27, intitulada: "Veja Especial Mulher: A Grande Mudança no Brasil" e outra, de Junho de 2010, Ano 43 - Veja 2166, com o título "Edição Veja Especial Mulher: As Herdeiras de uma Revolução. Tomamos também como base de dados a pesquisa realizada pela Editora Abril e IBOPE Inteligência intitulada: "Projeto

Mulheres Maio de 2010", com o objetivo de analisar as transformações no que diz respeito as visões e participação da mulher na vida política do país.

Revista Realidade: "A mulher brasileira, hoje"

A Revista Realidade chegou às bancas em abril de 1966, no terceiro ano de regime militar no Brasil, e sob o governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. A Revista foi, desde o seu surgimento, destinada a um público leitor de classe média, à elite nacional, que frequenta as universidades e participa dos grandes debates nacionais, principalmente construindo e formando opinião. As reportagens longas e o texto cuidadosamente escrito contribuíram para fazer da Revista Realidade um marco na imprensa brasileira e revelam o interesse estratégico da revista em dialogar com um público capaz de compreender e repercutir tal expressão de um jornalismo inovador; tais características imprimem a revista à fama de ser uma publicação revolucionária, ousada e livre dos ditames e cerceamentos da censura imposta pelo regime autoritário.

No entanto, sobre este suposto caráter revolucionário pondera Letícia Moraes (2007, p. 17) que a Revista Realidade

sempre cuidou para manter relação amistosa com os governos militares, à frente da Presidência da República desde abril de 1964, ao publicar constantemente perfis de presidentes e ministros ao lado de reportagens sobre temas tão diversos quanto a fome no

Nordeste brasileiro e a sexualidade na juventude.

A Revista Realidade, em sua edição especial, no ano de 1967, além da pesquisa realizada, que logo abaixo passamos a analisar, produziu matérias que para a época, poderiam perfeitamente serem classificadas como ousadas e corajosas pois trouxeram para o leitor temas como o parto normal, inclusive com fotos sobre o mesmo; sobre os "mistérios" do corpo da mulher e suas diferenças em relação ao corpo do homem; sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho exercendo o cargo de chefia; a opção da mulher em permanecer solteira e a questão do desquite e como a mulher encara tal experiência etc.

No que diz respeito especialmente à questão política e principalmente sobre a visão das mulheres entrevistadas sobre este tema¹ a Revista Realidade elaborou e aplicou junto às mulheres as seguintes questões:

→ **A senhora vota?** E a partir das respostas obtidas construiu-se o seguinte comentário:

Todas as entrevistadas eram maiores de 18 anos, mas apenas dois terços delas são eleitoras. Como se podia esperar, os maiores índices de mulheres que votam estão as de formação universitária (92%) e as ricas (85%). Duas surpresas: as solteiras (73%) votam mais que as casadas (69%) e as mulheres do interior (76%) mais que as das capitais (64%). (Realidade, 1967, p. 21)

Ao que tudo indica, pelos resultados obtidos na pesquisa, o ato de votar,² de participar da vida política de seu País, não é prioridade entre todas as mulheres. E de fato, a cultura política da época, marcada não só pela autoritarismo e pelo regime de ditadura militar, mas pelo patriarcalismo e dominação e autoridade masculina, destina ao homem, em grande medida, a função de cuidar dos assuntos do espaço público e da política. O comentarista da pesquisa afirma ser uma surpresa as mulheres solteiras serem as que mais comparecem às eleições para votar e não as casadas, no entanto, aos olhos de hoje, isso seria absolutamente plausível, pois as mulheres solteiras estariam mais livres da dominação e mando de seus maridos a definir-lhes o que fazer e igualmente mais livres para tomarem as suas próprias iniciativas e decisões.

→ **A aparência dos candidatos influencia o seu voto?**

Que os feios não se preocupem: apenas 19% das mulheres dizem dar importância ao aspecto físico dos candidatos. Nesta pergunta, muito mais do que nas outras, há quase unanimidade entre todos os tipos de entrevistadas. Apenas as ricas escapam da média geral, pois somente 7% delas dão importância à **beleza** do futuro deputado, governador ou presidente. (Realidade, 1967, p. 23)

Para entender melhor o nível de desinteresse com a construção da imagem, basta observarmos que nas décadas de 50, 60 e até mesmo a de 70, a política era construída

¹ As outras questões foram agrupadas em: a mulher e os homens; a mulher e os parentes; a mulher e a religião; a mulher e o dinheiro; a mulher, os esportes e as diversões; a mulher e a moral; a mulher e seus ideais.

² Para maiores informações sobre o voto consultar: NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

³ Para saber mais sobre a crise do discurso e a ascensão da imagem consultar: COURTINE, Jean-Jacques. Os Deslizamentos do Espetáculo Político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.) **Discurso e Mídia** – a cultura do espetáculo. São Carlos: Clara Luz, 2003. p. 21-34.

principalmente pela capacidade oratória de seus representantes. O talento para o convencimento, via discurso, para conquistar o eleitor, era o que contava; as falas muitas vezes inflamadas e emocionadas valiam muito mais do que a beleza plástica e a visibilidade³. É só em fins das décadas de 80 e seguintes, que a imagem passa a ocupar o lugar do discurso e entra em crise o discurso para dar lugar à imposição da imagem⁴.

→ **A senhora gostaria que seu marido fosse político?**

Não, é a resposta de 79% das entrevistadas. E as que não gostariam são 88% das ricas, 84% da classe média e 74% entre as pobres. O maior índice de candidatas à posição de mulher de político apareceu entre as analfabetas: 41%. (Realidade, 1967, p. 23)

A idéia da política como carreira profissional é uma invenção recente; nas décadas de 50, 60 e 70, e em pleno auge da ditadura militar, ser político era muito mais associado ao dedicar-se à nação e ao seu povo, era pensado quase como uma atitude e ação altruísta, boa parte das eleições, em plena ditadura, se davam de forma indireta, o povo assistia a disputa eleitoral pelas notícias que chegavam através dos meios de comunicação, talvez por isso, a práxis política fosse algo tão distante da realidade da maioria do povo brasileiro.

→ **Se o Brasil fosse governado por mulheres, iria melhorar?**

Apesar de todos os pesares, 77% das mulheres pensam que como está – os homens no poder – está muito bom. Mas parece que, com o passar do tempo, a autoconfiança aumenta: enquanto apenas 19% das moças achariam melhor um governo de mulheres, 27% das senhoras de idade o escolheriam. (Realidade, 1967, p. 21)

Aqui observa-se nitidamente a resistência e dúvidas quanto a capacidade e/ou prioridade da mulher em exercer um cargo público. Ora, numa sociedade, como já afirmado acima, marcada pelo autoritarismo e dominação do homem na ocupação do espaço público, como imaginar uma mulher, que socializada para ser esposa, mãe e dona do lar, tenha pretensões à vida pública? Tal coisa era muito provavelmente, algo que sequer era cogitado. Quem diria que há exatos 43 anos depois duas mulheres concorreriam à Presidência do Brasil e com reais chances de vitória! Prova mais do que suficiente para demonstrar o caráter dinâmico da cultura.

→ **A senhora acha que vivemos numa democracia?**

Aqui as entrevistas se dividem em duas partes iguais: 53% acham que sim; 45% disseram não; 2% não quiseram opinar. De lado do sim estiveram as pobres (59%), as de meia idade (58%), as analfabetas (69%), as casadas (58%) e as católicas (55%). Com o não ficaram as ricas (63%), as jovens (50%), as de nível universitário (68%),

⁴ O conceito de imposição da imagem é proposto por GOMES, Wilson em seu livro: **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

as solteiras (53%) e as sem religião (74%). (Realidade, 1967, p. 23)

As entrevistadas demonstraram com suas respostas, particularmente a questão sobre a democracia, um destacado grau de consciência política, pois como defender a coexistência da democracia num regime autoritário e de cerceamento das liberdades individuais e coletivas? Ficou igualmente claro que cidadania e seus direitos, se conquistam no dia-a-dia, na luta incessante por uma sociedade justa e igualitária.

→ **A senhora confia nos homens que dirigem a nação?**

Novamente, as opiniões quase se equilibram: 51% confiam, 48% não confiam e 1% não respondeu. Há um crédito de confiança ligeiramente maior entre as mulheres de classe média (53%), as de meia idade (58%), as casadas (56%) e as católicas (52%). E a desconfiança aumenta entre as ricas (54%), as jovens (56%), as de formação universitária (62%), e as sem religião (67%). (Realidade, 1967, p. 23)

No conjunto de respostas dadas pelas entrevistadas merece destaque à coragem em responder negativamente o grau de confiança nos militares que assumiram o poder de Estado. Numa cultura marcada pela perseguição política, por toda sorte de atrocidades para com aqueles que se voltassem contra o regime militar, assumir-se como desconfiadas ou descontentes com os seus "comandantes" é, no mínimo, uma atitude ousadamente corajosa.

→ **A senhora tem medo do comunismo?**

72% das mulheres brasileiras têm medo do comunismo. Paradoxalmente, as que mais o temem são as pobres (75%) e as analfabetas (81%). Entre as católicas (73%), a preocupação é maior do que entre as protestantes (67%). E quanto maior o nível educacional, menor o medo: apenas 41% das com curso universitário estão assustadas com o comunismo, comparadas com 67% das com curso colegial e 76% das com curso primário. (Realidade, 1967, p. 23)

O discurso em torno do medo do comunismo foi uma das grandes armas discursivas do regime militar. Por isso, criou-se uma visão extremamente deturpada sobre o significado do sistema comunista e seus desdobramentos na sociedade brasileira. Muitas, a partir dessa visão deturpada, criaram um verdadeiro pavor do comunismo e dos comunistas. Daí a grande expressão de mulheres tementes ao comunismo.

Revista veja - "mulher: a grande mudança no brasil"

No ano de 1994, 27 anos depois do lançamento da pesquisa da Revista Realidade, a Revista Veja, lança uma edição especial, buscando refazer vinte das 110 perguntas originais e para tanto, contrata o mesmo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, INESE. Desta feita, foram ouvidas "607 mulheres das classes A/B/C/D em nove cidades com mais de 100 000 habitantes em todo o país". (Revista Veja, 1994, p. 101). Dentre as perguntas realizadas e respostas recebidas, destacam-se:

→ **Se o Brasil fosse governado por mulheres, iria melhorar?**

Sim, sustenta 55% do eleitorado feminino, refletindo o descrédito da classe política predominantemente masculina (Revista Veja, 1994, p. 102)

O que se depreende da resposta das mulheres é que ao contrário de 1967, quando 77% delas afirmaram estar satisfeitas com o governo dos homens, agora já cansadas de assistir a vida política, quase exclusivamente, através das lentes dos homens, começam a reinvidicar uma participação mais efetiva da representação feminina e talvez essa mudança no imaginário coletivo, tenha permitido a inserção da mulher na vida pública e nos espaços de poder. A mulher ganhou em autonomia, independência e direito para ocupar todos os espaços do social.

→ **A senhora gostaria que seu marido fosse candidato?**

Não, confirmaram 90% das entrevistadas. Por classe social a tendência se inverte: são as mulheres da classe mais baixa (91%) as que menos querem maridos na política.

A tendência de uma certa visão negativa da política permanece no imaginário coletivo; No ano de 1994 o número de mulheres aumenta para 90%, em 1967, este percentual era de 79%; isto é, o que se depreende é uma forte visão de que a práxis política não é algo desejável para a carreira dos maridos. O ano de 1994 é marcado

pela proximidade da segunda eleição direta para Presidência da República, no entanto, os anos que antecedem essa eleição são marcados pelo governo Collor, seguido pelo mandato "tampão" de seu vice, Itamar Franco e uma total descrença no futuro político do país enlameado pela corrupção, injustiça e desigualdade social.

→ **A senhora acha que vivemos numa democracia?**

Não, respondem 51% das entrevistadas, às vésperas da segunda eleição direta consecutiva para presidente. (Revista Veja, 1994, p.103)

A corajosa resposta das mulheres tanto em 1967, quanto em 1994, ao afirmarem que não vivemos numa democracia plena, 45% e 51%, respectivamente, trazem à tona a análise de que não é suficiente um regime democrático onde verdadeiramente as liberdades e direitos dos cidadãos não são respeitados; onde o eleitor não se sinta totalmente livre para exercer o seu direito ao voto e veja-se representado e protegido por um estado que o trate com total igualdade em comparação com todos os outros cidadãos, indistintamente.

Revista Veja – “as herdeiras de uma revolução”

No ano de 2010 a Editora Abril novamente encomenda uma nova pesquisa, desta feita ao IBOPE Inteligência, para realizar uma nova comparação entre as três pesquisas nos anos de 1967, 1994 e 2010. Foram

entrevistadas 1.000 mulheres, das classes A/B/C, com idade a partir de 18 anos e moradoras de 10 cidades metropolitanas brasileiras.

O objetivo principal da presente pesquisa foi criar um perfil da mulher brasileira e dentre os variados temas trabalhados, destacamos o tema política, e sobre esse tema, foram feitas as seguintes perguntas às mulheres:

→ **Seria melhor se o Brasil fosse governado por mulheres?**

1967	1994	2010
77%	55%	56%
NÃO	SIM	SIM

(Revista Veja, 2010, p. 72)

Nas três pesquisas realizadas observa-se que a aceitação da mulher em relação a sua inserção na vida pública vem, mesmo que paulatinamente, mudando para uma otimização, com tal visão se justifica as fortes candidaturas de Dilma Rousseff e Marina Silva nas atuais Eleições Presidenciais. O que era uma destacada resistência em 1967, passa a ter uma grande aceitação em 2010. Este é um claro sinal da chamada "revolução feminina".

→ **Gostaria que o marido/companheiro fosse político?**

1967	1994	2010
79%	90%	91%
NÃO	NÃO	NÃO

(Revista Veja, 2010, p.72)

No que diz respeito ao desejo de ver o marido atuando na vida política a rejeição só aumentou ao longo das décadas. A visão negativa da política foi uma constante entre as mulheres entrevistadas. Infelizmente a prática política e os recentes exemplos de nossa história política, eivados de práticas de corrupção, favorecimentos, impunidade e práticas de condutas vedadas, tem sido um fardo e desfavorável conjunto de elementos a servir para as mulheres terem uma visão tão negativa da política.

→ **Vivemos numa democracia?**

1967	1994	2010
53%	51%	36%
SIM	NÃO	NÃO

(Revista Veja, 2010, p.72)

Apesar de todas as crises políticas vividas pela nossa ainda jovem República, a visão e a crença sobre a democracia vem sendo, ao longo dos anos, revista e positivada, ao modo de apenas 36% das mulheres não defenderem que vivemos numa democracia. As eleições diretas para todos os cargos eletivos em nosso país, a solidez e defesa das instituições

democráticas, o direito a livre expressão, o direito de votar e ser votado e tantas outras conquistas, ao longo da história política do Brasil, certamente ajudaram a que as mulheres mudassem a sua percepção sobre a democracia; mesmo com todos os seus problemas, a defesa da democracia ainda é uma bandeira de luta da maioria da população brasileira.

Considerações finais

Não foi nosso objetivo nesse artigo fazer uma discussão crítica sobre a parcialidade das matérias e/ou pesquisas produzidas pelas revistas Realidade e Veja, nosso intento, assumindo inclusive essa parcialidade, foi tão somente nos utilizarmos das pesquisas realizadas sobre alguns aspectos da política do ponto de vista das mulheres.

Observamos o caráter vanguardista dessas mulheres, a superação e contundente embate no rompimento de valores altamente preconceituosos presentes no imaginário coletivo e praticados na

cultura e sociedade brasileiras tais como: a idéia de que a mulher não sabe votar; que não tem a mínima consciência política; que não se interessa por política; que é submissa ao homem, inclusive no saber político; que não tem capacidade de assumir cargos eletivos e que, principalmente, as próprias mulheres não acreditariam no potencial e capacidade da própria mulher.

As referidas pesquisas ajudaram a romper com essas visões nos apresentando um novo perfil dessas mulheres: conscientes, astutas, espertas e principalmente, corajosas em se posicionar, defendendo sem medos, o seu pensamento e opinião, seja sob o regime da ditadura militar, seja na abertura política.

Dito isto, podemos afirmar que a emancipação da mulher se deu não apenas no campo da sexualidade ou do mercado de trabalho, mas também no campo da política, revendo valores e ressignificando o seu lugar no mundo, no fazer político e no se colocar no mundo da política.

Referências

LIVROS:

COURTINE, Jean-Jacques. Os Deslizamentos do Espetáculo Político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.) **Discurso e Mídia** – a cultura do espetáculo. São Carlos: Clara Luz, 2003. p. 21-34.

GOMES, Wilson em seu livro: **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

Memórias Revista

Volume 4, n.2, jul/dez 2013

MORAES, Letícia Nunes de. **Leituras da Revista 1966-1968**. São Paulo: Alameda, 2007.

NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

REVISTAS:

Realidade – Edição Especial, Janeiro 1967. Ano I, Número 10, Editora Abril.

Veja – Edição Especial, Agosto/Setembro de 1994. Ano 27, Editora Abril.

Veja – Edição especial, Junho de 2010, Ano 43, VEJA 2166, Editora Abril.

AS PERSONAGENS FEMININAS EM LYGIA FAGUNDES TELLES: ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE O EU E O MUNDO/ O EU E O OUTRO

Elizabeth Pedrosa da Silva (UFCG)

Resumo

A escritora contemporânea Lygia Fagundes Telles (1923) vem construindo uma obra singular, caracterizada por um estilo marcado pela criação de climas envolventes, muitas vezes trágicos e mórbidos, no qual as personagens, sobretudo femininas, vivenciam dramas existenciais. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo principal discutir a narrativa da referida escritora, centrando a atenção nos contos *Pomba Enamorada ou uma história de amor*, *O Menino* e *Natal na Barca*, observando as formas de relacionamento das personagens consigo e com outro, a fim de analisar o fenômeno de construção da identidade na modernidade. Para tanto, recorreremos às contribuições teóricas de Holmfeldt (1988) e Moisés (1979, 2001) a fim de discutirmos o perfil dos contos produzidos nas décadas de 60 e 70, Giddens (2002) e Hall (1999) no que diz respeito à construção da identidade na contemporaneidade, bem como outros estudiosos no que se refere às especificidades estéticas da autora em estudo.

Palavras-chave: Conto, Personagens-femininas, Identidade.

Abstract

The contemporary writer Lygia Fagundes Telles (1923) has built a unique work, characterized by a style marked by the creation of compelling climates, often tragic and morbid, in which the characters, especially women, experience existential dramas. In this context, this paper aims to discuss the main narrative

of this writer, focusing attention on the *Pomba Enamorada ou uma história de amor*, *O Menino* e *Natal na Barca*, observing the forms of relationship with you and the other characters, the to analyze the phenomenon of identity construction in modern times. For this purpose, we use the theoretical contributions of Holmfeldt (1988) and Moisés (1979, 2001) to discuss the profile of the stories produced in the 60's and 70's, Giddens (2002) and Hall (1999) regarding the construction of identity in contemporary as well as other scholars with regard to the specific aesthetic of the author study.

Keywords: Story, Characters, Women, Identity.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo principal fomentar discussão sobre a narrativa de Lygia Fagundes Telles, levando em consideração sua contemporaneidade e a de seus temas, para isso selecionamos três contos de sua vasta antologia: *Pomba Enamorada ou uma história de amor*, *O Menino* e *Natal na Barca*. O foco de nossa investigação nestes contos recai sobre as personagens femininas, nas quais observamos suas formas de relacionamento consigo mesmo e com o OUTRO, com os eventos do seu mundo interno e externo, para analisar o fenômeno de construção da identidade na modernidade. Para tanto, consideramos o discurso das personagens, os detalhes de seus gestos, a simbologia inserida na trama, enfim, as miudezas da linguagem e a estruturação narrativa.

As figuras centrais dos textos de Lygia Fagundes Telles são quase sempre femininas, o que revela a

atenção que a escritora dispensa ao universo da mulher. Salta aos olhos dos leitores a quantidade de mulheres que nos espera ao longo dos seus contos e romances: Virginia, Raíza, Marfa, Patrícia, Lorena, Lião, Ana Clara, Leontina, Luisiana são alguns exemplos, em meio a tantas outras mulheres sem nomes mencionados.

Assim, a obra da escritora se constrói numa abordagem que olha antes de tudo a mulher, dispondo, como num quebra cabeças, as diversas facetas que compõem o interior feminino. Os contos e romances de Lygia, ambientados em atmosferas densas e carregadas, cheiram a feminino; a autora transpõe-nos para um mundo cruzado de percepções e desejos próprios da mulher: desde o desejo de vida tranqüila alcançada com o casamento, até o desejo de auto-afirmação da condição feminina, de independência e quase auto-suficiência.

Sabendo como poucos investigar a subjetividade e trafegar pelas sutilezas das emoções, Lygia faz da linguagem um instrumento preciso para a tradução de estados interiores do ser humano em suas nuances mais delicadas. Seus personagens vão se desvendando aos poucos, até o instante em que deparamos com o que há neles de mais essencial e verdadeiro.

Falar de seres humanos implica tratar sobre conquistas, mas também sobre mazelas. A este respeito concordam Moisés (2001) e Holmfeldt (1988) quando afirmam que Lygia Fagundes Telles cultua a "arte do desencontro", como expressa no título de uma de suas

obras. O cotidiano oferece-lhe a situação, o objeto ou a personagem, que revela destinos malogrados, a incomunicabilidade dos seres, a ambigüidade das relações, o absurdo. Suas personagens estão sempre em conflito, não se entendem nunca, são desencontradas de si e do mundo.

Estas personagens de Lygia estão, basicamente, em busca de respostas que dêem sentido à vida: Como interagir da melhor forma com o mundo externo? Como conciliar as necessidades do "eu" e os papéis que a sociedade nos força a viver? São perguntas que nascem nas entrelinhas da obra da autora, atravessam seus contos e romances e ficam remoendo na cabeça de nós leitores. Definitivamente, sua literatura, não é literatura de evasão. É de mergulho e de reconhecimento nos outros e do próximo. Ou em nós e de nós.

Envolvidas em seus dramas, as personagens vivem uma imensa "solidão interior (por vezes inconsciente) profundamente trágica, pois se revela de natureza ontológica... portanto irremediável", conforme Nelly Novaes Coelho (apud HOLHFELDT 1988, p.121). Estas criaturas já nascem condenadas à solidão, que é uma parte constitutiva do ser humano, criando-se, porém, uma tensão, na medida em que nós leitores e elas próprias têm certa consciência de que o homem não é um ser que subsista isolado dos outros. Por isso o drama que oprime suas personagens solitárias que enfrentam a oposição acompanhada de quem se vê incapaz de assumir sua consciência como um projeto de vida.

Neste contexto, consideramos que um texto literário é fruto de uma sensibilidade imaginativa, lírica e subjetiva e que além de proporcionar prazer ao leitor, pode muitas vezes constituir-se como objeto de estudo/leitura/compreensão do sujeito e de seu comportamento no espaço cultural em que habita. A literatura, neste ínterim, possui um caráter eminentemente discursivo.

Sob esse prisma, este trabalho constitui-se como um espaço de análise do fenômeno da crise de identidade do sujeito contemporâneo, a partir da reflexão acerca do comportamento feminino diante da conduta masculina, diante do amor (ou ausência dele) e até mesmo diante de si. Universos no qual se baseia grande parte da literatura lygiana, espaço propício para dialogarmos com Stuart Hall, compreendendo que vivenciamos, na contemporaneidade, a quebra da tríade unidade - identidade - totalidade, uma vez que sujeito e objeto não devem ser compreendidos de maneira isolada, de forma dicotômica, mas interagindo-se integralmente.

É o que destaca também a Psicanálise freudiana, a identidade passa a ser vista como território desabitado: quando nos referimos ao EU, aludimos inevitavelmente ao OUTRO. Sendo assim, como as realidades são múltiplas e diferenciadas, as identidades também são, o que acarreta, na pós-modernidade, a crise de identidade pela qual passamos, enquanto sujeitos sociáveis que vivem em um mundo "globalizado" que rompe fronteiras, e ao invés de homogeneizar, heterogeneiza,

diferencia e, por muitas vezes, exclui.

É neste cenário, que encontramos as protagonistas dos contos aqui estudados. Como elas são? O que fazem? Quais os seus nomes? Como são estabelecidas suas relações? A busca pelas respostas para estes questionamentos corresponde à matéria dos próximos tópicos.

1 PERFIS FEMININOS E UNIVERSALISMO: A DISCUSSÃO SOBRE IDENTIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

1.1. O (des) enredo do conto *Pomba Enamorada* ou *uma história de amor*¹

Uma jovem se apaixona por um rapaz e mesmo não sendo correspondida, leva ao extremo sua persistência doentia na espera por conquistar definitivamente o seu amor. Este, um enredo ironicamente típico da fase Romântica da Literatura, é o eixo gerador de uma trama pós-moderna, contada na quarta edição (2005) do livro "Oito Contos de Amor", da paulista Lygia Fagundes Telles. O título deste conto e de outros da autora, como por exemplo, *O menino*, *Venha ver o pôr-do-sol* e *Natal na Barca*, apontam para uma atmosfera idealista, harmônica, mas na realidade abordam a desarmonia, crise, sobretudo vivenciada pelas personagens femininas.

Do título ao final do texto, uma sucessão de passagens e elementos simbólicos permitem ao leitor desvendar uma protagonista que anula sua identidade em nome

¹ A expressão (des) enredo tomamos de empréstimo de Guimarães Rosa que escreveu um conto chamado "Desenredo", pertencente à obra Tutanéia - Terceiras Estórias (1967), nele encontramos a história de Jó Joaquim e suas desilusões amorosas.

de um amor impossível, visto que ela não é correspondida. A figura central do conto, como já dito, é uma mulher. Mas uma mulher sem nome mencionado, o primeiro indício que nos encaminha a perceber a crise de identidade vivida pela personagem, que segundo Stuart Hall é um efeito da constante mudança do mundo contemporâneo. "As identidades modernas estão sendo 'descentradas', isto é, deslocadas ou fragmentadas". (HALL, 1999, p.8). Sobre ela se sabe apenas de sua simplicidade: jovem, ajudante de cabeleireiro, tem uma falha no dente da frente e um dia, durante um baile em que é coroada Princesa da Primavera, apaixona-se irremediavelmente. Ficamos conhecendo-a como "Pomba Enamorada" (P.E.), e assim, simbólica e metaforicamente, ela se apresenta e se traduz: uma pomba, um animalzinho pacífico e passivo, incapaz de fazer mal, sujeito à domesticação:

"Assinou Pomba Enamorada, mas na hora de mandar as cartas, rasgou as eróticas, foram só as outras. Ainda durante esse período começou pra ele um suéter de tricô verde, linha dupla (...) e duas vezes pediu ao Rôni que lhe telefonasse disfarçando a voz, como se fosse o locutor do programa Intimidade no ar, pra avisar que em tal e tal horário a Pomba Enamorada tinha lhe dedicado um bolero especial" (TELLES, 2005, p. 26/27).

Quando não Pomba Enamorada, a protagonista apresenta-se como "a Princesa do Baile", aliás, como também passam a chamá-la seus amigos, uma referência que denota carência de outros atributos, de outras

conquistas ou realizações. Na verdade é como se aquele tivesse sido o dia mais importante de sua vida. Primeiro, por ter sido coroada princesa no Baile da primavera. Segundo, por ter conhecido Antenor.

De acordo com o saber coletivo, concebemos princesa como uma figura de beleza incomparável, nobre, rica e irresistível, pois desperta sempre o amor. Entretanto, a princesa Iyghiana não corresponde a essas características, ao menos no que diz respeito às últimas qualidades aventadas, como podemos ver a seguir: (...) "de pernas bambas abriu-lhe os braços e o sorriso meio de lado para esconder a falha no canino esquerdo que prometeu a si mesma arrumar no dentista do Rôni, o Doutor Élcio, isso se subisse de ajudante para cabeleireira" (...). (TELLES, op.cit., p.24).

Se nos contos de fada, a princesa, mesmo depois de muitos percalços, será feliz para sempre com seu príncipe encantado, a "princesa" do conto moderno em análise está fadada a amar para sempre, incondicionalmente, um homem que não a ama, nem tão pouco a respeita ou considera:

Encontrou-o pela primeira vez quando foi coroada princesa no Baile da Primavera e (...), pensou: acho que vou amar ele pra sempre. (TELLES, op.cit., p.24). Disse que era a princesa do baile, riu quando negou ter ligado outras vezes e convidou-o pra ver um filme nacional. (Idem, p.26). Não podia namorar com ninguém, estava comprometido, se um dia me der na telha, EU MESMO TELEFONO, certo? Ela que espere, porra. (p.26). Seria melhor que ela tivesse morrido porque assim parava de encher o saco, Antenor teria dito quando

recebeu o bilhete que picou em mil pedaços (...) (TELLES, op.cit. p.30).

De acordo com Stuart Hall (1999, p.11), "a identidade é formada na 'interação' entre o eu e a sociedade", o núcleo interior do sujeito não é autônomo e auto-suficiente, mas formado na relação com outras pessoas importantes para ele. É o que temos na personagem do conto, o amor incondicional por Antenor comandando toda sua conduta, determinando seu modo de agir e pensar, não importando o fato de a relação ser malograda e frustrante. Antenor também não possui características nobres, heróicas. Ao contrário, através de suas atitudes, podemos considerá-lo um homem rude e malandro. A linguagem desse personagem incorpora palavrões, palavras e expressões grosseiras e coloquiais, num tom áspero, que conota sua indiferença aos apelos da princesa.

A Pomba Enamorada não desiste de tentar entender-se com seu príncipe (às avessas), mesmo depois de uma série de humilhações, continua fechando os olhos para realidade e mais uma vez aventura-se: "pediu à dona do salão que lhe fizesse o penteado da Catherine Deneuve que foi capa do último número de Vidas Secretas (...)" (TELLES, 2005, p.28). Com esta passagem confirmamos novamente a falta de personalidade, de criatividade da protagonista. Ela imita o penteado de uma atriz, alguém tão distante de sua realidade e mais uma vez dialogamos com Hall (1999, p. 12), quando afirma:

Projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo

tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "partes de nós", contribuindo para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural.

Por si só, deixando para trás seus valores, de olhos vendados para realidade, com uma identidade em evidente processo de contradição, a "princesa" jamais chega a alcançar seu objetivo principal. Recorre então a Santos da Igreja Católica e a Centros Espíritas ao mesmo tempo, reza novenas, age de acordo com o que dita o horóscopo, envia presentes para o amado, dorme com um galinho de arruda no travesseiro, tenta feitiços e acredita nas cartas do baralho. Este é o retrato da alienação da personagem, não sendo agente de seu próprio destino, apela para mitos de ordens diversas. Este fato também aponta para a miscelânea de crenças e rituais presentes nas práticas culturais dos sujeitos.

A partir da leitura do conto observamos além da crise de identidade, o fenômeno de inadaptação vivido pela protagonista que insiste numa realidade que a renega todo o tempo. O conto inteiro representa um percurso inverso ao da narrativa clássica, elementos metafóricos encaminham-nos à percepção de um mundo real contraposto ao ideal, onde prevalece a artificialidade das relações, baseadas no ter em detrimento do ser. O tradicional versus o moderno. Uma "heroína" que provoca o próprio destronamento.

A figura masculina mais uma vez representada como o avesso da figura feminina. Ele, sempre firme,

senhor de suas decisões, insensível. Ela dispersa, tenta suicídio, constitui família com outro homem (ou seja, não rompe com o "destino" /determinação de mulher), envelhece, mas não amadurece, continuando a alimentar ilusões infundadas.

Assim é a narrativa de Lygia Fagundes Telles, como já dizia Massaud Moisés, recheada de um realismo que se diria de uma testemunha apaixonada, a detectar os traços mais distintivos de sua contemporaneidade.

Sobre a questão da identidade, compreendemos que é algo realmente formado ao longo do tempo através de processos inconscientes, na relação com o outro e com o mundo. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo" sempre "sendo formada". O sujeito pós-moderno, que vive a realidade das rápidas transformações do mundo, está e estará sempre tendente a passar pelas crises de identidade. A ficção literária será sempre palco para retratar esse acontecimento.

Na contemporaneidade não há como pensar na identidade, mas, sim, em reflexos identificatórios. A este respeito passemos para a leitura do conto *O menino* no qual nos deparamos com uma personagem cuja identidade caracteriza-se não pela unidade, mas pela duplicidade.

1.2. A Santa e a Dama: uma mulher

Uma aparente atmosfera de harmonia é verificada do título até as primeiras linhas do conto *O Menino*, de Lygia Fagundes Telles, presente na coletânea *Venha ver o pôr-do-sol*

e *outros contos* (1998). Uma história que de início tem todos os ingredientes para a composição de uma trama idealizadora, retrato do amor e da cumplicidade entre um filho e sua mãe, aborda um tema bastante complexo e recorrente nas obras lygianas: a desagregação familiar, neste caso, fruto da traição.

Segundo Pellegrini (1994), a narrativa brasileira contemporânea é palco de uma temática mais urbana, e nesse espaço, ainda permanece a noção de família, mas questionada e colocada em xeque pela solidão, pela ansiedade e angústia relacionada a todos os problemas existenciais. O conto que agora analisamos é o cenário propício para validarmos esta opinião da estudiosa, visto que a imagem de uma família de classe média unida e feliz, em realidade, é só a máscara encobridora de uma situação de adultério, esfacelamento e decadência.

Como ocorre em outros contos de Lygia Fagundes Telles, neste, os personagens principais também não têm nome. São "o menino" (o filho), "a mãe" e "o pai", indício de lugar-comum, ou seja, vivem uma situação que poderia ser a de qualquer família: certo dia um filho sai pra passear com sua mãe e flagra-lhe com um amante. No entanto, mais do que lugar comum, a ausência de nome conota crise de identidade, sobretudo do filho, que descobre um relacionamento extraconjugal da mãe. Como já dito, a traição, que por sua vez provoca a desagregação familiar, é um tema bem recorrente nas obras de Lygia, a exemplo de *Ciranda de Pedra* (1954), seu primeiro romance, em que Laura trai Natércio e abandona-o juntamente

com duas de suas filhas para viver com seu amado Daniel. Diferente desta situação, em que a mulher assume sua nova condição e sai de casa, responsabilizando-se por todas as conseqüências, a protagonista de *O Menino* não abandona o casamento, permanecendo com a família, embora fuja ao comportamento exigido convencionalmente a uma mulher casada.

A leitura atenta dos contos lygianos encaminha-nos à percepção de um mundo narrativo em que quase não há paisagens e nem acontecimentos, é o símbolo da redução espacial de quase todas as ficções da autora. Coronado (1987) afirma que "uma boa quantidade dos personagens de Lygia Fagundes Telles vive seu presente, o tempo do discurso narrativo em recintos reduzidos" (p.49). "Recintos frequentemente fechados, "entre quatro paredes", em que a possível ressonância de Sartre não tira originalidade e força de expressão a uma vivência e a uma visão da condição humana vibrantemente pessoal" (p.49).

A análise dos espaços no conto *O Menino* é fundamental para examinarmos as identidades da personagem feminina. Neste, coabitam dois lugares principais: a casa e o cinema. Este é o "outro - lugar", representação da quebra do interdito, espaço de realização dos desejos. Neste espaço, os personagens não vivem segundo o comportamento que a sociedade espera. Assim, a mulher "casada" não se reconhece esposa e quebra a ordem familiar. Ela é a diferença, é a

ruptura do espaço doméstico. A mulher vive a sua liberdade sexual:

a mão pequena e branca, muito branca, deslizou pelo braço da poltrona e pousou devagarinho nos joelhos do homem que acabara de chegar. O menino continuou olhando, imóvel. Pasmado. Por que a mãe fazia aquilo?! Por que a mãe fazia aquilo?!...

Ficou olhando sem nenhum pensamento, sem nenhum gesto. Foi então que as mãos grandes e morenas do homem tomaram avidamente a mão pequena e branca. Apertaram-na com tanta força que pareciam querer esmagá-la. (TELLES, 1998, p.75)

Por sua vez a casa é o lugar ideal, símbolo do casulo protetor, o espaço da esposa carinhosa e da mãe dedicada, que retém a admiração do filho:

sentou-se num tamborete, fincou os cotovelos nos joelhos, apoiou o queixo nas mãos e ficou olhando para a mãe." "Através do espelho, olhou para o menino. Ele sorriu também, era linda, linda, linda!

Em todo o bairro não havia uma moça linda assim." "_ Ela inclinou-se para beijá-lo. _ Você é um nenenzinho, ouviu bem?É o meu nenenzinho."(TELLES, op.cit. p.70).

_ Então, meu amor, lendo o seu jornalzinho? _ perguntou ela, beijando o homem na face. _ Mas a luz não está muito fraca? (TELLES, 1998, p.78).

Em outra ocasião, a mulher mostra-se defensora da moral e dos bons costumes, repreendendo o filho que infantilmente age em desacordo:

_ Posso te contar uma anedota, mãe? Posso?

_ Se for anedota limpa, pode.

_ Não é limpa não.

_ Então não quero saber.

_ Mas por que, pô!?

_ Eu já disse que não quero que você diga pô (TELLES, op.cit., p.71)

E assim, de forma dúbia, a protagonista segue sua vida. Se num determinado momento, num determinado espaço, trai o marido, fere os sentimentos do filho, corrompendo a instituição familiar, em outra circunstância, acarinha e cuida, voltando à casa, à ordem e conduta preestabelecida. Presenciamos a simbologia de espaços, comportamentos e discursos diversificados. Não há um discurso ou uma única postura.

É facilmente perceptível que Lygia Fagundes Telles cultua a "arte do desencontro", seus personagens estão sempre em conflito consigo mesmos, com a realidade exterior, ou resumindo, com o OUTRO. Hohlfeldt (1988, p.120) para tratar este conflito cita José Paulo Paes, quando o mesmo afirma que os personagens lygianos "se debatem entre o desejo de afirmar a própria autenticidade e a impossibilidade de fazê-lo no contexto familiar ou social a que se sentem irremediavelmente presas", essa é a realidade da protagonista do conto que agora analisamos, o perfil de uma mulher cuja identidade é pelo menos dupla: mãe/amante; moralista/infiel; de casa/ de rua; Santa/Dama.

Assim como Virgínia de "Ciranda de Pedra", o *Menino* do conto em estudo sofre profundamente ao presenciar sua mãe relacionando-se intimamente com outro homem que não seu pai...

"o menino estremeceu. Sentiu o coração bater descompassado, bater como só batera naquele dia na fazenda, quando teve de correr como

louco, perseguido de perto por um touro. O susto ressecou-lhe a boca." (TELLES, op.cit., p.76). (...) ele não queria, não queria ouvir! - o ciciar delicado dos dois num diálogo entre os dentes (p. 76). Fechou os olhos para prender as lágrimas. Envolveu o pai num apertado abraço (p.78).

O sofrimento do menino decorre não pela possibilidade de dissolução de sua família, mas em decorrência do esfacelamento da imagem idealizada que ele tinha da mãe: "Através do espelho, olhou para o menino. Ele sorriu também, era linda, linda, linda! Em todo o bairro não havia uma moça linda assim" (TELLES, 1998, p. 70).

O encantamento do menino pela mãe deixa (re) velar uma relação edipiana, conforme destaca Chevalier e Gheerbrant (2002, p. 356): fixação amorosa no progenitor do sexo oposto e pela agressividade hostil em relação ao do mesmo sexo, o qual é preciso destruir para atingir sua própria maturidade.

Esta relação pode ser observada no trecho abaixo:

Na rua ele andava pisando forte, o queixo erguido, os olhos acessos. Tão bom sair de mãos dadas com a mãe. Melhor ainda quando o pai não ia junto porque assim ficava sendo o cavalheiro dela. Quando crescesse haveria de casar com uma moça igual. (TELLES, op.cit., p. 71).

Desmorona todo o orgulho que o menino sentia pela mãe até a hora em que chegaram ao cinema. Achava-a melhor que a mãe de todos os seus colegas, as quais se enquadram na figura da "mãe do lar", presa ao espaço doméstico e às responsabilidades com os filhos e o marido: "E lembrou-se deliciado que

a mãe de Júlio era grandalhona e sem graça, sempre de chinelo e consertando meia.” (p. 72). Haveria de ser como a própria mãe a mulher que um dia chegasse a casar. Inesperadamente depara-se com uma realidade inaceitável, nega-se a ouvir a conversa dos amantes e desaba ao encontrar o pai em casa, tão passivo, feio e bom. No entanto, o menino cala, sofre, mas não fala no assunto, refletindo o problema crucial e mais generalizado dos personagens de Lygia: certa incapacidade de comunicação e a conseqüente tendência a fechar-se, a isolar-se, de acordo com Coronado (1987). Mais do que tentar prender as lágrimas diante do pai ou tentar esquecer, negar a realidade agora existente, o ato do menino fechando os olhos é um gesto deste isolamento, um gesto polissêmico de insegurança e de estranhamento, tão evidente em tantos personagens da autora.

Este ato revela também o fim da rivalidade entre filho e pai. “Fechou os olhos para prender as lágrimas. Envolveu o pai num apertado abraço.” (TELLES, op.cit., p. 78).

O foco de nossa investigação neste trabalho recai sobre a identidade feminina dos personagens lygianos. O conto *O Menino* é um dos poucos da autora em que figura um protagonista masculino. É de comum acordo entre os críticos, que a mesma dispensa uma atenção especial ao universo da mulher. No entanto, Lygia vai muito além da personagem feminina: através dela, permite ao leitor, uma reflexão sobre a condição humana. Rastrear a identidade da protagonista do conto só tornou-se possível graças a

análise de seu comportamento, e, sobretudo, seus relacionamentos consigo mesma e com os outros. Se outrora afirmamos que a protagonista do conto *Pomba enamorada ou uma história de amor* vive presa ao ideal de mulher e de amor presente nas histórias clássicas e nas telenovelas, neste conto encontramos uma mulher com duas identidades: no recôndito do lar uma mãe e esposa carinhosa, fora de casa, uma adúltera.

Toda essa trajetória vivenciada pelo menino na relação com a mãe: encantamento – desilusão diante da traição – solidarização com o pai encontra-se marcada pela simbologia do toque das mãos. No início da narrativa o menino fica feliz ao sair de mãos dadas com a mãe; no cinema ele presencia a mãe e o amante se tocarem (... a mão pequena e branca, muito branca deslizou pelo braço da poltrona e pousou devagarinho nos joelhos do homem. (...) que as mãos grandes e morenas do homem tomaram avidamente a mão pequena e branca.); de volta para casa ele não aceita mais que a mãe pegue na sua mão (...) o nenenzinho cresceu? cresceu? (...) não anda mais de mão dada ? (...); e ao chegar em casa procura as mãos do pai. (p. 78).

O entrelaçamento das mãos simboliza ligação, união. Assim, ao rejeitar andar de mãos dadas com a mãe, o filho revela o rompimento do vínculo com a mesma e estabelece um novo vínculo, agora com o pai.

Transeuntes de espaços distintos, as personagens principais do conto (mãe, filho e pai) também apresentam formas de pensar e de

agir diversas, algumas vezes contraditórias, dependendo do lugar que ocupam na relação. Esta característica que representa uma marca das relações entre as personagens de Lygia Fagundes Telles, pode ser melhor observada no conto *Natal na Barca* focado a seguir.

1.3. Entre mulheres: encontros, desencontros, aprendizagens...

Natal na Barca é mais um conto de Lygia Fagundes Telles que vem explorar as nuances da vida humana. Vida de duas mulheres que vão aos poucos se revelando, aos poucos dando a conhecer suas histórias de tristezas, alegrias, medos, e, sobretudo, esperança.

O enredo, aparentemente simples, iniciado por um título que conota harmonia, deixa intervir uma série de elementos que corroboram para uma reflexão mais apurada acerca do universo feminino. Numa barca, em plenas comemorações das festas natalinas, encontram-se quatro pessoas a velejar num rio: um velho, duas mulheres e uma criança. A trama se desenvolve a partir da conversa dessas duas mulheres, sendo que uma delas é a mãe da criança, a outra, a narradora.

A barca adquire um significado essencial neste conto. Ela pode ser tomada como uma referência ao isolamento e à exclusão de certos grupos sociais, dentre eles velhos, mulheres e crianças. No início do texto, a narradora salienta:

Não quero nem devo lembrar aqui por que me encontrava naquela barca. Só sei que em redor tudo era silêncio e treva. E que me sentia bem naquela solidão. Na embarcação

desconfortável, tosca, apenas quatro passageiros. Uma lanterna nos iluminava com sua luz vacilante: um velho, uma mulher com uma criança e eu. (TELLES, 1998, p.20)

Nesse fragmento, a narradora procura esquecer as razões que a levaram àquela barca, ou seja, ela busca ignorar os reais motivos que a induziram à sua segregação. Essa tentativa de apagar de sua memória o passado está vinculada à imagem negativa do meio onde se encontra. Essa idéia é assegurada no instante em que ela afirma que, em seu redor, "tudo era silêncio e treva".

Segundo Lucena (2006), em Lygia tem-se três configurações de lembrança e esquecimento: há personagens que querem esquecer, mas não conseguem, e que lembram a contragosto; há aqueles que gostariam de lembrar, mas não conseguem; e, por fim, existem personagens que lembram nostalgicamente. Em resumo, são personagens que alegam esquecer parte do passado; dizem não conseguir recordar e, por último, relembram o vivido com saudosismo. Esta instância da lembrança saudosista é perfeitamente exemplificável por uma das mulheres do conto, quando se lembra de um filho que morreu:

O meu primeiro morreu o ano passado. Subiu no muro, estava brincando de mágico quando de repente avisou, vou voar! A queda não foi muito grande, o muro não era alto, mas caiu de tal jeito... Tinha pouco mais de quatro anos. (...)

— E, noutro tom, *inclinando a cabeça para o ombro*: — Era um menino tão bonzinho, tão alegre. Tinha verdadeira mania com mágicas. (grifos nossos, TELLES, op.cit., p.22).

Assim, o conto *Natal na Barca* carrega um sentimento trágico de vida, de solidão, retraimento e melancolia. Mesmo que o passado signifique "matéria" de recuo, para a narradora, algo que deve ser esquecido, este esquecimento não triunfa sobre a memória e acaba revelando as mulheres, descobrindo-as, isso porque, embora encobertos, os fatos surgem e as desmascaram, tudo devido aos laços humanos, impossíveis de serem rompidos. Deste modo, confirmamos a declaração de Monteiro (1980) a respeito de as personagens lygianas viverem imersas na temporalidade. Para ele, elas não se livram da memória, do passado, das coisas antigas que se entranham no presente, do ontem que está no hoje e da "impossibilidade de fazer parar a roda do tempo e começar tudo de novo" (p.103).

O conto *Natal na Barca* traz à tona elementos que definem a exclusão das mulheres e também dos velhos e das crianças, grupos sociais muitas vezes marginalizados pela sociedade patriarcal. A narradora caracteriza a referida embarcação como "desconfortável" e "tosca". Essa caracterização remete a idéia de que a vida da mulher era relativamente desprestigiada em qualquer instância social.

A sociedade ocidental tem mostrado um grande preconceito em relação à mulher. Por muitos séculos, a figura feminina não tem sido devidamente valorizada por suas capacidades. Ela foi vista por um longo tempo exclusivamente como geradora e não enquanto sujeito capaz de desempenhar outras

funções. No conto em estudo, uma mulher carrega consigo o seu filho, enquanto o marido a troca por outra mulher. Essa relação remonta certas estruturas familiares definidas pela ideologia patriarcal: à mulher cabe a tarefa de cuidar e educar os filhos.

A figura central de mulher sugerida por Lygia Fagundes Telles neste conto é aquela que precisa satisfazer uma série de atividades concernentes à sua vida doméstica e também profissional. Ao mesmo tempo em que ela é uma mãe compromissada com tarefas que visam ao bem-estar dos filhos, ela também é "professora". Portanto, a mulher mantém uma dupla jornada de trabalho: embora tenha um emprego como forma de garantir o seu sustento, realiza serviços de casa, o que não é muito comum ao homem.

É esta mesma mulher, um exemplo de força e superação, pois se de início a concebemos nas palavras da própria narradora, como uma mulher "jovem e pálida", encoberta por um "manto escuro", que "dava-lhe o aspecto de uma figura antiga", como a simbolizar sua nulidade, seu apagamento diante do mundo, em seguida compartilhamos de uma história de vida de muitas lutas, esperança e fé. Seu filho mais velho morre tragicamente, seu marido abandona-a logo após este momento tão difícil, e ainda assim esta mulher segue a vida em frente com muita dignidade, sem demonstrar qualquer revolta.

É necessário atentarmos para o fato de a personagem mudar de espaço para poder continuar sua vida. Embora ela não tente um desvencilhamento com o passado,

visto que recorda os fatos com naturalidade, ela muda de casa, deixando para trás o lar onde viveu com o filho e o marido, ou seja, ocorre "o estranhamento entre o ser e o espaço e a busca desesperada por lugares de conforto, de novas moradas" (GUIMARÃES, 2006, p.12), em decorrência das ininterruptas transições pelas quais passa o ser humano enquanto vivente.

De acordo com Coronado (1987), Lygia insiste no caráter de distanciamento psico-espacial como protetor contra as misérias da existência, que vistas de perto, obrigariam a um comprometimento. É esse medo de envolvimento com o OUTRO que acomete a narradora do conto. Vem à tona um traço característico da modernidade, o individualismo, que nem sempre pode sobressair os "tais laços humanos". A mulher queria ficar só, sem piedade, mas depois do primeiro contato, tornara-se impossível não continuar a conversa, não se solidarizar com a história da companheira, afinal, "estavam todos num mesmo barco". O diálogo flui, e as indagações constantes inserem no espaço hostil do presente um tempo marcado pela humanidade e pelo amor. Não podíamos deixar de mencionar o pavor da narradora ao imaginar a criança morta no colo da mãe e posteriormente, sua alegria e paz ao descobrir que o menino estava apenas dormindo.

As mulheres sempre tiveram seus limites definidos por uma sociedade patriarcal, no entanto, elas continuamente lutaram para fazer a sua história. Em certa altura do conto a narradora sugere a forma como elas eram tratadas frente à

sociedade. Pode-se inferir que elas eram vistas com indiferença e descaso: "Ali estávamos os quatro, silenciosos como mortos num antigo barco deslizando na escuridão. Contudo, estávamos vivos" (TELLES, 1998, p.20). Se a barca for tomada enquanto uma referência à exclusão e às limitações impostas a certos grupos, então, pode-se dizer que as mulheres sempre foram resistentes às pressões sociais. Isso porque a figura feminina, de uma forma ou de outra, sempre esteve presente nos rumos da sociedade, embora suas ações tenham sido ocultadas. Foram justamente essas pequenas reações que ganharam impulso e fizeram com que elas fossem conquistando espaço na sociedade.

Conforme o título do conto, o Natal se passa na barca. O Natal é a festa da família, a barca é o cotidiano em que transita a figura feminina. Portanto, a figura da mulher é ressaltada como elemento importante na relação familiar.

Mais uma vez Lygia Fagundes Telles possibilita-nos refletir sobre as identidades da mulher através de sua narrativa, aqui a ausência dos nomes das personagens ressalta este caráter universal dos sujeitos representados. Não se trata da história de uma mulher em particular, mas de todas aquelas que durante séculos foram marginalizadas.

O rio representa o fluxo da vida daquelas pessoas, correndo sempre em frente, sobretudo daquelas mulheres que se (re)velam. Este rio de água verde e quente pela manhã vem simbolizar esta vitalidade e a esperança, pois descobrimos uma

mulher feliz apesar dos percalços da vida e uma outra que embora silencie diante da vida e do Outro, em determinado momento mostra-se humana, solidária com a condição social da Outra: "Debrucei-me na grade da barca e respirei penosamente: era como se estivesse mergulhada até o pescoço naquela água. Senti que a mulher se agitou atrás de mim." (p. 24)

Assim sendo, o título *Natal na Barca* pode ser lido como símbolo dessa "travessia" da indiferença, do medo, da morte/ vida porque passam todas as personagens femininas em que se enquadram perfeitamente as palavras do mestre Guimarães Rosa, isto é: "Mire, veja: o mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas _ mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam". (Grande Sertão: Veredas, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conto brasileiro contemporâneo apresenta-se diversificado, multimodo, seja do ponto de vista formal, seja do temático. Este, praticado nos últimos decênios do século xx carrega as tendências da modernidade: discursos fragmentados, técnicas de montagem inspiradas no cinema, a visão surreal, a intromissão do grotesco como fator de crítica ao poder, a tendência ao estilo coloquial.

Na produção literária de Lygia Fagundes Telles predominam os livros de contos sobre os romances. A narrativa curta é a estrutura que melhor se adapta à sua visão de mundo, pois impondo-lhe a concisão

da forma e da matéria presta-se convenientemente ao propósito de oscilar entre o realista e o "literário", entre o documental e o imaginário, permitindo-lhe a notação intimista de acentos simbólicos e, não raro, fantásticos, enquanto o romance atenua o impacto da minúcia em favor da idéia de conjunto.

Neste trabalho, discutindo as formas utilizadas pela escritora Lygia Fagundes Telles para representar a(s) identidade(s) assumida(s) pelas personagens femininas, corroboramos a idéia de Stuart Hall (1999), de que na modernidade não podemos falar de identidade como um aspecto acabado, mas falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não da plenitude dos indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é preenchida a partir do nosso exterior.

Nos três contos estudados, *Pomba Enamorada ou uma história de amor*, *O Menino* e *Natal na Barca*, deparamo-nos com a representação de mulheres em ativo processo de (re)construção da(s) identidades(s) na interação com o(s) OUTRO(S) ou com o mundo exterior.

A protagonista de *Pomba Enamorada ou uma história de amor* reflete claramente uma inadaptação à realidade, é evidente que o relacionamento amoroso insatisfatório é decorrência de uma "não-identidade", de uma crise de reconhecimento de sua própria condição.

No segundo conto, *O Menino*, encontramos o perfil de uma mulher cuja identidade caracteriza-se pela duplicidade: mãe/amante; moralista/infel; de casa/ de rua.

Uma mulher com o discurso totalmente avesso ao comportamento, mas que não se mostra em crise com sua opção de vida adúltera.

Por fim, em *Natal na Barca* há o encontro entre duas mulheres, que através do diálogo permitem ser descobertas, expõem seus dramas, seus medos e evidenciam que a identidade é construída a partir das experiências de vida, como o casamento, a maternidade, a profissão, a condição na sociedade. Temos nesse conto bem representada uma mulher forte, uma mãe que se desdobra entre os cuidados com o filho, com a casa, e ainda provém o sustento da família

com dignidade, embora tenha passado por problemas complexos como o abandono do marido e a morte de um filho. A outra mulher, narradora do conto, é humana e solidária, embora no início da trama revele certa necessidade de isolamento.

Deste modo, vimos que Lygia Fagundes Telles, mesmo sem nomear os personagens femininos dos três contos estudados, apreende e traduz a essência da alma da mulher, constituindo-se o texto literário como objeto de estudo/leitura/compreensão do sujeito e do seu comportamento no espaço cultural em que habita.

Referências

CHEVALIER, Jean e GHEEBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)**. 17 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

CORONADO, Guillermo de La Cruz. Lygia e a condição humana. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, n.1, p.37-59, mar.1987.

FREUD, Sigmund. **Obras completas: edição Standard brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GUIMARÃES, Kalina Naro. **Três cantos da melancolia em Lygia Fagundes Telles: indicações críticas e ensino**. 142 p. João Pessoa, 2006. (Dissertação na Área de Linguagem e Ensino; Linha de Pesquisa: Literatura e Ensino; Curso de Pós - graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva et al. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOHLFELDT, Antônio Carlos. **Conto Brasileiro Contemporâneo**. 2 ed. Revista e atualizada. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

[http://portalliteral.terra.com.br/ligia-fagundes-telles/bio-](http://portalliteral.terra.com.br/ligia-fagundes-telles/bio-biblio/cronologia/cronologia.Shtml?)

[biblio/cronologia/cronologia.Shtml?](http://portalliteral.terra.com.br/ligia-fagundes-telles/bio-biblio/cronologia/cronologia.Shtml?) Biobiblio. Acesso em: 18 out.2010.

LUCENA, Suênio Campos de. **A memória em Lygia Fagundes Telles.** In: Suplemento Cultural Augusto, Jornal da Paraíba, p. 7, 8 de Jan. 2006.

MOISÉS, Massaud. **A Criação Literária: Prosa.** 9 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

_____. **História da Literatura Brasileira** v.3. 5 ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

MONTEIRO, Leonardo et al. **Literatura comentada: Lygia Fagundes Telles.** São Paulo: Abril Educação, 1980.

PELLEGRINI, Tânia. **A narrativa Brasileira Contemporânea: Emergência do pós-Modernismo.** Revista Letras. Campinas, PUCCAMP, 13(1/2), p. 48-59, dez, 1994.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas.** 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

TELLES, Lygia Fagundes. **Ciranda de Pedra.** (1954) 31. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. **Oito Contos de Amor.** 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.

_____. **Venha ver o Pôr-do-sol e outros contos.** 16 ed. São Paulo: Ática, 1998.

MULHERES "IMORAIS", "ARRUACEIRAS" E "DESORDEIRAS": JOGOS DISCURSIVOS DA IMPRENSA¹

Gilmária Salviano Ramos

RESUMO

Neste artigo faço uma incursão pelos estudos de gênero, tendo como *locus* espacial, a cidade de Campina Grande/Paraíba, nas décadas de 1960-1970. Busco analisar modos de condutas e comportamentos de mulheres nomeados e/ou classificados como desviantes pelo jornal *Diário da Borborema*. Reconstituir imagens sobre mulheres que através de suas atitudes (re)significaram formas de percepção acerca de como deviam se portar ou agir naquela sociedade. Demonstrar um entrelaçamento de práticas consideradas desviantes; mulheres que não operacionalizam os princípios moralizantes tecidos pelos discursos jurídicos, noticiados pelo referido jornal.

Palavras-chave: Mulheres. Relações de Gênero. Discursos. Imprensa.

ABSTRACT

On this article I make a foray into the gender studies having as a spatial locus the city of Campina Grande/Paraíba during the decades of 1960-1970. I aim to analyze the modes of conduct and behavior of women named and/or adverted as deviant by the news paper *Diário da Borborema*. I seek also to reconstruct images about women who through their attitudes (re) signified forms of perception around of how they were supposed to behave or act in that society. I intend to demonstrate an interlacement of practices seen as deviants; women who did not behaved through the moralizing principles weaved

by the legal discourse, reported by the referred news paper.

Keywords: Women. Genre Relations. Discourse. Press.

Introdução

Regina Moreira,² a "desordeira", Sebastiana Freire da Silva,³ vulgo "maxixe arruaceiro" e, deste cenário de epítetos também faziam parte as "strip-teases" Maria Bezerra⁴ e Odete Silva.⁵ Num jogo discursivo entre estigmas e estereótipos não podia faltar Da Luz, "muié macha" que ao ser detida "encontrava-se praticando desordens estando em visível estado de embriaguês, e, armada com uma tesoura e um canivete, ameaçando todos (...), dizendo aos berros que era muié macho".⁶ Talvez, a primeira vista podem parecer nomes comuns, nomes que já não dizem nada. Todavia aquelas mulheres tiveram suas vidas marcadas pela singularidade, pelo estranhamento, pela alteridade.⁷ Isto por que os seus nomes foram inscritos nas páginas de um jornal campinense em virtude de algumas intrigas e tramas em que estiveram envolvidas.

Trata-se de mulheres "ordinárias", mulheres sem "qualidade", "anônimas", ou simplesmente personagens femininas que não operacionalizavam os preceitos normativos, imputados pelo discurso moralizante da época, o qual dispensava às mulheres, atitudes de discrição, "comportamentos castos, puros e maternais" (Cavalcanti, 2000:45). Aqueles nomes registrados pelo jornal, iguais às tantas Marias, parecem prescindir de um lugar comum, talvez, sem notoriedade,

¹ Artigo faz parte do trabalho de final de curso intitulado, "Assustadoras histórias de mulheres: um inventário de imagens e discursos na imprensa (Paraíba, 1960/1970)". Monografia. Universidade Federal de Campina Grande/UFCG. Paraíba, 2006.

² *Diário da Borborema*. Campina Grande, 12 de novembro de 1967, nº 3328, p.5.

³ *DB*, Campina Grande, 11 de maio de 1968, nº 3472, p.5.

⁴ *DB*, 22 de maio de 1968, nº 3481, p.5.

⁵ *DB*, 21 de junho de 1968, nº 3505, p.5.

⁶ *Cf. DB*, 1 de setembro de 1966, nº 2729, p.5.

⁷ Estou parafraseando François Dosse ao tratar sobre a pesquisa histórica. O autor afirma que "o sujeito histórico só se conhece como tal pela alteração que lhe causa o encontro com diversas formas da alteridade". DOSSE, François. Michel de Certeau e a história: entre o dizer e o fazer. In: *História e Ciências sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 198.

suas vidas, ao contrário, tiveram momentos de “verdadeiros” espetáculos.

Espectáculos que só foram possíveis em razão de seus encontros com o poder⁸, primeiro com autoridades, como o escrivão Matos da polícia, o cabo José Henrique, o sargento Abelardo e, finalmente, foi necessário que um feixe de luz, ao menos por um instante, as viesse iluminar, isto é, imortalizá-las para sempre através do *metier* de contar histórias. “Luz essa que lhes vem do exterior. Aquilo que as arranca à noite em que elas poderiam, e talvez devesse sempre, ter ficado, é o encontro com o poder: sem este choque, é indubitável que nenhuma palavra teria ficado para lembrar o seu fugidio trajecto” (Foucault, 1994:97). Luz e ação! São os focos das lentes da imprensa jogando seus feixes e fochos de “luz” sobre vidas “desregradas”, “desqualificadas”, “vidas nuas”: Zoé, “um modo particular de vida”, nas palavras do filósofo italiano Giorgio Agamben.

Feito esse preâmbulo, o artigo analisa como são constituídas as relações de gênero⁹, tomando por base o discurso do jornal *Diário da Borborema*,¹⁰ bem como problematizar quais características o citado jornal demarcava como sendo atributos de feminilidade e masculinidade vigentes no período em Campina Grande. Tal movimento possibilitará fazer constituir imagens sobre vidas obscuras através de outras tintas impressas por meio do relato histórico; constituindo uma “antologia de existências. Vidas mortas que jazem, mas que parecem tomar formas vivificadoras a partir de algumas linhas ou páginas que vêm a

lume a partir do exercício da escrita; “desditas e aventuras sem número (...). Vidas breves, achadas a esmo em livros e documentos” velhos (Foucault, 1994:89-90), empoeirados, fúnebres. Constitui-se aqui outro espaço de poder e de saber, o qual reemprega outras maneiras de operar visibilidade e dizibilidade acerca de mulheres a partir de lugares que vão sendo a todo instante (re)significados/reelaborados através das cambalhotas inventivas de intrigas e tramas de outras narrativas. Ao transcrever e analisar os relatos do jornal, aqueles casos assumem outros sentidos, os quais nunca mais serão tal como foram registrados pelas tintas da linguagem jornalística, específica de um dado tempo e espaço.

Todavia, isto não significa resgatar¹¹, recuperar, “dar vozes às mulheres”¹², objetivos que perseguem alguns trabalhos¹³ escritos acerca dos chamados dos “de baixo”, do submundo, das minorias, da gente miúda. Longe estejam tais pretensões, pois partem de um universo de “veleidades literárias” em que se apregoam a negação ou esquecimento das mulheres, como se, somente a partir das décadas de 60 e 70, estudiosos/as e/ou pesquisadores/as lançaram-se na pretensão de fazer alçar suas vozes. Ora, as falas das mulheres, ao contrário, já se ouviam inscritas no tempo da escrita (pois lá está a fonte jornalística, o *DB*) ou, quem sabe, nas narrativas criadoras da imaginação cartografada no inconsciente de algum contador de histórias ou de estórias. Trata-se, aqui, de deslocar sua historicidade no

⁸ Para Foucault, o poder é algo que produz enquanto relação, não é algo que se apropria, emana de um centro ou algo que se possua unitário ou localizável, mas é fluido, efêmero, inapreensível, atravessa os corpos e perpassam todas as relações sociais, inclusive as afetivas. É algo que se exerce através das mais variadas formas de saber-poderes, se exerce a partir da instituição e legitimação de discursos construídos nos diversos tipos de sociedades ao longo dos tempos. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987, pp.117-119.

⁹ A categoria gênero é compreendida com base no pensamento das filósofas, Joan Scott e Judith Butler, como são construídas as relações sociais e de poder entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres, entre mães e filhos/as, etc; Ainda assim, como as construções culturais acerca dos papéis são atribuídos a homens e mulheres. Como cada personagem dessa investigação se apresentava ou performatizava várias identidades de acordo com as circunstâncias nas quais estiveram envolvidas.

¹⁰ O *Diário da Borborema* foi um dos jornais que compunha o Grupo Associados, de Assis Chateaubriand. Foi inaugurado em 1957, e, desde então é tido como um dos

tempo (décadas de 1960 e 1970) e no espaço (os *locus* onde ocorrem os episódios), através do poder "midiático-espetacular" (Agamben, 2010:13). Consiste aqui em um tratamento específico, problematizando os discursos do jornal não como prova verídica do passado, mas como registros de acontecimentos, condições de possibilidades sobre o que supostamente aconteceu.

Tal movimento permite pensar como a pesquisa histórica é dinâmica e descontínua. Não existem leituras capazes de suprimir a particularidade dos casos analisados aqui, de onde se fala (neste caso o *Diário*) e do domínio em que se realiza uma investigação¹⁴. Busco deslocá-las da escrita jornalística e mostrar as imagens acerca de histórias de mulheres que jogam com os mecanismos da disciplina, alterando-a ou não, a partir de suas práticas em que, por alguns momentos, estas se deixam ver sem máscaras e tripudiam com suas várias performances pelo ato de dizer, de agir como sujeitos históricos de suas próprias vidas desregradas.

Neste sentido, que deslocamentos aí se insinuam na arte da história? Que inversões norteiam suas vidas desviantes? Que práticas incomuns permeiam a vida daquelas mulheres? Que relações possíveis podem-se estabelecer entre os gêneros desviantes das normatizações impostas pela sociedade campinense? Com base nessas questões busco demonstrar uma antologia de significados, (re) edificando outros signos através de seus encontros com o poder; o da imprensa. Poder da linguagem

jornalística que permitiu desnaturalizar o lugar que foi destinado às mulheres: dócil e recatada.

Mulheres no e pelo movimento da história: desnaturalizando o lugar de vítimas

A linguagem inscrita em uma página do jornal joga luz sobre a vida de uma "mundana". É assim que o periódico fez alusão a mulher. Trata-se do caso de Ângela Guiomar, que segundo a matéria foi atendida no Hospital do Pronto Socorro após ser agredida por conta de ciúme de uma colega, Cícera Cassiano do Nascimento que, com uma gilete a teria ferido, provocando vinte pontos na região nasal. Mas, do que é que estou falando? Briga de mulheres em plena via pública? Onde está o sargento Abelardo com sua tropa de soldados para por fim a essa "arruaça"? O comissário Abelardo era o sargento de polícia credenciado por "colocar nas grades" mulheres que provocavam a tranquilidade dos moradores nas ruas por onde elas faziam caminhar as florestas de seus desejos e interesses. Aquela figura, "homem macho", vestido com o uniforme do poder policial/jurídico, parecia representar a autoridade máxima quando se tratava de "apaziguar" os espíritos mais inquietos de algumas mulheres classificadas como "arruaceiras".

O jornal chama a atenção pelo discurso empregado sobre casos de mulheres dotadas de um caráter incomum e moralmente "desviante" ou "defeituoso", se comparado aos princípios e condutas que atribuíam ou esperavam de outras mulheres naquelas décadas. Percebe-se, a

jornais de maior circulação na cidade de Campina Grande, Paraíba.

¹¹ A palavra resgate parece ter sido chave de arquivo quando algumas historiadoras buscam escrever a cerca do gênero feminino. Refiro-me, especialmente a dissertação de Keila Queiroz, em que a autora afirma pretender "resgatar a historicidade dos discursos da justiça com relação às mulheres". Contudo, ao que se percebe tal pretensão não tem razão de o ser, uma vez que, não se pode ir aos documentos e resgatá-los como se pudesse livrá-los do cativo, onde estes estariam presos à espera que alguém viesse tirar-lhes as amordaças e salvá-los da situação perigosa. É preciso, sim, reconhecer a distância que o pesquisador tem do seu recorte temporal e da alteridade (o ausente ou o passado) que pretende lançar-se. É preciso, sim, reconhecer que não se trata de um resgate, mas de (re)apropriações do documento, atribuindo-lhe outros sentidos, outros signos e significados. Deste modo, a história poderá falar de uma sociedade e de seus indivíduos, como categoricamente assinala Certeau (2000, p.81), a partir dos "gestos de separar, de reunir, de transformar em 'documentos' certos objetos distribuídos de outra maneira". Keila Queiroz e Silva. "Entre as normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino", apresentada na cidade

partir dos registros do *Diário da Borborema*, como eram vistas como sujeitos ativos que protagonizavam cenas de suas “desventuradas” vidas no palco da via pública.

Trata-se de estereótipos que possibilitam iluminar um conjunto de narrativas acerca de imagens de mulheres que podem significar um questionamento aos valores naturalizados pelos mecanismos de coerção disciplinar. Um modelo que constituía um certo ideal pautado por qualidades como resignação, honestidade e discrição.

Antes, porém, quero chamar a atenção do leitor para um postulado metodológico: o objetivo deste trabalho em ressaltar casos excepcionais de mulheres (assim construídos pela imprensa) que deslocam o lugar do modelo feminino, isto é, a ideia de que as mulheres são personagens naturalmente dóceis e recatadas, signos construído através do poder da linguagem e da produção histórico-cultural, não consiste, de outra parte, naturalizar outros enunciados, como o de burla, o de desviante, de transgressão, imoral ou um outro qualquer.

Todavia, como toda pesquisa é parcial, esta também está sujeita a incorrer ou reforçar tais enunciados ou estereótipos sobre mulheres, isto é, o da burla, o do desvio, da transgressão, pois, optar por tais enunciados implica levantar subsídios que propiciem fundamentar teórico e metodologicamente a problematização aqui proposta. Implica se posicionar ou se apropriar de termos ou fundamentações, tendo em vista o auxílio teórico que inspire

o(a) pesquisador(a) e lhe dê respaldo para sua pesquisa.

Ao passo que busco mostrar como algumas mulheres acionavam outros lugares a partir de suas atuações no que se referem à atitude, comportamento, etc., acabo por convergir o olhar para dada questão. Deste modo, ao passo que se focaliza o olhar para aquilo que constitui o centro de nossas atenções, o objeto de análise, lanço o olhar para a construção de uma teoria, apropriando-me de uma série de indícios, episódios, categorias, fontes e métodos que dêem sustentação ou amparem a tese que se pretende defender.

Contudo, isto não significa uma regra, pois a fonte é “essencialmente” ordinária, é parenta da tática, isto é, nos leva como o vento que não sabe para onde vai e, às vezes, nem de onde vem, o que modifica, muitas vezes, as problematizações e/ou o percurso da pesquisa histórica pelo ato da escrita. O olhar é seletivo, parcial e, por isso, as imagens e discursos acerca das mulheres que norteiam a presente investigação são narrados, tomando por base um interesse que corresponde ao meu lugar social, isto é, o lugar institucional de onde falo.

Um trabalho desta natureza consiste em pensar o que está sendo posto como modelo fixo, cristalizado para as mulheres naquela temporalidade. As matérias do jornal são constitutivas de várias imagens que permeiam condutas e comportamentos femininos construídos como sendo a verdade sobre o acontecimento. Deste modo, o *DB* se colocou ao que parece, em mais uma maneira argumentativa

de Recife-PE em Outubro de 1999, p.19. Uma outra autora que utiliza o termo resgate é Martha de Abreu Esteves ao trata acerca do anonimato de milhares de mulheres pobres. A autora afirma que estas, “só conseguiram permanecer como indivíduos na medida em que eu resgatei, num instante de suas vidas, como criminosos”. ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989, p. 130.

¹² Assim como Certeau, entendo a historiografia se servindo da morte para articular uma lei, a do presente. Segundo o autor, essa não descreve as práticas silenciosas que a constroem, mas efetua uma nova distribuição de práticas já semantizadas. Trata-se, sim, da operação de uma outra ordem que a da pesquisa. DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: *A escrita da História - 2ª ed.* - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p.108.

¹³ Um texto que demonstra a tentativa de dar vozes às mulheres é *História das mulheres: as vozes do silêncio*. A autora afirma pretender a partir deste trabalho “dar vozes às mulheres, extraindo-as do limbo da memória, tirando-lhes o seu próprio limbo”. PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres:*

que parece querer nos convencer de seu discurso conforme crenças e valores que se pretendiam difundir a partir das formas de percepção sobre certos códigos de condutas e princípios morais vigentes naquela sociedade.

Narrar acerca de vidas desventuradas significa aqui contar sobre as imagens que aquele periódico divulgava acerca de práticas pouco comuns de mulheres que rasuravam e deslocavam, com suas resistências sub-reptícias e, às vezes não, o modelo estereotipado de mulher honesta, virtuosa, pura e resignada. Ou seja, uma identidade fixa e universalista que comprometia suas ações, desejos e os interesses constitutivos e particulares daqueles sujeitos históricos. Maria Izilda Santos de Matos, analisando os discursos e práticas médicas nos anos de 1920, afirma que “construíram o modelo da mãe-esposa, frágil, sensível, dependente e assexuada, em confronto com o da mulher degenerada, pública, sexuada, identificada com a prostituta” (Matos, 2005:37). Ponto de vista que se aproxima dos casos analisados aqui. Ao investigar as páginas do jornal *Diário da Borborema* encontrei casos de mulheres que aparecem como protagonistas de algumas histórias pouco comuns, que romperam com o credo de uma suposta moral inquestionável.

Guacira Loro citando Bila Sorj, afirma que “a ‘sociedade moderna construiu um ideal de esfera pública e instituições políticas fundadas numa moral racional’ e dessa moral racional estão excluídos ‘o desejo, a empatia, afetividade,

sentimentos”. Tais características são entendidas como “manifestações irracionais e, portanto inferiores e são identificadas com as mulheres” (Louro, 1997:148). Com base nesta citação, é possível pensar como os discursos do *DB* enfatizavam os comportamentos de mulheres que talvez destoassem de alguns ditames daquela moral universal construída pelos lugares de poder acerca de como deveriam ter sido suas atuações frente ao momento.

Trata de uma matéria divulgada no mês de novembro de 1967, tendo como protagonista Regina Morreira (sic) da Silva que, segundo a nota, aparecia praticando desordens e, por isso, teria sido detida pela polícia várias vezes. Segue-se a seguinte passagem: “Regina Morreira da Silva foi presa na noite de ontem (...) quando esta se encontrava fazendo desordens na rua Indios Cariris. Depois de presa Regina foi conduzida à Delegacia onde tem várias entradas”¹⁵.

O jornalista não especificou quais “desordens” Regina teria cometido, mas fez menção ao fato de a mulher ter várias entradas na delegacia. A ordem moralista construída como meio de disciplinar as condutas femininas foi instituída a partir de mecanismos de controles judiciários, responsáveis por assegurar “a boa conduta” e o respeito aos princípios morais comuns às sociedades ocidentais.

Fundado com base em princípios moralista-religioso e jurídico o *Diário* investiu em outro caso com a intenção de chamar a atenção da população, eis o título da nota: “No bacanal das lésbicas houve faca e pornografia”. Tratava-se de

as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003, pp.217- 220.

¹⁴ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: A escrita da História. Tradução de Maria de Lourdes Menezes, revisão técnica de Arno Vogel.- 2 ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p.65.

¹⁵ *DB*, Campina Grande, 12 de novembro de 1967, nº 3328, p.5.

"duas mulheres portadoras de anormalidades sexuais que estão colocando em polvorosa a rua Obdedon Licarião - Nova Brasília"¹⁶. A repercussão do caso partiu de que "as 'avançadas' vêz por outra promovem cenas degradantes em seus bacanais provocados por excesso de álcool e dão evasão às anormalidades"¹⁷.

Em se tratando da noção anormalidade, a historiadora Martha de Abreu Esteves demonstrou como desde o início do século XX, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, o discurso de um jurista, Viveiros de Castros, espantava a introdução de um saber novo, um saber médico e jurídico, pois, este teria passado a penetrar nas relações humanas, estabelecendo condutas doentias e sadias, patológicas e normais¹⁸.

Ao que parece, o discurso moralizante e o discurso jurídico se entrecruzam no modo como o jornal narrou o caso das mulheres, uma vez que este investiu em (in) formar ao conjunto da população que estas "promoveram um verdadeiro quebra-quebra, acordando com pornografias os vizinhos. Quando reclamadas saíram à rua, quase completamente despidas, estando uma armada com afiada faca-peixeira"¹⁹.

Ao referenciar o episódio protagonizado pelas duas mulheres, a linguagem acabou estereotipando ainda mais suas condutas frente àquela sociedade, colocando em cena certas práticas que destoavam uma variedade de princípios sociais e culturais que vigoravam naquele momento. Aqueles signos lingüísticos permeiam certas fronteiras de sentido que consistiam entre os

modos e os sentidos de experiências condizentes com teria sido referenciais de boa conduta e comportamentos que deveria se esperar daquelas mulheres. Note-se como o jornal não fez menção aos seus nomes, suas identidades aparecem esvaziadas de sentido próprio, aparecem como sendo destinatários jogados a esmo nas páginas, que só vieram a lume pelo fulgor do discurso jornalístico em razão de seus efeitos transgressores e de suas "anormalidades sexuais".

É perceptível como o *Diário da Borborema* fixava ou reforçava lugares para ambas ao passo que fazia um jogo de palavras com a seguinte expressão: "No bacanal das lésbicas houve *faca e pornografia*". O termo "bacanal" é denotativo de farras e orgias e, comumente, tal expressão está associada à desordem; talvez por isso, logo em seguida, o termo "faca", artefato doméstico também utilizado como arma onde há brigas ou confusão. Contudo, os termos que chamam mais atenção são "lésbicas" e "pornografia". Veja como o sentido do último complementava o primeiro termo.

Tal assertiva insinua ainda que aquelas mulheres fossem, possivelmente, dotadas de sentimentos e atitudes que corrompessem a imagem das mulheres supostamente puras e fidedignas, no momento em que "desonram" seus corpos entre si ao se entregarem aos desejos e as paixões "infames". Insinua, ainda, pensar em mulheres que modificam o "uso natural" das coisas, se inflamando em sua sensualidade teriam de ter, como punição, suas condutas prescritas ou marcadas no

¹⁶ Cf. DB, 4 de agosto de 1971, nº4419, p.5.

¹⁷ Cf. DB, 4 de agosto de 1971, nº4419, p.5.

¹⁸ Cf. ESTEVES, M. A. *Meninas Perdidas: os populares...* Op.Cit., p.37.

¹⁹ Cf. DB, 4 de agosto de 1971, nº4419, p.5.

relato da imprensa como "portadoras de anormalidades sexuais". Consiste aqui como se davam as relações entre a homossexualidade e a herossexualidade. Esta última vista como sendo o destino de todas as mulheres, associada ao determinismo biológico mediante a genitália que cada uma carregava. Contudo, conforme assinala a filósofa Judith Butler, "os corpos não se conformam nunca às normas pelas quais sua materialização é imposta" (LOURO, 2001: vol. 9, n. 2), daí a razão por que a noção heterossexualidade tem de ter sido, a todo o momento, repetida na e pela sociedade, como sendo algo natural, destinado a homens e mulheres. Contudo, é preciso atentarmos para as relações sociais e de poder que produzem conhecimentos locais e situados, com interesses específicos.

Jurandir Freire Costa, ao demonstrar o discurso médico centrado na normatização das famílias, no início da primeira metade do século XIX no Brasil, analisa como foi constituindo uma arque-genealogia da família brasileira, o processo de submissão das famílias da elite à tutela médica, através da política higiênica. O conceito de higiene, naquela visão, teria sido ampliado, significando não somente higienizar os corpos, mas toda uma política voltada para as características psíquicas e sexuais do indivíduo.

Nesse sentido, o discurso jornalístico aparecia voltado para "regenerar" a mente, purificando-a com base na ideia da "repressão" ou contenção dos desejos sexuais, tornando-a pura e docilizada frente aos "novos" preceitos de organização

familiar fomentada pelo chamado "progresso" (Costa, 1999:51-52). Assim, tal política demonstrou ter sido peça-chave na constituição do papel das mulheres como mães e na construção da civilização brasileira.

Em se tratando de homossexualidade feminina, Magali Engel afirma que estudos referentes a tal questão, nas sociedades contemporâneas, têm tido significados bastante distintos das relações homossexuais, "variáveis não apenas no tempo, no espaço e no universo das hierarquias sociais, mas também entre os sexos". A autora assinala que a homossexualidade tende cada vez mais a se confirmar "como um 'terceiro sexo' como o mesmo estatuto dos outros dois - ou seja, como uma opção legítima na busca do prazer sexual" (Engel, 1997:300).

Outro caso semelhante ao de Regina Morreira é o de uma mulher apelidada de "Maxixe". Tal episódio chama a atenção pelo fato do discurso do periódico enfatizar que a mulher teria sido detida várias vezes, o que nos parece ser lugar-comum em se tratando de mulheres que "transgrediam" certas práticas na cidade de Campina Grande, naquele momento. Vejamos como o caso aparece no *DB*.

Maxixe arruaceiro

Na tarde de ontem a Polícia colocou mais uma vez nas grades a *desordeira* Sebastiana Freire da Silva, pernambucana de Recife (...) onde é mais conhecida por "maxixe". Essa pernambucana é o *terror* da Pedreira, no Prado, sendo que vez por outra costuma armar-se com uma faca peixeira, para ajudá-la na suas *arruaças* diárias. "Maxixe", que já foi prêsa inúmeras vezes, na tarde de

ontem foi novamente detida pelo sargento Abelardo, quando se encontrava armada com uma "peixeira", provocando os moradores das proximidades da Pedreira²⁰.

Observa-se a partir de alguns fragmentos da reportagem como o *DB* utilizou uma linguagem irônica para narrar o caso de Sebastina Freire da Silva. Os termos utilizados pelo *DB* para fazer referência a Sebastiana Freire da Silva, como "maxixe arruaceiro", "desordeira", o "terror"... parecem fazer parte de um jogo discursivo e estratégico com vista a reforçar a imagem de má conduta construída em torno da mulher. Basta observar como o jornal enfatizou o fato de Sebastiana Freire ter sido presa por inúmeras vezes pelo delegado Abelardo.

O poder do discurso do jornal "pode se atribuir, e efetivamente se atribuiu, a possibilidade de transmitir seus efeitos, e muito mais que isso, de encontrar a origem dos seus efeitos num canto que é manifestamente, explicitamente, voluntariamente desqualificado pelo odioso, pelo infame ou pelo ridículo" (Foucault, 2001: 15). Isto pode ser verificado na passagem onde o discurso do *DB* afirma ser a mulher "o terror da Pedreira".

Apropriando-me das palavras de Foucault, são "presunções que lhe são inerentes, em função dos que as enunciam. São enunciados com efeitos de verdade e de poder que lhes são específicos: uma espécie de suprallegalidade de certos enunciados na produção da verdade judiciária" (Foucault, 2001: 14). Enunciados que jogam luz para pensar como era lugar comum as mulheres retornarem a prisão por razões

múltiplas. Deste modo, pode-se perceber a presença do delegado Abelardo atento a "desordem moral" que pudesse colocar em cheque a tranquilidade dos moradores da cidade.

O sargento Abelardo, comissário do Prado apresenta presa na seção de Costumes, a mulher Maria Bezerra, de 54 anos de idade (...) por se encontrar fazendo "strip-tease" em plena luz do dia (...). A mulher que é uma pedinte velha costuma embriagar-se e iniciar verdadeiros "shows" na via pública, com exibições de cenas de nudismo. Para tal Maria Bezerra inicia rasgando a roupa, mas sempre seus "strep-teases" são interrompidos pela policia, sendo esta a sexta vez que é presa pelo mesmo motivo²¹.

Neste sentido, parece ter sido algo comum o fato de Maria Bezerra praticar várias vezes strip-tease e, por isto, ser presa por seis vezes. Pode-se conjecturar que motivos e/ou razões levariam uma mulher de cinqüenta e quatro anos de idade (também poderia ser uma jovem) a rasgar suas roupas e ficar despida em plena via pública? Talvez tais oportunidades fossem razões para ela se libertar de sua repressão sexual, a qual teria frustrado seus desejos. Ou, talvez, tivesse sido o desejo de exteriorizar seus sentimentos e desejos após anos de recato, silenciamento e abstenção de prazeres inconfessáveis, recônditos.

Um trecho que chama atenção é a maneira pejorativa como o *DB* relata o episódio colocando-a num lugar de "uma pedinte velha [que] costuma embriagar-se...". Percebe-se que Maria Bezerra trapaceava as normas que geralmente restringem uma mulher "de idade" fadada a ficar

²⁰ *DB*, Campina Grande, 11 de maio de 1968, nº 3472, p.5.

²¹ *DB*, 22 de maio de 1968, nº 3481, p.5.

no âmbito de casa, cuidando dos filhos e dos netos. Maria Bezerra escapou às regras de boa conduta, em vez de se esconder atrás do discurso de “velha pedinte”, “coitadinha”, ela parece ter desviado dos padrões de decência e de recato, pregados pela moral e pelas normas jurídicas.

A construção de discursos sobre condutas e comportamentos femininos tem enfatizado, através das relações de poder e saber, uma sondagem minuciosa concernente às práticas femininas. Práticas sorrateiras disseminadas no cotidiano, no dia a dia de mulheres, emergem como fontes riquíssimas para o pesquisador que produz narrativas acerca de mulheres desviantes de certas prédicas jurídicas impostas pela sociedade.

Tal questão estabelece formas estratégicas em que o saber/poder se exerce, transversalmente, a partir da linguagem, dos símbolos, signos ou de quaisquer outras formas de imagens. Contudo, é perceptível como tal poder/saber nem sempre consegue abranger todas e quaisquer formas de conduta e comportamento, supervisionando, sondando e disciplinando.

Outra forma de poder é o que Foucault aborda na obra *Vigiar e Punir*, ao dar ênfase às maquinarias óticas da disciplina e do controle social. O autor discute os lugares de poder e de saber e como estes são disseminados por toda a sociedade. Nessa engenharia dos corpos, “manipulados pela autoridade” (Foucault, 1987:132). Segundo ele, não existe o poder, mas relações de poder, feixes de poder. O poder não é algo que hierarquiza, mas que se

articula nos espaços, em diversas circunstâncias, tal como podemos perceber com base nos jogos discursivos do jornal.

Todavia, embora não negue que haja as estratégias de um poder institucional que busca disciplinar e controlar as ações femininas, também não se pode negar ou deixar de considerar que algumas das condutas e atitudes analisadas no *DB* se configuram naquilo que Certeau chama de *antidisciplina*²² a partir das artes inventivas no espaço cotidiano, ou seja, consiste na idéia da burla do sistema disciplinar, isto é, a partir de condutas e comportamentos “desviantes” essas mulheres modificaram o sistema panóptico alterando-o, haja vista não poder dele sair.

Todavia, nem todas as condutas ou comportamentos daquelas mulheres podem ser vistos fundamentados pelas categorias de táticas e estratégias. Isso seria tentar reduzir os atos delas aos sistemas conceituais estritamente fechados e deixar de perceber as particularidades, diferenças e, por que não, o exótico contido em suas artimanhas. É preciso pensar até que ponto as mulheres desviavam o lugar ou buscavam desviar-se dele como modo de se contrapor às maquinarias de poder. São problematizações que merecem tratamento específico e cuidados ao passo que são analisadas ou colonizadas pela escrita de saber.

De outra parte não se pode deixar de colocar que as mulheres nem sempre se mantêm passivas aos produtos culturais disciplinarizantes que lhe são, sorrateiramente ou não, impostos; mas na contingência de suas infames vidas apresentam

²² Certeau trabalha com esse conceito tendo em vista como os usuários se apropriam e reapropriam do espaço organizado pelas técnicas institucionais. A idéia de se pensar a *antidisciplina* consiste em como os indivíduos praticam as diversas *maneiras de fazer* no seio das estruturas microbianas de poder e altera o seu funcionamento por uma multiplicidade de práticas inventivas, uma poética de bricolagens, de criatividade articulada sobre os detalhes, sobre as pequenas coisas do dia a dia. CERTEAU, Michel de. Introdução Geral. In: *A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer*; tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 41.

outros espetáculos de mulheres desordeiras, imorais, desviantes, insubmissas as premissas de um universo normativo, constituído por várias formas de doutrinas que representam imagens sobre o que teria sido o correto, o ordeiro, a moral, etc.

Regina, Sebastiana e Maria Bezerra inventam outros espaços dentro do próprio sistema normalizante. Elas construíam feições através de suas próprias atitudes, sem estarem preocupadas em se comportar de acordo com rezavam certos códigos de condutas que eram ditados; elas desarticulavam os enunciados fixos, a partir de suas tramas históricas. Deslocavam-se do anonimato, do lugar de marginalizadas e, através dos feixes de luz da justiça ou da imprensa, metaforizavam outras leituras acerca dos comportamentos ditos femininos, incitando um sentimento de estranhamento aos olhos daqueles que as capturavam em suas intrigas.

É a partir daquelas resistências sub-reptícias ou não que o sistema panóptico se corrói pouco a pouco. Assim, cabe aqui a indagação: onde está a tua vitória, oh disciplina? Aquela 'vigilância generalizada' ia sendo a todo instante constituída e construída por outras práticas atípicas de mulheres, práticas incomuns, que iam se fazendo sob as diversas maneiras de consumir os 'dispositivos' que vampirizam' as instituições e reorganizam clandestinamente o funcionamento do poder (Certeau, 1994:41).

Em uma matéria de 1970, o *DB* dizia: "Mulheres andam semi-despidas nas Boninas". Tratava-se de uma rua bastante movimentada da

cidade de Campina Grande, onde vários comerciantes "revoltados com a indecência nas Boninas" teriam comparecido na redação do jornal para "solicitarem das autoridades as providências cabíveis" (refere-se à Delegacia de Vigilância Geral e Costumes) e denunciar o comportamento das "donas que estão ficando mesmo tôdas doidas e endoidando muita gente". Além do avanço das vestes femininas que já tomaram conta de tôda a cidade, quando saia curta e decote baixo não é mais novidade e contra êste estado das coisas investem as mundanas que fazem pousada nas casas suspeitas das "Boninas" querendo andar completamente despidas"²³.

Transpondo as fronteiras da moralidade, aquelas atitudes de mulheres pareciam "corromper" a tradição e os "bons costumes" daquela sociedade campinense na década de 1970. Talvez, por isso todo um empreendimento do discurso misógino inscrito em valores conservadores, ainda bem vivos, em defesa da ordem e da decência, embora as mudanças de sensibilidades e sociabilidades decorrentes da inserção das maquinarias do conforto que vinham sendo inseridas na cidade desde o início do século XX²⁴.

Era em defesa dos bons costumes que se percebia a preocupação, segundo o *DB*, por parte dos "sentinelas" da ordem e da decência, voltada para possivelmente não macular as condutas e comportamentos femininos que desenhavam modelos a serem seguidos. E não somente isto, mas percebe-se toda uma atenção voltada para a família campinense, visto ter

²³ *Diário da Borborema*, Sábado, 29 de Agosto de 1970, nº 4163, p.5.

²⁴ Segundo Martha Lúcia Ribeiro, o período que compreende 1940/1960, corresponde à consolidação de Campina Grande como centro comercial mais importante do interior nordestino, em virtude do crescimento urbano, que resultou do acúmulo de capital oriundo da produção e comercialização do algodão e, bem como a expansão do comércio a partir do empreendimento de capital estrangeiro extraído da Segunda Guerra Mundial. SILVA, Keila Queiroz e. *Entre as normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60 e 70 na Paraíba*. Dissertação de mestrado História do Brasil do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE: 1999, p. 32.

sido a rua das Boninas, um local tido como ponto estratégico para onde convergiam vários caminhoneiros da região do Cariri, conforme afirma o jornal: "vários transportes procedentes da região do Cariri ali fazem parada e os seus ocupantes que vêm de regiões que ainda continuam *fechadas 'ao avanço'*, ficam mesmo escandalizadas (sic) com que seus olhos dominam. Famílias completas saem às carreiras, pois não suportam muito tempo no local". (grifo meu)²⁵.

Desde as primeiras décadas do século XX, segundo Maria do Socorro Cipriano, as tentativas de inventar "nítidas fronteiras no campo da atuação das práticas das relações de gênero em meio às imagens de 'mulher cidadã', 'mãe dedicada ao lar', 'mulher fiel aos princípios sociais'" (Cipriano, 2002:38). Talvez, em razão disso, foi recorrente a construção de múltiplas imagens femininas, tais como mulheres imorais, desordeiras, infames, ou indecentes, metaforizando a imagem desviante da Eva. Esse fato pode ser ilustrado no seguinte trecho relatado pelo DB: "pois como está o problema, seus familiares nem pessoa alguma que se preze pode mais transitar pelas 'Boninas' sem que soja (sic) tentado pelas 'evas'"²⁶.

A invenção da imagem feminina desviante metaforizada pela de Eva é discutida a partir da ótica religiosa citada por Socorro Cipriano. A autora afirma que "o discurso masculino moralizante do século XX, mesmo inserido no contexto de legitimação do Estado, em detrimento da Igreja, apontava para certa continuidade do discurso religioso, ao se apropriar

estrategicamente de metáforas desse universo"(Cipriano: 2002:38). Deste modo, o nome "Eva" é geralmente acionado como contraponto ao sinônimo de fidelidade, moralidade, de decência, entre outros. Como acentua Silêde Leila, "necessário se fazia proteger a sociedade das epidemias 'imorais'"(Cavalcanti, 2000:154).

Aquelas mulheres driblavam conscientes ou não, os ditames de coerção da tecnologia de um saber de reparação, de reinserção e de correção. Tomando por base os procedimentos - também 'minúsculos' e cotidianos - elas parecem ter jogado com os mecanismos da disciplina, não se conformando com ela a não ser para alterá-los.

Um outro episódio de strip-tease chama a atenção. Desta vez a matéria trouxe a tona imagens sobre uma mulher que era mais nova, 23 anos de idade, e como Maria Bezerra teria resolvido despir-se "em plena via pública".

A mulher Odete Silva, de 23 anos de idade e residente à rua Cassimiro de Abreu (...) resolveu fazer uma farrá na noite de ontem (...) na zona de baixo-meretrício. Ingeriu uma grande quantidade de bebidas alcoólicas e quando o seu dinheiro acabou-se, já se encontrava completamente embriagada. Iniciou então um "strip-tease" (sic) em plena via pública, exibindo-se para os homens que ali se encontravam. Acontece, que o Comissário de Polícia daquele setor, cabo José Henrique, flagrou a mulher quando jogava fóra (sic) as últimas peças do seu vestuário e efetuou sua prisão antes que a mesma ficasse completamente nua (sic) sob os olhares de vários curiosos que se postavam nas calçadas.²⁷

²⁵ DB, nº 4163, p.5.

²⁶ DB, nº 4163, p.5.

²⁷ DB, 21 de junho de 1968, nº 3505, p.5.

O caso de Odete Silva é outro episódio que joga luz sobre uma série de práticas femininas e de acontecimentos díspares, incomuns aos olhos dos defensores da “ordem” de Campina Grande. Embora neste caso o palco da “indecência” se configure na zona do baixo meretrício, a atitude da mulher parece repercutir a tranquilidade dos moradores da cidade, visto ser registrada pelo *DB*. O ato de ter ingerido “uma grande quantidade de bebidas alcóolicas” e depois iniciar “um ‘strep-tease’ em plena via pública, exibindo-se para os homens” nos remete a pensar como ela deslocou e alterou o lugar de recato, de pudor e de submissão da ordenação sócio-política campinense.

Odete Silva performatizou uma maneira de dizer a inaceitabilidade da ordem estabelecida. Possivelmente a atitude da mulher causaria menos impacto se o ato de despir-se em público fosse algo comum aos “olhos” de nossa sociedade, pois como afirma o historiador inglês E.P. Thompson, “um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos”.²⁸

Observe-se que o fato de a mulher despir-se em via pública, talvez fosse uma maneira de externalizar vontades e desejos que permaneciam camuflados sob a ótica panóptica. Um outro ponto que quero chamar a atenção é no que diz respeito ao excesso de bebida. Isso porque, embora sua conduta incorresse contra os costumes daquele momento, o fato desta estar embriagada parecia ter sido a causa desencadeadora de seu “delírio”.

Percebe-se que tanto no caso de Odete Silva como no de Maria Bezerra, ambas só realizavam o ritual de strip-tease após se embriagarem. Tal atitude se figura por disferir golpes no sistema normalizante de regras e de bons costumes? Pensar como essas imagens femininas se imbrincam e se complexificam é buscar entender como suas vidas são marcadas pelas particularidades de suas tramas e intrigas históricas.

Outro caso relatado pelo *DB* referencia como o discurso da imprensa se colocava em um lugar de poder marcado pela ironia, o que é perceptível na maneira como narra o episódio envolvendo Maria da Luz.

Mulher desordeira dá ‘show’ e faz ‘strep-tease’ (sic) na delegacia. Maria da Luz, residente em Campina Grande, de 23 anos de idade (...). ‘Da Luz’ ao ser detida encontrava-se praticando desordens estando em visível estado de embriaguez e armada como uma tesoura e um canivete, ameaçando todos os presentes ‘fregueses’ da pensão alegre em que mora. Conduzida à Delegacia, Da Luz resolve dar um ‘show’ especial da sua valentia para os policiais presentes. Assim é que, dizendo aos *berros* que era ‘muié macho’, investiu furiosamente contra os policiais (...) Acontece que ao tentar desferir uma série de pontapés, dentadas e unhas, Maria da Luz foi aos poucos perdendo a sua roupa, que não resistindo aos seus gestos bruscos de violência, terminaram por ir se despregando. Em poucos minutos, os protagonistas verificavam admirados que a *muié macha* havia perdido toda a sua roupa, continuando a dar o seu ‘show’ (...) porém (sic) em trajes de Eva.²⁹ (grifos meus).

A conduta desviante de Maria da Luz a enquadrrou, sob o ponto de vista jurídico, no lugar de desordeira,

²⁸ Esse historiador afirma que um motim ilumina as normas dos anos de tranquilidade, e uma repentina quebra de deferência, isto é de respeito aos costumes, as tradições nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, Antropologia e História Social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001, p.235.

²⁹ *DB*, 01 de setembro de 1966, nº 2729, p.5.

isto é, uma espécie de “joio” para uma sociedade “ordeira” e “moralista”. Sua conduta “leviana” apontaria para que houvesse o agenciamento da justiça, haja vista, segundo a percepção do articulista, a mulher encontrava-se no processo de corrupção e devassidão. Notemos como se insinua aí os jogos discursivos colocando em cena, lances, golpes, cujo estrategema consistia em tornar o episódio um acontecimento sensacional, espetacular, que chamava a atenção do público. Uma produção silenciosa tendo em vista reforçar modelos dos gestos “bons” ou “maus” por parte das atitudes daquela mulher.

Maria da Luz foi apresentada, segundo o relato do jornalista, a partir de duas imagens distintas: primeiro, como se colocando como sujeito desejante, sedutor, rompendo com a imagem de pureza e de recato femininos e, segundo, como uma ameaça para os fregueses da pensão onde morava. Ao que parece, teria sido o desejo da mulher em apresentar o seu espetáculo livremente, “desencaminhando” talvez homens e mulheres. Contudo, quando foi impedida, mais depressa, teria incorrido contra os policiais. Perceber-se aí uma antinomia de comportamentos, isto é, se em um primeiro momento ela parece como sujeito que se queria desejado, em outro, para que isto fosse realizado, ela teria se mostrado como sendo uma ameaça a sociedade.

Maria Da Luz parecia querer de toda maneira “profanar” os princípios de boa conduta que teria sido inscritos em sua formação desde os tenros anos de idade. Para tanto, ela investiu com outras armas que

não mais as da sedução, mas “uma tesoura e um canivete”. E, mesmo não conseguindo realizar seu desejo, ainda persistiu. Embora se trate de um espaço que não fosse seu (a pensão alegre, lugar de prostituição). Contudo, houve-se, através das grades, o seu espetáculo. Seus “berros” se ouviam não mais nos gritos de ser uma ‘muié macho’, mas se traduziam em alegria e espontaneidade. Ela não apresentava só um espetáculo, mas performatizava como sendo ela o próprio espetáculo daquela noite, conforme relatou o *DB*, na “Especializada campinense, onde continuou para as outras colegas presas o espetáculo de ‘streeptease’”.³⁰

As inversões e jogos da linguagem utilizada pelo periódico induziam, através das palavras ou frases, a opinião pública. Observe-se como se trata de duas percepções bem diferentes; “Mulher desordeira dá ‘show’ e faz ‘streeptease’”. A primeira assertiva lança um conjunto de imagens sobre a conduta e o modo de comportamento da mulher. O termo desordem remete a idéia de falta de ordem; desarranjo, confusão, algazarra, tumulto, briga, desvairamento, loucura, alucinação, arruaça, desordem da mente, etc.

Tais adjetivações teriam sido interpretadas como transgressão das regras sócio-culturais. A segunda ia de encontro à chamada moral. Uma jovem mulher fazendo strip-tease? Isso seria um desacato aos olhos das senhoras casadas e, sobretudo, podia servir de mau exemplo às mocinhas de família, tendo em vista o conservadorismo daquela sociedade a época.

³⁰ *DB*, 01 de setembro de 1966, n.º 2729, p.5.

Note-se que o reinado da ordem costura uma rede de retóricas e de práticas que não é inocente, mas que tem todo um jogo estratégico de poder. Trata-se de intenções a partir do sistema da linguagem monopolizado pelos lugares de poder e de um sujeito de saber. É perceptível como aí se insinuava a narrativa da imprensa infiltrada no texto judiciário, a "muito custo foi 'Da Luz' conduzida para o xadrez das mulheres Especializada campinense". Da Luz, um corpo "doente" e que necessitava dos "cuidados" jurídicos, visto ir de encontro à "deusa razão", isto é, a sobriedade, ao recato, a discrição, qualidades que teriam sido atribuídos às mulheres.

Aí também enunciam discursos operatórios que masculinizam a personagem Maria Da Luz, a exemplo das seguintes passagens: "resolve dar um 'show' especial da sua valentia para os policiais...gestos bruscos de violência terminaram por ir se despregando. (...) a muié macha havia perdido toda a sua roupa, continuando a dar o seu 'show'". Percebe-se como o jornal tecia um conjunto de imagens que são denotativas a homens, tais como "brusco", "rude", "bêbado", etc. Do mesmo modo, estas imagens passam a ser reapropriadas pelo discurso jornalístico, tornando o caso grotesco a partir dos supostos gestos daquela personagem feminina, isto é "a maximização dos efeitos de poder a partir da desqualificação de quem os produz[ia]".³¹

Segundo Maria do Socorro Cipriano, desde 1916, no estado da Paraíba, havia se construído um conjunto de imagens acerca das

mulheres no se referia aos gestos. Ao citar um artigo, "A graça de nossos gestos", mostra que este determina "como se deve portar uma mulher para manter a nobreza de postura: 'evitando-se os movimentos bruscos, procurar uma atitude em que ella possa inclinar-se graciosamente de um e de outro lado, o que daria a uma expressão sedutora de timidez" (Cipriano, 2000:54).

Outro caso registrado pelo *DB* refere-se a uma mulher como "mundana". Observe-se a seguinte manchete: "Cabeludo esfaqueado pela mulher na zona", mostrava-a "revoltada porque Severino dos Ramos, o 'cabeludo', não aceitou os amores que lhe ofereceu, a mundana Luzinete Matias Maria Mota (...) residente na rua Carlos Agra s/n tentou mata-lo (sic) ontem à noite no 'Bar Bibiana' com uma peixeirada". Segundo a reportagem, a mulher teria afirmado que sua "revolta é por ter sido enganada pelo 'homem' que lhe prometeu amor sincero e depois a largou por Ivonete Lima". (...) a mulher foi prês e conduzida para o xadrez".³²

Parece que aí se insinua o episódio de uma mulher que não teria conseguido dominar suas paixões. Assim, a paixão fora vista pela chamada racionalidade como uma atitude insana e que estaria próximo das crianças e dos loucos. A conduta de meretriz infratora designaria uma transgressão às normas jurídicas, bem como aos fundamentos clínicos da psiquiatria. Inventavam-se os "degenerados" de emoções dominados pela irracionalidade, pelo desequilíbrio dos sentimentos. Tratava-se de um corpo de mulher que deveria ser medicado,

³¹ Foucault faz uma discussão sobre o termo grotesco, empregando a palavra para um discurso ou para um indivíduo, de deter por estatuto efeitos de poder de que sua qualidade intrínseca deveria privá-los. FOUCAULT, Michel. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*; tradução Eduardo Brandão. - São Paulo: Martins Fontes, 2001. pp.15-16.

³² *DB*, Quinta-feira, 26 de Agosto de 1971, nº 4438, p. 5.

pois poderia "contaminar" as "mocinhas" dotadas de mentes "puras" e "isentas" de tal sentimento.

Conforme afirma Silêde Leila, "um corpo dominado pela paixão, pela perturbação dos sentidos, pela perda da razão e pelo uso das emoções, assim tal corpo seria inscrito no lugar da degenerescência e da patologia; um corpo desprovido de razão e encharcado de emoção era um corpo inferior, que não alcançara o estágio superior da civilização" (Cavalcanti, 2000:141).

Se Luzinete Matias esfaqueou o suposto amado por este lhe negar amor sincero, parecia não ter sido este o mesmo motivo pelo qual Alzira Maria da Conceição, segundo a imprensa, espancou seu marido. Refiro ao caso de Pedro de Souza Brito que teria procurado à polícia para pedir providências, "pois está com medo que a mulher termine matando-o por conta de uma desavença surgida no Mercado Central, onde trabalham como varredores. Teria dito o denunciante que apanhou de cabo de vassoura da mulher", Alzira Maria da Conceição.³³

Segundo o *DB*, Pedro de Souza teria afirmado que "realmente houve o incidente entre êle e Alzira no local de trabalho, no entanto, não pensava nunca que êste viesse provocar a agressão da qual foi vítima, por ser um homem pacato não reagiu e entregou o caso a polícia".³⁴

A reportagem ilustra duas questões pertinentes em se tratando de relações de gênero, isto é, nos mostra que, primeiro normalmente quem espanca é o homem e não a mulher e, segundo, parece que o termo "pacato" está empregado para

o sujeito errado. Isto porque se convencionou a pensar que tal termo está associado à personalidade feminina. O termo pacato ao relacionar ao homem, parece denotar mansidão, passividade e submissão.

Note-se, portanto, como os casos de mulheres "imorais", "desordeiras" e "mundanas" narrados pelo *Diário da Borborema* iluminam algumas das estratégias de poder, neste caso as do jornal, para se trazer a lume da população campinense como os indivíduos podem ser punidos quando se desviavam das normas de controle, quando cometiam infrações, que desequilibram a segurança e influenciava a tranqüilidade da população campinense.

Os meios coercitivos sejam os da imprensa ou os da justiça, ou, da própria inscrição em seus corpos e condutas foram acionados para assegurar as mil práticas de valores, costumes e tradições que são perpetrados pelas maquinarias de controle religioso, visto ter sido "transfigurado" no discurso jurídico. Maquinarias que são sucateadas a partir dos tipos de comportamentos femininos, dos múltiplos perfis de mulheres "desviantes", das posologias de condutas que vão sendo iluminadas e atravessadas em virtude do choque com o poder.

Mulheres "desviantes" que deslegitimavam o estatuto de dominadas, honestas, de passividade, ou, de docilidade, que ressignificaram o critério da diferença da singularidade, não estando presas a nenhuma essência ou conceitos fixos. Talvez, fossem aquelas suas ações que as tornaram amáveis, dignas dos registros de suas ações

³³ *DB*, 15 de setembro de 1971, nº4454, p.5.

em um dos jornais de maior circulação na cidade. Eis aí a passagem da potência ao ato, passagem da forma comum à singularidade. "A singularidade qualquer não tem identidade, não é determinada relativamente a um conceito (...), ela é determinada com a totalidade das suas possibilidades". (Agamben, 1993:53).

Regina Moreira, Sebastiana Freire da Silva, Da Luz, dentre tantas outras que não foram capturadas pelos fachos de luz do poder, com suas *caças não autorizadas* fizeram

bricolagens nas teias dos discursos do campo judiciário: inventavam, gritavam, ressurgiam do nada, vistas como mulheres "espetaculosas"... E, naquela produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta (Certeau, 1994:38-39), aqueles nomes surpreenderam com as migalhas de poder que lhes foram "sobejadas", ou, é a partir delas, que se foi construindo outra produção, qualificada de signos e significados que dão novos sentidos às suas práticas, às suas vidas ordinárias.

BILIOGRAFIA

AGAMBEN, Giogio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I.

Tradução de Henrique Burigo. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.

Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira, 2003.

CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. *Mulheres Modernas, Mulheres Tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes - Campina Grande 1930/1950.*

Dissertação de Mestrado em História do Brasil, Recife, UFPE, 2000.

CIPRIANO, Maria do Socorro. *A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX*". Dissertação de Mestrado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo: 2002.

COSTA, Jurandir Freire. A higiene das famílias. In: *Ordem Médica e norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

DE CERTEAU, Michel. Introdução Geral. In: *A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer*; tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: *A escrita da História - 2ª ed.* - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

DOSSE, François. Michel de Certeau e a história: entre o dizer e o fazer. In: *História e Ciências sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

ENGEL, Magali. História e Sexualidade. In: CARDOSO e VAINFAS. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: *O que é um autor*. Lisboa: Ed. Presença, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*; tradução Eduardo Brandão. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*. Florianópolis. Vol. 9, n. 2, 2001 disponível em www.iegh.ufsc.br.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*.- Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de Emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Trad. de **DABAT**, C; ÁVILA, M B. Recife: SOS-CORPO, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, Antropologia e História Social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.

Gilmária Salviano Ramos

Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Grupo de Estudos Culturais/UFCG. Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História/UFSC.

E-mail: gilmarariamos@gmail.com.

IMAGEM, REPRESENTAÇÃO E MASCULINIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CAPAS DA G MAGAZINE

Fábio Ronaldo da Silva¹
Rosilene Dias Montenegro

Resumo

A fotografia é um produto social e cabe ao historiador perceber como as imagens constituem uma maneira discursiva de colocar em cena questões e fragmentos da história, percebidos no encaixe de uns documentos com os outros na tentativa de se entender sua forma evolutiva e, ao mesmo tempo, descontínua. Desta forma, a história aproxima-se do presente, com a fotografia, permitindo entender a história oficial, a secreta, a individual e a coletiva. Partindo dessa premissa, faremos uma discussão acerca das capas da *G Magazine* – revista homoerótica que está em circulação no Brasil desde 1998, sendo a primeira desta especialidade a fazer parte da Associação Nacional de Editores de Revistas do Brasil. A escolha pela análise das capas se deve pelo fato de que elas apresentam aquilo que deve ser considerado o conteúdo mais importante da revista e que, por isso, chamam para a leitura. O artigo aqui apresentado tem como proposta identificar, nas capas da *G Magazine*, o corpo do homem viril como significado através de diferentes imagens que a revista produz e reproduz; seja esta através do vestuário, posições corporais ou expressões faciais. É importante perceber que, ao mesmo tempo em que mostra apenas homens viris ou que simulam a virilidade em suas capas, a *G Magazine* sugere que apenas os homens viris e másculos são desejados pelos homossexuais e essas capas acabam refutando a imagem do homossexual afeminado; e mesmo sendo uma revista

voltada para homossexuais, a existência deste tipo de publicação não confere, automaticamente, um lugar de fala para tal grupo na sociedade.

Palavras-chave: Fotografia, *G Magazine*, Representação e Virilidade.

Abstract

Photography is a social product and it is the historian to understand how the images are a discursive way of putting issues on the scene and fragments of history, perceived fit in some documents with others in an attempt to understand its evolutionary way and at the same time, discontinuous. Thus, the history approaches the present, with the picture, allowing to understand the official story, the secret, the individual and collective. From this premise, we will have a discussion about the cover of *G Magazine* - homoerotic magazine that is in circulation in Brazil since 1998, the first part of this specialty of the National Association of Magazine Publishers of Brazil. The choice of covers if the analysis due to the fact that they have what should be considered the most important content of the magazine and that, therefore, call for reading. The article presented here has the purpose to identify, on the covers of *G Magazine*, the man's virile, meaning through different images that produces and reproduces the magazine, whether it be through clothing, body positions and facial expressions. It is important to realize that, while showing only men or manly virility that simulate on their covers, *G Magazine* suggests that only men are manly and virile desired by homosexuals and those covers just refuting the image of the effeminate homosexual, and even as a magazine for homosexuals, the existence of this type of

¹ Mestre em História pelo PPGH-UFG e professor do curso de Jornalismo das Faculdades Integradas de Patos e de Produção em Audiovisual da Facisa.
fabiocg@gmail.com

publication does not, automatically, a place of speech for that group in society.

Keywords: Photography, G Magazine, Representation and virility.

Falar do Outro é tão complexo quanto o ser. O Outro pode ser aquele que tem alguma deficiência ou limitação física, o mendigo que fica pedindo um trocado lá no centro da cidade, a mulher que faz faxina na minha ou na sua casa ou o travesti que faz programas em alguma rua da cidade. Convivemos com o Outro, e o somos para eles, todos os dias, em vários ambientes e situações. Mas, na maioria das vezes, fingimos que não existem ou os toleramos.

Tolerância é algo que buscamos colocar em prática para tentar conviver, pacificamente, com aqueles que fogem daquilo que, conscientemente ou não, taxamos de "normal". Entretanto, isso não é uma regra, principalmente quando se trata de sexualidade. É no Brasil, por exemplo, que existe o maior número de assassinatos de homossexuais apenas por que eles assim o são². É o país também conhecido pelo "preconceito velado", onde se finge ser tolerante, mas pelas costas...

Todavia, há momentos onde esse "preconceito velado" se faz aparecer em pesquisas publicadas pela mídia. Em 19 de junho de 2005, a Folha de São Paulo no caderno "Mais" publicou uma matéria intitulada "Só os viris e discretos serão amados?" que trazia uma pesquisa feita entre os participantes da Parada Gay paulista com a seguinte informação:

Na pesquisa do Datafolha, chamou a atenção o fato de 76% dos entrevistados concordarem, total ou parcialmente, com a idéia de que "alguns homossexuais exageram nos trejeitos, o que alimenta o preconceito contra os gays". A mesma pesquisa no Rio de Janeiro revelou que, entre os homens homossexuais, 44,6% preferem parceiros "mais masculinos", contra apenas 1,9% que os preferem "mais femininos". Para alguns, por aumentar o preconceito, a feminilidade parece politicamente incorreta nos homens. Para outros, deve ser cuidadosamente policiada pelos que se aventuram no mercado dos afetos e paixões.

Trocando em miúdos, mais de 40% afirmavam que nunca teria nenhum tipo de relacionamento com homossexuais não viris, ou seja, com aqueles homossexuais chamados, no cotidiano, de "bicha", aqueles que "dão pinta", também chamados, vulgarmente, de "viado". Esse Outro é o outro do homem "a categoria serve para assinalar sujeitos cujo processo de materialização enquanto homem de verdade fracassaria"³ e o Outro do homossexual. Esse Outro não virilizado seria então uma figura abjeta, que, quando trazido pela mídia televisiva, por exemplo, será, na maioria das vezes, representado como um pícaro, alguém que serve para divertir e, quando muito, ajudar quem esteja passando por alguma situação difícil.

Escolhemos então, fazer uma análise dos modelos que posam nas capas da revista *G Magazine* – publicação voltada para homossexuais masculinos e que está há mais de dez anos, sem nenhuma interrupção, em circulação no mercado editorial brasileiro – no intuito de perceber qual a representação de masculinidade que

² Segundo dados de pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) apenas em 2010, no Brasil, foram registrados 260 crimes por homofobia. Segundo o Relatório de Assassinatos a Homossexuais no Brasil, a região mais homofóbica é o Nordeste, onde o homossexual tem mais chances de ser assassinado apenas por causa da orientação sexual. Mais sobre o assunto ver: <http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20completo.html>

³ OLIVEIRA, Leandro de. As realizações polimorfos da figura da bicha. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero. UERJ, 2006, p. 01.

ela apresenta para o público que consome a revista. Para tanto, será feita não apenas uma análise da representação do modelo que posa na capa, mas o personagem que ele representa, o gestual, bem como os elementos que vão compor o cenário que, juntos, contribuem para reafirmar a virilidade do personagem ali representado.

É importante informar que não será feita aqui, uma pesquisa de recepção de imagem, mas sim, da produção da mesma e como esta forja representações.

Para trabalhar com representações visuais na historiografia, uma das possibilidades seria a aproximação com a história cultural, pois esta se constitui em uma tendência privilegiada para os estudos sobre representações.

A fotografia é um produto social e cabe ao historiador perceber como as imagens constituem uma certa maneira discursiva de colocar em cena questões e fragmentos da história, percebidos no encaixe de uns documentos com os outros na tentativa de se entender sua forma evolutiva e, ao mesmo tempo, descontinua. Desta forma, a história aproxima-se do presente, com a fotografia, permitindo entender a história oficial, a secreta, a individual e a coletiva. A história do sentido das fotografias, a cada período, sofre renovação de suas funções: a fotografia social, a popular, a mediática dentre outras. As imagens fotográficas são todas plausíveis à ação dos campos, das influências, das filiações, das referências, das determinações sociais e dos códigos de leitura, não estando atreladas ao

determinismo tecnológico, pois, antes de tudo, são produtos sociais.

Todavia, antes de falar sobre o tema escolhido, é interessante explanar um pouco acerca da Nova História Cultural⁴ que contribui para que determinados assuntos sejam trabalhados no âmbito historiográfico, trazendo novos ares ao trabalho do historiador e, em seguida, trabalharemos a questão da representação. O arcabouço intelectual que vai dar origem à Nova História Cultural está intimamente ligado ao surgimento, no final da década de 1920, na França, de uma nova forma de se pensar as questões historiográficas, identificada como História das Mentalidades. Segundo Vainfas (2002) esta, mais tarde, devido a grande quantidade de críticas sofridas, vai se juntar a Nova História Cultural. Isso pelo fato de que, de acordo com Vainfas (2002, pp. 55-6) "a chamada História das Mentalidades abriu-se de tal modo a outros saberes e questionamentos que, no limite, pôs em risco a própria legitimidade da disciplina".

A nova forma de se interpretar os fatos históricos, procurava fugir da história historicizante, ou seja, uma história que evitava dialogar com as outras Ciências Humanas.

Ainda segundo o autor, era preciso adotar,

uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar. Uma história com estruturas em movimento, com grande ênfase no mundo das condições de vida material, embora sem qualquer reconhecimento da determinância do econômico na totalidade social, à diferença da concepção marxista da história. Uma

⁴ Utiliza-se o termo Nova História Cultural para distingui-la da chamada Velha História Cultural onde, na primeira, segundo PESAVENTO (2004, p. 15-6), foram deixadas de lado concepções de viés marxista, que entendiam a cultura como integrante da superestrutura, como mero reflexo da infraestrutura, ou mesmo da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites. Também foram deixadas para trás concepções que opunham a cultura erudita à cultura popular, esta ingenuamente concebida como reduto do autêntico. Longe vão também as assertivas herdeiras de uma concepção da Belle Époque, que entendia a literatura e, por extensão, a cultura, como o sorriso da sociedade, como produção para o deleite e a pura fruição do espírito.

história não preocupada com a apologia de príncipes ou generais em feitos singulares, senão com a sociedade global, e com a reconstrução dos fatos em série passíveis de compreensão e explicação. (VAINFAS, 2002, p. 17)

Para justificar essa afirmação de que a Nova História Cultural trouxe um novo ar a História, basta observarmos a exaustão das explicações oferecidas por modelos teóricos com tendências à totalidade, nos quais o historiador era refém da busca da verdade. Essas explicações globais, por sua incapacidade de interpretar novos agentes históricos, passaram, portanto, a ser questionados.

Nas últimas décadas é perceptível um aumento do número de autores falando de cultura, de identidade e diferença tendo como base os estudos culturais, na história cultural e na chamada antropologia cultural e na sociologia da cultura. Segundo Burke (2001) há, atualmente, um momento de efervescência dos chamados Estudos Culturais.

O desafio aos velhos modelos foi especialmente rigoroso na escola dos Annales. Embora a história econômica, social e demográfica tenha permanecido dominante na própria *Annales*, a história intelectual e cultural passou a ocupar um sólido segundo lugar [...]. (HUNT, 1995, p.08)

Pesavento (2002) afirma que hoje, 80% da produção historiográfica nacional é produzida com base na Nova História Cultural. Tal produção pode ser vista tanto nas publicações especializadas (sob forma de livros e artigos) quanto nas

apresentações de trabalhos, em congressos e simpósios ou ainda nas dissertações e teses, defendidas e em andamento, nas universidades brasileiras.

Esta “revolução” historiográfica desencadeada pelos teóricos da Escola dos Annales impulsionou diferentes perspectivas de escrever e estudar a história. Assim, também o desenvolvimento da História Oral e da Micro-história⁵, as quais o processo se confunde com a própria história cultural, pois aparecem no bojo dos anseios de historiadores que buscavam um novo modo de compor a historiografia, como veremos mais adiantes.

Todavia, Burke (2001) aponta para uma fragmentação no tocante a esses estudos e para a dificuldade em definir o que é “cultura”.

A chamada História Cultural Clássica estava ancorada na arte, na literatura e na descrição das idéias. De acordo com Burke (2001) e Chartier (1990), a cultura era considerada patrimônio e pairava no ar enquanto uma unidade transcendente, descolada da economia, da política e das relações sociais. A nova história ou História Cultural, renovada pelas contribuições das ciências sociais, pretende colocar em causa seus objetos e dar primazia ao modo de como os construímos ao estabelecer relações entre os acontecimentos.

Segundo Hunt (1995, p.16), ao falar sobre a história cultural, Robert Darton afirmava é “a história de natureza etnográfica. (...) A modalidade antropológica de história [...] parte da premissa de que a expressão individual ocorre no âmbito de um idioma geral”. O que

⁵ Gênero historiográfico que surgiu na Itália, tendo, dentre os principais expositores, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi.

reforça, ainda mais, as possibilidades que abarcam esse fazer historiográfico.

Chartier (1990) vai assegurar uma história cultural que busca o confronto, onde se deve localizar as lutas discursivas e de poder no campo do saber. Também afirma a ruptura da história cultural com um sujeito universal e abstrato e a descontinuidade das formações sociais e culturais.

Ainda de acordo com Chartier (1990) a cultura era pensada sob a perspectiva de um legado recebido e também como transmissão de hábitos e costumes de uma geração a outra. Todavia, o próprio autor afirma que os objetos não são simplesmente aceitos de modo passivo, isto é, eles não são recebidos como uma herança perpetuada por uma tradição. Há um processo de recepção, de apropriação cultural dos objetos, que são utilizados de formas diferentes. A realidade não é recebida como um arquivo e congelada na memória em diferentes espaços. Desta feita, as realidades sociais estariam sempre sendo construídas e não simplesmente repassadas.

Certeau (2003) propõe, juntamente com Chartier (1990), a pensarmos a cultura no plural ao invés de percebê-la como um objeto natural ou como uma unidade. Os autores citados propõem a realização de uma sociologia da cultura, em que nos preocuparíamos em interrogar os modos de produção da cultura, como ela é difundida e quais são seus meios de circulação. É necessário, hoje, começarmos a enxergar a cultura como um conjunto de

significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.

Diante de uma gama de possibilidades, muitos historiadores passaram a trabalhar com diversos temas até então, não explorados pelos historiadores e merecem destaque Carlo Ginzburg, Roger Chartier e Michael de Certeau. Mesmo sabendo da importância dos mesmos para a História, será dado destaque aqui, apenas aos dois primeiros, pois ambos trabalham com tema que será bastante utilizado durante nosso artigo. O italiano Ginzburg, no final da década de setenta lança "O queijo e os vermes", livro que se tornou um referencial tanto para a Nova História quanto para a Micro-História. Esta última torna possível a historiografia dos anônimos, dos esquecidos, buscando nesses elementos os pressupostos da história social e cultural, rompendo com a história positivista, tradicional.

O foco se situa para o particular e não mais para o geral, para a curta duração, para a diacronia, de uma história vista de baixo, cuja abordagem "deve permitir o enriquecimento da análise social, torna-la mais complexa, pois leva em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicado na experiência coletiva" (LEVI, 1992, p.207).

Nele, o autor discorre sobre um moleiro condenado como herege pela Inquisição Papal no século XVI. Podemos considerar essa obra uma obra-síntese, uma vez que foi nela que Ginzburg abandonou o conceito de mentalidades e adotou o de cultura, definindo-a como "o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes

subalternas em um certo período histórico” (GINZBURG, 1986, p. 16).

Decorre desta definição ser possível, agora, recuperar o conflito de classes em uma dimensão sociocultural, deixando-se entrever no campo das discussões teóricas aquilo que o historiador italiano chamou de circularidade cultural, conceito que se opõe ao velho paradigma cultura popular *versus* cultura erudita.

Do ponto de vista metodológico, a Micro-História avança nas pesquisas historiográficas por romper com a prática calcada na retórica e na estética. Segundo Levi (1992, p. 136), a micro-história possui, portanto, um papel muito específico dentro da chamada Nova História Cultural: “refutar o relativismo, o irracionalismo e a redução do trabalho do historiador a uma atividade puramente retórica que interprete os textos e não os próprios acontecimentos.” Assim, o historiador de orientação micro-histórica, amparado pelos conceitos da Nova História Cultural, pode “visualizar” acontecimentos, fatos que a historiografia tradicional não percebe e trazer à tona dados que estavam adormecidos.

Retomando a discussão feita anteriormente sobre cultura e a produção da mesma, Burke nos diz como o processo de canonização de artistas, de diversos autores e dos denominados cientistas e pesquisadores vem sendo estudado pelos historiadores. Exemplos que ilustram esta afirmação são os estudos realizados sobre história dos intelectuais, a história da leitura, a interrogação da função-autor, dentre outros.

Desta feita, a divisão entre cultura letrada e cultura popular tem sido alvo de interrogações pelos historiadores e estudiosos das ciências sociais. Para Certeau (2003), não existe uma cultura de elite homogênea, assim como não existe uma cultura popular oposta, também homogênea, compartilhada por classes sociais distintas. Os costumes e hábitos, comportamentos, modos de ser e modos de existir entrecruzam-se. Há um processo de circulação das práticas culturais entre os diversos grupos sociais. Chartier (1995) afirma que a categoria “cultura popular” é uma classificação erudita, produzida para separar as condutas situadas fora de um modelo tomado como referência que é o da cultura erudita. Os vários etnocentrismos têm se mantido em função de práticas que classificam modos de existir de primitivos, não civilizados, carentes, não desenvolvidos diante das práticas de grupos específicos que se agenciam para controlar a produção e reprodução dos bens culturais.

Há um espaço entre as normas impostas e o vivido. O autor não vai negar que haja modos de agir, viver, sentir e pensar afirmados e outros negados em diferentes épocas, assim como não nega que existam regras coercitivas estabelecidas por certos grupos que formam alianças políticas e impõe um conjunto de regras aos outros. A crítica coloca-se negando uma suposta homogeneidade cultural, “tanto os bens simbólicos como as práticas culturais continuam sendo objeto de lutas sociais, em que estão em jogo sua classificação, suas hierarquizações, sua consagração ou

desqualificação” (CHARTIER, 1995, p. 184-5). Para Chartier, segundo HUNT (1995), os historiadores que trabalham com cultura não devem esquecer que os textos com os quais trabalham afetam o leitor de forma variadas e individuais.

Chartier mostra que, nos primórdios da Europa moderna, o significado dos textos dependia de uma grande diversidade de fatores, desde a idade dos leitores até as inovações tipográficas, como a multiplicação de indicações cênicas. Seu enfoque da relação triangular entre o texto do modo como é concebido pelo autor, impresso pelo editor e lido (ou ouvido) pelo leitor lança dúvidas sobre as clássicas concepções da história da cultura, em especial sobre a dicotomia entre cultura popular e cultura erudita ou de elites. (HUNT, 1995, p.19).

Na história da arte e na crítica literária, a representação é, há muito tempo, reconhecida como o problema central da disciplina. Para Chartier, a cultura não se situa acima ou a baixo das relações econômicas e sociais e tampouco pode ser alinhadas com elas. Assim, todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido ao mundo.

SOBRE REPRESENTAÇÃO E A G MAGAZINE:

Ginzburg (2001) nos mostra que nas Ciências Humanas, há muito tempo vem se falando de representação, algo que se deve, sem dúvida, à ambigüidade do termo, pois, de um lado, a representação se faz às vezes da realidade representada e, portanto evoca a ausência; de outro, torna

visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Para o autor esse é um aborrecido jogo de espelhos e ele não se detém nisto. Para ele, a imagem é ao mesmo tempo presença e sucedâneo de algo que não existe.

A origem do termo “representação”, segundo Ginzburg (2001) remota ao século XIII onde denominava-se *représentation* os manequins que podiam ser de cera, madeira ou de couro. Estes eram colocados junto do corpo dos soberanos ingleses e franceses durante o funeral. Enquanto o rei era velado, a presença do manequim era um testemunho da transcendência do rei e a sua presença no mundo dos mortos. Os manequins tinham como função, lembrar aos presentes que o rei, a partir daquele momento, estava assumindo uma outra forma e que uma outra e nova vida estava começando para aquele morto e “a *imago* funerária substituía o cadáver ausente” (Ginzburg, 2001, p.91).

Etimologicamente, “representação” provém da forma latina *repraesentare* – fazer presente ou apresentar de novo. Fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma idéia, por intermédio da presença de um objeto.

Segundo Chartier (1998), o principal objetivo da Nova História Cultural é identificar o modo como, em diferentes espaços e períodos, determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço a ser decifrado.

Dessa forma, as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Portanto, para cada caso, torna-se necessário relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Representação, segundo o autor, é um instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente, através de sua substituição por uma "imagem" capaz de reconstituir em memória e de o figurar da forma como ele é. O surgimento da noção de representação mostra duas famílias de sentidos aparentemente contraditórios: por um lado, a representação permite ver algo ausente, o que supõe uma clara distinção radical entre o que representa e aquilo que é representado. Por outro, a representação é a exibição de uma presença, a apresentação pública de algo ou de alguém.

Para Hall (2000), é através do modo como representamos as coisas nos diferentes espaços sociais e culturais que elas adquirem significados. De acordo com essa colocação, entendemos que, neste estudo, o corpo do homem viril, másculo é significado através de diferentes imagens que a *G Magazine* produz e reproduz.

Não é à toa que vamos encontramos nas capas da revista *G Magazine*, apenas modelos com corpos malhados, viris, com uma masculinidade a flor da pele, bem como elementos que compõem a cena que venha a reforçar isso ao invés, por exemplo, de serem exibidos nessas capas, modelos que não apresentam uma virilidade ou

que possuem traços femininos. O que nos faz pensar que apenas os homens viris e másculos são desejados pelos homossexuais e essas capas acabam refutando a imagem do homossexual afeminado.

Como sabemos, "nas culturas modernas, que adotam como eixo de orientação o investimento no material em detrimento do coletivo, definindo identidade como um problema do sujeito ligado exclusivamente à ordem no privado." (NOLASCO, 2001. p. 25). Desta feita, começaram a emergir grupos sociais que buscaram recodificar suas representações sociais, uma vez que estas não lhes conferiam o reconhecimento e valores desejados. Entretanto, ao reafirmar um novo tipo de representação uma outra é negada.

Pela natureza do material analisado, esse artigo vai estar inserido numa perspectiva discursiva verbo-visual. Isso significa que os aspectos visuais devem receber um tratamento analítico tão sério quanto os verbais, uma vez que os primeiros são tão importantes quanto os segundos para a produção de efeitos de sentido suscitados na discursividade da imprensa especializada. É preciso ter em mente que a visão envolve algo mais do que o mero fato de ver ou de que algo seja mostrado (DONDIS, 1973).

As capas da revista *G Magazine*, em especial, usam as relações sógnicas na construção de sua unidade, que se alicerça justamente na pluralidade significativa e utiliza precisamente a composição sógnica, que perpassa o histórico-cultural chegando ao psíquico. Dessa forma, um homem

loiro, por exemplo, é ícone quando tomado como imagem, mas é símbolo quando representa "glamour", "beleza". Elementos como carro, uma bola de futebol ou objetos de couro, por exemplo, podem ser tomados como ícones, quando imagens, mas símbolos quando representam idéias abstratas como "status", "sofisticação", "potência".

As capas da *G Magazine*, as quais apresentam aquilo que deve ser considerado o conteúdo mais importante da revista e que, por isso, chamam para a leitura, anunciam e, em alguns momentos sugerem o nu frontal que está por vir, mas, apesar de ser a "estrela principal" dos ensaios fotográficos, a genitália não é mostrada nem anunciada de imediato. Talvez pelo desejo de se afastar da imagem pornográfica pejorativa, e/ou pela regulamentação da imprensa que proíbe a exibição de genitálias nas capas. Há toda uma representação do corpo que tem como efeito a erotização do caráter pornográfico correntemente atribuído à exibição da genitália desnuda. Essa encenação constrói uma cenografia da revelação de uma intimidade, a partir da invasão consentida da privacidade, que dá sentido a essa nudez.

A fotografia será aqui entendida como uma imagem associada a um ato inseparável de sua enunciação e de sua recepção. Assim, o fotógrafo, o dispositivo técnico, a cena e seu(s) ator (es) e, por fim, o espectador, faz parte do processo de significação. Ao abordar e fazer um itinerário histórico da questão do realismo fotográfico, nos seus primórdios, com sua ênfase no fascínio da representação da

realidade, a imagem técnica funda um discurso que perdura até os dias de hoje, de localizá-la no âmbito da analogia. Com um discurso da imagem técnica existindo como um espelho, em que a realidade se projeta mecânica e quimicamente, essa abordagem define-a como uma visão automática da realidade e, portanto, objetiva, quase natural, especular.

Fotografias, principalmente as de capas de revistas, quase sempre e, especificamente, as da *G Magazine*, são montadas, representam a mistura de intencionalidades do fotógrafo, do observador e do editor. Escolhemos analisar capas pelo fato de que elas, por si só, já vendem a revista, logo, a produção das mesmas passa por um maior rigor, além do mais, imagens não servem apenas para ilustrar, elas possuem informações que, quando decodificadas, transpassam a própria imagem, pois, como sabemos, antes de tudo, imagem é um símbolo.

É em meio a essa intencionalidade que podem se encontrar o visível e o invisível, do positivo para o negativo, do ver para o sentir. No meio dessas variantes, podemos encontrar a chamada subjetividade, que deixa marcas visuais no objeto. E é no próprio objeto que devemos procurar identificar as subjetividades existentes. A imagem indica algo que, embora nem sempre visível, é sempre resultado da produção de um sujeito.

E é essa quase naturalidade das imagens técnicas que vai permear o imaginário dos leitores e daqueles que vêm as capas da

revista *G Magazine*. Nela estarão sempre presentes homens másculos ou o que a isso representa, querem se mostrar para os outros e tal virilidade é reafirmada não apenas pelo corpo, mas pelo semblante e elementos de cena que constituem a fotografia da capa da revista. Não é por acaso que nas capas da *G Magazine* aparecem modelos representando ser um vaqueiro, um boxeador, um mecânico ou um jogador de futebol e, para reforçar a imagem de tal "personagem" viril, eles vão se apropriar de elementos para dar maior veracidade ao "personagem" encarnado.

Como nos mostra Chartier (1998), a representação é instrumento de conhecimento imediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma imagem, capaz de trazê-lo à memória e de o figurar tal como ele é. A relação de representação é entendida deste modo como correlação de uma imagem presente e de um objeto ausente, um valendo pelo outro. O autor também atenta para a distinção fundamental entre representação e representado, isto é, entre signo e significado, que é pervertida pelas formas de teatralização do antigo regime. Ou seja, todas têm o objetivo de fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação, corroborando assim, ao que foi dito acima.

Historicamente, a definição de masculino se dá em oposição ao feminino, isto é, o que é do masculino é definido como aquilo tudo que não pode ser feminino. Se, desde muito cedo, a família como grupo socializador primário modela,

através de ritos, regras e limites, comportamentos diferentes para homem e mulher, mais tarde, outros grupos sociais, como escola, comunidade e outros espaços prosseguem na inculcação desse modelo hegemônico, através da multimídia, divulgando conhecimentos e saberes. A partir dos movimentos de liberação de minorias, como o feminista e o sexual, estudos e pesquisas sobre sexualidade feminina ou feminilidades se multiplicaram. Com esses movimentos, o masculino, baseado num modelo de oposição a tudo o que é feminino, sofre abalos na sua estrutura.

Autores como Nolasco (1995) e Goldenberg (2004) apontam uma crise da masculinidade ao surgirem tensões entre o padrão tradicional de identidade masculina e a possibilidade de viver novas formas de ser homem. Assim também o estudo de Oliveira (2004), sobre a construção social da masculinidade, aborda uma possível crise da masculinidade em um contexto específico da sociedade, mas não a defende como algo generalizado, pois, diz ele, nas camadas populares o modelo tradicional de hegemonia masculina predomina. Todavia, de modo geral, tanto homens como mulheres ainda alimentam o ideal de comportamento dos homens baseado na força, no poder e na virilidade, de acordo com Goldenberg (2000), mas o que vive é um modelo em que o comportamento tradicional já não é mais valorizado. A virilidade fica ameaçada.

A masculinidade é social e culturalmente *construída*, sendo secundária, frágil e desenvolvida a

partir da feminilidade original. É fácil constatar quanto os homens se preocupam em demonstrar, comprovar e reafirmar sua virilidade.

Historicamente, as diversas sociedades sempre criaram instituições ou instâncias hierarquizadas de *poder* com o objetivo de exercer o necessário controle sobre seus cidadãos através de mecanismos de inclusão e de exclusão. Quer se trate da pedagogia homoerótica da Grécia antiga, da educação viril dos cavaleiros da Idade Média, dos "rituais de iniciação masculina" de meninos e adolescentes nas sociedades ditas primitivas, ou mesmo das manifestações atenuadas e disfarçadas - mas ainda presentes - nas sociedades contemporâneas (Castoriadis, 1995), todas visavam a instalar e a garantir a masculinidade de seus filhos. Esses rituais de iniciação, de passagem ou de confirmação da masculinidade geravam, ao mesmo tempo, terror e fascinação nos jovens, pois o reconhecimento como *macho* era não apenas uma meta a ser dolorosamente alcançada, mas também ansiosamente desejada.

As capas da revista analisada usam as relações sógnicas na construção de sua unidade, que se alicerça justamente na pluralidade significativa e utiliza precisamente a composição sógnica, que perpassa o histórico-cultural chegando ao psíquico. Dessa forma, um homem loiro, por exemplo, é ícone quando tomado como imagem, mas é símbolo quando representa "glamour", "beleza". Elementos como carro, uma bola de futebol ou objetos de couro, por exemplo, podem ser

tomados como ícones, quando imagens, mas símbolos quando representam idéias abstratas como "status", "sofisticação", "potência".

As capas da *G Magazine*, as quais apresentam aquilo que deve ser considerado o conteúdo mais importante da revista e que, por isso, chamam para a leitura, anunciam e, em alguns momentos sugerem o nu frontal que está por vir, mas, apesar de ser a "estrela principal" dos ensaios fotográficos, a genitália não é mostrada nem anunciada de imediato. Talvez pelo desejo de se afastar da imagem pornográfica pejorativa, e/ou pela regulamentação da imprensa que proíbe a exibição de genitálias nas capas. Há toda uma representação do corpo que tem como efeito a erotização do caráter pornográfico correntemente atribuído à exibição da genitália desnuda. Essa encenação constrói uma cenografia da revelação de uma intimidade, a partir da invasão consentida da privacidade, que dá sentido a essa nudez.

A imagem fotográfica sendo um material de registro visual com conteúdo cultural transformou totalmente a memória. Como afirma Le Goff (1984), ela dá uma precisão de imagem que não precedentes na história e permite uma repetição que, de certa maneira, populariza essas imagens de lembrança marcando cronologicamente a imagem no tempo. Por isso, para se ler fotografias, é necessário ir além dos relatos de narração das fotos. É preciso compará-las e compreender o texto fotográfico, o significado da produção fotográfica e, também, interpretar as imagens e, nesse movimento, não perder do horizonte

a ambigüidade que a informação imagética da fotografia traz consigo, já que esta apresenta seus elementos constitutivos de maneira aberta, isto é, sem regras rígidas de leitura. Dessa forma, a fotografia apresenta-se como um material rico para o desenvolvimento de ficções. Ficções no sentido de que uma mesma fotografia dá vazão a uma liberdade de criação de histórias narrativas que provêm da interpretação da imagem.

A imagem fotográfica é uma obra aberta, contudo, em sua interpretação, não devemos nos esquecer que porta mensagens de uma época e lugar, mesmo com toda a possibilidade de ambigüidade que sua leitura tenha. A produção fotográfica, seja esta qual for, traz não a reprodução do real, mas uma representação do mesmo, um recorte.

Tomando a fotografia como "elemento que congela o real" servindo, dessa forma, como documento, podemos citar alguns autores que comentam sobre esse assunto:

A fotografia transforma em cena o que vivemos. A eficácia social da foto é tanta que, em alguns momentos, é possível conduzir nossas vidas na lembrança da representação, como se fôssemos legitimados pelo registro do acontecimento (NEIVA JR, 1986, p. 64), nas diversas realidades contidas pela fotografia (KOSSOY, 1989, p. 37), na perspectiva da imagem ser uma espécie de ponte entre a realidade retratada e outras realidades, e outros assuntos, seja no passado ou presente (PAIVA, 2002, p.19), na idéia de que as

"fotografias não são decodificadas como uma linguagem, elas são interpretadas criativamente" (BITTENCOURT, 1998, p. 231), na concepção de que "a foto torna-se o referente de si mesma", de que as imagens fotográficas são antes de tudo "objetos culturais autônomos" (FERNANDES, 2001, p. 33) que pertencem ao "particular absoluto, a contingência soberana, impenetrável e quase animal" (BARTHES, 1980, p. 17), e, conseqüentemente no aspecto polissêmico da linguagem fotográfica, o que permitiria diversas e infinitas interpretações.

Como afirma Maria Dantas (1999, p. 55),

Entre o leitor, a fotografia e o autor há um campo de intencionalidade impossível de ser registrado, mas que impregna o acontecimento (...). Assim, o que emerge é resultado da impossibilidade de redução, sendo sempre o espaço reservado a criação que alimentam e reciclam leituras do mundo.

Desta feita, a fotografia será aqui entendida como uma imagem associada a um ato inseparável de sua enunciação e de sua recepção. Assim, o fotógrafo, o dispositivo técnico, a cena e seu(s) ator (es) e, por fim, o espectador, faz parte do processo de significação. Ao abordar e fazer um itinerário histórico da questão do realismo fotográfico, nos seus primórdios, com sua ênfase no fascínio da representação da realidade, a imagem técnica funda um discurso que perdura até os dias de hoje, de localizá-la no âmbito da analogia. Com um discurso da imagem técnica existindo como um espelho, em que a realidade se projeta mecânica e quimicamente,

essa abordagem define-a como uma visão automática da realidade e, portanto, objetiva, quase natural, especular.

Na *G Magazine* a única forma que os homossexuais são representados é como pessoas másculas, fortes, viris. A representação masculina nessas capas é o próprio objeto, isto é, o corpo dos modelos que posam para as capas, sobre o qual as culturas definem seus padrões de masculinidade, neste caso, a valorização, pelos homossexuais, de homens que sejam dotados, no mínimo, do modelo de masculinidade hegemônica onde o homem, antes de qualquer coisa, é viril.

Essa virilidade é mostrada através dos músculos do corpo, por expressões faciais e por adornos naturais ou não, neste caso entrariam respectivamente, a questão do uso de barba ou a presença de pêlos pelo corpo e também o uso de determinadas roupas ou elementos que reforçam a imagem de homem viril, como por exemplo, uma arma ou a própria roupa de couro.

Courtine (1995), ao fazer uma análise sobre a questão do poder, diz que na busca de corresponder a um modelo de masculinidade hegemônica, ele é, ou pode ser, exercido na relação sobre outros homens, também. Daí que a idéia de ascensão social, liderança, pode representar um dos papéis da masculinidade, isto é, o de homem forte e viril. Todavia, é preciso perceber que, os modelos que aparecem nas capas da *G Magazine* quase sempre estarão dentro do modelo de masculinidade tido por

alguns como hegemônico, isto é, aquela que teria como modelo máximo homens brancos, de setores médios da população, e que tenderia a se configurar como o conjunto de práticas dominantes na construção da subjetividade masculina, servindo como referência a ser atingida.

Desde quando surgiu em quase todas as capas da *G Magazine* os modelos se encontram sozinhos, o que sugere que esse outro para quem olham e sorriem e com quem tentam estabelecer um diálogo pode ser o fotógrafo que está por trás das lentes, o qual, também ausente na fotografia, dá seu lugar ao leitor, que passa a ser o interlocutor da cena.

Marcar a própria presença, chamar a atenção, pôr ênfase em determinadas partes do corpo, denotar com uma imagem clara e muitas vezes mesmo codificada com precisão alguns significados, e dar a conhecer outros de maneira explícita, mas, sempre sensível, eis o objetivo principal do vestuário.

A instauração de uma interlocução se dá no jogo enunciativo "eu-tu", denunciado nas revistas pelo olhar dos modelos fotografados, que se volta constantemente ao leitor, o que atrai, de alguma maneira, o olhar do leitor para o corpo fotografado, como se o convidasse a participar dessa cena. Esse convite começa como é de se imaginar, já nas capas. A capa, considerada como o espaço de apresentação da revista, constitui o primeiro contato entre o leitor, e anuncia em destaque o conteúdo mais importante da edição; no caso das publicações consideradas aqui, os ensaios de nu.

Ao anunciar esses ensaios, as capas não oferecem apenas fotos de homens seminus e, em alguns momentos nus como se fossem uma amostra do que vai ser exibido nas revistas, elas instauram de imediato uma interlocução com o leitor que se dá, desde esse primeiro contato - o momento em que o leitor visualiza a revista nas bancas ou que recebe seu exemplar de assinante, conforme nas figuras que virão nas páginas seguintes.

A representação do corpo, em algumas capas aparecem supondo movimento - superando obstáculos, medindo sua força, desafiando limites - pressupõe que, para se ter um corpo forte, saudável e definido, são necessários muitos exercícios e esforços físicos. São os exercícios que propiciam um corpo bonito e um corpo bonito pressupõe satisfação. A expressão corporal dos homens que aparecem nas capas da revista analisada pressupõe esforço e determinação, mostrando que, para alcançar o corpo perfeito, tem de se chegar ao limite, ao esforço máximo, logo, o corpo musculoso é a recompensa para tanta dedicação. Tais imagens correspondem às expectativas do imaginário coletivo que guarda em sua memória as diferenças sociais de papéis entre os representantes dos sexos opostos.

Como podemos perceber, as capas da *G Magazine* estão cheias de elementos signícos que reforçam a imagem de virilidade masculina. Ao mesmo tempo, serve para reforçar o preconceito existente entre os próprios gays no que tange aos estereótipos "afeminados" e "não-afeminados". Sobre isso Paglia (1993) afirma que o desdém que há

entre os gays com relação aos "afeminados" se dá pela apreciação à masculinidade aperfeiçoada, que simbolizará nos "não-afeminados" a forma "masculina musculosa", tensa e de arquitetura arrogante, que fora primeira e plenamente imaginada pelos povos da Grécia.

O "culto ao corpo" é um mecanismo altamente eficiente de individualização - como mencionado por Nolasco (2001) anteriormente, ao responsabilizar cada indivíduo por sua aparência, isto é, instaurando uma nova moralidade, a da "boa forma", referida à juventude, beleza e saúde e, conseqüentemente, acentuando particularismos ao fazer de cada indivíduo uma espécie de escrutinador de cada detalhe de seu corpo e aparência, mas não deixa de fazer coexistir, ao lado desses movimentos que promovem ou acirram uma espécie de individualização, alguns outros imperativos, igualmente eficazes, porém opostos e contraditórios.

Quanto mais se impõe o ideal de autonomia individual, mais aumenta a exigência de conformidade aos modelos sociais do corpo. Se é bem verdade que o corpo se emancipou de muitas de suas antigas prisões sexuais, procriadoras ou indumentárias, atualmente encontra-se submetido a coerções estéticas mais imperativas e geradoras de ansiedade do que antigamente. (BOURDIEU, 1987, p.9)

Pode-se dizer que, sob a moral da "boa forma", um corpo trabalhado, cuidado, sem marcas indesejáveis é o único que, mesmo sem roupas, está decentemente vestido. "Um corpo de homem, se é

musculoso, não está jamais verdadeiramente nu.” (COURTINE, 1995, p. 68).

A concepção da masculinidade, competitiva, hierárquica e agressiva, não é propícia ao estabelecimento de amizades íntimas e duradouras com outros homens. Logo, reforça a idéia da virilidade dos mesmos.

As capas da revista homoerótica *G Magazine* nos permitem articular três modalidades da relação com o mundo social trazidas por Chartier (1998). Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais, a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos. Segundo, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição. E em terceiro lugar, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” marcam de forma visível e

perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.

Mais do que um corpo masculino, o corpo retratado nessa revista é o de um homem que recusa, ou tenta se afastar de qualquer aproximação possível da homossexualidade, em especial, do estereótipo atribuído à homossexualidade, isto é, a não virilidade ou o efeminado. Aparentemente, não é com o homem delicado e frágil que o suposto leitor deseja se relacionar e nem é o corpo desse tipo de homem que o leitor deseja admirar e ao qual deseja ser identificado. Masculinidade e virilidade na *G Magazine* são sinônimos de heterossexualidade, e qualquer qualificação que ponha em xeque essas características é desvalorizada. Os modelos não apenas enunciam e representam sua heterossexualidade, como rejeita uma possível atribuição à homossexualidade. Há a valorização do homem másculo e a conseqüente recusa do homossexual afeminado e do homem delicado e frágil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- BITTENCOURT, Luciana Aguiar. **Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam Moreira (orgs). *Desafios da Imagem*. Campinas: Papirus, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. O sentimento da honra na sociedade cabília. In: PERISTIANY, J. G. **Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo, SP. Unesp, 1992.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

- CERTEAU, Michael de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1998.
- COURTINE, J.J. Os staknovistas do narcisismo: body-building e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. In: SANT'ANNA, D.B. **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- DANTAS, Maria Eugênia. **Educação-fotografia: impressões e sentidos**. Caicó: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1999. Disponível em <http://www.anped.org.br/0209t.htm> - Acessado em 27 dez.2005.
- DONDIS, D. A. **Sintaxe da Linguagem Visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papyrus, 2004.
- FERNANDES JUNIOR, Rubens; LAGO, Pedro Correa. **O século XIX na fotografia brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2001.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1986.
- _____. **Olhos de madeira – Nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GOLDENBERG, Maria. **Os novos desejos: das academias de musculação às agências de encontros**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2000.
- HUNT, Lynn. **Apresentação: História, Cultura e Texto**. Martins Fontes, São Paulo, 1995
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Fotografia: realidade ou ilusão**. Revista Política & Trabalho, João Pessoa, 1998. Disponível em <http://www.geocities.com/CollegePark/Library/8429/13-koury.html> - Acessado em 23 de Dez. 2005.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo, SP. Unesp, 1992.
- NEIVA JÚNIOR, Eduardo. **A Imagem**. São Paulo: Ática, 1986.
- NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- OLIVEIRA, Leandro de. **As realizações polimorfos da figura da bicha**. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero. UERJ, 2006

PAGLIA, Camille. **Sexo, arte e cultura americana**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PARKER, R. **Corpos, Prazeres e Paixões: A Cultura Sexual no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Best-Seller, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte, Minas Gerais: Autêntica, 2004.

PRONI, M. W. **A metamorfose do futebol**. Campinas: Editora da Unicamp, Instituto de Economia, 2000.

SOUZA, Marcos Alves de. **A "nação em chuteiras": raça e masculinidade no futebol brasileiro**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História**. São Paulo, SP: Campus, 2002.

IDENTIDADES DESVIANTES: DO MACRO AO MICROCOSMO

Alexey Dodsworth Magnavita de Carvalho¹

Resumo

As tentativas de diagnosticar as assim chamadas "aberrações sexuais" podem ser traçadas nos últimos dois mil anos da história ocidental. Se a ciência oficial contemporânea centra-se em genes e moléculas (o mundo microcósmico), antigamente o foco era sobre os planetas e as estrelas (o mundo macrocósmico). De acordo com Michel Foucault, essa obsessão em aprender, diagnosticar, esconde um intenso desejo de controlar e subjugar. Uma abordagem científica ingênua, ainda que bem intencionadas, é perigosa, porque muitas vezes ignora as forças políticas que usam o discurso científico para impor a sua vontade de poder. Para Foucault, ao invés de uma "scientia sexualis", precisamos de uma "ars erotica". A questão principal não é "por que eu sou o que eu sou?", Mas "como eu posso extrair prazer de minha própria existência?". A vida como uma obra de arte. O fim do mundo das essências.

Palavras-chave: sexualidade, diagnóstico, identidade

Abstract

The attempts to diagnose the so-called "sexual aberrations" can be traced in the last two thousand years of western history. If contemporary official science focuses on genes and molecules (the microcosmic world), formerly the focus was on the planets and stars (the macrocosmic world). According to Michel Foucault, this obsession to learn, to diagnose, hides an intense desire to control and subdue. A naïve scientific approach, though well intentioned, is dangerous because it often ignores the

political forces who use the scientific discourse to impose their will to power. For Foucault, rather than a "scientia sexualis", we need an "ars erotica". The main question is not "why am I what I am?", but "how can I extract pleasure of my own existence?". Life as a work of art. The end of the world of essences.

Keywords: sexuality, diagnosis, identity

Michel Foucault é considerado um dos mais expoentes pensadores das questões de sexualidade e gênero, tendo dedicado grande parte de sua vida a pesquisar a questão dos indivíduos que, por suas diferenças eróticas, são estigmatizados. Inicialmente, a postura de Foucault diante da problemática dos desviantes sexuais foi mais investigativa e histórica, foi a atitude de um intelectual que se debruça sobre um tema sem se envolver diretamente nele. Ao longo dos anos 80, Foucault assumiu uma postura mais militante, sobretudo em relação à questão gay, uma vez que ele mesmo era um homem que se sentia sexualmente atraído por outros homens.

Os pesquisadores que abordam Foucault em seus estudos são unânimes em afirmar que a busca por desvendar a(s) suposta(s) causas da homossexualidade e da transexualidade é muito recente na história humana, data do século XIX e deriva do fato de um *desejo* ter sido convertido discursivamente numa *identidade*, numa *essência*. O próprio Foucault corrobora esta teoria, e a sustenta a partir da apresentação de uma série de documentos históricos. De fato, a

¹ Mestrando em Filosofia Política e Ética pela Universidade de São Paulo - USP. E-mail: alexey.dodsworth@gmail.com

literatura médica oficial passou a incorporar o termo "homossexual" muito recentemente, descrevendo as mais diversas teorias explicativas para a causa da homossexualidade. O termo "homossexual" tem data e local de nascimento, e antes do século XIX ninguém "era" homossexual. Dentro do paradigma cristão/católico, a prática homossexual era um *comportamento a ser corrigido* e, enquanto comportamento, não descrevia uma essência. A confissão possibilitaria a liberação, e as orações permitiriam a remissão do pecado.

Todavia, passou despercebido para estes pesquisadores e para o próprio Foucault um fato também historicamente documentado: não derivam da pura Medicina as primeiras tentativas de identificar causas para a homossexualidade, e também não é da pura Medicina o primeiro movimento que busca converter o desejo pelo mesmo sexo numa essência diferenciada. Verdadeiros compêndios que ensinam detalhadamente como identificar pessoas que desejam o mesmo sexo existem pelo menos desde o primeiro século depois de Cristo. Refiro-me aos mais famosos livros de Astrologia, escritos por grandes autoridades europeias neste assunto, livros estes que funcionavam como verdadeiros manuais de diagnóstico de supostas essências desviantes. Tais obras realizavam em sua época o que os compêndios médicos buscaram fazer a partir do século XIX: identificar *a marca*, o agente diferenciador que permitiria diagnosticar desviantes. O objeto diagnosticado num manual astrológico do século II não é

meramente "o homossexual", e sim "o pederasta", o que implica em outras características morais atribuídas à pessoa que iam além do que ela fazia na cama, num procedimento que Foucault chamava de *juízos dobrados*, descrito detalhadamente em sua obra *Os Anormais*: se o sujeito é homossexual, logo ele só pode ser criminoso, inclinado ao roubo ou ao assassinato, ou a diversos outros atos ilícitos e ameaçadores. O astrólogo dos dezesseis primeiros séculos da Era Cristã, também uma autoridade médica, era como uma espécie de "Lombroso cósmico", à procura de traços identificatórios desviantes.

Vale lembrar que, ao longo dos séculos e antes do banimento da Astrologia do esteio da Universidade, um médico incorporava a Astrologia em seu processo de estudo. Hipócrates (460-377 A.C.), patrono da Medicina, autor do juramento que os médicos ocidentais fazem ao se formar, afirma em seus *Aforismos* que um médico ignorante da Astrologia não pode se considerar um bom médico. Ao longo de sua obra, Hipócrates relaciona constantemente doenças a forças planetárias. Na Idade Média, a Astrologia era uma das artes liberais e fazia parte do corpo de estudos do *quadrivium*, que incluía a Aritmética (a teoria do número), a Geometria (a teoria do espaço), a Música (aplicação da teoria do número) e a Astrologia (aplicação da teoria do espaço). O astrólogo era aquele que estudava os fenômenos celestes e, também, os supostos significados terrestres decorrentes do movimento dos planetas. Astronomia e Astrologia se

separam propriamente na segunda metade do século XVII. Dito isso, e considerando que a Astrologia era um conhecimento oficial antes do século XVII, servindo de orientação não apenas para a Medicina como também para o Direito, não é possível ignorar seu peso como instrumento de diagnóstico ao longo de quase dezessete séculos. Foucault não conhecia Astrologia, isso é fato. E, justamente por desconhecê-la, não travou contato com seus manuais de diagnóstico diferencial que possibilitariam um entendimento muito distinto sobre a questão dos desviantes sexuais categorizados como *uma espécie*.

Considerando os documentos astrológicos, o que se verifica é que a categorização dos desviantes sexuais como espécie diferenciada se dá pelo menos desde o século I depois de Cristo, segue até algo em torno do século XVI, quando então a Igreja Católica se encarrega de elaborar um novo paradigma. A religião cristã praticamente apaga o conceito do desviante sexual como uma pessoa portadora de uma essência diferenciada, tornando-o "uma pessoa que pecou". Após um intervalo de quase quatrocentos anos, o conceito de "identidade essencial diferenciada" retorna com força através da Medicina, mas desta vez a partir de um discurso psiquiátrico, não mais astrológico. O conceito de essência, conforme veremos, se apropria do discurso vigente, e se sustenta a partir dele. Não se trata de uma verdade descoberta, mas de uma verdade *produzida* que irá nortear as autoridades de sua época. Não há "mais verdade" nos discursos

científicos (ou que se pretendem científicos) e acadêmicos sobre a homossexualidade do que havia no discurso - hoje tido como supersticioso - da Astrologia. O que temos é uma confiança na autoridade vigente que, se um dia foi astrológica e se fixava numa perspectiva macroscópica, atualmente é biológica e se atém à perspectiva microscópica. Do cósmico ao molecular, o que muda é a perspectiva, mas não o intento: diagnosticar uma essência diferenciada que revele e justifique o desviante sexual.

Em seu *Matheseos Libri VIII*, o astrólogo e advogado do Império Romano, o siciliano Julius Firmicus Maternus (nascido em torno do começo do século IV depois de Cristo) descreve pormenorizadamente todos os indícios astrológicos de uma identidade desviante. Especificamente no capítulo XXV do *Liber Septimus*, intitulado *Eunucos, Hermafroditas e Pervertidos*, ele diz:

Se o Sol e a Lua estiverem em signos femininos, quer juntos ou em casas diferentes, Vênus num signo feminino em qualquer ângulo, e se a Lua e Marte estiverem em signos masculinos, e Vênus também estiver num signo masculino no mapa de uma mulher, nascerão mulheres que tomam o caráter de um homem e desejam relações com mulheres como homens².

Temos, aqui, uma pré-sexologia já ciente da existência de distinções entre sexo biológico, identidade de gênero e preferência sexual. O livro em questão é um claro manual de diagnósticos diferenciais elaborado em torno de

² "Signos masculinos" e "signos femininos" são definidos de acordo com sua elementaridade estrutural. Os signos de Fogo e Ar são chamados de "masculinos", o que corresponde a Áries, Gêmeos, Leão, Libra, Sagitário e Aquário. Os signos de Terra e Água são denominados "femininos", e correspondem aos signos de Touro, Câncer, Virgem, Escorpião, Capricórnio e Peixes.

um saber que, em sua época, norteava tanto a Medicina quanto o Direito. Firmicus Maternus estabelece, ao longo de sua obra, diversas outras regras diagnósticas.

Considerando que Julius Firmicus Maternus foi não apenas um astrólogo, como também um advogado de alta notoriedade, e também considerando que a Astrologia gozava de estatuto privilegiado em sua cultura (tanto num sentido médico quanto num sentido jurídico), é de esperar que o *Matheseos Libri VIII* fosse levado a sério como a declaração de uma autoridade. Diagnósticos poderiam ser feitos a partir de suas instruções, com a finalidade de detectar “indivíduos desviantes”. Vale ressaltar que o *Matheseos Libri VIII* não se restringe ao diagnóstico de desviantes sexuais, mas estabelece regras de identificação também para criminosos e deficientes mentais. Mas Firmicus Maternus parecia especialmente preocupado com a questão do desvio sexual, pois dedica não apenas o capítulo XXV de sua obra a este tipo de diagnóstico. O capítulo XV é especialmente dedicado às normas de identificação de desviantes sexuais masculinos:

Mercúrio e Marte em conjunção, no ascendente, fazem amantes de rapazes. Se os dois estiverem num signo estranho³, a indicação será mais forte. Também, se Vênus estiver no signo de Mercúrio e Mercúrio estiver mal localizado⁴, os nativos são levados pelo desejo amoroso para a cama de rapazes. Para ser exato: isto ocorre quando Vênus está no signo de Mercúrio e Mercúrio está no IC ou no descendente⁵, ou na casa seis, oito,

nove ou doze, ou na anáfora⁶ do ascendente, ou na sua debilidade⁷. Se a Parte do Casamento⁸, calculada com exatidão, cair no signo de Mercúrio⁹, e se Mercúrio estiver num ângulo¹⁰, num signo masculino, isto fará amantes de rapazes que nunca desejam ter relações com mulheres. E se Marte e Mercúrio trocarem de signo¹¹, de forma a Marte estar no signo de Mercúrio e vice versa, isto ainda fará amantes de rapazes, especialmente se os dois assim localizados estiverem no signo de Marte. Se Mercúrio estiver no signo de Marte e Marte lhe fizer uma oposição ou quadratura, isso faz amantes de rapazes. Do mesmo modo, se Marte estiver no signo de Mercúrio e Mercúrio lhe fizer uma oposição ou quadratura, isto indica os mesmos vícios lascivos. Se a Lua estiver no signo ou termos de Mercúrio¹², e Mercúrio estiver no signo da Lua¹³, isto terá o mesmo efeito.

Julius Firmicus Maternus não está só em suas classificações e diagnósticos, e o *Matheseos Liber VIII* nem de longe constitui um caso isolado na história da cultura ocidental. Retroagindo ainda mais no tempo, chegamos ao século I depois de Cristo e encontramos a figura de Dorotheus de Sidon, autor do famoso *Carmen Astrologicum*, originalmente escrito em grego e com evidentes influências do conhecimento astrológico persa e árabe. O capítulo 7 da obra de Sidon é intitulada *Conhecimento da Sodomia* e constitui um manual com instruções detalhadas de como identificar o indivíduo desviante, sendo as descrições algo similares às de Firmicus Maternus.

³ Não há nenhuma referência tradicional para o que significa “signo estranho”. Se o termo se refere a um signo cuja natureza seja estranha aos planetas envolvidos, poderíamos nos referir aos signos de queda ou exílio de Mercúrio ou Marte, que seriam, respectivamente, Sagitário, Peixes, Touro, Libra e Câncer.

⁴ O significado de “má localização de Mercúrio” varia de acordo com o autor. Pode se referir, por exemplo, à presença do planeta nas casas 9 ou 12.

⁵ Ponto, no mapa, equivalente ao horizonte oeste.

⁶ “Anáfora do ascendente”, aqui, tem o sentido de casa zodiacal onde se encontra o regente planetário do signo ascendente.

⁷ “Debilidade do ascendente” pode sugerir a casa onde se encontra o planeta que se exila no ascendente.

⁸ Elemento da Astrologia Árabe, incorporada ao conhecimento astrológico europeu.

⁹ Ou seja: nos signos de Gêmeos ou Virgem.

¹⁰ Ou seja: no ascendente, no descendente, no fundo do céu ou no meio do céu.

¹¹ Isso implicaria em Mercúrio estar nos signos tradicionalmente associados a Marte (Áries ou Escorpião), e Marte se encontrar – por sua vez – nos signos tradicionalmente associados ao planeta Mercúrio (Gêmeos ou Virgem).

¹² Ou seja: Lua em Gêmeos ou em Virgem.

¹³ Ou seja: Mercúrio em Câncer.

Contemporâneo a Sidon é Claudio Ptolomeo, cientista grego e autor de vários livros – dentre eles, o *Tetrabiblos*, um tratado que reúne conhecimento astrológico babilônico, egípcio e grego. No livro III da obra, num capítulo intitulado *Os monstros*, Ptolomeo claramente defende a tese de que existem condições astrológicas que propiciam o surgimento de criaturas que não poderiam sequer ser consideradas como pertencentes à raça humana, ainda que tenham nascido de um ser humano. Vê-se que, em sua obra, Ptolomeo afirma a existência de uma categoria desviante extrema, totalmente à parte da humanidade. É possível ler na parte 8 do livro III do *Tetrabiblos*, onde Ptolomeo cita especificamente os hermafroditas, o “tipo misto” que caracteriza os “monstros e anormais” tão amplamente estudados por Foucault.

O desejo sexual é, muito provavelmente, o único tipo de desejo que, ao longo da história, foi convertido em essência. Não falamos mais em “desejo pelo sexo oposto” ou “desejo pelo mesmo sexo”, mas antes discursamos sobre essências: o homossexual, o heterossexual, sempre a partir de definições binárias que evocam a obrigatoriedade da escolha. Os discursos mudam, deixam de ser astrológicos para se tornarem psiquiátricos (e, em ambos os casos, evocam sobre si a autoridade de “ciência” e o estatuto de “verdade”), navegamos dos céus aos genes, mas ainda verificamos o que Foucault denuncia ao longo de sua obra¹⁴: o desviante é considerado um monstro. E é como “monstro” que classificamos tudo o que não se enquadra nas definições binárias.

“Identidade” evoca o que é “idêntico”, e quando surgem fenômenos que inviabilizam paralelos com o já-conhecido, classificamos tais fenômenos como “monstruosidades”.

A Astrologia, todavia, persistiu como conhecimento profundamente intrincado no discurso médico então vigente. A partir da convicção filosófica de que o homem é a representação microcós mica do céu inteiro, a crença astrológica marca a Medicina até a Idade Moderna. Vivemos, então, três movimentos: o desviante sexual como uma essência diferenciada, passível de diagnóstico, a suspensão deste paradigma a partir da Igreja Católica e seu conceito de “indivíduo que pecou” em contraponto à idéia do “sou assim” (algo em torno do final do século XVI) e o retorno, no século XIX, do desviante sexual como uma essência diferenciada, diagnosticável.

A conversão de desejo em identidade veio acompanhada, ao longo dos séculos XIX e XX, de uma mobilização em torno da compreensão de uma causalidade a partir do universo micro. Considerando o ponto de vista de Foucault, de que tudo acoberta um perigo, é pertinente questionar que tipos de perigo se ocultam por detrás desta incansável busca pela causalidade.

A busca por uma “essência biológica” para o homossexual persiste no imaginário popular do nosso século atual, sobretudo por conta da divulgação de pesquisas (refutadas) em torno de um suposto gene gay. Deixamos a amplitude macrocós mica dos céus e dos planetas e voltamos nossos olhos

¹⁴ Denúncia mais evidente em Os Anormais.

para o microcosmos, células, genes e moléculas, com a mesma intenção de vinte séculos atrás. A crença na essência é persistente, mas mais persistente ainda é a *vontade de saber* e a vontade de poder sobre aquilo que se conhece, que se diagnostica.

A pesquisa mais conhecida sobre homossexualidade e biologia foi a realizada por Dean Hamer, em 1993. Nesta pesquisa, Hamer afirma categoricamente que a homossexualidade tem uma origem genética. A pesquisa de Hamer é – mesmo refutada – ainda citada por muitos homossexuais, como forma de explicar que a homossexualidade é biologicamente causada, e que portanto as pessoas nascem homossexuais, assim como se pode nascer com os olhos azuis, ser canhoto, albino e tantas outras características geneticamente estabelecidas. Foucault não teve a oportunidade de se deparar com a pesquisa de Hamer, uma vez que já era falecido, mas os acontecimentos envolvendo o suposto gene gay na década de 90 têm relação direta com as denúncias e percepções de Foucault em sua *História da Sexualidade* e em *Ditos e Escritos*.

Um ponto muito mal compreendido acerca do discurso de Foucault está em sua crítica em relação aos movimentos de liberação gay. O que ele critica não é a afirmação do desejo gay, e sim a afirmação deste desejo a partir de argumentos biológicos e naturalistas. Ou seja: a conversão de desejo em identidade biologicamente determinada. Em uma entrevista realizada em Toronto em 1982, Foucault diz:

O que eu quis dizer é que, na minha opinião, o movimento homossexual hoje precisa mais de uma arte de viver do que de uma ciência ou um conhecimento científico (ou pseudocientífico) daquilo que é a sexualidade. A sexualidade faz parte de nossas condutas. Faz parte da liberdade de que gozamos neste mundo. A sexualidade é algo que nós mesmos criamos – ela é nossa criação, além de ser a descoberta de um aspecto secreto de nosso desejo. Devemos compreender que, com os nossos desejos, instauram-se novas formas de relações, novas formas de amor, novas formas de criação¹⁵. Foucault jamais se refere à prática homossexual como uma “identidade”, e sim como um “desejo”. A rejeição ao determinismo biológico e a uma suposta origem física e monocausal para a homossexualidade (posições astrológicas, alterações hormonais, cerebrais ou mesmo genéticas) amplia a questão e coloca o desejo homossexual como algo passível de ser vivenciado por toda e qualquer criatura humana. Acerca da polêmica do determinismo biológico versus o caráter adquirido, Sigmund Freud demonstrou prudência muitos anos antes:

Nem a hipótese de que a inversão é inata, nem tampouco a conjectura alternativa de que é adquirida explicam sua natureza. No primeiro caso, é preciso dizer o que há nela de inato, para que não se concorde com a explicação rudimentar de que a pessoa traz consigo, em caráter inato, o vínculo da pulsão sexual com determinado objeto sexual. No outro caso, cabe perguntar se as múltiplas influências acidentais bastariam para explicar a aquisição da inversão, sem necessidade de que algo no indivíduo fosse ao encontro delas. A negação deste último fator, segundo nossas colocações anteriores, é inadmissível¹⁶.

Tal posicionamento prudente e cauteloso irrita principalmente algumas correntes gays militantes, que apregoam a certeza de um

¹⁵ Foucault. *Sex, Power and the Politics of Identity, The Advocate*, 7. 1984.

¹⁶ Freud, *Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade*. Imago, 2202: pp.19.

determinismo biológico como uma forma de convencer a sociedade de que a homossexualidade deve ser aceita. Que a preferência homossexual das pessoas deve ser aceita e respeitada nem entra em questão para Foucault, é um fato. Mas o que alguns militantes mal percebem é que a defesa do desejo homossexual como uma identidade biologicamente determinada é combustível perfeito justamente para aqueles que combatem sua prática. Afinal, se provamos que o desejo homossexual é fruto de alterações cerebrais, hormonais ou genéticas, tudo isso poderia ser fisicamente alterado por drogas, terapias e outras biotecnologias, do mesmo modo que corrigimos a miopia ou outra singularidade fisiológica incômoda. Cabe aqui salientar a pergunta foucaultiana por excelência: *a quem realmente interessa o conhecimento das causas do desejo homossexual?*

A postura de Foucault em relação aos argumentos biológicos talvez decorra do fato de ele ser fruto da cultura francesa. Aos olhos dos autores e pesquisadores franceses em geral, a ideia de um "gene gay" parece tão reacionária quanto afirmar que nascemos com um potencial intelectual geneticamente determinado, conforme pesquisa realizada pelo psicólogo Cyril Burt na Inglaterra ao longo das décadas de 40, 50 e 60 do século XX, pesquisa esta que se revelou totalmente fraudulenta em investigações posteriores, com dados manipulados e inventados aparentemente com o propósito de referendar a ideologia eugenística de Burt¹⁷. Já nos EUA, onde a sexualidade não parece ser um assunto tão privado, como

atestam as leis antisodomia existentes ainda em muitos Estados (incitando processos de total invasão ao desejo privado de adultos), as teses de uma homossexualidade inata foram acolhidas com estardalhaço por vários grupos gays. A estes gays norte-americanos, a pesquisa de Hamer parecia funcionar como um excelente argumento para combater as leis puritanas. Afinal, se a homossexualidade é tão biológica quanto o albinismo e outras diferenciações fisiológicas, sua prática não poderia ser delituosa. O sistema legal poderia ser induzido a definir os homossexuais como um grupo que dispõe de direitos específicos.

É justamente dentro deste cenário dos anos 90 dos EUA que o biólogo molecular Dean Hamer, do *National Cancer Institute* de Bethesda, Maryland, publicou na edição de 16 de julho de 1993 da revista *Science* um artigo intitulado "*Uma ligação entre marcadores de DNA sobre o cromossomo X e a orientação sexual masculina*". O artigo causou imenso impacto na imprensa da época, suscitando posicionamentos entusiasmados por parte dos militantes gays. Ironicamente, com igual entusiasmo reagiram os homofóbicos, afinal – no raciocínio deles – se há uma causa biológica para a homossexualidade, ela poderia ser curada. Vale aqui lembrar que os anos 90 foram conhecidos no meio científico como a década em que o mapeamento do genoma foi iniciado. Se era realmente possível identificar um gene anômalo como causador do desejo homossexual, algum tipo de "terapia gênica" poderia ser proposta.

¹⁷ Conforme denunciado por Pracontal, em *A Impostura Científica em Dez Lições*. UNESP, 2002: pp.73-83.

Curiosamente, entre entusiastas pró e antigays, quase nenhum investigou o conteúdo científico do artigo que causou tamanho tumulto. Em verdade, Hamer não havia identificado um gene gay. Seria possível dizer, no máximo, que ele transpôs as primeiras etapas que poderiam *eventualmente, mas não indubitavelmente*, identificar um gene gay. O que fez então, exatamente, Hamer? Em genética molecular, há uma abordagem chamada "estudo de localização", utilizada para identificar doenças hereditárias. O processo funciona conforme descrito a seguir:

1. Presumimos que uma característica "A" (por exemplo: a homossexualidade) está associada a um gene, mas não sabemos qual;

2. Procuramos em qual região cromossômica o gene tem maior probabilidade de estar;

3. Para isso, valemo-nos de famílias nas quais o caráter "A" é freqüente (no caso da pesquisa de Hamer, pesquisas onde havia muitos homens homossexuais na família);

4. Buscamos, nestas famílias, um ou mais marcadores típicos para o caráter "A". Marcadores, vale dizer, não são genes, mas sim pequenos segmentos de DNA;

5. Se descobrimos uma variante rara na população geral (e a homossexualidade é relativamente incomum, se comparada à prática majoritária), porém comum em determinadas famílias que possuem o caráter "A", presumimos que um gene ligado ao caráter "A" esteja na mesma região cromossômica do marcador.

Foi exatamente o procedimento de cinco passos acima descrito que Hamer realizou em sua

pesquisa, a partir do estudo de 114 famílias de homossexuais do sexo masculino, sendo que 40 destas famílias comportavam dois irmãos gays cada uma. Por fim, Hamer demonstrou que 33 pares de irmãos possuíam marcadores concordantes numa região do cromossomo X (ou seja, transmitido pela mãe), região esta que leva o nome de Xq28.

Ressalte-se aqui a imensa diferença entre "prova" e "indício". Com esta pesquisa, Hamer no máximo tinha uma presunção, um indício de algo, mas jamais poderíamos divulgar que um gene gay foi descoberto. A prudência, tão fundamental para o pensamento científico criterioso, foi praticamente anulada em prol de ideologias de grupos políticos particulares. Desde gays militantes, que se utilizaram da pesquisa para apregoar a naturalidade de seus desejos a partir de argumentos biológicos, até homofóbicos, que se valeram da mesma pesquisa para apregoar a "prova" de que o desejo homossexual era uma falha genética. O fato de existirem marcadores concordantes entre trinta pares de irmãos gays pode muito bem ter diversas outras explicações que nada têm a ver com preferências sexuais. E Hamer sabia disso, mas pareceu ignorar as alternativas. Tanto que sua pesquisa foi contestada por vários trabalhos posteriores como, por exemplo, uma investigação realizada em 1999¹⁸. Mas se Hamer sabia que sua pesquisa estava muito distante de ser conclusiva, se ele sabia que existiam muitas outras hipóteses para o que ele havia verificado, por que não se posicionou de maneira mais clara quando a grande imprensa tratou de

¹⁸ Rice, Anderson, Risch e Ebers, *Male Homosexuality: Absence of Linkage to Microsatellite Markers at Xq28*. Science 284: pp. 665-7

divulgar – falsamente e com estardalhaço – que um gene gay havia sido identificado? Segundo Michel de Pracontal, doutor em ciências da informação sobre divulgação científica, Hamer se prestou ao jogo por estar envolvido com uma ideologia. Vejamos o que relata Pracontal sobre seu encontro com Dean Hamer:

Encontrando-o em 1994, em sua casa em Georgetown, equivalente do Quartier Latin parisiense em Washington, lembro-me de uma longa discussão que abordava tanto os aspectos sociais e políticos do seu trabalho como igualmente seu conteúdo científico. Totalmente envolvido em seu assunto, Hamer contou-me, principalmente, que tinha testemunhado em processos suscitados pelas leis anti-sodomia; o sentido de sua intervenção era dar crédito à idéia de que a homossexualidade é um ‘caráter permanente’ – permanent trait – e não uma escolha voluntária, de tal modo que ela diz respeito ao direito constitucional e não pode mais ser reprimida. Hamer havia empreendido essas ações em ligação com Simon Le Vay, um neurobiólogo de Los Angeles que militava em associações homossexuais e definia a si próprio como um militante gay. Le Vay tinha publicado em 1991 um estudo segundo o qual o cérebro dos gays diferia dos heterossexuais: uma estrutura do hipotálamo era duas ou três vezes menor nos homos do que nos heteros¹⁹. Esse estudo não foi confirmado e suscita problemas metodológicos que não escaparam a Simon Le Vay. Eu o entrevistei alguns dias depois de Dean Hamer, e ele me confiou que não tinha certeza se sua hipótese sobre o cérebro gay era exata, mas desejava que fosse, no interesse dos homossexuais²⁰.

Ainda que Hamer faça parte da tradição anglo-saxônica que apregoa o inatismo genético, note-se

que ele é um progressista favorável à liberdade individual. Contudo, não se deu conta de que sua pesquisa incompleta serviria de combustível justamente para os homofóbicos que ele buscava combater. Além disso, vale salientar o quanto a pesquisa de Hamer escapa à busca da verdade dos fatos e se submete a uma ideologia específica, criando o tipo de situação de comprometimento que era alvo de recorrentes alertas proferidos por Foucault.

Do determinismo astrológico ao genético, muda-se o discurso, mas não a crença na essência desviante. Em seu artigo *Os genes não somos nós*, o biólogo Richard Dawkins declara: já deveríamos ter enterrado o cadáver do determinismo genético há muito tempo. E mais: indivíduos homossexuais erram fragorosamente ao buscar uma justificativa biológica para serem aceitos, tanto quanto homofóbicos e preconceituosos também se equivocam ao supor que o desejo sexual diferenciado se trata de uma doença. Escreve Dawkins, sobre supostos genes gays:

E daí? Estarão tremendo as bases da sociologia? Estarão os teólogos torcendo as mãos de preocupação e os advogados esfregando as suas de ganância? Será que esse achado nos diz algo de novo em relação a idéias como ‘culpa’ ou ‘responsabilidade’? Será que ele acrescenta algo, numa ou noutra direção, à acalorada controvérsia em torno da idéia de que a homossexualidade poderia, ou deveria, ser curada? Esse achado deveria, por acaso, tornar os indivíduos homossexuais mais ou menos orgulhosos, ou envergonhados, de suas predileções?

¹⁹ Le Vay, A difference in hypothalamic structure between homosexual and heterosexual men. Science 253: pp.1034-7;

²⁰ Pracontal, A Impostura Científica em Dez Lições. UNESP, 2002: pp. 85-6;

A resposta a todas essas perguntas é 'não'. Se você sente orgulho, pode continuar sentindo. Se você prefere se sentir culpado, continue se sentindo culpado. Nada mudou. (...) ²¹

Em seguida, Dawkins recorre à alegoria da planta e da receita para explicar o porquê da crença em genes gays ser tão tola quanto a crença em posições astrais gays. Segundo o biólogo, uma planta possibilita a reversibilidade. Se dispomos de uma planta de um carro, por exemplo, podemos desconstruir este carro passo a passo, e remontá-lo novamente. A receita, todavia, não permite o mapeamento um-a-um. Não é possível "reverter" um prato aos seus ingredientes originais. Genes, diz Dawkins, têm a ver com plantas e receitas ao mesmo tempo. Se por um lado é perfeitamente possível mapear o genoma e frações de proteína, por outro lado é impossível garantir que os mesmos ingredientes desencadearão o mesmo prato. Questões ambientais, impossíveis de controlar totalmente, são tão poderosas quanto os genes que formam a receita. O "sabor resultante" pode ser absolutamente distinto do imaginado.

Na medida em que se verifica que Hamer "pulou" etapas importantes do processo científico de investigação por estar comprometido com uma ideologia partidária (ainda que progressista e bem intencionada), não é possível deixar de perceber os perigos que emergiram a partir de tudo isso, a possibilidade da estigmatização de homens não-homossexuais portadores do "gene suspeito" Xq28, rotulando-os como "enrustidos", ou

mesmo a possibilidade de induzir ao aborto mulheres que, uma vez grávidas, fizessem testes de identificação deste específico marcador genético, com a finalidade de evitar filhos gays. A sujeição da pesquisa a uma ideologia incorre naquilo que os cientistas anglo-saxões atentos costumam chamar de *wishful thinking*, cuja tradução livre poderia ser "pensamento desejoso", processo no qual o desejo de que algo seja verdade faz com que o pesquisador seja menos honesto e menos criterioso em seu trabalho, uma vez que já crê fortemente no resultado de uma pesquisa. A ciência, aqui, fica comprometida a uma ideologia partidária, a interesses políticos de um grupo específico, e perde o seu teor de busca da verdade, tornando-se antes enunciadora de uma verdade.

Esta ocorrência dos anos 90, muito embora não testemunhada por Foucault, não lhe era estranha. A investigação histórica deixa claro o quanto um suposto discurso científico se encontra atrelado a ideologias específicas, prejudicando o espírito de pesquisa e tornando toda a ciência como um instrumento a serviço de grupos particulares. Não é a verdade dos fatos que está implicada, e sim os interesses especiais. Deste modo, por exemplo, a ciência econômica desempenha um papel na sociedade capitalista, servindo aos interesses burgueses. Não há uma relação excludente entre ciência e ideologia; haveria, isso sim, uma retroalimentação. A ciência, ao contrário do que se teoriza, não está imune aos jogos políticos e interesses partidários, mas antes serve a estes interesses.

²¹ Dawkins, *O Capelão do Diabo*. Companhia das Letras, 2005: pp. 188.

O que subjaz ao discurso essencialista, segundo Foucault, não é o que a pessoa faz ou fez, e sim o que ela em tese “é”, o que pressupõe alguém com características inatas de quem se pode esperar isto ou aquilo, numa constante manifestação do naturalismo do século XIX: o negro preguiçoso e malandro, a mulher romântica e emocional etc. No que tange aos homossexuais, só o fato de nos referirmos a um desejo (gostar do mesmo sexo) como uma identidade (“ser” algo) já conduz a interpretações equivocadas, a partir das quais se infere que existe um comportamento comum, características de personalidade, destinos específicos ligados a uma “essência homossexual”, e estes discursos não são produzidos apenas pelo senso comum, mas antes se infiltram no senso comum a partir de um jogo híbrido que mescla ciência oficial e mídia. Seja na forma de críticas altamente questionáveis (“homossexuais são mais promíscuos e traem mais”), seja na forma de elogios igualmente improváveis (“homossexuais são mais sensíveis e inteligentes do que heterossexuais”), é impossível deixar de ver o que está implicado neste discurso: a ideia de uma essência inata do homossexual, a ideia de uma especificidade biologicamente determinada que torna todos os desejantes do mesmo sexo como fazendo parte de um subconjunto modelar. Até mesmo entre grupos de militantes gays contemporâneos, o mais importante parece ser a afirmação de uma identidade (“eu sou gay”) do que as implicações do desejo (“o que eu desejo? Como posso experimentar a vida a partir dos meus desejos?”) e,

assim, deixam-se de buscar as diferenças que singularizam (“no que eu, gay, difiro dos outros gays?”).

Em todas as situações confessionais (a confissão sacerdotal, a psicanálise, a sessão psiquiátrica etc.), o “sujeito desejante” produz um discurso sobre sua própria sexualidade, que será consequentemente interpretado por uma autoridade. Ocorre que, para Foucault, a verdade revelada neste processo não se trata de uma descoberta, e sim de uma *produção*. Trata-se de um *espaço de veridicação*, ou seja, de construção de um discurso que estará necessariamente vinculado a uma ideologia e a interesses que estão além do sujeito desejante, incluindo este sujeito e dissolvendo toda a sua singularidade num conjunto de universais que ajustam as pessoas a um todo que confirma – e na verdade constrói – uma identidade. Sem se dar conta, o homem homossexual paulatinamente se converte naquilo que é instituído como sendo “a identidade gay”, uniformizando seu caráter, submetendo-se a um modelo de conjunto.

Um dos pontos mais provocativos da obra de Foucault está em sua afirmação de que “o homossexual” enquanto categoria tem data de nascimento (a partir da década de 1870), e que a sexualidade é uma categoria construída do conhecimento, e não uma descoberta. Aqui, é importante salientar o que Foucault não disse, a fim de dirimir eventuais mal entendidos: em momento algum ele diz que homens não faziam sexo com homens ou mulheres não faziam sexo com mulheres antes de 1870. A

diferença fundamental entre a questão homossexual a partir de 1870 e de antes desta data é que, no século XIX, o discurso vigente falava a respeito de “uma espécie”, “uma categoria” de criaturas a quem chamamos “o homossexual”. Antes de 1870, segundo Foucault, havia a recriminação contra atos homossexuais, mas sequer se aventava que existisse algo como uma “identidade homossexual”. É evidente que Foucault não teve a oportunidade de pôr suas mãos sobre os manuais astrológicos de diagnóstico expostos neste artigo, caso contrário se daria conta de que a crença numa essência sexual desviante é muito mais antiga do que ele sequer imaginou.

Na perspectiva católica, um indivíduo que praticasse o coito homoerótico não era rotulado como pertencente a uma subclasse específica da humanidade, e bastava a ele que – após o ato confessional – se redimisse a partir de algumas práticas que o purificariam do ato. O sujeito não *era* algo, ele *tinha feito* algo. A mudança de perspectiva, evidentemente, não muda muita coisa neste caso: se “ser” sodomita é “um horror”, como descreviam os manuais astrológicos, “cometer sodomia” é igualmente péssimo no paradigma católico. O investimento das instituições de poder vigentes (a Igreja, mais especificamente) nesta direção se limitava a prescrever orações como forma de redenção contra o ato torpe, conforme se pode verificar na transcrição confessional abaixo proferida no Estado da Bahia do final do século XVI:

Aos vinte e nove dias do mês de julho de mil quinhentos e noventa e um anos, nas casas de morada do senhor visitador Heitor Furtado de Mendonça, perante ele apareceu em esta mesa o padre Frutuoso Álvares, vigário de Nossa Senhora da Piedade de Matoim, dizendo que tinha que confessar nesta mesa, sem ser chamado.

Pelo que lhe foi dado juramento dos Santos Evangelhos em que pôs sua mão direita, sob cargo do qual prometeu dizer verdade. E, confessando-se, disse que de quinze anos a esta parte que está nesta capitania da Bahia de Todos os Santos, cometeu a torpeza dos tocamentos desonestos²² com algumas quarenta pessoas pouco mais ou menos, abraçando, beijando, a saber, com Cristóvão de Aguiar, mancebo de dezoito anos, então que era ora há dous ou três anos, filho de Pedro D’Aguiar, morador na dita sua freguesia, teve tocamentos com as mãos em suas naturas ajuntando a uma com a outra e havendo polução²³ da parte do dito mancebo duas vezes. E assim também tocou no membro desonesto a Antônio, moço de dezessete anos, criado ou sobrinho de um mercador que mora nesta cidade que chamam fuão²⁴ de Siqueira e com este moço não houve polução, haverá um mês um pouco mais ou menos. E assim também teve congresso por diante ajuntando os membros desonestos um com outro sem haver polução com um mancebo castelhano que chamam Medina, de idade de dezoito anos, morador que era na ilha de Maré, sendo feitor do mestre de capela desta cidade, e por outra vez com este mesmo teve abraços e beijos e tocamentos nos rostos, e isto com este castelhano foi há três ou quatro anos. E assim com outros muitos moços e mancebos que não conhece nem sabe os nomes, nem onde ora estejam, teve tocamentos desonestos e torpes em suas naturas e abraços, e beijando, e tendo ajuntamento por diante e dormindo com algumas vezes na cama, e tendo cometimentos alguns pelo vaso traseiro²⁵ com alguns deles, sendo ele o agente²⁶, e consentindo que eles o cometessem a ele pelo seu vaso

²² A palavra *desonestidade* mantinha, na época, forte conotação de indecência ou sensualidade, de sorte que “*tocamentos desonestos*” significavam tocamentos sensuais, indecentes. O mesmo vale para a expressão “*membro desonesto*”, recorrente das confissões de sodomia, termo alusivo ao pênis. (Nota de Ronaldo Vainfas, organizador);

²³ Para as mulheres, o termo utilizado para se referir ao orgasmo era *deleitação*;

²⁴ Forma arcaica de “fulano”;

²⁵ Ânus, na linguagem inquisitorial;

²⁶ Na linguagem inquisitorial, “agente” é o que penetra, e “paciente” se referia àquele que era penetrado.

traseiro, sendo ele o paciente, lançando-se de barriga para baixo e pondo em cima de si os moços e lançando também os moços com a barriga para baixo, pondo-se ele confessante em cima deles, cometendo com seu membro os vasos traseiros deles e fazendo da sua parte por efetuar, posto que²⁷ nunca efetuou o pecado de sodomia penetrando. E, em especial, lhe lembra que cometeu isto desta maneira algumas dez vezes nesta cidade onde ele ora é vigário com um moço que chamam Gerônimo, que então podia ser de idade de doze ou treze anos, e isto poderá haver como dois ou três anos, o qual moço é irmão do cônego Manuel Viegas, que é ora estudante nesta cidade. E assim também lhe aconteceu isto com outros muitos moços e mancebos a que não sabe os nomes, nem onde estão, nem suas confrontações que acaso iam ter com ele. (...) E perguntado se dizia ele a estas pessoas com quem pecava que cometer aquelas torpezas não era pecado, respondeu que não, mas que alguns deles entendiam ser pecado, e alguns, por serem pequenos, o não entenderiam, mas que ele confessante sabe muito bem quão grandes pecados sejam estes que tem cometido, e deles está muito arrependido e pede perdão, e do costume²⁸ disse nada. E foi admoestado que se afaste da conversação destas pessoas e de qualquer outra que lhe possa causar dano em sua alma, sendo certo que fazendo o contrário será gravemente castigado, e lhe foi mandado que torne a esta mesa no mês que vem, e assinou aqui com o senhor visitador. (...) E por não dizer mais o senhor visitador o admoestou muito que, pois era sacerdote e pastor de almas, e tão velho, pois disse que é de sessenta e cinco anos pouco mais ou menos, e tem passado tantos ator torpes em ofensa de Deus Nosso Senhor, e ainda há um só mês que os deixou de cometer, que se afaste deles e das ruínas ocasiões, e torne a esta mesa no dito tempo que lhe está mandado, e ele disse que assim o faria e assinou aqui. Manuel Francisco, notário do

Santo Ofício o escrevi – Heitor Furtado de Mendonça – Frutuoso Álvares²⁹.

Quando Foucault afirma que “o homossexual” é construído, ele não está necessariamente querendo dizer que as pessoas se tornam homossexuais por conta de influências ambientais. O fato é que se descobrir desejando o mesmo sexo a partir da década de 1870, segundo Foucault, passou a ter uma implicação diferenciada: o sujeito não estava apenas tendo um desejo, mas ele descobria que fazia parte de um subconjunto da humanidade. Esta marca, este estigma, recaía sobre o sujeito como um ferro de marcar gado. Afinal, ele pertencia a uma classe que havia se tornado alvo de estudo científico. Como se viu, contudo, este procedimento não surge depois de 1870, mas era comum nos primeiros séculos da Era Cristã. É entre os séculos XVI e XIX que os homens e mulheres eram estimulados a confessar que haviam realizado “práticas sexuais contrárias às leis divina e terrena”, e a remissão vinha por intermédio do ato confessional.

Após o século XIX, a crença numa “essência desviante” retorna com toda a força, e quem tivesse relações sexuais com alguém do mesmo sexo era induzido a se qualificar como “homossexual”. Tal qualificação ainda perdura e foi prontamente absorvida pelos próprios gays, o que pode ser verificado nas constantes afirmações do senso comum, de que um homem heterossexual que eventualmente tenha incorrido numa relação homo é indiscutivelmente homossexual, mas não se aceita, ou seja, é um

²⁷ “*Posto que*”, na época, não tinha valor explicativo, e sim adversativo, significando “ainda que” e “apesar de que”.

²⁸ Segundo VAINFAS, quando os inquisidores perguntavam “*do costume*”, queriam saber o tipo de relacionamento que o confessante mantinha com seu cúmplice, ou seja, se eram naquele momento amigos, inimigos, se havia pendência de dívidas entre eles etc;

²⁹ *Confissões da Bahia*, pg. 45-51, organização de Ronaldo Vainfas, Companhia das Letras, 2005.

"homossexual recalcado". O estigma é tão marcante que a homossexualidade se revela como elemento dominante no imaginário popular, pois o contrário não vale, ou seja, se um homem homossexual tem eventual relacionamento sexual com uma mulher, ele não é um "heterossexual recalcado", e sim "um homossexual que tenta se negar".

O começo do século XX foi marcado pelo surgimento de diversas "tecnologias do sexo" e "ciências da sexualidade" que se encontravam assaz comprometidas com o objetivo de preservar e promover a força laboral produtiva e procriadora, servidora de um sistema capitalista em desenvolvimento cujo centro fundamental era a família burguesa. Deste modo, homossexuais evidentemente incomodavam por constituírem uma anomalia no sistema que exigia a procriação. Segundo Foucault:

A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androginia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie³⁰.

É justamente a partir de 1870, com o artigo de Westphal³¹ que se (r)estabelece a conversão de ato reincidente em essência inata, a partir de um discurso psiquiátrico ao invés de astrológico. Passamos ao pensamento de que tudo no homossexual se resume ao sexo, ele está imerso em sua própria sexualidade e, deste modo, as identidades são construídas a partir desta crença – exatamente conforme os manuais astrológicos dos

primeiros séculos da Era Cristã, sem diferença alguma. Tudo se resume a este pequeno detalhe: com quem nos deitamos. Todo o resto é considerado secundário, se alguém é homossexual tudo em sua vida se resume a isto e nada mais importa, e mais: a pessoa se torna convencida disso por conta do discurso estabelecido pelos outros. Conforme diz Foucault:

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ele é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular³².

E, conforme podemos averiguar, "o homossexual" não apenas supostamente disporia de uma essência espiritual diferenciada. Quando Foucault aponta para o fato de que o discurso posterior ao século XIX apostaria numa "fisiologia misteriosa", ele mal sabia o quanto estava coberto de razão, se considerarmos pesquisas como as efetuadas por Hamer e seu polêmico "gene gay". Visto por este prisma, a celeuma criada por Hamer na década de 1990 nada mais era do que uma releitura da tecnologia biodeterminante elaborada por Westphal mais de cento e vinte anos antes, e também uma reconstrução em escala microscópica do discurso

²⁰ Foucault, *História da Sexualidade – A Vontade de Saber*. Graal, 2007: pp. 51;

²¹ Westphal, *Archiv Fur Neurologie*, 1870;

³² Foucault, *História da Sexualidade – A Vontade de Saber*. Graal, 2007: pp. 52;

astrodeterminante de vinte séculos atrás. Hamer não está só: Amar Klar, do Centro de Pesquisa de Câncer em Maryland, EUA, escreveu um artigo sobre uma suposta relação entre a homossexualidade masculina e a direção dos redemoinhos capilares³³, trazendo à tona mais uma vez a busca por traços de identificação de desviantes sexuais. Médicos a serviço da Alemanha no período do Nazismo se empenharam arduamente em identificar traços fisiológicos que poderiam associar homens e mulheres ao desejo homossexual, a partir de metodologias e teorias que evocam Lombroso e seus estereótipos de fisiognomia. Em sua pesquisa, Klar tenta demonstrar razões genéticas para o desejo homossexual masculino, relacionando a direção dos redemoinhos capilares como traço fenotípico identificante do comportamento sexual. Os redemoinhos são determinados geneticamente e não se alteram com o ambiente e, segundo Klar, nos homens homossexuais este redemoinho está orientado no sentido anti-horário. Ocorre que tanto nossos cabelos quanto os hemisférios cerebrais são originados do mesmo tecido embrionário, a camada ectodérmica. Segundo Klar, alterações cerebrais embrionárias incorreriam numa determinação do desejo homoerótico, e isso seria revelado fenotipicamente através da orientação do redemoinho capilar. Tal pesquisa foi prontamente alvo de diversas refutações, teve sua publicação negada pela revista *Science*, mas ainda assim encontrou eco na mídia e foi aceita como "real" por muitos homossexuais desavisados que, mesmo tendo seus

redemoinhos capilares no sentido horário, parecem querer descobrir uma explicação biodeterminante para seus desejos diferentes e, assim, se sentirem "naturais".

Se tudo isso parece ridículo para muitos, ressalte-se que o exposto é um discurso produzido pelo academicismo científico. Enquanto hoje temos um discurso sobre redemoinhos capilares invertidos, em 1906 tínhamos teses sobre assobios. O médico Pires de Almeida, em 1906, cita um pretense discurso científico que permite identificar homossexuais a partir de sua suposta incapacidade de assobiar:

Ulrichs diz que os uranistas, bem como as mulheres, não sabem assobiar, e – mais ainda – que encontram grande dificuldade em aprendê-lo; entretanto, Moll, interrogando-os em grande número, teve resultado contrário, isto é, tanto assobiam e podem assobiar os homens normais como estes. Há aqui, parece-me, um erro de observação de parte a parte – os que não sabem assobiar são unicamente os pederastas passivos; uns, pelo abalo incômodo que produz, no reto, não só esse, como outros movimentos mais ou menos violentos; a tosse, o espirro etc.; outros, pelos pontos de contato que aproximam o feminista da mulher, igualmente avessa a esse gênero de música³⁴.

Podemos considerar ridículo este discurso do princípio do século passado tanto quanto nos parece ridículo, atualmente, o discurso sobre forças planetárias homossexualizantes, mas isso não muda o fato de que o mesmo tipo de procedimento que visa a identificar

³³ Klar, *Excess of counterclockwise scalp hair-whorl rotation in homosexual men*, Journal of Genetics, 2004, disponível em www.ias.ac.in/jgenet/Vol183No3/251.pdf

³⁴ ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *O Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudos sobre as perversões e inversões do instinto genital*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1906.

traços característicos em pessoas que desejam o mesmo sexo é ainda hoje verificado, ainda que esparsamente, no meio acadêmico. E, não obstante o discurso atual possa parecer mais sofisticado, na medida em que falamos de genes e cromossomos, a moral que norteia tais teses é basicamente a mesma: o desvio está no corpo, o homossexual é o resultado de sua biologia e o fato de desejar o mesmo sexo tem implicações que vão além da sexualidade. Afeta o redemoinho dos cabelos, afeta a capacidade de assobiar, e tudo isso está no céu ou nos genes.

Na larga maioria das vezes, o discurso que - pretendendo-se científico - busca afirmar verdades sobre a homossexualidade, está comprometido com uma moral heteronormativa. Na década de 1930, no contexto brasileiro, o maior expoente de teorias biológicas sobre a homossexualidade foi o médico Leonídio Ribeiro, que escreveu longa obra que relacionava a homossexualidade ao mau funcionamento endócrino. Esta obra, intitulada *Homossexualismo e Endocrinologia*, data de 1938 e chegou a ser traduzida na Itália, onde encontrou grande receptividade sobretudo entre médicos nazistas, que tentavam reverter a homossexualidade de prisioneiros a partir de superdoses de hormônios. O princípio envolvido é evidente: buscase a causa da homossexualidade como forma de poder ter, sobre ela, algum controle. E até mesmo uma pretensa "cura". Para Ribeiro, seria possível a intervenção médica para tratar o indivíduo classificado como "homossexual". No excerto abaixo,

podemos conhecer os procedimentos defendidos por Ribeiro, tão experimentados - sem sucesso - pelos nazistas:

Provado que o homossexualismo é, em grande número de casos, uma consequência de perturbações do funcionamento das glândulas de secreção interna, logo surgiu a possibilidade de seu tratamento. Era mais um problema social a ser resolvido pela medicina. Ao pesquisador vienense Steinach coube (...) o mérito de haver conseguido modificar os caracteres sexuais dos animais. A partir de 1910, depois de castrar cobaias machos e enxertar a glândula do sexo oposto, provocou neles o aparecimento de sinais físicos femininos. As mesmas experiências foram repetidas, em sentido inverso, com idênticos resultados. A masculinização ou feminilização nunca eram, porém, absolutas, porque permaneciam também vários fatores do outro sexo. Sand, Pezard, Lipschutz confirmaram o fato, em outros animais, de acordo com as experiências que citamos. Verificando-se, assim, que é possível, no laboratório, não só masculinizar fêmeas e feminilizar machos, com transplantações ovarianas ou testiculares, como ainda obter, no mesmo animal, o chamado 'hermafroditismo experimental', estava indicado o verdadeiro caminho para o tratamento médico dos casos de inversão sexual³⁵.

O discurso científico é oras utilizado a favor, oras utilizado contra a aceitação da homossexualidade. Se em alguns momentos tem o claro objetivo de descrever a homossexualidade como "normal",

³⁵ RIBEIRO, Leonídio. *Homossexualismo e Endocrinologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.

por ser biológica, em diversas outras circunstâncias serve como base para a ideia da "cura", patologizando o desejo. O discurso está sempre implicado com uma ideologia. Deste modo, não é a partir do discurso científico que deveríamos pleitear o respeito pelos direitos humanos. A questão é filosófica, é ética, e não científica.

Ao longo de toda sua obra, Foucault se mostrou extremamente cauteloso com a noção de "ideologia" na descrição da história e do exercício do poder. Diz Foucault, acerca das ideologias:

A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, quer se queira, quer não, ela está sempre em oposição a algo que seria a verdade. Pois bem, eu creio que o problema não é fazer a divisão entre o que, em um discurso, provém da cientificidade e da verdade e aquilo que provém de outra coisa, mas sim ver historicamente como se produzem efeitos de verdade dentro do discurso que não são em si mesmos nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: creio que ela se refere necessariamente a algo assim como o sujeito. E, em terceiro lugar, a ideologia está em uma posição secundária em relação a algo que funciona para ela como infraestrutura ou determinante econômico, material, etc. Por essas três razões, creio que é uma noção que não se pode utilizar sem precaução³⁶.

Note-se que, por ocasião de repetidas manifestações de violência física contra jovens gays na Avenida Paulista no segundo semestre de 2010, o médico Drauzio Varella escreveu:

"(...) A homossexualidade entre primatas não humanos está fartamente documentada na

literatura científica. Já em 1914, Hamilton publicou no 'Journal of Animal Behaviour' um estudo sobre as tendências sexuais em macacos e babuínos, no qual descreveu intercursos com contato vaginal entre as fêmeas e penetração anal entre os machos dessas espécies. Em 1917, Kempf relatou observações semelhantes. Masturbação mútua e penetração anal estão no repertório sexual de todos os primatas já estudados, inclusive bonobos e chimpanzés, nossos parentes mais próximos. Considerar contra a natureza as práticas homossexuais da espécie humana é ignorar todo o conhecimento adquirido pelos etologistas em mais de um século de pesquisas. (...) ³⁷

As críticas de Foucault não envolvem a negação de eventuais indícios biológicos para as preferências sexuais, como os apontados no texto acima por Varella, como justificativa para a tolerância. A questão é: a que serve este conhecimento? Com qual ideologia ela está implicada? São perguntas que não permitem uma atitude ingênua e deveriam ser consideradas, para que possamos finalmente sair do círculo vicioso de discursos diagnósticos que mudam de uma perspectiva macro para uma perspectiva micro. No final das contas, trata-se de mera repetição do mesmo e que pouco ou nada colabora para a aceitação das diferenças. Conforme denuncia Foucault, o Ocidente parece obcecado com a *scientia sexualis*: "por que sou assim? Por que gosto disso? Quais as explicações científicas para a minha diferença?" Já o Oriente, sobretudo o Oriente antigo, sempre se voltou para

³⁶ Foucault, *Microfísica do Poder*. Graal, 2003: pp. 07.

³⁷ *Jornal Folha de São Paulo*, em 4 de dezembro de 2010.

uma *ars erotica*: importante não é entender os porquês, e sim aperfeiçoar a arte do gozo e do prazer. Enquanto ocidentais escrevem manuais científicos ou pseudocientíficos sobre a sexualidade, orientais escrevem o *Kama Sutra*, ensinando técnicas de

prazer e gozo. Manuais de *scientia sexualis* parecem servir a políticas de controle. Um pouco mais de *ars erotica* abriria a possibilidade de vidas mais plenas e felizes. O corpo que goza se torna menos suscetível a fascismos políticos, científicos ou religiosos.

Referências

- AL BIRUNI. **Elementos da Arte da Astrologia**. Lisboa: SADALSUUD Editorial, 2005.
- DAWKINS, Richard. **O Capelão do Diabo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ERIBON, Didier. **Reflexões Sobre a Questão Gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FREUD, Sigmund. **Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **História da Sexualidade – Volume 1 – A Vontade de Saber**. São Paulo: Editora Graal, 2007.
- _____. **História da Sexualidade – Volume 2 – O Uso dos Prazeres**. São Paulo: Editora Graal, 2007.
- _____. **História da Sexualidade – Volume 3 – O Cuidado de Si**. São Paulo: Editora Graal, 2007.
- _____. **Ditos e Escritos V – Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- KLAR, Amar. **Excess of counterclockwise scalp hair-whorl rotation in homosexual men**, Journal of Genetics, 2004, disponível em: www.ias.ac.in/jgenet/Vol83No3/251.pdf. Acesso em 12 de dezembro de 2010.
- MATERNUS, Julius Firmicus. **Matheseos Libri VIII**. Lisboa: SADALSUUD Editorial, 2005.
- PACONTAL, Michel. **A Impostura Científica em Dez Lições**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- PTOLOMEU. **Tetrabiblos**. Lisboa: SADALSUUD Editorial, 2005.

RIBEIRO, Leonídio. **Homossexualismo e Endocrinologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.

SIDON, Dorotheus de. **Carmen Astrologicum**. Lisboa: SADALSUUD Editorial, 2005.

VAINFAS, Ronaldo (org.) – **Santo Ofício da Inquisição de Lisboa** – Confissões da Bahia – Companhia das Letras, 2005.

A CONSTRUÇÃO ESCOLAR DA (IN)DIFERENÇA: A IDENTIDADE HOMOSSEXUAL DIANTE DA PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO DO SABER/PODER SOBRE A SEXUALIDADE NO AMBIENTE DA ESCOLA

Adriano de Sousa Barros¹

Resumo

A partir de um olhar diferenciado daquele produzido e reproduzido pela medicina moderna, que normatiza a sexualidade humana sob a perspectiva do modelo heterossexual, as Ciências Sociais mudam o foco de análise para uma sexualidade objeto da cultura, relacionando-a diretamente com a formação das identidades. Essa "desnaturalização" volta-se às discussões sobre gênero, permitindo pensar as diversas manifestações das identidades sexuais (e suas dimensões política, social e cultural) tornado possível o desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre o binarismo intrínseco à relação das categorias heterossexual/homossexual e sua inerente desigualdade. A escola, como instituição social normatizadora e produtora/reprodutora de um poder/saber sobre os corpos, pratica, neste contexto, uma pedagogia da sexualidade que tem como base o discurso hegemônico e binário das ciências biológicas, não problematizando a identidade sexual enquanto constructo social e cultural em movimento. A identidade homossexual, nesse caso, acaba envolvida em um conjunto de representações que se baseiam na busca de suas causas psicossomáticas e patológicas, sem percebê-la como um elemento formador da identidade dos sujeitos ou como uma orientação sexual possível e saudável. O presente texto visa, portanto, problematizar

teoricamente o papel da escola na construção da identidade sexual (homossexual) a partir de uma reflexão em torno dos sistemas simbólicos de representação construídos e disseminados nas práticas pedagógicas desta instituição. Para tanto, foram utilizadas como base uma pesquisa bibliográfica e documental focando, esta última, numa breve análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Palavras-chave: Identidade sexual, Educação, Homossexualidade

Abstract

From a different angle than the one produced and reproduced by the modern medicine, which normatize human sexuality under the heterosexual model perspective, the social science changes the analyses focus to culture object sexuality, relating it directly with the identity formation. Those "denaturalization" turns into gender, allowing to think about the various sexual identities manifestations (and its political, social and cultural dimensions) making possible the development of a critical reflection about the binarism intrinsic to the heterosexual/homosexual categories relation and its inherent inequality. The school, as a normitizing social institution and producer/reproducer of a power/knowledge about the bodies, makes, in this context, a sexuality pedagogy which has the biologic science's hegemonic and binary speech as a base, not questioning the sexual identity as a social and cultural element in movement. The homosexual identity, in this case, ends up involved in a representation entirety based in its psychosomatic and pathologic causes, without seeing it as an individual's identity creator element or as a healthy and possible sexual orientation. The current text aims, hence, theoretically problematize the school paper in the sexual identity construction

¹ Doutorando em Sociologia pela PUC-SP. Mestre em Sociologia pela UFPB. Professor da Faculdade Maurício de Nassau. Coordenador de ensino da Escola Técnica Redentorista. E-mail: adriano_sbarros@yahoo.com.br

(homossexual) from a reflection about the representative symbolical systems constructed and disseminated in these institution pedagogic practices. For this, has been used as a base, a bibliographic and documental research, focusing, this last, in a short analysis of the National Curricular Parameters.

Key-words: Sexual identity, Education, Homosexuality.

1. INTRODUÇÃO

As ciências sociais, a psicanálise e a própria filosofia têm problematizado a sexualidade também como objeto da cultura, na qual a relação do homem com o meio é mediada semioticamente produzindo significados diversos.

A construção social da sexualidade mantém uma relação direta com as identidades contemporâneas, percebidas como fragmentadas, inacabadas e em crise permanente (HALL, 2006; BAUMAN, 2006). Elas emergem atreladas a não fixidez no espaço/tempo dos "papéis" sociais tradicionalmente constituídos, possibilitando escolhas e combinações nunca antes imaginadas (GIDDENS, 2002).

A sexualidade tende a ser "desnaturalizada" na superação do binarismo sexual macho/fêmea, o que faz emergir as questões de gênero e a multiplicidade de papéis sociais encarnados por homens e mulheres nas identidades sexuais, sociais e culturais (PRADO; MACHADO, 2008). Dessa forma, o reconhecimento da vertente política da sexualidade - e nesse ponto o movimento feminista como crítica teórica e social imprimi grande influência - torna possível uma

reflexão sobre a construção binária heterossexual/homossexual, na qual um dos lados é sempre considerado anormal e sem direitos políticos (WOODWARD, 2007).

A escola nesse contexto, como instituição também responsável pela constituição do sujeito e suas subjetivações, tem abordado essas discussões muito sutilmente, ou, simplesmente as ignorado (LOURO, 2007). O saber/poder sobre os corpos disseminado pela escola ainda se baseia numa pedagogia sexual normatizadora e sem compreensão sócio-cultural dos processos.

2 SEXUALIDADE, PRECONCEITO E POLÍTICA

Os chamados "novos movimentos sociais" (LGBT, Feministas, negro) deslocam categorias centrais como o da classe social, até então vista pelas análises marxistas como categoria "mestra", fazendo emergir a chamada Política de Identidade (WOODWARD, 2007). Muitos e diferentes lugares surgem, os "novos sujeitos" emergentes são vistos pela sociedade a partir da expressão e identificação com o gênero, a etnia, a idade, a limitação física e psíquica e a preocupação com o meio ambiente.

Esse movimento desnaturaliza a sexualidade colocando-a em oposição a visão determinista baseada nos processos biológicos, os quais tendem a aprisionar os corpos dentro de um modelo meramente voltado a reprodução da espécie, passando, o eu, a representar um projeto reflexivo (GIDDENS, 2002). A política de identidade pressiona esse modelo

e reivindica o espaço e o reconhecimento das chamadas identidades sexuais não hegemônicas a exemplo da homossexualidade, estigmatizada por "(...) um amplo processo histórico e cultural de normalização da sexualidade, ou seja, de institucionalização da heterossexualidade como única forma 'normal' de identidade sexual". (MADUREIRA, 2007, p. 83)

De acordo com Louro (2001), a política de identidade defendida pelo Movimento Gay, por exemplo, corre o risco de acabar cúmplice do que ele combate, na medida em que o discurso político e teórico também possui um efeito regulador que propõe contornos e limites ao sujeito, identificando-o única e exclusivamente por seu objeto de desejo. Portanto, essa linguagem que identifica os corpos ou o sexo,

(...) não faz apenas uma constatação ou uma descrição desses corpos, mas no instante mesmo da nomeação, constrói, 'faz' aquilo que nomeia, isto é, produz os corpos e os sujeitos. Esse é um processo constringido e limitado desde seu início, pois o sujeito não decide sobre o sexo que irá ou não assumir, na verdade, as normas reguladoras de uma sociedade abrem possibilidades que ele assume, apropria e materializa (BUTLER *apud* LOURO, 2007, p.549).

Essa normatização que acaba por influenciar, inclusive, as ações dos movimentos sociais, liga-se diretamente ao preconceito social que se apresenta como mecanismo de manutenção da hierarquização entre grupos sociais e legitimação da inferiorização histórica que se concretiza na violência e no ódio. Esse processo que naturaliza a ordem

social oculta à hegemonia de determinados grupos, regulando e impedindo que as relações de subordinação/marginalização transformem-se em direitos políticos. Um amplo processo de invisibilidade que legitima práticas de inferiorização, como a homofobia, baseadas em atribuições sociais negativas ligadas à moral, à religião e mesmo às ciências, produzindo uma hierarquia sexual que tem como topo a heteronormatividade. Em outras palavras: "(...) quanto mais uma orientação sexual não-heterossexual assume o status de doença, perversão, pecado, degeneração ou anomalia, maior será a legitimidade da heterossexualidade compulsória". (MACHADO; PRADO, 2008, p.73)

O preconceito é um fenômeno psicossocial e sua superação é uma questão de deslocamento da homossexualidade do âmbito individual para o social (do privado para o público). O sujeito inferiorizado assimila à sua identidade características psicológicas e sociais negativas, legitimando os mecanismos do preconceito que incidem sobre ele mesmo – fenômeno definido como homofobia internalizada – um sofrimento individual com raízes sociais. Isso impede a vivência legítima da homossexualidade que tem na homofobia a repressão do esforço individual de se "assumir" - o paradoxo do "sair do armário" – exigindo uma resignificação do negativo assimilado, ou seja, um enfrentamento público, político e psicológico dos fundamentos da subalternidade. Esse processo impõe, no geral, a busca de novos espaços

de socialização a exemplo do gueto, impulsionado pela necessidade de criação de um sentimento de pertença, já que a família e a comunidade são espaços de conservação de valores morais e religiosos avessos a diversidade.

O movimento LGBT tem buscado, também no Brasil, inserir as questões da homossexualidade no campo dos direitos humanos, construindo uma identidade política a partir do reconhecimento público das relações de opressão, num processo de desconstrução, reconhecimento e resignificação. Uma tarefa voltada principalmente à sensibilização do próprio grupo para uma dinâmica de participação social, processo de visibilidade tão necessário, porém, não insuficiente por si só, pois "(...) mesmo quando nos posicionamos contrariamente aos valores hegemônicos os fazemos a partir dos valores nos quais fomos socializados" (MACHADO; PRADO, 2008, p.74).

3. A ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SEXUAL

A escola enquanto instituição social possui grande responsabilidade no processo de socialização dos indivíduos e de construção de suas identidades em níveis diversos. Por outro lado, ainda predomina nesta instituição um olhar determinista sobre os corpos no qual se reproduz um saber/poder baseado no discurso binário que tem como efeito uma pedagogia que ainda ignora a construção social da sexualidade.

Um exemplo disso, quando se trata de educação formal, é a perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's em

relação à proposta da educação sexual como tema transversal. Percebe-se claramente que predomina nos textos dos PCN's o ponto de vista biológico atrelado a experimentação erótica e as funções hormonais, uma preocupação direta com a prevenção da gravidez precoce e das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST's e da AIDS. Uma influência Higienista voltada ao auto-cuidado, oficializando a aproximação da escola com o modelo biológico normativo: "A educação sexual na escola é, antes de tudo, uma educação sobre reprodução e o corpo que fundamenta esse ensino é um corpo orgânico e funcional, conhecido primordialmente a partir de seu interior" (ALTMANN, 2007, p.148). Esse sistema hegemônico de representação biológica dos indivíduos alimenta a imposição heteronormativa sobre a identidade sexual, estimulando significados constituintes de um campo imaginário que produz corpos "perfeitos" e "naturalmente" opostos e normais.

É importante destacar que as práticas de significação e os sistemas simbólicos produzidos/reproduzidos na instituição escola também posicionam os sujeitos nas relações sociais, permitindo que as representações, enquanto processos culturais, estabeleçam identidades individuais e coletivas. A homossexualidade, nesse contexto, seria atingida por um conjunto de representações negativas baseadas na busca por suas causas psicossomáticas dentro de uma perspectiva patológica, sem possibilitar pensá-la como parte integrante da identidade do sujeito e

como uma orientação sexual possível (CAMINO ET AL, 2002).

A escola assume um papel importante na orientação sexual dos educandos. Historicamente ela também esteve ligada ao controle e a docilização dos corpos, incluindo uma pedagogia que reprimia fisicamente a expressão "não adequada" dos aprendizes (a exemplo do uso da palmatória), bem como da própria sexualidade quando da obrigação no uso do fardamento, nos moldes militares, que escondem qualquer expressão de erotismo. Esses exemplos remetem ao que Foucault (2007) chama de disseminação de micro poderes sobre os corpos, possibilitando a vigilância e o acesso ao privado e ao público via produção de poder e saber sobre a sexualidade (ALTIMANN, 2007).

Por outro lado, essa vocação normatizadora da escola vê-se cada vez mais ameaçada pelo crescimento da diversidade e da instabilidade das identidades sexuais e de gênero, que impõem uma oposição aos esquemas biologizantes e binários que os educadores estão acostumados, deixando-os:

(...) quase sempre perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. Mas é impossível estancar as questões. Não há como ignorar as 'novas' práticas, os 'novos' sujeitos, suas contestações ao estabelecido. (...) O anseio pelo cânone e pelas metas confiáveis é abalado. A tradição pragmática leva a perguntar: que fazer? (LOURO, 2001, p.542).

As identidades sexuais, geralmente, são consideradas nas práticas e sistemas simbólicos da escola como entidades estáticas e intrapsíquicas sem relação direta com os contextos sócio-culturais, o que se justificaria pela valorização do "corpo natural" enquanto essência biologicamente definida e defendida por esta instituição. Visão que justifica, por exemplo, a busca incessante e obsessiva pela causa genética ou psicológica da homossexualidade, antes definida como **homossexualismo**².

O conceito de homossexualismo surge no século XIX em substituição à sodomia³, permitindo a construção do sujeito que possui determinadas características definidas a partir de um quadro patológico e normativo ligado ao campo da medicina psiquiátrica e do direito. O caminho conceitual que vai da sodomia ao homossexualismo, do metafísico à racionalidade científica, promove a criação uma nova "identidade" sexual desviante da norma heterossexual, a qual estaria fadada a se encaixar num processo histórico excludente, opressor e subalterno (PRADO; MACHADO, 2008).

Esse corpo desviante precisaria no contexto sócio-escolar ser moldado, disciplinado, medido, avaliado, aprovado (ou não) nos bancos escolares, nos quais o caráter de referência deveria ancorar a identidade. Um corpo supostamente que deveria ser inequívoco, evidente, o qual ditaria a identidade sem ambigüidades e inconstâncias, num processo de formação inquestionável de homens e mulheres de "verdade" (LOURO, 2007, p.21-22).

² Termo utilizado nos manuais de Medicina Legal e Sexologia Forense (pelo uso do prefixo ismo, ex.: autismo) conceituando uma parafilia, anormalidade e patologia. A homossexualidade passa a ser despatologizada principalmente por influência da luta pelos Direitos Humanos: em 1970 a *American Psychology Association*, em 1985 o nosso Conselho Federal de Medicina e desde 1993 a Organização Mundial de Saúde excluíram o código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças, deixando a homossexualidade de ser considerada "desvio e transtorno sexual", em 1999 o Conselho Federal de Psicologia promulga a portaria ratificando a normalidade da homossexualidade, condenando as teorias e terapias homofóbicas. (MOTT, 2006.)

³ Termo criado e ligado à tradição da Igreja significando uma ação pecaminosa a qual todo e qualquer indivíduo estaria vulnerável. (Idem, Ibidem)

Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular.

Essa suposta estabilidade na formação sexual “conduzida” pela escola acaba por ser abalada pela emergência das novas identidades sexuais e de gênero, evidenciando a fluidez, a instabilidade e a heterogeneidade das identidades sexuais tradicionais e hegemônicas produzidas e reproduzidas por esta instituição: “As identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido as nossas próprias posições” (WOODWARD, 2007, p. 33).

A importância, portanto, da escola é legitimada por seu papel de reprodutora de “verdades” científicas, as quais acabam por influenciar a vida sexual de jovens em várias instâncias (ALTIMANN, 2007), difundindo um discurso (poder) racionalista sobre o corpo, uma verdade sobre o sexo que pode promover (e assim o faz) o preconceito e a discriminação sobre os sujeitos “desviantes” dessa normatização excludente em várias dimensões – política, econômica, cultural e afetiva.

4. ESCOLA, VIOLÊNCIA E HOMOFOBIA: O CORPO ESTRANHO MARCADO

O papel de reprodução do conhecimento científico assumido pela escola traz, em seu arcabouço de projeto social, a ilusão de uma essência que tem como principais características a neutralidade e a objetividade. Porém, através desse mito positivista revela-se uma instituição produtora, também, do preconceito entendido como fenômeno cultural que se expressa na ideologia da pureza/normalidade de um lado e da sujeira/anormalidade de outro, justificada na dominação daquela sobre esta. Uma expressão social totalitária que conformaria o indivíduo à cultura “dominante”, a qual privilegia a força e legitima a exclusão do mais frágil por aqueles que, muito provavelmente, não podem viver sua própria fragilidade. (CHOCHÍK, 2006)

Uma das características do preconceito é a fixidez da reação de repúdio, a qual se volta contra o objeto – o sujeito pré-conceituado – e também para outras situações similares e com motivos diversos em esferas do cotidiano também diversas, podendo ser definido a partir do conceito de *pensamento estereotipado*. Esse fenômeno não se constitui apenas como oriundo da natureza íntima do sujeito, numa vertente unicamente psicológica que fortaleceu, por exemplo, as teses essencialistas como o nazismo, mas surge no seio da cultura a partir de um movimento dialético de conversão desse indivíduo natural em sócio-cultural. A cultura precisa ser vista como expressão própria da

natureza humana, referendando ao pensamento marxista do homem como produto e produtor do seu meio.

O preconceito com o corpo homossexual – leia-se sujeito – é um fenômeno complexo que se constitui como resultante de conflitos nas esperas sociais, individuais e culturais. Conforme Chochík (2006) o fato da civilização ocidental se desenvolver pautada na “dialética do esclarecimento” - movimento ligado a livrar o homem do mito e do medo, e também da submissão ao poder metafísico representado pelo domínio religioso – não garante um desenvolvimento livre da barbárie, a qual se torna uma sombra que a persegue essa mesma civilização como algo inerente. O voltar-se para fora na busca de um “saber agir” no mundo, uma dependência direta para como um comando inclusive dos sentidos e dos sentimentos gerando, por sua vez, indivíduos frágeis e com uma necessidade constante de segurança, os quais acessariam o preconceito como forma auto-afirmação sobre aquilo/aquele que se mostra estranho ao padrão estabelecido como fonte dessa segurança.

Essa pseudo estabilidade do sujeito paralisa seu poder de autonomia diante da cultura, promovendo a ansiedade e o medo de se perder a “estrutura” conquistada em detrimento de um suposto medo do desconhecido, defendido e utilizado como justificativa pelo senso comum para o pensar e o agir preconceituoso. Por outro lado, a identificação subjetiva com aquilo que se contém desse “desconhecido”, representaria uma

ameaça de desintegração do eu “estruturado”. Afinal, sendo a consciência também composta de elementos culturais introjetados e, muitas vezes, não manifestos na cultura, a socialização/educação teria como tarefa principal a domesticação de pulsões de vida e de morte, transformando a cultura em expressão da natureza humana enquanto entidade que defenderia o homem dos perigos da “bestialidade”. Porém, a exclusão produzida pelo preconceito mostra uma cultura tão ameaçadora quanto a natureza, promovendo nesse espaço coletivo o encontro dos diversos tipos de conflitos promotores da violência simbólica e física sofridas pelos sujeitos de identidade homossexual, como o caso da homofobia na escola.

Uma reflexão interessante sobre esse fenômeno foi proferida por Janaina Dutra no seminário realizado pela ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, publicado em 2004⁴:

A relação conflituosa e preconceituosa do homem moderno com a homossexualidade tem como pilar as três instituições que fundamentam a nossa sociedade: o Estado, a Igreja e a Família. Um bom exemplo da dificuldade de diálogo com o Estado pode ser encontrado na própria Constituição Brasileira, em seu artigo 15, que versa sobre as garantias e direitos individuais. O artigo afirma que todos nós somos iguais perante a lei, sem nenhum tipo de discriminação de cor, sexo e credo religioso, no entanto, quando analisamos as relações sociais notamos uma distinção na classificação dos cidadãos. Todos os que fogem do padrão heterossexista dessa sociedade, que tem como elemento legítimo o homem, de pele branca,

⁴ Janaína Dutra foi registrada na certidão de nascimento com o nome de Jaime César Dutra Sampaio. Cearense do município de Canindé, tornou-se Dr. Jaime ao se formar em Direito. A tendência ao travestismo, porém, foi mais forte do que as convenções sociais e Jaime se assumiu como travesti, passando a viver como Janaína. Foi a primeira e talvez a única vez em toda história do Brasil, que uma travesti conseguiu sua carteira e filiação junto à OAB. Em 1989, tornou-se militante dos direitos humanos dos homossexuais, ocupando a vice-presidência do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), de Fortaleza. Fundou a ATRAC (Associação de Travestis do Ceará), exerceu o cargo de Secretária de Direitos Humanos (suplente) da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. Foi também presidenta da ANTRA (Articulação Nacional de Transgêneros) e membro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação. (Disponível em <http://www.abiaids.org.br/_img/media/extraG%207-8.pdf> Acesso em: Out/2010).

com uma boa conta bancária, sofrem algum tipo de discriminação.

Essas instituições que dão base a sociedade constantemente têm sido questionadas por seu discurso preconceituoso e por sua ação discriminatória e violenta. A família, por exemplo, apresenta-se como um ambiente onde o preconceito é mais problemático e as relações mais dolorosas, na medida em que seria em tese o espaço do acolhimento e do apoio afetivo na construção da estrutura psicossocial do sujeito. Porém, é na família que os sujeitos homossexuais têm sentido a intensidade de uma discriminação direta, um estranhamento por parte daqueles são mais próximos em relação àquele corpo de padrões tão diferentes dos estabelecidos como normais pela sociedade, os quais são transformados em pólo captador de um ódio cego e agressivo, muitas vezes baseado no discurso religioso a partir de uma interpretação literal e fundamentalista dos livros religiosos.⁵

Seguindo a família como espaço de socialização, a escola possui grande responsabilidade no processo de constituição desses corpos/sujeitos, o que deveria ser um ambiente propício às mais variadas discussões sobre sexualidade. Porém, tem-se percebido que esta instituição aborda tais temas muito sutilmente, encarando-os como um tabu e ignorando as demandas sociais por diálogos cada vez mais intensos em torno das chamadas identidades sexuais, dentre elas as de caráter homoafetivo.

A falta de discussão sobre o que a sociedade já percebe como um

debate inevitável, coloca a escola no lugar de reprodutora das desigualdades sociais e da negação dos direitos humanos. Reforçando assim seu caráter normatizador dos corpos pedagogicamente moldados e discursivamente reproduzidos via matéria biológica que, em caráter político, assume o papel de oposição inferior dentro do modelo binário no qual um dos lados é sempre o inferior.

Essa referência negativa reproduzida pela visão escolar do corpo homossexual atinge a dimensão psicossocial do sujeito, na medida em que as características de inferioridade podem ser assimiladas no âmbito individual e sustentadas na hierarquização promovida pelo modelo binário hetero/homo = normal/anormal. Dessa forma,

(...) indivíduos inferiorizados assimilam, na construção de suas identidades sociais, as características sociais e psicológicas negativas atribuídas a eles, fortalecendo ainda mais essas características e legitimando os mecanismos e as formas de preconceito que incidem sobre eles.

No caso da não-heterossexualidade, isso acontece através do fenômeno que se define como homofobia internalizada, fenômeno este que denota claramente o quanto sofrimentos individuais podem ter suas raízes na estrutura social do preconceito. (PRADO; MACHADO, 2008, P.76)

As raízes da estrutura social do preconceito discutidas acima se concretizam na escola através da homofobia, aqui compreendida como um tipo de *bullying* que afeta violentamente jovens das mais variadas idades. Esse fenômeno pode ser entendido como um amplo

⁵ Sobre o tema ver o filme "Orações para Bobby", baseado na história verídica de um jovem homossexual, que aos 20 anos suicida-se. A sua mãe, "Mary Griffith", interpretada por Sigourney Weaver, sabedora da sexualidade do filho acredita "curá-lo" com base na religião e em terapias, para quatro anos depois (1979) Bobby lançar-se de uma ponte. Um filme intenso, dramático e que espelha ainda hoje a realidade de muitos jovens no mundo. (Original: *Prayers for Bobby* (2009) Baseado no livro de Leroy Aarons; Direção de Russell Mulcahy; Roteiro de Katie Ford)

processo de subjugação dos sujeitos considerados estranhos a partir de um conjunto de

(...) atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais. (FANTE *apud* AZEVEDO, 2009, p. 5)

A proliferação da violência na escola via homofobia, se apresenta a partir de fatores diversos classificados como exógenos - gênero, relações raciais, família, mídia, contexto social, e endógenos - idade, série, sistema disciplinar e punitivo, professores, qualidade do ensino, entre outras. Esses fatores acabam influenciando diretamente o cotidiano da escola, criando assim uma espécie própria de violência, a qual descola seu lugar nas representações sociais, necessitando de uma análise multidimensional e pluricausal. (AZEVEDO, 2009)

A visão biologizante do corpo já apresentada antes, encontra força no discurso oficial da educação promovendo as atitudes de rechaça, discriminação e violência contra alunos homossexuais, representados por um conjunto de idéias coletivas que ainda buscam as causas psicossomáticas dessa orientação sexual, patologizando aquilo que é considerado normal inclusive pela ciência médica e psicológica, entrando num contra-senso discursivo.

Por outro lado, os esquemas biologizantes e binários que os educadores se habituaram utilizar estão sendo questionados e descolados do lugar comum, principalmente no tocante a sua hegemonia normatizadora diante da "ameaçada" das discussões em torno da diversidade emergente na modernidade, afinal, nem a biologia se limita mais a classificação que leva em consideração a existência de dois sexos, destacando mais três possibilidades de genitália - o hermafrodita, o pseudo-hermafrodita masculino e o pseudo-hermafrodita feminino (FAUSTO-STALING, 2000). Nessa contramão das demandas sociais, as manifestações da sexualidade humana são percebidas pela escola como estáticas, psicológicas e sem ligação com o social, um corpo essencial que teria uma expressão meramente genética pertencente ao discurso médico-legal.

A homofobia na escola é um tema que tem provocado um amplo debate social, envolvendo profissionais da educação e pesquisadores de todo o país, principalmente por ser uma situação que afeta os alunos no seu desempenho em sala de aula, aumentando a evasão e o fracasso escolar, chegando até o desenvolvimento de processos depressivos e ao suicídio de muitos jovens.

Em 2008, na Conferência Nacional de Educação Básica, a Associação Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (AGLBT, 2008) apresentou os dados de uma pesquisa realizada em 2000 pela

UNESCO intitulada “**Juventudes e sexualidades**”⁶, que contou com a participação de 14 capitais brasileiras contando com 241 escolas, 16422 alunos, 3099 educadores e 4532 pais de alunos. Abaixo alguns dados importantes que expressam esse contexto social de discriminação e preconceito:

- 39,6% dos alunos (M) não gostariam de ter colegas de classe homossexuais.
- 35,2% dos pais não gostariam que os filhos tivessem colegas de classe homossexuais.
- 59,5% dos professores admitiram não ter conhecimento suficiente sobre a homossexualidade.
- Em relação aos pais, 69,6% admitiram não ter conhecimento suficiente sobre a homossexualidade.

O quadro adiante apresenta algumas falas importantes que marcam a relevância desse estudo, apresentando um pouco dessa construção social/escolar da indiferença/violência contra o aluno homossexual.

Quadro I – Falas colhidas em grupos focais nas cidades de Maceió e Porto Alegre

Grupo Focal com alunos de escola pública – Maceió	Grupo focal com professores de escola privada - Porto Alegre.
“Tem preconceito porque tem um menino que é meio afeminado. Travesti. Muitos jogam ovos nele. Muitos ficam	“Respeitar o negro, respeitar a mulher, respeitar o homossexual, mas tem coisas que eu mesma... eu tenho

tirando “sarro”. Muitos não chegam perto dele. Parece que ele tem uma doença contagiosa. Eles julgam pela aparência e não conhece para saber o que é e como ele se sente”.	dificuldades de aceitar. Eu respeito, mas eu não aceito ainda. Eu vi dois homossexuais caminhando de mãos dadas, dois homens... e eu fiquei olhando e não acreditava no que eu estava vendo.”
“Teve um menino que era homossexual, os alunos ficavam chateando ele e os professores não ligavam, até que ele desistiu de estudar.”	

Fonte: Abramovay; Castro; Silva, 2004.

As falas destacadas no quadro I remetem diretamente aos dados antes apresentados, o foco na falta de conhecimento sobre sexualidade e principalmente sobre a homossexualidade gera uma demanda que na maioria das vezes não é atendida adequadamente pelo espaço de saber que a escola deveria representar, gerando o preconceito e sua face concreta: discriminação, violência simbólica (e física), evasão e fracasso escolar, em fim, exclusão.

Corroborando esses dados, em 2008 foi realizada também em nível nacional uma pesquisa qualitativa coordenada pelas ONGs Replotina, Pathfinder e ECOS, com o apoio do Ministério da Educação (MEC) dentro do Projeto Escola Sem Homofobia⁷, na qual participaram escolas de 11 capitais brasileiras

⁶ Ver: Abramovay; Castro; Silva, 2004.

⁷ Projeto Brasil sem Homofobia - RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 16 DE 8 DE ABRIL DE 2009.

visando identificar o comportamento de alunos, professores e gestores em relação aos jovens homossexuais. As cidades envolvidas foram Manaus, Porto Velho, Goiânia, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo, Natal, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, nas quais foram realizadas 1.406 entrevistas. O estudo intitulado **"Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas"**⁸ detectou, dentro outros dados que: os jovens homossexuais não recebem apoio da família e não são acolhidos pela escola; do lado dos docentes estes não se sentem preparados para abordar temas ligados à homofobia, alguns estudantes, educadores e gestores "culpam" os pais pela orientação sexual dos filhos, pois "não souberam educar". Os alunos travestis e transexuais são os que mais sofrem, existindo um alto índice de abandono escolar, em Goiânia, por exemplo, 17% dos travestis são analfabetos.

Essas pesquisas forneceram dados importantes que subsidiaram as ações desenvolvidas pelo MEC dentro do Projeto Escola sem Homofobia, a partir das quais foi elaborado um material educativo (popularmente chamado de "kit homofobia") em parceria com instituições que lutam pela causa LGBT. Os dados mostram que cerca de 40% da comunidade escolar tem demonstrado preconceito e discriminação contra alunos homossexuais, sendo a proposta desse material justamente esclarecer e auxiliar os educadores no enfrentamento da homofobia, transformando o espaço escolar em um ambiente democrático e de

respeito à diversidade e aos direitos humanos.

O kit deve chegar em breve às 6000 escolas públicas juntamente com a capacitação de técnicos educacionais a partir de parcerias com os movimentos sociais, contando com o parecer favorável da UNESCO e do Conselho Federal de Psicologia - CFP, o que não tem, entretanto, modificado a resistência de frações religiosas fundamentalistas representadas no Congresso Nacional.

A homofobia e suas conseqüências na vida desses cidadãos é uma realidade negada pela escola, na medida em que trata o corpo como um aparelho meramente biológico que prepara as pessoas para a reprodução, esquecendo a importância dos elementos simbólicos e culturais que perpassam a dinâmica das sexualidades e das identidades humanas. Ninguém nasce homofóbico, machista, fundamentalista. A homofobia é um fenômeno psicossocial e cultural produzido historicamente, o combate a esse crime social se dá através do acesso à informação, respeito ao cidadão e a compreensão da subjetividade humana a partir de um olhar científico, sensível, laico e que cultive a paz na produção de um meio ambiente saudável para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identidade e sexualidade acabam sendo dimensões interdependentes, extrapolando o privado e o natural e atingindo o âmbito do aprendido, do social, do político – a sexualidade torna-se um dispositivo histórico (FOUCAULT,

⁸ Ver: Junqueira, 2009.

2007). Nesse processo, a escola, como espaço de produção e reprodução de subjetividades, também organiza e normatiza os corpos dentro de uma perspectiva hegemônica que limita as “escolhas” ao que é dado como normal, deixando a margem de todo o processo aqueles e aquelas que não cabem nesse formato “pedagógico”. É perceptível que ela não problematiza a sexualidade e a identidade como categorias em movimento e sim como entidades fixas, rígidas e definitivas, inexistindo a preocupação em desvincular a sexualidade dos tabus e preconceitos socialmente construídos (ALTIMANN, 2007).

Mesmo na perspectiva de reprodutora das “verdades” científicas, provavelmente não compreende nem discute a homossexualidade dentro de sua perspectiva não hegemônica e enquanto possibilidade humana de orientação e vivência sexual. Muito próximo, provavelmente, da pedagogia que tratou durante muito tempo, ou ainda trata, a sexualidade feminina como intrinsecamente ligada à reprodução, reprimindo e/ou ignorando o prazer/desejo da mulher e seu papel político.

Nossa reflexão, ainda no campo exploratório e teórico, está ligada a necessidade de problematizar a influência do olhar da escola sobre o corpo e a sexualidade, a partir dos dispositivos constitutivos de subjetividades na geração dos processos de produção/reprodução das “verdades” sobre os indivíduos por meio das relações sociais, dos discursos e das representações que forjam as identidades sexuais e, portanto, os próprios indivíduos.

Não querer enxergar o processo de mudança relacionada à identidade sexual transforma a escola, espaço do conhecimento, no lugar da ignorância e do desconhecimento (LOURO, 2007). Ela produz/reproduz a suposição de que o desejo sexual é uniforme e que sempre terá no sexo oposto seu objeto de amor, negando, por exemplo, dentro desse desconhecimento, a homo-afetividade. Impedindo e/ou dificultando, provavelmente, que os sujeitos possam vivenciar sem culpa os seus desejos e afetos e, principalmente, acessar seus direitos de cidadão diante de uma sociedade que possa respeitar a diversidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. C.; SILVA, L. B. **Juventude e sexualidade**. Brasília – DF: UNESCO Brasil, 2004.
- ALTIMANN, H. Uma etnografia da Educação Sexual em uma escola. In: DAUSTER, T. (Org.). **Antropologia e Educação: um saber de fronteira**. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2007.
- _____. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Estudos Feministas*. Ano 9, jul/dez 2001.

- ARANHA, A. Tolerância se aprende na escola. *Época*. 27 Abril/2009.
- AZEVEDO, L.F. **Bullying e homofobia na escola**: processo de construção de identidades e o estranhamento do outro. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 2009.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997, 126p.
- BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, C.P. (Org.) **O Corpo Educado – Pedagogias da Sexualidade**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- CAMINO, L.; LACERDA, P.; PEREIRA, C. Um estudo sobre formas de preconceito contra Homossexuais na perspectiva das Representações Sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2002, 15(1), pp. 165-17.
- CROCHÍK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 3. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- DUTRA, Janaína. **Desconstruindo as sexualidades**. Disponível em <http://www.abiaids.org.br/_img/media/extraG%207-8.pdf> Acesso em: Out/2010.
- FAUSTO-STALING, A. The five sexes, revisited. **The Sciences**. Jul/Ago, 2000.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1 – A vontade de saber**. 18 ed. Tradução Maria Theresa C. Albuquerque e J. A. Guilhaon Albuquerque. São Paulo: Graal, 2007.
- GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Tradução Plínio Dentzien, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. **As conseqüências da Modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.
- GUIMARÃES, C. D. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HILL, T. *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

JUNQUEIRA, R. D. (Org.) **Diversidade Sexual na Educação:** problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília – DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) **O Corpo Educado – Pedagogias da Sexualidade.** 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Teoria Queer – Uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas,** Ano 9, Jul/Dez de 2001.

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, A. M. C. U. A. Identidades Sexuais Não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** Vol. 23 n. 1, pp. 081-090, jan-mar. 2007.

MOTT, Luis. Homo-afetividade e Direitos Humanos. **Estudos Feministas,** Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexuais: a hierarquia da invisibilidade.** São Paulo: Cortez, 2008.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

A ALIMENTAÇÃO COMO UM TEMA POLÍTICO DAS MULHERES

Emma Siliprandi¹

Resumo

O artigo trata das relações entre as questões de gênero e a segurança alimentar, a partir de uma análise das imbricações entre a identidade de gênero e a invisibilidade do trabalho das mulheres no campo da alimentação. Mostra como a segregação desse tema à esfera privada das famílias, aliada a uma deslegitimação da atuação política das mulheres leva a que as políticas de segurança alimentar, muitas vezes, não considerem ou minimizem as demandas e propostas que vem sendo construídas pelos diferentes movimentos e organizações de mulheres. Retoma-se como, nos últimos anos no Brasil, distintos movimentos de mulheres têm incorporado essas discussões em suas pautas políticas. Esses movimentos têm mostrando, por um lado, que existem questões específicas que atingem as mulheres e que não têm sido consideradas; e, por outro, que as mulheres, em função de suas atribuições históricas e experiências acumuladas, têm contribuições próprias a oferecer ao conjunto da sociedade para pensar estratégias de transformação.

Palavras-chave: gênero - identidades de gênero - segurança alimentar - movimentos de mulheres

Abstract

The article deals with the relationship between gender and food security, from an analysis of the relationship between gender identity and invisibility of women's work in the food system. Shows how the segregation of this issue to the private sphere of families, allied to a delegitimization of the political activity of women makes food security policies often do not consider or minimize the demands

and proposals that have been built by different movements and organizations of women. It is explained how, in recent years in Brazil, various women's movements have incorporated these discussions into their political agendas. These movements are showing on the one hand, there are specific issues that affect women and which have not been considered by these policies; and, in the other hand, that women, because of their historical responsibilities and experiences accumulated have contributions to offer to the whole society in order to think about strategies of social transformation.

Key-words: gender - gender identity - food security - women movements

Introdução

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) não é um conceito monolítico, mas integra várias dimensões do processo de alimentação e nutrição: diz respeito ao acesso, à qualidade e à quantidade de alimentos que as pessoas dispõem habitualmente; depende das condições de saúde, saneamento e da sustentabilidade do ambiente em que se vive; e da garantia, a todas as pessoas, de terem a sua dignidade respeitada no ato de se alimentar. Esse conceito incorpora ainda um aspecto eminentemente político, a soberania alimentar – o direito dos países e dos povos de estabelecerem suas próprias políticas de produção, abastecimento e consumo, respeitando sua história e cultura. Usufruir de segurança alimentar e nutricional é uma condição básica e indispensável para podermos viver a liberdade e o pleno desenvolvimento de nossas

¹ Doutora em Desenvolvimento Sustentável; pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da Universidade Estadual de Campinas (NEPA/UNICAMP).
Contato: emma.siliprandi@gmail.com.

capacidades, enquanto pessoas integrantes de um determinado grupo social. É um direito humano inalienável, hoje garantido pela Constituição Federal. As políticas públicas voltadas para a garantia desse direito, para serem eficazes, devem se assentar em princípios como a equidade, a intersetorialidade, a sustentabilidade, a descentralização e a participação social, articulando diferentes setores do governo e da sociedade civil.

A segurança alimentar não é uma condição vivida indistintamente entre as pessoas: existem particularidades conforme se é pobre ou rico, homem ou mulher, branco ou negro, morador da cidade ou do campo. A pobreza é um forte fator de insegurança alimentar, porque há maior probabilidade de que as pessoas, sendo pobres, tenham menos acesso aos alimentos do que aqueles de rendas mais altas². Mas a discriminação social (por questões de gênero, raça, etnia, classe) também aumenta a vulnerabilidade das pessoas à insegurança alimentar e nutricional. Situações de opressão podem impedir ou dificultar que as pessoas exerçam livremente o seu direito de se alimentar. O estudo dos condicionantes de cada um desses fatores poderá nos mostrar facetas específicas de insegurança alimentar, para além da renda monetária.

Na II Conferência da ONU sobre a Mulher, em Copenhague, realizada em 1980, foi feita uma estimativa sobre o acesso das mulheres, em nível mundial, aos bens materiais: as mulheres constituíam metade da população mundial, um terço da força de trabalho, mas ganhavam apenas um

décimo da renda e possuíam apenas 1% da propriedade mundial. Essa estimativa era uma aproximação grosseira, mas dava uma idéia do contraste gritante entre a situação das mulheres e dos homens com relação ao acesso a recursos produtivos, necessários para a sua sustentação econômica. Hoje, trinta anos depois, essa situação não mudou muito. Considerando a importância dos recursos produtivos na determinação da situação de pobreza e de insegurança alimentar, é fácil deduzir-se porque, em grande parte dos países, especialmente nos denominados "em desenvolvimento", as mulheres e as crianças são as mais afetadas pela fome e pela desnutrição³. Este é um primeiro aspecto a considerar sobre as relações entre gênero e segurança alimentar.

As mulheres, em geral, são responsáveis pela aquisição e preparação dos alimentos para a família. No meio rural é também parte de suas responsabilidades a produção direta dos alimentos, por meio das hortas, pequenos animais, transformação de produtos como queijos, doces, pães. As mulheres são, ainda, as principais envolvidas com as questões da saúde e educação dos filhos e filhas, sendo estratégicas para a promoção de hábitos saudáveis no seio da família. Nas áreas de saúde, educação e serviço social (em que se lida com o cuidado das pessoas e com a preparação para a vida) a ampla maioria das trabalhadoras são mulheres: professoras primárias, agentes de saúde, enfermeiras, nutricionistas, assistentes sociais, etc..

² A qualidade dos alimentos, a possibilidade de contaminação, a diversidade da dieta, a regularidade de oferta, também são fatores que afetam diferentemente a alimentação das pessoas conforme a sua condição social. Outras questões como o acesso ao sistema de saúde, ao saneamento e à educação, também têm impactos sobre o consumo alimentar, e devem ser analisadas em conjunto.

³ Outros grupos sociais discriminados tais como negros e populações indígenas também figuram entre os mais atingidos pela fome e por problemas nutricionais, não apenas por sua situação de pobreza, mas por suas condições gerais de sobrevivência.

Podemos afirmar então que as mulheres acumularam conhecimento e experiência em áreas estratégicas para a promoção de segurança alimentar. Entretanto, normalmente, seu conhecimento e sua importância como sujeitos políticos são pouco valorizados e reconhecidos. O número de mulheres que participam de processos de decisão e que estão em posição de destaque nas organizações públicas e da sociedade civil ligados ao tema ainda é desproporcional à sua importância estratégica. Essa é outra das facetas das desigualdades de gênero existentes.

A condição das mulheres de responsáveis pelo cuidado da família (e, portanto, pelas tarefas de reprodução da sociedade) está profundamente ligada à identidade feminina, construída socialmente e permanentemente reforçada pelos estereótipos de gênero. O "enclausuramento" das mulheres nas tarefas do lar foi utilizado historicamente para a sua exclusão dos centros de decisão e de poder, relegando-as a ocupar um papel subordinado na sociedade como um todo. Reconhecer, portanto, a sua experiência nesse campo deve ser acompanhada da discussão de uma nova divisão sexual de tarefas e da necessária valorização da participação social e política das mulheres. De outra forma, essa pode se transformar em uma armadilha, pois simplesmente dar visibilidade à responsabilidade das mulheres pode ser acompanhado da idéia de que esse seria o seu único ou principal papel social.

É preciso respeitar as diferenças entre mulheres e homens

construídas socialmente e que imprimem diferentes identidades de gênero às pessoas, sem que isso reforce relações de desigualdades de poder hoje existentes. A questão que se coloca, portanto, é: como revalorizar as tarefas da reprodução da vida como sendo tarefas de toda a sociedade, importantes em qualquer proposta política de transformação social, sem que se reforce que sejam responsabilidade apenas das mulheres?

Neste artigo, vamos nos dedicar a explorar um aspecto específico das relações entre as questões de gênero e a segurança alimentar, que é a imbricação entre a identidade de gênero e a invisibilidade do trabalho das mulheres no campo da alimentação. A segregação desse tema à esfera privada das famílias, aliada a uma deslegitimação da atuação política das mulheres leva a que as políticas de segurança alimentar, muitas vezes, não considerem ou minimizem as demandas e propostas que vem sendo construídas pelos diferentes movimentos e organizações de mulheres.

Do ponto de vista do consumo, por exemplo, espera-se que as mulheres dêem conta da alimentação da família; no entanto, não se discute com quais recursos e em que condições – tempo, esforço pessoal, infra-estrutura – isso ocorre. As alternativas que estão postas pela economia mercantil atendem a uma parcela pequena da população que pode pagar por uma alimentação diversificada, nutritiva, e ao mesmo tempo, prática, fácil de preparar. As classes mais abastadas, além de terem acesso a mais equipamentos

(desde os eletrodomésticos até os restaurantes), também podem acionar outras mulheres para a realização dessas tarefas. A maioria das mulheres, no entanto, se equilibra em trabalhos precários para sobreviver, não tem acesso à alimentação de qualidade para si e para sua família, e vive sobrecarregada com as tarefas do cotidiano. Para essas mulheres, além das políticas de transferências de renda – necessárias, muitas vezes, como condição de sobrevivência – políticas de segurança alimentar que amenizam o seu esforço cotidiano, tais como serviços de abastecimento, refeitórios coletivos, garantia de alimentação escolar permanente e de qualidade, fazem toda a diferença.

No que se refere à produção de alimentos, por outro lado, será necessário dar mais ouvidos às mulheres agricultoras, que historicamente tem sido as responsáveis pela produção voltada para a subsistência. Há muitos anos as camponesas vêm chamando a atenção para a destruição dos meios produtivos na agricultura (biodiversidade, água, recursos energéticos) promovida pela lógica produtivista dominante, que usa e abusa dos insumos externos e das energias não renováveis, e utiliza o meio ambiente como uma fonte inesgotável de riqueza, em nome de um aumento da produtividade e dos lucros de poucos.

Muitos movimentos de mulheres já têm incorporado essas discussões em suas pautas políticas, mostrando, por um lado, que existem questões específicas que atingem as mulheres e que não têm sido consideradas; e, por outro, que as

mulheres, em função de suas atribuições históricas e experiências acumuladas, têm contribuições próprias a oferecer ao conjunto da sociedade para pensar estratégias de transformação. A incorporação dessas questões nas agendas públicas sobre segurança alimentar e nutricional pode contribuir também para o enfrentamento às desigualdades de gênero hoje existentes.

Retomando o conceito de gênero

O conceito de relações de gênero ganhou força no final da década de 1970, como uma tentativa de desmistificar o determinismo biologicista que explicaria as diferenças entre homens e mulheres, afirmando o caráter histórico e social dessas relações. Mostrava que as relações patriarcais transcendiam ao capitalismo e a outros sistemas de produção, configurando-se como aspectos da exploração e da opressão específica entre os sexos, que se combinavam com a exploração/opressão entre as classes; fenômenos semelhantes ocorrem com outras formas de hierarquização, que dão origem a estruturas específicas de dominação (em função de raça, de etnia, de religião, etc.). Teóricas ecofeministas mostraram que esses fenômenos ocorrem também nas relações dos seres humanos com o meio natural (postura androcentrista e antropocentrista de dominação da natureza) (PULEO, 2002).

As definições mais correntes sobre o conceito de gênero mostram que masculino e feminino são características sociais, construídas. Essas características partem de uma

diferença biológica real. Mas, para além dessa diferença, cria-se um sistema de hierarquias, onde um pólo passa a ser dominante sobre o outro. Constitui-se assim uma relação de desigualdade.

Há dois elementos principais a serem considerados: a divisão sexual do trabalho (separação do que é considerado o papel social dos homens e o papel social das mulheres); e a hierarquização decorrente dessa separação, em que o masculino ganha predominância. Temos então diferenças materiais, por um lado, e valores simbólicos, por outro. Essas condições serão cimentadas por uma "naturalização" ideológica do que é ser homem ou mulher nessas sociedades. É fácil entendermos esse conceito se pensarmos, por exemplo, na questão do trabalho doméstico: ao mesmo tempo em que é um trabalho (e, portanto, exige tempo, dedicação, esforço físico e intelectual, planejamento, etc.) é uma atribuição geralmente relacionada com o "ser mulher", que confere identidade às esposas/mães, que são valorizadas (e se auto-valorizam) de acordo com os parâmetros de seu contexto sócio-cultural, pela forma como conseguem dar conta ou não dessas tarefas.

Uma das teóricas pioneiras na discussão do conceito de gênero foi Joan Scott (1990), para quem "gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos". Para essa autora, gênero deve ser entendido, sobretudo, como uma manifestação das relações de poder, porque além de estruturar a percepção corrente da vida social, estabelece um acesso diferenciado a

recursos materiais e simbólicos da sociedade, entre mulheres e homens⁴. As relações de gênero expressam, portanto, uma hierarquia que estrutura todo o sistema social.

Alimentação e trabalho doméstico na construção dos papéis sociais

Autoras identificadas com a Economia Feminista⁵ vêm mostrando como as questões relacionadas com a reprodução da vida humana, incluindo o trabalho doméstico, têm sido sistematicamente invisibilizadas nos estudos econômicos e nas discussões sobre desenvolvimento, como se fossem questões eminentemente da esfera privada, e não tivessem implicações sobre a forma como as sociedades se organizam e se reproduzem. Raciocínio semelhante é proposto por autoras ecofeministas com relação à forma como são tratados os problemas ambientais decorrentes das atividades humanas: como se fossem externalidades ao sistema, que não entram nos cálculos econômicos. Ignora-se a insustentabilidade do sistema produtivo (por não reconhecer-se a finitude dos recursos) da mesma forma como ignora-se que a economia capitalista se assenta sobre o trabalho não pago realizado pelas mulheres, considerado, em princípio, "infinitamente elástico".

Estamos falando do trabalho de gerenciamento e preparo da alimentação, de manutenção da casa, de educação dos filhos, de cuidado com idosos e enfermos, além dos demais membros adultos da família. É um trabalho distribuído desigualmente entre os gêneros, que recai, em sua maior parte, sobre as

⁴ Recursos materiais são aqueles que promovem o bem estar das pessoas, tais como renda, propriedade, terra, capital. Recursos simbólicos se referem aos valores atribuídos às pessoas conforme a sua posição na hierarquia social. Diferenças entre o acesso aos recursos materiais e simbólicos também são encontradas entre outros grupos sociais, tais como entre negros e brancos, pobres e ricos, pessoas letradas e iletradas, etc. – e mesmo entre mulheres ou homens de diferentes classes entre si.

⁵ Ver indicações na bibliografia.

mulheres. Embora possa ser complementado pela contratação de trabalho assalariado, por estruturas públicas e privadas de prestação de serviços ou por trabalho social voluntário, a sua responsabilidade final sempre é das mulheres.

A invisibilidade do trabalho doméstico e das tarefas relacionadas com o cuidado e com a reprodução da vida reforça o não reconhecimento das mulheres como agentes econômicos que ocupam um lugar específico dentro do capitalismo, como se fosse possível se prescindir desse trabalho, fundamental para a manutenção e reprodução dos trabalhadores e de toda a sociedade.

Porém, não se explica facilmente que esse trabalho gratuito seja feito pelas mulheres para a sociedade como um todo, apenas com base em relações forçadas (como foi a escravidão, por exemplo). Autoras como Helena Hirata (2004) e outras, vêm se perguntando há algum tempo "Por que o trabalho doméstico continua a ser realizado no interior da família e do casal, gratuita e "voluntariamente" pelas mulheres? Por que mesmo aquelas que possuem uma consciência de gênero 'consentem' em reproduzir essa relação assimétrica?" (HIRATA, 2004:44).

Chegamos então à formação das identidades de gênero, e de como o trabalho doméstico está relacionado com o papel esperado das mulheres na família; e com a imbricação existente, em nossas sociedades, entre o sentimento amoroso e a necessidade de servir aos outros. Já comentamos como os papéis de gênero são estruturados

em uma rígida dicotomia do que é esperado para os homens e para as mulheres. Algumas características (entre muitas) são apontadas como ideais: suavidade, docilidade, fragilidade, para as mulheres; e agressividade, assertividade, objetividade para os homens. Através dos processos educativos (não apenas na escola, mas também nas famílias e na sociedade em geral) as meninas e os meninos serão moldados para se transformarem em mulheres e homens que realizarão a história e reproduzirão os sistemas sociais. As brincadeiras infantis, a forma como as relações familiares aparece nos livros escolares, o tratamento diferenciado dado a meninos e meninas, e tantas outras exemplos, mostram como os estereótipos de gênero são transmitidos e reforçados. As mulheres são levadas a acreditar que são mais frágeis, que necessitam apoio e proteção, e que a sua capacidade de sobrevivência dependerá de ter um homem ao seu lado; este, por sua vez, também receberá os estímulos para se sentir o mais forte, o dominador. Desnecessário lembrar que esses padrões se assentam na heterossexualidade compulsória como o ideal de "normalidade", punindo-se e desencorajando-se comportamentos "desviantes".

Existe uma vinculação estreita entre o "trabalho voluntário" exigido das mulheres e o componente afetivo, inerente a essas socializações. O cuidado com os demais passa a ser a forma, por excelência, de as mulheres expressarem amor; enquanto os homens não "sentem" da mesma

forma. Em uma sociedade sexuada também os sentimentos serão construídos socialmente, e apropriados (e vivenciados) diferentemente conforme o gênero, a classe social, a raça, a etnia. Isso faz com que as relações afetivas possam esconder profundas desigualdades materiais e de poder (pelo acesso diferenciado aos bens econômicos e também simbólicos, que garantem a sobrevivência e o bem estar das pessoas), criando dependência para as mulheres dentro do casamento. A junção entre amor, afeto, trabalho voluntário e dependência econômica, aliada à suposta inabilidade das mulheres para o mundo público, são componentes da sua dificuldade em deixar de ser "a rainha do lar".

Outro aspecto importante para entendermos essas questões são os tipos de famílias existentes e as relações que se estabelecem dentro delas. Apesar de existir um modelo idealizado "médio" de família (homem provedor/mulher dona de casa, casal e filhos) ele corresponde muito pouco ao real. As famílias mais abastadas, historicamente podem ter a seu serviço muitos assalariados (principalmente assalariadas) que cuidam dos trabalhos domésticos; as famílias de classe média, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, também passam a utilizar o recurso de contratação de outra mulher para realização desse serviço (permanente ou eventual); enquanto nas famílias da classe trabalhadora, as mulheres sempre estiveram no mercado de trabalho, mesmo assumindo, cumulativamente, o trabalho doméstico. Encontraremos nesse grupo social muitos arranjos familiares/de vizinhança, etc., que

articulam outras mulheres (parentes, amigas) para dar conta das necessidades de cuidado dos filhos para que as mães possam trabalhar fora de casa.

Um número crescente de famílias hoje, em todas as classes sociais, são monoparentais, e, nesse caso, a maioria é chefiada por mulheres, que precisam dar conta do orçamento doméstico contando apenas com a sua própria renda. Mulheres e homens idosos vivendo sozinhos, solteiros, separados, viúvos, também constituem, cada vez mais, famílias "individuais", principalmente nos centros urbanos. A idéia de que a família é um refúgio para onde os maridos vêm em busca de paz e tranquilidade, quando voltam do seu trabalho no mundo público, é mais ficção que realidade. As políticas públicas precisam se adaptar a essas situações e não contar que sempre exista uma mulher em casa para resolver os problemas de alimentação e cuidado dos demais componentes da família.

Soberania e Segurança Alimentar nas pautas políticas das mulheres

Em diferentes regiões do mundo, desde a década de 1980, mulheres urbanas e rurais vêm se organizando para denunciar situações em que suas condições materiais de sobrevivência vêm sendo ameaçadas. Camponesas indianas do Himalaia, africanas do Quênia, seringueiras, castanheiras e quebradeiras de coco babaçu do Norte do Brasil, pescadoras equatorianas, moradoras de periferias norte-americanas atingidas pela contaminação do solo e da água por indústrias químicas, têm criado movimentos em que

questionam os pressupostos do desenvolvimento capitalista, que permite que grandes empresas, em nome do progresso, destruam os modos de produção e de vida de milhares de pessoas. Em muitas dessas situações, as mulheres são as principais afetadas, porque as condições de produção de alimentos, obtenção de água e lenha – suas atribuições de gênero – são as primeiras a serem destruídas; por outro lado, como são excluídas dos espaços de poder, suas questões têm pouco apelo e visibilidade política.

Em 1992, na Conferência Mundial Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, movimentos de mulheres de várias partes do mundo tornaram pública a sua desconformidade com os rumos que as políticas de desenvolvimento estavam tomando. As mulheres presentes nesses eventos defendiam "um olhar feminino sobre o mundo", faziam críticas ao consumo predatório dos países do Norte, que agravava a pobreza no Sul, e ressaltavam a importância das ações locais para a recuperação do meio ambiente. Além disso, denunciavam que as consequências da crise ambiental recaíam sobre aquelas mais pobres, sem poder de voz ou de intervenção sobre o andamento dos processos, marginalizadas dos espaços de decisão.

As mulheres participaram organizadas também de vários eventos internacionais onde se discutiu especificamente o tema da segurança alimentar, como as Cúpulas Mundiais de Alimentação promovidas pela FAO, em Roma, em 1996 e em 2002 (Roma+5). Por outro lado, em eventos específicos de

mulheres (como a Conferência de Beijing, 1995) e sobre a questão ambiental (Joannesburg, 2002), também os temas do acesso aos recursos produtivos e a discussão de modelos de consumo estiveram presentes. Em todos esses eventos, declarações e recomendações aos governos no sentido de dar mais poder às mulheres foram firmadas, reconhecendo as suas desvantagens em relação aos homens quanto às condições para participar ativamente da definição das políticas em todos os níveis (SILIPRANDI, 2009).

Essas questões também estiveram presentes na pauta política de eventos organizados pela sociedade civil, como os Fóruns Sociais Mundiais, a partir de 2001, o Fórum de Soberania Alimentar, ocorrido em Havana (2001), e o Fórum de Nyeleni (Mali, 2007). Movimentos sociais internacionais como a Via Campesina e a Marcha Mundial de Mulheres têm dado crescente importância às questões de soberania e segurança alimentar de um ponto de vista das mulheres.

Existem demandas históricas que precisam ser encaminhadas como condição de empoderamento das mulheres, e que continuam na agenda até hoje. Dizem respeito ao acesso das mulheres aos recursos produtivos, a mudanças na divisão sexual do trabalho e à valorização social das mulheres. Exemplos dessas medidas: promover e aumentar a participação das mulheres em todas as políticas, programas e projetos de promoção do desenvolvimento; aumentar o acesso das mulheres a informações, como condição para melhorar a sua participação; enfrentar a questão do

trabalho doméstico e oferecer mais infra-estrutura para o cuidado dos filhos; garantir o acesso a políticas públicas de crédito, água, terra, emprego, equidade de renda; garantir os direitos sexuais e reprodutivos de homens e mulheres; eliminar todas as formas de discriminação; promover mudanças nos padrões que estigmatizam a imagem da mulher, assim como padrões de consumo depredadores; e valorizar o trabalho não remunerado das mulheres nas contas nacionais, reforçando a sua contribuição à economia

Hoje os movimentos de mulheres têm chamado a atenção também para outros aspectos específicos das transformações recentes nos modelos produtivos que têm implicações sobre os temas de segurança e soberania alimentar, tais como o enfrentamento ao poder dos grandes conglomerados transnacionais da área de alimentação (que incluem as empresas controladoras das sementes, agrotóxicos, comercialização das commodities, distribuição de alimentos, muitas das quais, líderes dos setores bioquímicos e farmacêuticos). O modelo hegemônico, representando pelo poder dessas empresas, ameaça ao mesmo tempo a saúde das pessoas e do ambiente e compromete a capacidade dos países de implantar políticas autônomas de segurança alimentar e nutricional. As mulheres denunciam ainda que essas empresas progressivamente vêm mercantilizando e "medicalizando" a saúde das pessoas, impondo às mulheres, por exemplo, contraceptivos invasivos, hormônios

sintéticos para a menopausa, além de medidas de controle forçado da população – sem que todos os fatores de risco para a saúde das pessoas sejam avaliados.

Ao mesmo tempo, as mulheres vêm construindo, em vários países, em espaços urbanos e rurais, experiências alternativas de produção e distribuição de alimentos, baseadas em tecnologias brandas, ecológicas, e orientadas pela economia solidária e feminista. Nessas experiências, resgatam os conhecimentos e aportes históricos das mulheres na alimentação e no cuidado dos demais, em uma perspectiva emancipatória e coletiva, e defendem outro modelo produtivo e de consumo em que se alimentar adequadamente e de forma prazerosa não signifique uma sobrecarga de trabalho para as pessoas, e tampouco para as mulheres.

Muitos grupos de mulheres, de fato, focalizam a sua atuação na produção de alimentos (in natura ou transformados); no cultivo de pequenos animais; na preservação e na aclimatação de espécies (por meio de bancos de sementes ou de conservação nas propriedades); na transmissão de conhecimentos sobre a produção e o uso de plantas medicinais, por exemplo. Muitas dessas atividades não são valorizadas socialmente, consideradas apenas "atividades complementares" aos cultivos comerciais, considerados "principais" e sob responsabilidade dos homens.

Os movimentos de mulheres vêm trabalhando essas questões, por um lado, valorizando as experiências concretas das mulheres, nas casas,

nas comunidades, buscando fortalecê-las como sujeitos dessas experiências; e, ainda, propondo a valorização da alimentação saudável e das questões da saúde das pessoas e do ambiente como parte de uma discussão mais geral sobre o sistema agroalimentar, propondo, em espaços mistos, formas de enfrentar esse modelo.

Não é uma discussão isolada, na qual as mulheres permanecem em um gueto, discutindo “coisas de mulher”. Elas se investem da condição de defensoras de um modelo produtivo centrado na produção de alimentos e sustentável ambientalmente, em função de que essas sempre foram tarefas suas na divisão do trabalho. Mas avançam, como já foi colocado, para o questionamento sobre as multinacionais do setor,

posicionando-se quanto aos problemas gerados pela monopolização das sementes, o uso da terra para outros produtos que não os alimentos, os agrotóxicos, a alimentação industrializada, entre outros temas de abrangência mais geral.

A forte politização com que essas lutas vêm sendo colocadas publicamente – com ações de enfrentamento a grandes empresas, a laboratórios transnacionais, disputas por políticas públicas, críticas a acordos comerciais internacionais – evidenciam que não se trata, para elas, de lutas menores, mas de embates de projetos em que as mulheres estão se posicionando a partir da sua condição de gênero, no sentido de uma transformação social mais ampla.

Referências

CARRASCO, Cristina. La sustentabilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? In: León T., Magdalena (comp.). Mujeres y trabajo: cambios impostergables. Porto Alegre: REMTE, Marcha Mundial de las Mujeres, Clacso, Alai, 2003.

DEERE, C.D. e M. León. O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

Fougeyrollas-Schwebel, Dominique. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, Nalu e Nobre, Miriam (orgs.). O trabalho das mulheres: tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999. (Cadernos Sempre Viva).

HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária? In: Godinho, Tatau e Silveira, Maria Lucia (orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Prefeitura Municipal, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Marli Emilio e outras (orgs.) Trabalho e cidadania ativa das mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

MARTÍNEZ Alier, Joan. El ecologismo de los pobres. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Barcelona: Icaria/Antrazyt/FLACSO, 2004.

NOBRE, Miriam. Introdução à economia feminista. In: Faria, Nalu e Nobre, Miriam (orgs.). Economia Feminista. São Paulo: SOF, 2002 (Cadernos Coleção Sempreviva).

NOBRE, Miriam; Faria, Nalu. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial de Mulheres no Fórum Social Mundial. Estudos Feministas, Florianópolis, v.11, n.2, p. 623-632, jul./dez 2003.

PICCHIO, Antonella. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: Carrasco, Cristina (org.). Mujeres y economía; nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas. Barcelona: Icaria, 1999.

PULEO, Alicia. Del ecofeminismo clásico al deconstrutivo: principales corrientes de un pensamiento poco conocido. In: Amorós, Celia; De Miguel, Ana (Eds.). Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. De los debates sobre el género al multiculturalismo. Madrid: Minerva, 2005. t. 3; p.121-152.

PULEO, Alicia. Feminismo y Ecología. El Ecologista, n.31, verano 2002, p.36-39.

RAMÍREZ Hilda Salazar. Mujer y medio ambiente: acuerdos internacionales. In: Garcia, V. V. Género, sustentabilidad y cambio social en el México Rural. México: Colegio de Postgraduados, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos? Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, dez. 1990.

SHIVA, Vandana. Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

SHIVA, Vandana. Cosecha robada. El secuestro del suministro mundial de alimentos. Barcelona: Paidós, 2003.

SILIPRANDI, E. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2009.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, n.1, p.61 - 71, jan./mar. 2000.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres rurais e políticas de desenvolvimento In: Congresso Mundial de Sociologia Rural, 10., 2000, Rio de Janeiro; Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 38., 2000, Rio de Janeiro. Sustentabilidade e democratização das sociedades rurais da América Latina. Rio de Janeiro: SOBER, 2000b. 1 CD-ROM

SILIPRANDI, Emma. Políticas de Alimentação e gênero: desafios para uma maior equidade. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs.). A produção do viver. São Paulo: SOF, 2003 (Cadernos Coleção Sempre Viva).

NOS CAMINHOS DO RISO: POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS PARA ANÁLISE DE CHARGES PUBLICADAS DURANTE A SEGUNDA ONDA DOS FEMINISMOS NO BRASIL (1970)

Cíntia Lima Crescêncio*

Resumo

O humor tem sido alvo frequente de discussão em um cenário de esforço de consolidação dos "politicamente corretos". Não sem poucas controvérsias, o tema tem agradado e também causado desconforto, em função do debate ético-político-ideológico que envolve o tratamento de temas considerados delicados com nuances de zombaria. É a partir dessa observação que apresento a proposta "risonho-metodológica" desse artigo que, a partir da análise de três charges selecionadas, produzidas por Millôr Fernandes e publicadas na revista *Veja* sobre o tema feminismo em 1970, pretende explorar a análise do discurso como ferramenta metodológica e o riso como instrumento interventor na construção de modos de pensar, sentir e viver.

Abstract

Humor has been a frequent topic of discussion in a scenario of consolidation effort of "politically correct". Not without a few controversies, the theme has pleased and also caused discomfort, depending on the ideological-political-ethical debate surrounding the treatment of issues considered sensitive to nuances of ridicule. It is from this observation that the present proposal "laughing-methodological" this article from the analysis of three selected cartoons, produced by Millôr Fernandes and published in *Veja* magazine about feminism issue in 1970, aims to explore the analysis of discourse as methodological tool and laughter as

intervenor instrument to build ways of thinking, feeling and living.

Há quem diga que rir é o melhor remédio, afinal, é grátis. Há também quem afirme que aquele que ri por último, ri melhor. Há ainda os/as que defendem que se há muito riso, é porque tem pouco juízo. O riso, ação ou efeito de rir, apesar de integrar o nosso vocabulário popular cotidiano e de ser um grande promotor de empregos (palhaços, humoristas, atores, chargistas), não tem ocupado espaços muito célebres na historiografia que, não atentando ao seu potencial subversor, tem deixado de lado uma ferramenta de crítica bastante flexível. É pensando na "falta de humor" que tem assolado a disciplina história que proponho a escrita do presente artigo com o objetivo de refletir sobre o seu potencial subversivo a partir de três charges produzidas por Millôr Fernandes em 1970, período conturbado politicamente em função da ditadura civil-militar, mas também efervescente no que se refere a emergência de um dos movimentos sociais mais importantes do século XX no Brasil e no mundo, o movimento feminista, objeto predileto de críticas do referido chargista².

Estudos já se dedicaram a refletir sobre décadas de anti-feminismo na imprensa que, por meio do humor, do riso, da chacota e da piada, ocupou-se de desqualificar tudo e todas/todos que, de alguma maneira, identificavam-se ou eram identificados/as com o feminismo. A imprensa alternativa, mais especificamente *O Pasquim* (1969-

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História - LEGH, bolsista CNPQ. Email: cintialima23@gmail.com

¹ Milton Fernandes nasceu no Rio de Janeiro em 1924. Pouco tempo após o seu nascimento o pai faleceu e o nível de vida da família baixou imediatamente. Aos 14 anos, Millôr (apelido que teria começado a reinar 3 anos depois) já começou a trabalhar como jornalista, profissão apreendida no labor. Em 1944 adentrou a gráfica "O Cruzeiro" como jornalista da revista *O Cruzeiro*. Em pouco tempo progrediu na carreira, ganhando prestígio e dinheiro, o que lhe possibilitou ir morar em Copacabana, bairro boêmio e bem cotado no mercado imobiliário carioca. Em 1964 fundou o jornal alternativo *O Pif-Paf*, que durou pouco tempo, mas a experiência foi repetida com a fundação d'*O Pasquim*, esse sim com uma vida duradoura. Paralelamente a essas atividades Millôr Fernandes expôs desenhos no MASP, escreveu peças que enfrentaram o problema da censura e traduziu uma porção de outras vindas do exterior. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/millor/aberto/biografia/index.htm> Acesso em 10 de julho de 2011.

1991), foi acusado por Rachel Soihet (2005, p. 609) de promover uma espécie de violência simbólica, através de suas charges e entrevistas, contra mulheres que buscavam a transformação social; a grande imprensa, teoricamente, pouco teria se esforçado para publicizar a causa feminista de segunda onda³. Millôr Fernandes, que trabalhou entre 1969 e 1975 n' *O Pasquim*, e entre 1968 e 1982 em *Veja*, revista integrante do que se convencionou chamar de grande imprensa, recebeu das pesquisadoras do campo dos estudos de gênero o desonroso título de machista e misógino. Contudo, é em *Veja*⁴ que me apoio para demonstrar o tratamento diferenciado que o referido jornalista concedeu aos feminismos brasileiros.

No texto que segue, não pretendo negar ou rejeitar o poder do humor no que se refere ao seu potencial danoso, capaz de construir estereótipos e fortalecer-se sobre eles, fazendo rir por meio da chacota, da piada, da ridicularização de algo ou alguém. Quentin Skinner (2002, p. 9) destaca que por meio do riso podemos arruinar a causa do adversário e persuadir a audiência por meio do insulto. Nessa perspectiva o humor é compreendido como ferramenta eficaz no combate a certas posturas políticas, sociais, culturais e etc., questão relativamente conhecida, na medida em que não chega a ser novidade os alcances do riso na desqualificação de acontecimentos, pessoas e ideologias. Rachel Soihet (2007, p. 50), em sua pesquisa sobre os preconceitos (re) produzidos nas charges d' *O Pasquim*, segue essa

perspectiva, ao apontar o semanário construindo imagens de feministas como feias e homossexuais. Henri Bergson (1978, p. 98) destaca que o riso é um gesto com significação e alcance sociais, mas que ao final serve como castigo que se estabelece por meio da humilhação.

Entretanto, mesmo diante dessas primeiras impressões, gostaria de ir além para explorar a fatia positiva do riso. Para isso julgo importante pensarmos que o riso "(...) jamais poderia ser um instrumento de opressão e embrutecimento do povo. Ninguém jamais conseguiu torná-lo inteiramente oficial. Ele permaneceu sempre uma arma de liberação (...)" (Bakhtin, 2002, p. 81). Nessa perspectiva, pretendo pensar as charges produzidas por Millôr como instrumentos de reflexão, na medida em que sua atuação em *Veja* demarca não uma simpatia pelos feminismos, mas, no mínimo, um interesse em divulgar muitas das reivindicações feministas que estavam sendo elaboradas naquele momento.

Aliada a essa perspectiva diferenciada do riso proponho uma metodologia bastante específica para o tratamento das charges: a análise do discurso, disciplina emprestada da lingüística que no campo dos estudos históricos tem se mostrado de grande valia, na medida em que sugere a articulação entre descrição e interpretação, como apontou Michel Pêcheux (1990, p. 17). Isso porque, acatando a proposta de Ulpiano Bezerra de Menezes, lanço o olhar para o campo da visualidade como objeto detentor de historicidade (Menezes, 2003, p. 11) e também

² A proposta desse artigo abarca uma pequena parcela da dissertação em fase de elaboração que desenvolvo junto ao Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada "Veja o feminismo em páginas (re)viradas (1968-1989)" cujo objetivo é refletir sobre os sentidos legados aos feminismos e aos movimentos feministas nos discursos produzidos e difundidos pela revista *Veja* entre os anos 1968 e 1989, momento de emergência dos feminismos de 2ª onda no Brasil.

³ Didaticamente o feminismo é dividido em duas ondas: a primeira onda refere-se às manifestações que reivindicavam a ampliação dos direitos civis de mulheres em que se incluía o direito de votar e ser votada no final do século XIX e início do século XX; a segunda onda faz referência às manifestações iniciadas na década de 1960 em que as bandeiras de luta estavam articuladas a questões da sexualidade e subjetividade, lutava-se pelo usufruto do corpo e combatia-se o patriarcado. Apesar dessa estrutura de ondas ser funcional, é importante pensarmos o feminismo como um acontecimento e, portanto, se desenvolve de diferentes maneiras em variados espaços.

como documento de natureza discursiva (Menezes, 2003, p. 16). Assim, da mesma maneira que outras fontes, as imagens precisam ser compreendidas no seu contexto amplo, de produção, autoria, distribuição, trajetória, bem como em seus sentidos iconográficos, perspectiva que pode ser articulada as preocupações da análise do discurso, disciplina que:

(...) não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2009, p. 60).

A análise do discurso, portanto, não visa uma análise linguística puramente, em que os termos sejam semanticamente analisados e compreendidos. Essa metodologia objetiva o discurso, que implica o trabalho de explicitar, descrever, relacionar e interpretar montagens sócio-históricas de sentidos. O discurso não é estanque, ele é produzido por mulheres e homens a partir de suas subjetividades, experiências, contextos, tempos. Nesse sentido, a análise de discurso prima pela observação das redes com as quais os discursos se entremeiam, o que o caracteriza como constituidor de sujeitos e de sentidos. O discurso, portanto, é compreendido como fruto da união entre língua e história (Orlandi, 2007, p. 40), sendo que:

(...) não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no

funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação (ORLANDI, 2009, p. 21).

Ao apropriar-me de charges como fontes, além de considerá-las como produto do meio e como expressão visual, entendo-as como dispositivos capazes de constituir sujeitos e sentidos, não apenas para leitoras e leitores, como também para seus/suas produtores/produtoras que ao produzirem sentidos, também estão se produzindo. Partindo da premissa de que a língua significa porque a história intervém (Orlandi, 2007, p. 46), a análise do discurso serve a esse artigo como instrumento metodológico capaz de enriquecer e aperfeiçoar o tratamento dado ao discurso que, nessa disciplina, apresenta-se sempre articulado a sua exterioridade (Orlandi, 2006, p. 54).

Para elaborar esse experimento foram selecionadas 3 charges da coluna Humor assinada pelo jornalista (dos anos 1970, 1974 e 1977), de um universo de mais de 30, publicadas em *Veja*⁵ durante o período em que Millôr colaborou com a revista⁶. Os critérios de escolha são de certo modo subjetivos, no entanto busquei para esse artigo destacar as imagens que dialogam mais diretamente com marcos que costumam ser lembrados em articulação ao tema feminismos: sexo/gênero, violência contra as mulheres e divórcio. A primeira delas coloca em discussão a história de Adão e Eva e os novos tempos feministas.

⁴ *Veja* foi lançada em 11 de setembro de 1968, sendo a primeira semanal a trazer o modelo *Time* ao Brasil, estilo caracterizado pelo caráter noticioso e informacional. Era um projeto de 1960 que acabou sendo adiado em função da crise política de 1961 e seu nome, *Veja*, reflete o objetivo da revista de ser vista, com uso de muitas imagens (Almeida, 2009, p. 23). Com uma das maiores campanhas publicitárias da imprensa brasileira, a revista chegou às bancas e demorou alguns anos até que se estabelecesse financeiramente (Almeida, 2009, p. 38). Contudo, é preciso levarmos em conta que esta foi fundada pelo grupo Abril, editora comandada por Victor Civita e seu filho, Roberto Civita, em um contexto capitalista e liberal. Nesse ponto é importante lembrarmos que a grande imprensa, como empresa, não sofreu tanto no período de 1964-1985 (Smith, 2000, p. 58), apesar desse período ser sempre citado como de "crise", em função da ditadura e da decorrente opressão sobre os meios de comunicação.

⁵ O acervo da revista *Veja* encontra-se todo disponibilizado *online* no endereço <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>



Revista **Veja**. Millôr. 29 de abril de 1970. Edição 86. p. 13.

A charge acima, que em sua versão original ocupa mais de metade da página, representa uma cena muito comum na coluna de Millôr que, com bastante frequência, utiliza-se do casal Adão e Eva para satirizar os mais variados assuntos. Os personagens, habitantes do paraíso, onde podem circular nus, protagonizam a imagem em que se destaca ainda a macieira e a serpente. Eva, receptiva e com um sorriso largo, afirma para um Adão assustado e com uma postura resistente: *Adão, nós somos unisex!* Respeitando a sugestão de Eni Orlandi (2007, p. 27) sobre a determinação histórica das palavras, é relevante refletirmos sobre o que nos diz o texto imagem e o texto escrito, relacionando-os e ainda articulando-os ao contexto imediato e amplo de sua produção⁷.

De acordo com Zaíra Ary, que disserta sobre a desvalorização do feminino no imaginário católico, a partir do relato javista do Gênesis

sobre a criação do mundo por Deus, Eva foi feita da costela de Adão para acabar com sua solidão e com ele procriar. Como herdeiras de Eva as mulheres incitaram o homem ao "pecado original", sendo responsáveis pela expulsão do paraíso e pelos males que afligem a humanidade como o trabalho e o parto doloroso. Sendo vulneráveis às tentações, essas seriam consideradas frágeis e ainda sexualmente perigosas e prejudiciais (Ary, 2000, p. 76-77). Millôr Fernandes reelabora um dos mitos da criação incorporando nele um sentido bastante contemporâneo que remete, exatamente, não só as mudanças sócio-culturais no que se referem à vestimenta da década de 70, como também aos feminismos que se ocupam em contestar a visão estanque e binária dos sexos, visão que serve a manutenção da desigualdade.

Apesar da carga histórica dispensada à figura de Eva, a

⁶ A primeira edição que contou com a colaboração de Millôr na coluna Humor foi a número 13, de 14 de dezembro de 1968. A última coluna assinada pelo jornalista foi a de número 744, em 1982. Na edição seguinte foi substituído por Luis Fernando Veríssimo que permaneceu até 1989, quando Jô Soares passou a ser o colunista de humor de *Veja*.

⁷ Contexto imediato é o que envolve o discurso, seu suporte, sua produção, sua assinatura. O contexto amplo é o que traz para discussão os efeitos da sociedade, suas instituições (Orlandi, 2009. p. 30-31).

representação de Millôr Fernandes nos permite extrapolar os sentidos *a priori* estabelecidos a ela. A fala *Adão, nós somos unisex!* remete às rupturas que estavam sendo empreendidas no período, em que mulheres, felizes com os avanços, assim como Eva, partiam em direção ao rompimento de velhas estruturas, mantidas também por homens assustados e resistentes, como Adão, às possibilidades que o *unisex* permitiria. A palavra *unisex* significa algo que serve aos dois sexos, contudo uma possibilidade que podemos manter em aberto é a não-referência à palavra *unisex*, essa sim integrante da língua portuguesa, sendo *unisex* de origem inglesa, podendo ser apontado como uma licença poética, ou mesmo como um sinal de que esse rompimento seria fruto de estrangeirismos⁸. Independente dos variados sentidos que possamos extrair da charge em questão, é relevante pensarmos o que essa imagem sinaliza, visto que, mesmo que a expressão *unisex* não seja de uso corrente no campo dos estudos de gênero e feministas, ela e todo o cenário armado pelo jornalista, apontam uma mudança dos tempos, mudança estreitamente articulada aos movimentos feministas da época, movimentos que ainda discutiam sobre os limites da categoria sexo quando se desejava discutir as problemáticas sócio-culturais implicadas com ele.

Joana Maria Pedro destaca que os movimentos feministas na década de 1980 passaram a fazer uso da palavra gênero no esforço de reforçar a idéia de que as diferenças entre os homens e mulheres são pautadas na cultura e não no sexo,

tido como uma questão biológica (Pedro, 2005, p. 78). Joan Scott, citada a exaustão na década de 90, em função de ter buscado teorizar sobre a categoria gênero, circulante, mas ainda nova, afirmou que gênero é criação social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 1995, p. 75). Portanto, as diferenças entre homens e mulheres estariam vinculadas ao gênero, e não meramente ao sexo. Entretanto, anos depois, Linda Nicholson afirmou que “[...] diferenças sutis na forma como o próprio corpo é pensado podem ter algumas implicações fundamentais para o sentido do que é ser homem ou mulher e representar, conseqüentemente, diferenças importantes no grau e no modo como o sexismo opera” (Nicholson, 2000, p. 31). Assim, pesquisas recentes têm refletido sobre a mútua relação que se estabelece entre sexo e gênero.

Millôr, nessa charge, apresenta a leitoras e leitores uma sátira da história de Adão e Eva, apontando a mudança dos tempos e o rompimento de barreiras biológicas no seu sentido sexual sem, em minha leitura, mostrar-se desconfortável ou mesmo negativamente crítico em relação a isso. Pelo contrário, o chargista sequer relativiza a feminilidade dessa Eva que comemora seu *status* de *unisex*. O jornalista, um homem instruído, mas pouco dado às discussões de gênero que começam a ser empreendidas ainda na década de 1980, apesar do tratamento ácido que concede aos feminismos e às feministas em outras publicações, nessa primeira charge selecionada de *Veja* apresenta a leitoras e leitores de forma bem

⁸ Estados Unidos e França são considerados os “berços” do feminismo, o que fomentava as críticas aos feminismos brasileiros, em função de serem vistos como um capricho de mulheres instruídas e de classe média. Entretanto, os movimentos feministas que se desenvolveram no país nesse momento foram fruto de um contexto bastante distinto do que marcou o feminismo de segunda onda de países como Estados Unidos e França, na medida em que a identificação de opressão das mulheres aliou-se ao combate ao regime civil-militar, o que se deu em meio à esquerda.

humorada, satirizando a história de Adão e Eva, a mudança dos tempos e o rompimento de barreiras biológicas no seu sentido sexual sem, em minha leitura, mostrar-se desconfortável ou mesmo negativamente crítico em relação a isso.

A próxima charge que apresento para reflexão traz o corpo de uma mulher exposto, sem roupas, mas destacando-se por um humor pernicioso, refletindo sobre um problema social sério através da sátira⁹.



Revista **Veja**. Millôr. 10 de julho de 1974. p. 13.

A imagem originalmente ocupando uma página inteira, cujo título é *Triângulo passional*, faz uma alegoria com uma situação complexa que nessa época já vinha causando comoção no país: a violência contra as mulheres, mais especificamente, a violência conjugal justificada por atos de amor. Nesse período já não eram raras as notícias que denunciavam casos de assassinatos de mulheres sob a justificativa de legítima defesa da honra.

A violência doméstica e familiar praticada contra mulheres no Brasil costumava e ainda costuma ser encarada como um problema de foro privado em que os poderes públicos não tem o poder de legislar, a velha máxima *em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher* é o grande apanágio do problema que na

década de 1970 já era uma das grandes preocupações feministas no Brasil e que, em meados de 1980, tornou-se uma das principais causas dos feminismos desenvolvidos no país. Estudos apontam que desde o século XIX o Brasil experimentou alguns focos de "epidemia" em que o assassinato de mulheres era o grande vírus. Segundo a autora, esse histórico adentrou o século XX e, como podemos constatar, também o século XXI (Blay, 2009, p. 41-42). Somente em 1985, 3 anos antes da nova Constituição, é criada a primeira Delegacia da Mulher em São Paulo, após muitos embates feministas que conseguiram sensibilizar o Estado. A Constituição de 88 é considerada um dos marcos no que concerne a mudança do

⁹ Florência Paula Levín levanta discussões interessantes sobre o riso e o humor, visto que debate sobre os limites do representável ao analisar charges que tem como temática a repressão clandestina na ditadura argentina. Sua pesquisa aborda o *Clarín* e destaca que o humor trazido pelas charges publicadas pelo jornal permitiram a leitoras e leitores terem acesso a cenários silenciados e ocultados, mas também violentos e chocantes (Levín, 2010, p. 11). Ver mais: LEVÍN, Florência Paula. En los límites de lo representable. Víctimas, verdugos y mecanismos de la represión clandestina em la óptica de los humoristas del diario *Clarín*, 1973-1983. "Prepared for delivery at the 2010 Congress of the Latin American Studies Association, Toronto, Canada October 6-9, 2010". pp. 1-25.

tratamento das relações de gênero (Blay, 2009, p. 44).

Millôr, na charge que permite uma série de elucidações históricas no que se refere a violência contra as mulheres, fazendo uso de um humor que em muito incomoda, em função de satirizar um assunto extremamente sério, enquadra a mulher como principal figura do triângulo amoroso, visto que é ela quem sofre a violência¹⁰. Além disso, essa mulher é apresentada com o dedo em riste e a boca aberta, como em ato de fala. Talvez, uma feminista ou uma mulher liberada que, como muitas outras, sofre violência. O jornalista, com essa imagem, traz à

tona um tema ainda não muito difundido pela imprensa e, mais especificamente, por *Veja*, revista que se restringia a pequenas notas que noticiavam casos de morte de mulheres pelas mãos de seus companheiros. A charge, explorando a figura geométrica como instrumento letal, metáfora para apontar os resultados de casos amorosos a três, denuncia o contexto de violência daquele momento, colaborando para a divulgação do problema.

A última charge que incorporo na análise trata de tema bastante difundido na imprensa do período: o divórcio.

¹⁰ Céli Regina Jardim Pinto relembra o caso Doca Street que é inicialmente absolvido da morte de Ângela Diniz em 1976, assassinada a tiros por seu marido, provocando uma campanha pública contra a violência e a jurisdição, inaugurando uma nova fase da história da violência contra as mulheres no Brasil (Pinto, 2003, p. 80), tema que vai ocupar boa parte do fôlego feminista ao longo da década de 1980 até a criação da Lei Maria da Penha em 2006, nome inspirado em uma mulher que sobreviveu a recorrentes violências cometidas pelo marido em 1983. Ver mais: PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.



Revista **Veja**. Millôr. Charge. Dia 10 de agosto de 1977. Edição 466. p. 15.

Ocupando um ambiente doméstico, aparentemente uma sala de estar, encontram-se um homem e uma mulher. Ele, sentado ao sofá, de costas, com um copo na mão assistindo, talvez, ao noticiário. Ela está de pé, acariciando a cabeça dele com a mão esquerda e empunhando um revólver na mão direita. No pé da página: - *E não adianta vir com agradinhos não, Catarina, eu não dou o divórcio*. Nesse ponto confirmamos a desconfiança de que se trata de um

casal que, se pela cena cotidiana e estereotipada pode ainda deixar dúvidas, pela menção ao divórcio, encerra essa mesma dúvida. Deduz-se que essa é a fala mental da mulher, cínica e ameaçadora, acarinhando com uma mão e ameaçando com a outra. Privilegio essa primeira dedução, todavia destaque que a fala poderia ser do homem, talvez uma ambigüidade buscada por Millôr.

A partir da charge faz-se relevante ressaltar que o ano de 1977 foi o exato ano de ferrenha discussão sobre a Lei do Divórcio, também chamada de Lei Nelson Carneiro. De acordo com Marlene de Fáveri (2007, p. 366) as discussões parlamentares tiveram início em junho, estendendo-se até dezembro, quando da aprovação da lei, que desagradou a Igreja e outros setores conservadores. A charge de Millôr foi publicada em agosto, portanto, durante o debate que agitou os parlamentares.

Na charge a esposa estaria recusando *agradinhos* que, podemos supor, pode ser a própria Lei do Divórcio, lei muito festejada pelas feministas na época de sua aprovação, o que apontaria a postura de Millôr em acentuar as contradições vividas pelo movimento, em função de sua própria pluralidade humana e de reivindicação. Isto é, a mulher que reivindica a existência da lei, também ameaça o marido caso ele ouse fazer uso dela. Nesse cenário conjugal saliente ainda a representação do homem sentado a frente da tv, em aparente postura de passividade.

Em tempos de discussão sobre os politicamente corretos, nesse trabalho, o riso assume uma performatividade transgressora, caráter que, talvez, aponte para a construção de novos caminhos que podem ser trilhados pelos movimentos feministas atuais. Pensar o humor como marcador da memória, como aponta Joana Maria Pedro (2009, p. 11), talvez, seja uma das maneiras de perceber sua eficácia política, na medida em que o riso povoa memórias de forma singular. Millôr Fernandes, mesmo diante das acusações que acompanham sua carreira, em *Veja*, brinda leitores e leitoras com um olhar crítico e reflexivo a partir de charges ricas em cores, em metáforas, em criatividade e imaginação. Aliado a isso, temos as possibilidades da escrita da história que, ao compreender a natureza discursiva das imagens, permite a construção de diferentes sentidos para uma documentação produzida com o objetivo de fazer rir e refletir, mas que, contudo, sob as lentes da história e de suas possibilidades metodológicas, assume novas formas.

Fontes:

Revista **Veja**. Millôr. 29 de abril de 1970. Edição 86. p. 13.

Revista **Veja**. Millôr. 10 de julho de 1974. p. 13.

Revista **Veja**. Millôr. Charge. Dia 10 de agosto de 1977. Edição 466. p. 15.

Bibliografia:

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob censura: 1968-1976**. São Paulo, Jaboticaba, 2009.

ARY, Zaíra. **Masculino e feminino no imaginário católico: da Ação Católica à Teologia da Libertação**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000. p. 76-77.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2002.

BERGSON, Henri. **O riso – Ensaio sobre o significado do cômico**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

BLAY, Eva Alterman. O tardio reconhecimento de que a mulher tem direitos humanos. p. 39-48. In: TORNQUIST, Carmen Susana ... [et al]. **Leituras de resistência: corpo, violência, poder** – Vol. 2. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009. 41-42.

FÁVERI, Marlene. Desquite e Divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. In: **Caderno Espaço Feminino**, Vol. 17, n. 01, Jan - Jul. 2007.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História Visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº45. pp. 11-23, 2003.

NICHOLSON, Linda. "Interpretando o gênero". **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

ORLANDI, Eni P. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. *História*. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98.

_____. Memória, Gênero e "Artes" do Feminismo. Texto apresentado no II **SIGAM** – Simpósio Internacional Gênero Arte e Memória, na Universidade de Pelotas, entre 2 e 4/12/2009. pp. 1-14.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SKINNER, Quentin. **Hobbes e a teoria clássica do riso**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2002.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. In: **Artcultura**, Uberlândia, v. 9. n. 14. pp. 39-53, jan.-jun. 2007.

_____. Zombaria como arma anti-feminista: instrumento conservador entre libertários. In: **Revista Estudos Feministas**, vol. 13, n; 3, setembro-dezembro, 2005, pp. 591-611.

OS GRUPOS ÉTNICOS E SUAS INTERAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE: A DIMENSÃO INVENTIVA DESTA RELAÇÃO E IMPACTOS ANTROPICOS NA NATUREZA

Rozeane Albuquerque Lima¹
Cristian José Simões Costa²

Resumo

O atual fortalecimento das identidades étnicas foi impulsionado pela globalização, que desfez as fronteiras dos países, enfraquecendo as identidades nacionais. Tal fortalecimento é a mola propulsora desta pesquisa que considera um olhar mais detalhado para as interrelações destes grupos étnicos com o meio ambiente objetivando compreender a dimensão inventiva que cada comunidade tem ao consumir os recursos naturais, o impacto que este consumo causa e como esta relação influencia no sentimento de pertença do grupo para com o espaço em questão. Foram observadas duas comunidades em espaços diferentes: Os Xukuru do Ororubá, na Caatinga pernambucana, e a Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos, na Zona da Mata Paraibana, ambas constroem uma relação para com o ambiente ora harmônica, ora conflituosa, modificando a natureza, transformando a paisagem e alterando a disponibilidade dos recursos naturais.

Palavras Chave: grupos étnicos, interrelação, natureza

Abstract

The current strengthening of ethnic identities was driven by globalization, which broke the boundaries of countries, weakening national identities. Such empowerment is the driving force of this

research that considers a closer look to the interrelationships of these ethnic groups with a focus on understanding environmental the dimension inventive that each community has to consume natural resources, the impact this consumption causes and how this relationship influences the sense of belonging to the group with the space in question. We observed two communities in different spaces: The Xukuru of the Ororubá, Caatinga of Pernambuco, and the Quilombola Community Caiana dos Crioulos, in the Zona da Mata Paraibana, both build a relationship with the environment sometimes harmonious, sometimes conflicting, changing the nature, transforming the landscape and changing the availability of natural resources.

Keywords: ethnic groups, interrelationship, nature

Algumas palavras iniciais

Pensar a história do ser humano enquanto ser social implica em pensar a utilização dos recursos naturais disponíveis em cada bioma, finitos, ou não renováveis em curto prazo, para atender às demandas da sociedade. O Brasil se insere neste contexto de uma forma mais intensa desde a chegada dos colonizadores portugueses que, já em seu primeiro ato simbólico para com a Natureza, derrubaram uma árvore para com ela fazer a cruz da Primeira Missa. A forma de colonização à qual o Brasil foi submetido fez com que os ciclos econômicos brasileiros fossem marcados pelo aumento na devastação do Ambiente (DEAN, 1996).

Em um recorte mais contemporâneo, a década de 1960 traz uma construção nova para o

¹ Mestre em História pela UFCG, especialista em História do Nordeste pela UEPB, graduada em História, Letras e Direito pela UEPB.

² Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPB, especialista em Geografia e Gestão Ambiental pela FIP, graduado em Biologia pela UEPB.

discurso histórico: o conceito de Ecologia, surgido com os “movimentos verdes” e com a preocupação com a poluição causada pelo crescimento das cidades, provocado pela explosão demográfica e pelo êxodo rural intensificados neste período. Esse adensamento populacional desordenado trouxe problemas de impactos ambientais causados pela urbanização de novas áreas: “(...) *Como resultado dessa expansão, processos geomorfológicos são alterados, e, em consequência, cheias, ravinas, voçorocas e desabamentos passam a constituir problemas afetando toda a comunidade*” (DEL GROSSI, 1991:109).

Thomas Skidmore (1988) se refere a este período como o milagre econômico, iniciado em 1967 com o Governo Arthur da Costa e Silva que conseguiu um maior controle da inflação a qual, em anos anteriores, chegou a 80% ao ano e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a uma velocidade 2,18% maior do que a média mundial. Segundo Horta (2007), este crescimento econômico se refletiu na paisagem das cidades, que tiveram que dar passagem aos inúmeros automóveis recém-adquiridos também pela nova classe média. A derrubada de árvores, a abertura de estradas, a exploração dos minérios, foram sinais do crescimento econômico de uma época. Mas o que parecia progresso, traria consequências desastrosas para os ecossistemas brasileiros.

Em nome de um discurso que favorecesse o desenvolvimento sustentável³, imprensa e empresas

iniciaram um novo apelo de consumo: o produto ecologicamente correto surgiu e logo em seguida, o orgânico e o socialmente correto. Atualmente as discursões sobre Ecologia e preservação ambiental ocupam meios acadêmicos nacionais e internacionais e fazem parte das políticas e iniciativas das instituições públicas e privadas. Como consequência, a preservação do Ambiente (com direta ligação com a preservação da espécie humana), inspirou atitudes como a instituição de Leis específicas, Tratados que estabelecem cumprimento de metas, entre outras ações coercivas.

Com o surgimento da Ecologia como campo de saber científico, aflorou também a preocupação com vários aspectos da Natureza: A utilização dos recursos naturais, inicialmente atrelada ao discurso de exploração de riquezas naturais das nações, no Brasil demonstrada através da preocupação do primeiro Código Florestal, em 1934 em gerir o uso destes recursos ao largo de todo o Território Nacional, é agora vista como uma preocupação pela sua possibilidade de finitude. Para tanto se escreve um novo Código Florestal em 1965, com a sensibilidade de preservar e proteger Ambiente.

Nas duas décadas que se seguem: 1970 e 1980, surgiu a preocupação no que toca à sustentabilidade do Planeta. Iniciaram-se então debates em torno da redução, da reutilização e da reciclagem de produtos na perspectiva de reduzir o consumo e preservar os recursos naturais. Aliado a esses debates, surgiu uma

³ É conceituado como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, – Relatório Brundtland – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987.

preocupação em gerir o crescimento econômico de forma que haja uma política de preservação dos biomas, garantindo a convivência das populações locais com o Ambiente em uma relação de simbiose. Com essas transformações, pensar as populações que habitam o Brasil a partir dos recortes das regiões geográficas proposto pelo IBGE tornou-se mais obsoleto ainda, haja vista que, pensando especificamente o Nordeste, tem-se a Mata Atlântica, a Caatinga e o Cerrado, biomas nos quais cada população interage de forma diferente com o seu meio, explorando seus recursos, e fazendo usos os mais variados dos mesmos, sem que haja uma hegemonia que justifique um recorte geográfico cuja proposta é unificar uma população tão diversificada. O ser humano atual e suas possibilidades são pensados a partir do que a Natureza lhe oferece e das diferentes respostas que este consegue dar aos problemas que lhe são apresentados por esta.

Existe uma ampla legislação em nível nacional e internacional: a Declaração de Estocolmo -1972, a Política Nacional do Meio Ambiente - Lei 6.938/81, a Agenda 21 - Rio-92, a Política Nacional dos Recursos Hídricos - Lei 9.433/97, as resoluções do CONAMA e a Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei 12.305/2010, estão entre os principais aparatos legais que exemplificam a preocupação brasileira com a gestão de seus recursos, a proteção de seu Ambiente e o desenvolvimento de projetos com foco na sustentabilidade e na

possibilidade de convivência com os biomas.

Estudar as identidades étnicas é na verdade estudar as permanências em um mundo fluído, cujas transformações ocorrem em uma velocidade muito maior que outrora. Nossa proposta é pensar como e onde o debate sobre as identidades étnicas cruza o debate sobre meio ambiente, refletir sobre suas aproximações e distanciamentos tendo por norte as experiências de uma comunidade quilombola na Paraíba- a Caiana dos Crioulos, e um grupo indígena em Pernambuco- os Xukuru do Ororubá é o eixo central deste trabalho.

Os recortes ambientais

O recorte geográfico é um referencial para se pensar o povo brasileiro válido no âmbito político. Ao transferir esse referencial para a cultura, sociedade, ou mesmo para a economia, eis que surgem algumas distorções por não se levar em consideração a interrelação ser humano-natureza. Para pensar como essa relação interfere nos horizontes cultural, social e econômico um dos caminhos possíveis é o estudo do país partindo dos seus biomas e das populações que nele vivem.

Pensar o país a partir deste referencial é uma ideia proposta, dentre outros autores, por José Augusto Pádua, em seu texto *Um país e seis biomas* (Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa, Pantanal, Amazônia), de 2009. Tendo o bioma como base, pode se pensar as possibilidades que cada ecossistema oferece e suas influencias na

culinária, na forma de se vestir, nas relações sociais, econômicas, políticas, culturais, entre outras. Não há que se associar, no entanto, essa forma de pensar o povo brasileiro a qualquer tentativa de formação de uma identidade única, como durante grande parte do século XX foi feito com a identidade do “povo nordestino”, ou mesmo com “os indígenas” pensados enquanto um só povo, haja vista o fato de que a dimensão inventiva da mente humana permite aos indivíduos uma variedade muito grande de usos e consumos a partir do que é apropriado da natureza.

Assim, temos que as aldeias Potiguara paraibanas estão, em grande parte, localizadas próxima aos rios, riachos ou córregos, o que possibilitou a pesca, a coleta de crustáceos e moluscos, além da criação de animais em pequena escala, do extrativismo vegetal e da lavoura. Em outra comunidade, ainda na Paraíba, dessa vez localizada no brejo: A comunidade quilombola Caiana dos Crioulos, o recurso mais abundante que a Natureza lhes oferece é a terra agricultável muito fértil e um clima mais ameno; Com esse recurso como eixo norteador, a comunidade tradicionalmente desenvolve como atividade econômica suplementar a agricultura de subsistência, tendo o feijão e o milho como principais produtos cultivados. Importante salientar que não se defende um determinismo geográfico. O que ressaltamos é a importância que estas atividades tradicionais, que são normalmente estabelecidas por meio de um vínculo

do ser humano com a natureza, ocupam na formação da identidade de grupos étnicos e não o fato de que eles sobrevivem apenas destas atividades. A construção de um passado comum, de práticas vivenciadas pelos antepassados, de memórias partilhadas ao longo de gerações, são um referencial que ajuda a pensar a “origem” da comunidade, o que ela tem como “essência” e como cultura a ser preservada.

Outro aspecto relevante e que deve ser esclarecido é o fato de que normalmente o debate sobre identidade faz calar a voz do singular, do individual, em prol de uma coletividade, de interesses comuns. Este singular-coletivo deve estar sempre presente na mente do historiador que dialoga com grupos étnicos para que o mesmo, através do seu discurso, não cale os indivíduos em detrimento de um grupo. Muitas vezes, como sinaliza Arlette Farge em seu livro *Lugares para a História*, são as práticas singulares destes sujeitos que minam o que é posto como coletivo e provocam transformações.

Relação ser humano-natureza

É analisando essa diversidade dos usos feitos a partir dos recursos naturais que lhe são disponibilizados, que se alcança um componente básico para o fortalecimento das identidades étnicas locais. Importante ponto a ser destacado é também a forma como as distintas comunidades étnicas se relacionam com a natureza: Percebe-se um contato mais próximo, mais

simbiótico e harmônico das diversas etnias indígenas e comunidades quilombolas brasileiras para com o bioma no qual estão inseridos quando as comparamos com a população, quer urbana, quer rural, de uma dada região.

Ao analisar mais a fundo a Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos, temos que a principal fonte de renda atualmente é a venda da força de trabalho: muitos homens são assalariados nas cidades

próximas, ainda assim o contato com a terra, a valorização da tradição é mantido através da pratica da agricultura de subsistência como uma fonte suplementar de renda; o mesmo ocorre com outra fonte de renda alternativa dessa mesma comunidade: o artesanato usando o barro e as folhas de macaíba, dois recursos abundantes na região, estimula o homem a um contato mais íntimo com a Natureza.



Barro produzido pela Comunidade Caiana dos Crioulos. Foto: Janailson Macêdo - Março 2012

Essa percepção do ser humano como algo integrante da Natureza, que deve viver em harmonia, em parte foi quebrada

pela intensificação da atividade agrícola, ainda no Neolítico

A agricultura intensiva possibilitou todo tipo de males modernos. Rasgou a terra para alimentar populações

cujas demandas (por necessidade ou por luxo) provocaram mais inovações tecnológicas que, por sua vez, ao exaurir os recursos naturais, impulsionaram mais e mais o ciclo exasperado de exploração ao longo de toda a história do Ocidente” (SCHAMA, 1996: 23-24).

Some-se a esses fatores uma sociedade sedentária, sem preocupação com a resiliência do ecossistema, focada unicamente em uma produção de excedentes sem limites, e tem-se assim uma transformação substancial na paisagem natural com perda da

biodiversidade, além de valores sociais e culturais.

Uma concepção que tem que ser repensada é a do mito do bom selvagem, já amplamente debatido, mas ainda bastante reproduzido. A relação das comunidades étnicas com o bioma no qual estão inseridas, apesar de não estar fundamentada na lógica da produção excedente que exaure a natureza, nem sempre é uma relação harmônica: A prática da coivara largamente difundida no Brasil anterior à chegada dos portugueses é um exemplo.



Prática da coivara pela Comunidade Caiana dos Crioulos. Foto: Janailson Macêdo – março 2012



Preparação da terra para plantio de legumes com uso de agrotóxicos na Ribeira do rio Ipojuca. Índios Xukuru do Ororubá. Foto: Edson Silva – março 2010

A apropriação dos recursos naturais nem sempre se dá de forma racional. Durante quase todo o século XX se pensou o Brasil como uma fonte inesgotável de riquezas e, portanto, diante deste discurso, não se estimulava o uso racional do solo, dos recursos hídricos, das matas, entre outros tesouros ambientais que serviam de matéria prima para fomentar o discurso do desenvolvimento e o crescimento das indústrias dos mais variados setores no país, notadamente na década de 1960, quando do milagre econômico. Depois de 1980, com toda discussão feita sobre Ecologia em nível mundial, esta utilização inadequada, exploratória e predatória vem sendo repensada.

As comunidades étnicas, sempre ignoradas pelo discurso político, jurídico, econômico e cultural do país, que por suas peculiaridades não se prestavam à formação de uma identidade nacional ou mesmo regional, seguiram um compasso diferente do ditado pelo Ocidente. A

própria categoria tempo tem que ser repensada quando o horizonte de estudo é uma comunidade sem o ritmo frenético imposto pelo sistema capitalista. Pensar essas comunidades como o outro, como o diferente, não necessariamente está relacionado a uma forma negativa de refletir sobre estas diferentes experiências e consumos. É, antes de tudo, reconhecer que há alternativas outras, que não as impostas por um sistema e por uma cultura dominante, para se relacionar com o ser humano e com o Meio Ambiente. E pensar estas comunidades a partir deste ângulo, e afirmar que, não para todos os grupos, mas para alguns, o sentimento de pertença e a própria formação do que os identifica é também associada ao espaço geográfico que ocupam.

Importante ressaltar que ao sugerirmos pensar as comunidades étnicas como o outro, não nos propomos ao exercício que muitos cientistas fazem uso de pensar o grupo como isolado de um todo.

Acreditamos ser incabível generalizar esta concepção de comunidade étnica atualmente, ao analisarmos a conjuntura globalizada e o grau de inserção destes grupos na sociedade, além do seu próprio interesse no diálogo e na participação dos processos e práticas da vida cotidiana, até para a garantia e defesa de seus direitos, para a defesa da preservação da sua própria existência enquanto comunidade singular.

O fortalecimento das Identidades Étnicas

Um aspecto importante no que se refere ao debate das identidades culturais é que elas não são categorias fixas, engessadas, sem mobilidade. Mais que isso: são passíveis de transformação, de continuidades, permanências ou de mudanças e negociações. Atualmente, com a discussão sobre a fragmentação do sujeito associada ao rompimento das fronteiras e transformação dos conceitos de tempo e espaço devido à globalização que nos permite novas formas de comunicação e de interação, temos que "o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente." (HALL, 2006:13).

As apropriações e consumos das identidades são, na maioria das vezes, acionadas pelas *astúcias* dos sujeitos, que podem em determinado espaço assumir uma identidade mais voltada para o gênero, em outros para a questão étnico-racial, e em outros para identidades regionais e espaciais. Em algumas situações, as identidades culturais podem também ser sobrepostas ou anuladas umas

pelos outros, a depender mais uma vez do "momento oportuno", da ocasião. (LUIZ, 2009: 5-6).

A lógica capitalista e, mais recentemente a globalização, mudaram não apenas os referenciais identitários do ser humano, mas também sua relação para com o Ambiente. A necessidade de acúmulo de riquezas inicialmente criou as nações e as identidades nacionais com o objetivo de proteger os recursos disponíveis em cada recorte geográfico, que não raro eram os recursos naturais, como no caso do Brasil. Mais adiante as fronteiras geográficas, políticas, culturais e econômicas protegidas sob o manto da Nação e da identidade nacional se tornaram um obstáculo à lógica do sistema que, em busca do lucro, não (re)conhece fronteiras ou quaisquer outros limites que lhe são impostos.

As identidades nacionais entram em crise por já não mais atenderem à lógica do Capitalismo; no entanto, alguns grupos étnicos, que não necessariamente seguem os valores difundidos pelo capitalismo, se fortalecem a partir da valorização de suas tradições e, portanto do fortalecimento de algumas relações na qual o ser humano é um com a Natureza e não está fora desta, em uma relação de dominação como é interpretado pelo ser humano moderno. Para a melhor compreensão dessa relação é necessário, como sugere Paul E. Little pensar hidrograficamente e ecorregionalmente o país e, portanto, enaltecer as práticas de algumas comunidades tradicionais e os recursos naturais disponíveis para

cada população, respeitando a capacidade suporte dos ciclos biogeoquímicos, que influenciam de forma direta na resiliência de áreas exploradas.

Tanto quanto no passado os primeiros contatos de povos com culturas diferentes causava estranhamento, atualmente, o fortalecimento dessas identidades étnicas provoca uma sensação preconceituosa da sociedade para com estes grupos. O ser humano, dito civilizado, desenvolve para com essas comunidades ou uma relação de tutela, os considerando incapazes para tomar decisões por si mesmo e proteger o Meio Ambiente no qual convivem; ou, os julgando a partir dos valores da sociedade na qual está inserido, toma para si um discurso preconceituoso que desvaloriza não apenas a cultura, mas os seres humanos que tem uma relação de pertencimento para com estes grupos, os desvinculando por completo do contexto no qual convivem e interagem socialmente com outros indivíduos.

Cabe refletir neste momento sobre o preconceito cultural e, em alguns casos, geográfico, do qual são vítimas os pertencentes aos grupos em discussão. Assumindo como superior a sua própria cultura, o ser humano, participante de uma sociedade ocidental, com fortes influências europeias e judaico-cristãs, afasta de si e rotula como inferior tudo que possa contradizer as suas crenças, valores e estilo de vida. A sociedade, em um movimento contrário ao da inclusão, expõe os

grupos étnicos como se estivessem em uma vitrine, o exótico que sobreviveu, a presença do passado no presente, peça de museu vivo. Inevitável o questionamento: Estamos mesmo longe das atrocidades cometidas ao longo da nossa história com povos outros que não os europeus?

O discurso da convivência com os Biomas e as comunidades étnicas

Sem que suas atitudes e seu sentimento de pertença sejam intencionais, as comunidades étnicas representaram durante muito tempo uma forma de resistência à lógica discursiva construída inicialmente no âmbito político, mas que se alastrou para o cultural, o social e o econômico, de que o Nordeste se limita ao bioma Caatinga em sua estação seca e que a única redenção possível ao povo desta região é a migração do campo para a cidade e do Nordeste para o Sudeste. Seu sentimento de pertença ao local é mais profundo.

Outro fundamento discursivo é iniciado pelas Ongs na década de 1980 e, mais tarde incorporado pela EMBRAPA, pelo Governo Federal e posteriormente por outras instituições: A lógica de que é possível conviver com os biomas. Este discurso dialoga diretamente com o contexto internacional após o maio de 1968 na Europa, quando da criação dos PVs (Partidos Verdes) e das grandes ONGs internacionais (Greenpeace, por exemplo) e, de uma maior sensibilização no que toca à preservação dos recursos naturais disponíveis e a preocupação com a

poluição e qualidade de vida da população.

Era comum a população do Nordeste do Século XX se aventurar em direção a outras regiões do Brasil para “escapar” da seca. A migração para o Centro-Oeste no período da construção de Brasília: Os paus-de-arara, caminhões abertos, cobertos com lona e adaptados para o transporte de pessoas durante vários dias, na poeira e calor, conduziam não só indivíduos, mas sonhos de uma vida melhor. A imagem construída através do discurso, do Polígono das Secas, se (con)fundia com a do Nordeste brasileiro e impulsionava essa migração. Imagens de um Nordeste pobre, atrasado, rural, arcaico, com clima hostil à sobrevivência humana eram difundidas interna e externamente à região (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011).

Se o eixo de migração Nordeste- Sul ou mesmo o eixo interior-capital já era acentuado na região, fato semelhante acontecia nas propriedades rurais. O êxodo campo-cidade acelerou o crescimento dos centros urbanos, acompanhado pela explosão demográfica intensificados neste período.

Comunidades tradicionais de várias localidades no Nordeste insistiam em continuar sua vida em uma região considerada pobre e que não apresentava políticas de desenvolvimento satisfatórias, apenas paliativas em época de estiagem, não ofereciam segurança ao longo do tempo. Essas comunidades étnicas inseridas no Semiárido, através do seu

sentimento de pertença ao local, foram as pioneiras ao apontarem para o caminho de que é possível a convivência com a Caatinga de forma menos predatória. Sua experiência, no entanto foi silenciada pelos que inauguraram o discurso de convivência com o Semiárido.

Um exemplo de comunidade étnica que convive com a Caatinga respeitando os limites e a capacidade de carga do bioma são os Xukuru do Ororubá, que vivem na Serra do Ororubá no município de Pesqueira, no sertão de Pernambuco.

A população Xukuru atualmente é contabilizada, segundo os próprios índios, em mais de 10.000 indivíduos, que habitam 24 aldeias espalhadas pela Serra do Ororubá e com cerca de 200 famílias indígenas concentradas em três bairros, na periferia da Cidade de Pesqueira, além de outras famílias que moram nas demais áreas urbanas da mesma cidade. Atualmente cerca de 97% do território demarcado está nas mãos dos Xukuru, restando ainda ao poder público, indenizar, segundo a lei, as benfeitorias de pequenos posseiros invasores das terras indígenas. (SILVA, 2012: 93).

Como atividade tradicional e fonte de renda, os Xukuru desenvolvem a agricultura, plantando banana, feijão, mandioca, milho e hortaliças. Criam também gado leiteiro e cabras e vendem seus alimentos na feira de Pesqueira, participando ativamente do abastecimento do município também com hortaliças (inclusive orgânicas), frutas e leite. (SILVA, 2008).



Brejo de São José, Aldeia São José na Serra do Ororubá. Foto: Edson Silva - Março 2010

Há que lembrar que o eixo discursivo deste texto é o contato ser humano-Natureza, por isso a ênfase nas atividades das comunidades tradicionais que as colocam em contato com os biomas. Isto não quer dizer que negamos a existência de outras atividades que não estas. No caso dos Xukuru do Ororubá a renda renasce, o trabalho "de alugado" na agricultura, e o trabalho em serviços públicos também fazem parte da base de sustentação da comunidade. (SILVA, 2008)

Programas federais e instituições públicas como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), organizado em 1945 e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

(SUDENE) fundada em 1959, foram criados em uma perspectiva desenvolvimentista com projetos fomentados pelo Governo Federal tendo como um dos objetivos para a região Nordeste resolver o "problema da seca". A seca era tratada então como um problema a ser combatido, sem que se observasse que a região semiárida apresentava características típicas de um bioma (Caatinga) que poderiam ser transformadas em formas de crescimento e desenvolvimento compatíveis com o Ambiente. Este saber já estava assimilado pela cultura e forma de convivência das várias comunidades étnicas que ocupavam esse espaço e desenvolveram técnicas para lidar como os problemas que lhes eram impostos pelo meio.

A perspectiva de possibilidade de convivência com o semiárido é introduzida na sociedade a partir do trabalho de ONGs e associações comunitárias frente à falência do modelo desenvolvimentista, através da utilização de saberes múltiplos, onde são consideradas a cultura do povo dessa região, as características do solo, o regime irregular de chuvas, a biodiversidade local, entre outros. Posteriormente o próprio governo incorporou os discursos e práticas dessas ONGs e organizações comunitárias. Mais uma vez a voz e a experiência das comunidades étnicas que ocupavam e ocupam o espaço atualmente conhecido como semiárido foram silenciadas.

Alinhado ao discurso da sustentabilidade em nível mundial, a EMPRABA inaugura aqui no Brasil pesquisas com o intuito de provar que é possível conviver com o Semiárido. O discurso sobre o Nordeste brasileiro tomou outra dimensão. Agora já não se fala mais em migração para o Sul como redenção aos problemas que afetam a população nordestina. Criam-se condições para que a população conviva bem no espaço onde mora. Perceba-se que esse discurso que homogeneiza toda a região Nordeste é cabível apenas e com limitações, no seu espaço semiárido, sem que seja possível discutir os problemas da dos outros biomas no mesmo horizonte de expectativas.

A criação do Instituto Nacional do Semiárido – INSA e da Articulação do Semiárido – ASA, reforçam a ideia de convivência e sustentabilidade nesta região, buscando alternativas

para resolver os problemas que afetam a população, em que pese também as decisões do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal que, através de suas obras, fomentam projetos dessa natureza. Um novo discurso sobre o Nordeste brasileiro aflora e convive como uma alternativa ao discurso criado e institucionalizado anteriormente. Perceba-se que um discurso não é excludente do outro, são perspectivas e visões diferentes sobre o mesmo espaço. Apesar da mudança na perspectiva de convívio com o bioma e nos elementos formadores da identidade de um povo, a Caatinga e seus problemas ainda é amplamente difundida como única representação possível do nordestino.

As comunidades étnicas estão excluídas do discurso oficial quer seja de combate à seca, quer seja de convivência com o Semiárido. Este, ao longo de todo século XX omitiu e, assim, negou a existência desses grupos e das duas práticas, usos, costumes, consumos e experiências. Foi o fenômeno da globalização, e, em consequência, a discussão sobre a fragmentação do sujeito e o fortalecimento das identidades locais que as colocou na ordem do dia como símbolo de resistência e modelo de sustentabilidade e de convivência com os biomas.

Etnodesenvolvimento é um modelo possível?

O desenvolvimento sustentável para a Região Nordeste é refletido tendo por foco a perspectiva ecorregional e

hidrográfica (LITTLE, 2002). É pensando a região do ponto de vista das grandes bacias hidrográficas que a transposição do Rio São Francisco é apontada como a solução para um dos grandes problemas que afetam a população do Semiárido, que é a irregularidade do regime pluviométrico e a consequente escassez hídrica. Muitas são as críticas aos impactos dessa transposição e aos reais beneficiados.

No que toca a esse aspecto é importante questionar o paradigma do desenvolvimento e o próprio conceito extraído da Biologia e inicialmente usado por Harry Truman (ex presidente dos Estados Unidos) em 1949, para distinguir as áreas subdesenvolvidas do globo, chamando-as de países subdesenvolvidos em oposição aos desenvolvidos. Nesse sentido há não apenas a apropriação de um conceito de um saber por outro, mas também um "padrão para julgamento" das sociedades. "O mundo industrializado e capitalista era apresentado como uma finalidade não apenas desejada mas, principalmente, era o único modelo realmente válido de organização da sociedade" (HORTA, 2005:16).

Questiona-se, ao pensar nas comunidades étnicas, se eles se interessam por esse modelo proposto. Se o seu Índice de Felicidade e sua busca pelo bem-estar está realmente atrelado a conceitos como a acumulação de riquezas e o crescimento econômico. Precisam disso para viver em paz e harmonia entre si e com a Natureza? Ou o modelo está sendo imposto

como única alternativa possível para que sobrevivam no atual mundo globalizado?

É necessário que se pense que existem muitos indivíduos pertencentes aos grupos étnicos que estão plenamente inseridos nesta rotina social, sem que isso implique na sua perda de identidade, ao mesmo tempo em que existem indivíduos para os quais a convivência com o espaço geográfico e com a natureza é de suma importância para a construção dos seus referenciais de mundo e do seu sentimento de pertença a uma comunidade.

Produção, industrialização, ciência e tecnologia são palavras chave para alcançar o tão desejado desenvolvimento. Os países ditos "industrializados" eram detentores do conhecimento capaz de levar os países periféricos à redenção. Será que não estamos reproduzindo esse discurso em escala menor? Sociedade "civilizada" x comunidades étnicas? As perguntas são mais indagações e reflexões para se questionar a forma como nos relacionamos com outros grupos que proposições de verdades incontestes.

A proposta do desenvolvimento respeitando as relações sociais, a interação com os biomas, e as necessidades e desejos de cada comunidade étnica pode diferir, e muito no que se propõe como modelo possível para estas. O discurso do etnodesenvolvimento garante a algumas comunidades étnicas a sua resistência e existência enquanto grupo com forte sentimento de pertença e com

valores, costumes e tradições em comum, mas, ao pensar os grupos como isolados de toda teia de relacionamentos no qual estão inseridos em suas diversas esferas (econômico, social, política, cultural), sentencia indivíduos e comunidades a uma vida fechada em si mesmos, enclausurados pelas algemas de uma proposta conceitual imposta pelos estudiosos. Cai-se então na questão da tutela para com estes povos, onde não os ouvimos nem damos a eles o emponderamento para decidirem por si só os caminhos a serem seguidos.

Conclusão

Pensar as comunidades étnicas que vivem no Brasil e sua interrelação com a natureza usando chave histórica é refletir sobre a formação do Brasil enquanto nação e sobre as relações de troca em todas as dimensões que ocorreram neste espaço: trocas culturais, econômicas, políticas, sociais entre outras. O estranhamento inicial deu lugar a uma hibridização de forma que, mesmo pensando em uma cultura ocidental dominante, em uma historiografia de vencedores e vencidos, ambos os lados se modificam ao entrar em contato com o outro.

O debate sobre identidades aqui posto tem a preocupação de dialogar com a relação ser-humano-natureza e com o quanto de culturalmente construído existe nesta relação. Os exemplos das experiências das comunidades acima citadas, notadamente a Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos em Alagoa Grande, Paraíba, e os Índios

Xukuru do Ororubá, em Pesqueira, Pernambuco, reforçam a ideia de que não existe um determinismo geográfico, e que os usos das comunidades consideram uma capacidade criativa, por uma dimensão inventiva, quer em grupo quando se analisa o conhecimento passado de geração à geração (como, por exemplo, a técnica e o material usado para fazer os utensílios de barro), quer seja na perspectiva do indivíduo, ao evidenciar a sua experiência e sua vivência como únicas (por exemplo, a forma singular e personalizada de se trabalhar cada peça de barro).

Ainda em outra perspectiva, temos que muitos dos integrantes destas comunidades não vivem mais nos espaços geográficos determinados para si, mas continuam com o sentimento de pertença ao grupo. O próprio Edson Silva faz referência aos Índios Xukuru que vive na periferia da cidade de Pesqueira, as que nem por isto deixam de pertencer ao grupo, ou perdem sua identidade étnica. No entanto, mesmo nestes casos, a interrelação do grupo com a natureza habita o espaço do imaginário, da origem dos indivíduos, do que os faz ser e sentir enquanto grupo.

Maura Penna, na introdução do seu livro *O que faz ser Nordeste* afirma que "*a identidade constitui-se em um campo de trabalho multidisciplinar, que talvez apenas pelo intercâmbio de diferentes enfoques e contribuições possa ser eficazmente desvendado.*" (PENNA, 1992:13) Embora discordemos da possibilidade de "desvendar", de

desnudar as identidades em sua totalidade, reafirmamos a assertiva de que este debate tem que envolver vários campos de saber e que estes campos não se limitam às disciplinas. Muitas vezes o debate acadêmico estimulado e, ao mesmo tempo limitado pelas metodologias e teorias que nos são postas, não dá contada experiência, da forma de sentir e da forma de pensar o mundo das comunidades étnicas. O pensamento mítico ainda está muito presente em várias destas comunidades. Como usar conceitos científicos para atingir a compreensão e o sentido que algumas comunidades dão ao "encantado"?

É portanto, necessário validar uma outra perspectiva quando se pensa no sentido da vida, do mundo. Arlette Farge, refletindo sobre a afirmação de Michel Foucault de que "*O mundo é sem ordem, sem encadeamento, sem forma, sem beleza, sem sabedoria, sem harmonia*" (FARGE, 2011 : 33) afirma que:

Vivemos sem pontos de referencia ou coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos: assim, na origem não haveria a ordem, nem a razão nem mesmo a liberdade... o homem é então o sujeito que inventa

e constrói a partir desse disparate e desta desordem. (FARGE, p.33)

Assim sendo, o ser humano se assume enquanto construtor/inventor de seu próprio sentido de mundo, de seu próprio passado. É neste debate que se insere a nossa proposta de compreender como as comunidades étnicas usam a sua relação com a natureza para criar um referencial de origem que fortalece as identidades, importante também é a percepção de que esta relação é construção discursiva, a paisagem é também elemento cultural e neste aspecto o debate acadêmico alcança o debate étnico, mas ao perceber a natureza e seus elementos enquanto mágicos, capazes de proporcionar bem estar, promover o bem ou o mal de um povo, os discursos não se entrelaçam, não dão conta da explicação do sentido da vida e do mundo que os grupos atribuem. Mas considerando, como afirma Durval Muniz, que a História é a arte de inventar o passado, há que se concordar que esta explicação do mundo é válida para estes grupos, e esclarece muito de suas práticas, que são objetos de trabalhos acadêmicos.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Historia A arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a História e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEL GROSSI, Sueli Regina. **De Uberabinha a Uberlândia: os caminhos da Natureza**. Contribuição ao estudo da geomorfologia urbana. São Paulo: USP, 1991. (Tese de Doutorado).

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FARGE, ARLETTE, **Lugares para a História**. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da

Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

LITTLE, Paul E. **Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global**. Campo Grande - MS: *Tellus*, ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002

LUIZ, J. M.; SOUZA, M. L. G. **Caiana, Coco e Ciranda: As Cirandeiras de Caiana dos Crioulos e a arte de (Re) Inventar o Cotidiano**. In: *II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Culturas, Leituras e Representações*, 2009, João Pessoa - PB. II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Culturas, Leituras e Representações. João Pessoa - PB : Editora Universitária: UFPB, 2009. p. 1-11.

PADUA, J. A. **Um País e Seis Biomas - Ferramenta Conceitual para o Desenvolvimento Sustentável e a Educação Ambiental**. In: PÁDUA, José Augusto. (Org.). *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009, p. 118-150.

PENNA, Maura. **O que faz ser Nordestino. Identidades Sociais, interesses e o "escândalo" Erundina**. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Edson. **Índios Xukuru x fazendeiros: história socioambiental no Agreste pernambucano**. IN: AGUIAR, J. O. ; RODRIGUES, A. F.; SILVA, E. *Natureza e Cultura nos Domínios de Clío. História, Meio Ambiente e Questões Étnicas*. Campina Grande: EDUFCG, 2012. p. 65-96.

SILVA, Edson H. **Xukuru: memória e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988.** (Tese de doutorado em História). São Paulo: IFCH/Unicamp, 2008.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VIEIRA, José Glebson. **A (im)pureza do sangue e o perigo da mistura : uma etnografia do grupo indígena Potyguara da Paraíba.** Curitiba: UFPR, 2001. (Dissertação de Mestrado).

PADRES INFRATORES: PODER, RELIGIÃO E VIOLÊNCIA NAS MINAS DO OURO*.

Renato da Silva Dias¹

Resumo

Nas Minas setecentistas, a Igreja detinha grande importância para a população, reunindo pessoas de origens diversas em torno das capelas, matrizes e irmandades. Além disso, esta instituição era vista pela Coroa como mecanismo de disciplinarização social. Contudo, como resultado de diversos fatores, como as grandes distâncias, o despreparo e a falta de vigilância dos bispos, dentre outros, parte dos eclesiásticos que residiam nas Minas passou a cometer uma série de infrações e excessos. Deste modo, muitas vezes estes se desviavam de suas funções, prejudicando o projeto de controle político do Estado através da religião. Deseja-se, dessa forma, apontar para algumas das irregularidades cometidas pelo clero nesta capitania, objeto de análise no presente artigo.

Palavras-chave: poder, religião, padres.

Abstract

In the eighteenth century Minas, the Church had great importance for the population bringing together people from diverse backgrounds around the chapels, mother churches and brotherhoods. Moreover, this institution was viewed by the Crown as a mechanism of social discipline. However, as a result of various factors such as long distances, the bishops' lack of preparation and lack of supervision among others, part of the clergy who lived in Minas began to commit a series of violations and excesses. Thus, they often deviated from their functions, impairing the project of political control of the state through religion. Thus, this work shows some of the irregularities committed by the clergy in this captaincy which is the object of analysis of this article.

Keywords: power, religion, priests.

Introdução

Nas Minas setecentistas, a religião detinha grande importância para as populações, elo de ligação com o sagrado, conferindo comprazimento espiritual em momentos difíceis, reunindo pessoas de origens diversas em torno das capelas, matrizes e irmandades religiosas leigas, dando sentido de grupo àquela comunidade, cadinho de sociabilidade. Além disso, era vista pela Coroa como mecanismo de interiorização da ordem e disciplinarização dos costumes. Pode-se afirmar que a religião foi, nas Minas, um dos elementos fundantes do *corpus* social, antecipando-se ao Estado, e os eclesiásticos – agentes incumbidos pela organização das práticas religiosas, pela vigilância da moral e dos costumes – deveriam desempenhar uma ação fundamental, tanto do ponto de vista religioso quanto do político.

Como esclarece Aline Coutrot (1996), as crenças religiosas difundiam valores que extrapolavam os limites do sagrado, incutindo modelos de comportamento que, aos poucos, seriam introjetados pelos fiéis como dever de consciência. Nesse sentido, a religião informava o *político*, como o *político* estruturava o *religioso* (COUTROT, 1996: 334-335). Como se sabe, em Portugal, a Igreja Católica estava submetida, pelo regime do padroado régio, ao rei, que se beneficiou dessa união para impor seu domínio político nas vastas regiões que conquistava, o que era imprescindível, uma vez que, na ausência de um aparato organizado para o controle explícito da violência, poder-se-ia organizar o *corpus* social via constrangimento sutil e

* Este artigo é resultado do projeto *Entre a regra e a sedição: o cotidiano e os conflitos dos eclesiásticos nas Minas setecentistas*, desenvolvido com o apoio da FAPEMIG, sob a forma de financiamento do projeto e concessão da Bolsa de Incentivo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico (BIPDT), pelo que agradeço.

¹ Professor do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. Doutor em História (culturas políticas) pela UFMG.

interiorizado. Por meio de uma série de mecanismos periféricos, "homeopáticos", como as práticas rituais, a evangelização, a prédica e outros, presentes mesmo onde o poder político oficial não tinha condições de se implantar, o rei tentava sugerir a aceitação política. O catolicismo conjugou seus esforços doutrinários para o controle dos corpos e para o "bem de Estado". Dessa forma, a religião foi um lenitivo poderoso para a manutenção da política régia. Assim, o Império colonial português enlaçou duas formas de dominação: o monarca jogava tanto com a política "formal" quanto com a religiosa (HESPANHA, 1993: 457; XAVIER, HESPANHA, 1993: 383; HESPANHA, SANTOS, 1993:408).

Se a ocupação da região mineradora se deu sob um vácuo de poder – posto que, do período oficial da descoberta das primeiras aluviões auríferas, em 1693, até 1711, quando as primeiras vilas foram fundadas por Antônio de Albuquerque e a burocracia se instalou, assistiu-se a uma época de praticamente abandono, e esse período de organização ainda se estendeu até praticamente meados daquele século, quando a Coroa conseguiu impor seu domínio na região (SOUZA, 1999: 89) –, a religião foi o elo que uniu os povos, conferindo sentimento de pertencimento social, organizando a população segundo os níveis sociais e étnicos. A divisão da sociedade em estratos diferenciados já contém, segundo informou Michel Maffesoli, um primeiro sentido político, dando um ponto de vista "intraespecífico", sob o qual se assenta a estrutura política (MAFFESOLI, 1997: 30-45).

Uma questão importante, que não pode ser desprezada ao se tomar como premissa o caráter auxiliar da Igreja unida ao Estado, que objetivava infundir o conformismo político ao lado das exortações morais, foi a atuação dos eclesiásticos. Com o padroado régio², a Igreja ter-se-ia tornado o "braço direito" da administração secular. A nomeação de bispos ficou a cargo do rei, o que significava, aparentemente, um atestado de lealdade e obediência por parte daquela que era a autoridade direta responsável pela vigilância da vida religiosa no Brasil colonial. Outro fator a contar teoricamente a favor do monarca nessa relação era o fato de o pagamento dos vigários, a cômputo, ser de responsabilidade real. Dessa forma, esses seriam – como já disseram vários historiadores – "funcionários régios" (PRADO JÚNIOR, 1977: 332-333).

Segundo as *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, os padres tinham a função precípua de difundirem a "verdadeira mensagem cristã". Quando e caso seu rebanho caísse em erros, esse pastor deveria repreendê-lo, com brandura, mas, se desobediente, poderia e até mesmo deveria castigá-lo e multá-lo, tudo, enfim, para colocá-lo no "reto caminho da salvação". Dessa forma:

Como os Párcos não só são Pastores de seus fregueses, mas também Pais, e Mestres espirituais, e não possam bem cumprir com esta obrigação senão admoestando, e repreendendo suavemente como Pais, em quanto as admoestações, e repreensões bastarem; e não sendo bastantes, castigando como Mestres, e superiores, usando de todos os meios

para lucrar as almas para Deus, e guiá-las para a eterna glória, mandamos que quando for necessário argüir, e repreender aos seus fregueses, e também multá-los, mostrem que o fazem com amor, e caridade paternal, e para bem de suas almas. (CAB, Lv. III, tít. XXXIV, p. 224)².

Como se pode notar, cabia ao padre o papel de pai e mestre, devendo guiar seus filhos à Jerusalém Celeste, por meio da doutrinação e das correções, ensinando e castigando.

Afora esse sentido político implícito, contido na religião, não menos importante na estruturação social, havia formas mais explícitas de normalização na esfera da Igreja, e essas eram dirigidas pelos agentes eclesiásticos, responsáveis pela difusão de um padrão de conduta moral e pela obediência (VAINFAS, 1997: 224). O clero, figura bifronte, tinha, assim, a dupla incumbência de prover a assistência espiritual e de zelar pelo controle do comportamento moral, ético e político de seus fiéis, isso em uma época em que a Igreja travava uma verdadeira guerra contra as práticas da "religiosidade popular", que resistiam fortemente à "religião oficial" (FIGUEIREDO, 1997: 32-33).

Contudo, no período de organização das Minas, a doutrinação dos fiéis não foi assistida diretamente pelos bispos. A criação do bispado marianense se deu somente em 1745, demorando-se ainda dois anos para o prelado se deslocar do Maranhão e ocupar seu lugar no sólio de Mariana³. Nesse ínterim, faziam-se as visitas episcopais, medida paliativa para o controle das condutas morais (e políticas) dos paroquianos – e dos sacerdotes –,

momento de observação dos registros paroquiais e dos livros das irmandades, da obediência dos eclesiásticos e da doutrinação dos fiéis de uma maneira geral.

Assim, as grandes distâncias, o despreparo dos eclesiásticos, e a falta de vigilância dos bispos, entre outros aspectos, resultaram em uma série de abusos por parte de membros do clero. É certo que não se deve enquadrar os religiosos em uma categoria única ou tachar todos como violentos e insubordinados, todavia, também não se pode, sob o risco de simplificação e idealização do passado, deixar de apontar as irregularidades que tocavam à administração religiosa que, no seu limite, prejudicaram o projeto de institucionalização da Igreja e de moralização e controle da violência, tornando-se extremamente prejudicial ao governo. Deseja-se, dessa forma, apontar para algumas das irregularidades do clero nesta capitania, que serão objeto de análise no presente artigo⁴.

Desmandos e abusos de poder

Nos altiplanos das Minas do Ouro, os desmandos e abusos do poder se estendiam aos domínios da religião. Da mesma forma que os agentes administrativos "exorbitavam em suas funções", para usar aqui de uma expressão da época, utilizando-se de suas posições para se beneficiarem de forma privada, muitos dos eclesiásticos também incorriam nos mesmos abusos. Se, em nível geral, o catolicismo intentava formar um conjunto de valores e práticas em consonância com os projetos de normalização social imputado pela

² Sobre o papel doutrinário dos padres, conferir também: CAB (Livro I, tít. II, par. 3-7, p. 2, e Livro III, tít. XXXII, par. 549-550, p. 212).

³ O relato anônimo intitulado "Áureo trono Episcopal", em que se descrevem a viagem e a festa que se seguiu à entrada do bispo em Mariana, foi publicado em: ÁVILA (1971); ÁVILA (1967).

⁴ Para uma análise mais detida do função social e política do clero nas Minas conferir: BOSCHI (1999); VILLALTA (1993). Conferir ainda os meus: DIAS (2010); DIAS (2012).

Coroa portuguesa, em nível das atribuições dos párocos, nem sempre isso ocorria.

Os eclesiásticos foram, nas Minas, acusados de serem "os que mais desordem vivem por se verem fora da obediência de seus Prelados", e, mesmo quando o presbítero os recrimina, esses "perdem o respeito", além de faltarem à "obediência da Igreja confessando sem licença, levantando os altares aonde querem fazendo sacramentos, tudo nulo por falta de jurisdição, e tudo atrás de granjearem mais oitavas" (SC-05, fl. 92v)⁵.

A desorganização administrativa e social era perigosa para o governo, pois essa poderia refluir nos motins. No caso específico da capitania das Minas, o perigo era ainda maior, já que estava muito distante do centro de poder. Como bem disse Antônio Vieira: "A sombra, quando o sol está no zênite, é muito pequenina, e toda se vos mete debaixo dos pés; mas quando o sol está no oriente ou no ocaso esta mesma sombra se estende tão imensamente, que mal cabe dentro dos horizontes". Assim ocorreu nas Minas, região importante, mas distante do centro administrativo do vastíssimo Império colonial português:

Lá onde o sol está no zênite, não só se metem estas sombras debaixo dos pés do príncipe, senão também dos de seus ministros. Mas quando chegam àquelas Índias, onde nasce o sol, ou a estas, onde se põe, crescem tanto as mesmas sombras, que excedem muito a medida dos mesmos reis de que são imagens⁶.

A administração, nessa região, ultrapassou, em muito, as questões puramente fiscalistas dos

desvios do ouro e diamantes. Na falta de mecanismos efetivos de controle, dever-se-ia veicular uma boa imagem do rei para manter a concórdia social. Dessa forma, a vigilância dos religiosos era condição necessária à manutenção da ordem.

Certamente, a metáfora do sol cunhada por Antônio Vieira cabia aos eclesiásticos, pois, distante do sol (ou do bispo), a "sombra" (leia-se, o uso privado do poder) aumentaria, por isso, concluiu-se que a melhor forma de controlá-los seria com a divisão do bispado. Contudo, casos de abusos e incúria se estenderam por todo o século XVIII e, ao que parece, a criação do bispado de Mariana (1745) não solucionou definitivamente o problema.

Como exemplo do que se fala, em 1773, temos uma reclamação sobre os descuidos do padre Francisco Lopes do Vale, que havia negligenciado suas obrigações de pastor, "ocasionando por este modo morrerem alguns sujeitos sem confissão, por lhes não administrar os Sacramentos naquele conveniente tempo, por se ocultar a toda ocasião, que para isto se lhe oferece". Delitos sacramentais não eram tolerados, posto que abalasses não somente a doutrina, mas a ordem social; por isso, o rei ordenava que se tomassem as medidas necessárias, "consolando tão somente a esse povo, e inserindo-lhe prudência, e sossego", recomendando ainda providências caso o padre persistisse em seus excessos (SC-198, fl. 06).

Mesmo os vigários, cobertos pelo pagamento das côngruas, vez por outra se esqueciam de suas atribuições e se envolviam com negócios seculares, como a

⁵ Arquivo Público Mineiro, Secretaria de Governo (Seção Colonial), códice 05, fl. 92v. Doravante, empregar-se-á a sigla SC seguida do número do códice.

⁶ Citado por: SOUZA (1982: 91).

mineração, o comércio, a venda de escravos, o descaminho do ouro. Eram recorrentes os casos em que os vigários abusavam de seu poder pessoal, aumentando o valor das taxas e emolumentos paroquiais e, o pior, partiam para ações violentas. Assim, aqueles que deveriam conduzir suas ovelhas no caminho da paz, do assentimento das leis e, na obediência ao rei, às vezes se rebelavam, apontando autoridades do púlpito, opondo-se às determinações régias e, em alguns casos, se amotinavam.

A religião foi, de fato, utilizada como mecanismo de sugestão do poder e da norma nas populações das Minas setecentistas, porém, essa esbarrava na atuação nem sempre exemplar de seus clérigos que, afastados do cajado do bispo, agiam muitas vezes como leigos. Nos primeiros tempos, o catolicismo seria mais um elo com os poderes do centro, no entanto, essa instituição estava se organizando e, nessa fase, não tinha condições suficientes para regular os eclesiásticos desviantes, pois basta lembrar que nestas paragens a religião não foi organizada pelas Ordens religiosas como nas regiões litorâneas, mas pela população, reunida nas confrarias e ordens terceiras, fator decisivo para a normalização social (BOSCHI, 1986; SCARANO, 1976; RUSSELL-WOOD, 1982).

Nas Minas, os religiosos também se desviavam de suas funções, pois a *auri sacra fames* os atraía de todas as regiões da América portuguesa e de outras partes do Reino. J. J. Teixeira Coelho afirmou que, nesses primeiros momentos, os

padres estavam mais preocupados em obter benefícios monetários do que com a cura das almas, no que é acolhido por José Ferreira Carrato:

Outra sedução do século, a que não estão imunes os elementos do clero, é atividade econômica, o gosto do dinheiro, procurado não apenas como cônica do altar, mas através dos rendimentos das atividades profanas. (CARRATO, 1968: 66).

Laura de Mello e Souza (1982) também apontou para as infrações dos religiosos nas Minas que, por se acharem isentos da jurisdição civil, "*com frequência meteram-se em negócios ilícitos de contrabando e desvio de ouro*", e muitos desses eram contraventores, revoltosos e bêbados, jogadores (SOUZA, 1982: 174-177). Em 1719, o governador D. Pedro de Almeida e Portugal, conde de Assumar, fez uma representação ao rei devido à "*inconsolável desordem que choravam algumas pessoas mais católicas de verem o desamparo em que toda a casta de negros se acham neste governo, em tudo o que toca a religião*". As queixas não se davam somente no âmbito sacramental e a causa, segundo Assumar, não era somente "*por não serem colados os vigários*", isto é, por falta do pagamento régio, mas "*pela suma distância*", uma vez que os religiosos, estando longe do olhar de seu pastor e não tendo quem os repreendesse, agiam conforme seus ímpetos (SC-04, fl. 693-695).

A fim de obterem recursos para obras pias, ou guiados pela cupidez, visando a amealhar fortunas, muitos religiosos dirigiram-se para as Minas, trazendo

"novidades" do além-mar. Em 1718, o rei dá-nos conta das atividades de Frei João José, religioso carmelita descalço que, supostamente, introduziu nas minas "umas sortes a que chamam Rifas que se usam nos Reinos estrangeiros as quais sem ordem dos Governadores e dos Ouvidores gerais das Comarcas". O problema não estava somente nesse tipo de jogo, mas, ao que parece, no exemplo que foi dado à população, pois até "os homens de respeito e poder, para darem saída a vários bens que possuem, que por outro modo não venderiam tão brevemente, nem pelo extraordinário valor", começaram a usar desse artifício. Desde casas, tecidos, escravos, tudo era comercializado dessa forma e imposto à população, "trazendo prejuízos aos seus vassallos" (SC-05, fl. 59v).

O clérigo menor João Rois de Moraes, de 21 anos, natural de Miranda, foi sentenciado em um processo por circular nas Minas vendendo, na região do Serro Frio, vários produtos religiosos: "bentinhos, contas, verônicas, ágñus-deis, relíquias e indulgências". O religioso valia-se, em seus negócios, da credulidade das populações pobres, principalmente dos escravos, a quem explorava. Em troca de pequenas quantidades de ouro e pepitas de diamantes, recebiam os amuletos sagrados e estariam protegidos "de cobras e bichos e podiam meter-se debaixo d'água sem perigar" (MOTT, 1997: 191-192).

Em 1714, foi expedida ordem real de expulsão do Frei Jerônimo Pereira, por estar "minerando e tratando do seu negócio muito contra a obrigação de verdadeiro religioso".

O documento afirma que tais desvios eram usuais, fato infelizmente comum, pois, nas Minas, "há outros muitos religiosos, e clérigos, que se empregam em usarem do mesmo ministério, e mercancias". Assim como esse religioso da Trindade, muitos outros estariam se ocupando do comércio e da mineração. Esses eram "os que mais desencaminham os quintos", para as autoridades, que desconfiavam do enriquecimento ilícito de alguns religiosos, embora não se possa generalizar a afirmação de que estes vinham para as Minas a fim de se enriquecerem, posto que muitos estavam incumbidos pelas irmandades religiosas, até do Reino, para esmolarem, e, assim, contando com licença régia, construírem ou reformarem seus templos (SC-03, fl. 43-43v)⁷. Em consulta ao seu Conselho Ultramarino, dom João V ordenou ao governador que este lhe informasse, "na primeira ocasião que se oferecer de embarcação para este Reino", dos bens que possuíam os religiosos e se eles pagavam à real fazenda (SC-05, fl. 45v).

Ao que parece, vários dos clérigos vieram para as Minas na "corrida do ouro" não somente com boas intenções. Muitos se envolveram em crimes e em toda espécie de infrações. Queixas contra o comportamento dos religiosos eram incessantemente enviadas ao rei, por viverem nas minas "licenciosamente e mais distraídos que os seculares mais perversos", e diversos outros, guiados pela ambição, procurando "fazerem-se ricos por caminhos violentos e pouco decentes". Reclamava-se de seu comportamento inadequado e de serem "os maiores perturbadores dos mineiros, porque

⁷ Sobre os rendimentos das coletas, Marcos Magalhães de Aguiar atesta que essa atividade era muito lucrativa no período inicial das Minas. Para ilustrar, mostra que, em 1723, um escravo da Irmandade do Rosário de Cachoeira do Campo, com sua caixinha, arrecadou 136 oitavas e $\frac{1}{4}$, o equivalente a 20% do total da receita anual; o ermitão da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Paulo arrecadou, entre 1718-25, o montante de dez mil cruzados de ouro em esmoladas, o que foi revertido para a construção da capela dos negros, sendo, afinal, reconhecido pelo bispo dom frei Antônio de Guadalupe como administrador perpétuo e fundador da igreja (AGUIAR, 1999: 309-310).

querem ser senhores das terras minerais violentamente fiados no seu caráter". Devido à grande quantidade de clérigos que vagavam sem licença, bem como para responder a anseios da população, que protestava contra os desmandos e arbitrariedades e também emitia pedidos de expulsão dos religiosos, em 1731, o governador dom Lourenço escreveu ao bispo, informando-o da real ordem de expulsão de *"todo o clérigo que não fosse necessário para as igrejas ou capelas que há pelas freguesias"*. Apesar de o bispo ter mandado suspender as licenças, a atração do ouro os levava àquela região, não bastando *"para que eles deixem de estar nelas, continuando os seus excessos e sempre contra os interesses da Real Fazenda"*, e ainda sendo contrários à Coroa, *"porque é constante que a maior parte deles afirmam ao povo que em boa consciência pode cada qual desencaminhar o real quinto de Vossa Majestade"* (RAPM, v. 31: 269-270). Envolvendo-se em brigas, jogos, relações ilícitas, muitos dos religiosos tornaram-se a pedra de escândalo dos governadores; além de onerarem os cofres públicos, ensinavam ao povo a proceder da mesma forma e, por fim, faziam vistas grossas ao Evangelho de Jesus Cristo, que recomenda não ajuntar tesouros na terra, mas nos céus.

O quinto

Um dos pontos nevrálgicos, que desencadeou uma série de problemas entre a administração secular e a religiosa, concerne ao pagamento dos impostos cobrados pelo erário régio. Inseridos no

contexto da mineração e do escravismo, como sistema que oferecia a mão-de-obra básica – o que aumentou ainda mais o desprestígio dos trabalhos manuais, vistos como "coisa para negros" –, os padres e demais clérigos possuíam seus escravos para realizarem serviços domésticos, como fazer comida, arrumar a casa, buscar água na fonte, e alguns os alugavam em outras atividades e na própria mineração; como consequência do sistema de tributação, geraram-se conflitos, e os religiosos, a fim de se isentarem do pagamento, insuflavam outros ao não-pagamento dos impostos.

O sistema tributário sofreu inúmeras modificações ao longo do século XVIII, sempre marcado por conflitos e tensões entre a Coroa, que intentava maximizar os seus rendimentos, e a população, que resistia bravamente a formas de arrecadação que considerava abusivas. Pautada em uma concepção de justiça que percebia os impostos como algo legal, forma de manutenção dos monarcas, por outro lado, a população também reagia, segundo uma "economia moral"⁸, quando julgava as taxações escorchantes. Foi assim nos anos de 1713-14, quando dom Brás Baltasar da Silveira intentou implantar a cobrança do quinto por bateia (ou capitação), sendo a taxa estipulada em dez oitavas por escravo; e a população, indisposta, apresentou a contraproposta de pagarem trinta arrobas anuais pelos quintos de um ano. Em 1714, quando, em carta, o rei insistiu na imposição daquele sistema, estabelecendo em doze oitavas por cabeça a taxa anual,

⁸ O conceito, como se sabe, é de THOMPSON (1988).

imediatamente o povo amotinou-se; assim, o governador foi obrigado a suspender tal medida, retornando para as trinta arrobas anuais. Em 1719, para evitar o contrabando de ouro em pó, estabeleceram-se as Casas de Fundição, onde o ouro seria transformado em barras e quintado. Temendo a alteração na cobrança do tributo, em 1720, a população novamente se rebelou, o que adiou a implantação das fundições para 1724, e esse sistema se estendeu até 1732. Entre 1725 e 1730, o percentual de desconto correspondeu a 20%, sofrendo queda para 12% no período entre 1730-32, e retornando à taxa de 20% em 1732, que perdurou até 1736. Nesse ínterim, temerosos pelo estabelecimento do sistema de capitação, as câmaras prometeram aumentar a contribuição dos quintos para cem arrobas, o que teve efeito até 1735, quando finalmente se implantou o polêmico imposto. Pelo novo sistema de tributação, não se distinguia a população, e tanto livres quanto escravos deveriam pagar 4 $\frac{3}{4}$ de ouro *per capita*; outro motivo que levou à sua impopularidade foi o fato de esse imposto não depender do resultado da mineração, recaindo sobre o número de escravos. Por esse sistema, os lavradores eram taxados duplamente, quando pagavam os dízimos sobre a produção e pela captação dos seus escravos; a reação foi imediata e, nesse mesmo ano, irrompeu o motim do sertão de São Francisco (ANASTASIA, 1998: 61-83).

Uma importante consideração a ser feita, nesse caso, é que, em muitos dos movimentos de contestação à Coroa, têm-se relatos

de religiosos envolvidos, e geralmente atuando ao lado das lideranças. Por serem os elementos mais esclarecidos e por sua posição de respeito dentro das comunidades, os padres eram figuras importantíssimas para o controle social. Assim, poderiam liderar motins ou servir como “caixa de ressonância” do Estado, apaziguando as tensões sociais. Os religiosos também reagiam à tributação, o que nos faz repensar a imagem em discussão de funcionário leal e fiel.

Em carta para o vigário da vara de Vila Real, datada de 29 de janeiro de 1721, Assumar se mostrou irritado com o prelado, pois fora informado da oposição que o mesmo vinha fazendo a que os eclesiásticos daquele distrito pagassem os quintos, o que não teria sido caso isolado, mas discussão rotineira. A argumentação do vigário era de que seus *“sagrados cânones proíbem que os eclesiásticos paguem muito”*, ao que o conde replicava afirmando que também proíbem que paguem pouco. Trata-se, nessa matéria, de uma discussão de direitos, o vigário alegando que os religiosos estariam isentos da tributação, o que o conde não aceitava, afirmando que não se tratava, nesse caso, de tributo, capitação ou gabela – pois, em tais circunstâncias, teriam os eclesiásticos razões em revogarem seus privilégios –; o pagamento do quinto não era *“nenhuma dessas coisas”*, mas *“só um convênio em que assim os povos, como os Eclesiásticos abraçaram por não serem obrigados apagar o quinto rigoroso de todo o ouro extraído da terra”*. É bom lembrar que, em 1721, a tributação ficara acordada em 25

arrobos anuais, além das rendas do contrato das entradas. Para Assumar, como se tratava de escravos que trabalhavam na mineração, era *"coisa frívola alterar a questão se devem pagar quintos"*. A correspondência sugere que a celeuma sobre esse pagamento já vinha de mais longa data e, no tempo do antecessor do padre, a mesma questão fora discutida, levando o governador a publicar um edital (SC-13, fl. 17- 17v). Isso fica evidente, pois, quatro anos antes, foi escrita carta ao vigário da vara da Vila Real para que esse remetesse seus quintos, que deveriam seguir nas naus que esperavam no Rio de Janeiro, e, para isso, recomendava ao cabo da frota que não zarpasse sem eles (SC-09, fl. 52v).

Em 1722, foi o próprio rei quem deu provas de seu desgosto com os eclesiásticos, também em matéria de tributação. Em 13 de setembro de 1721, dom Lourenço de Almeida informou ao seu soberano do não pagamento dos quintos pela clerezia local. Muitos buscavam arditosamente fugir do pagamento, não informando o número exato dos cativos que possuíam a rol, escondendo-os dos olhos perscrutadores da Coroa; outros, mais resolutos, recusavam-se abertamente ao pagamento do imposto, alegando que *"no tribunal da Mesa de Consciência e Ordens saíra uma sentença a seu favor de que o Eclesiástico não devia pagar quintos"*, sendo essa a artimanha usada pelo padre João Machado. Este foi acusado de ser o "cabeça" dos maus pagadores, *"alegando a quem cobrava os quintos as suas razões por onde não devia pagá-los, e os*

mandara dizer que ele os não queria pagar e que lhe mandásseis fazer penhora nos seus bens". Como o padre se interpôs aos agentes do fisco, o rei celeremente mandou recomendar ao vigário da vara que *"logo mandais buscar o clérigo e o remetesse pelos seus oficiais para fora da jurisdição dessas Minas por ser perturbador do sossego público"*. Essa ordem de prisão teria valor pedagógico, pois, *"com este exemplo todos os clérigos pagarão pontualmente, e que assim o hão de fazer daqui em diante, e se não o fizerem que heis de usar com todos da mesma resolução"*, já que o pior castigo seria retirá-los das Minas. Para garantir maior efeito, mandou registrar, nas câmaras, a ordem de expulsão dos elementos prejudiciais ao governo, esperando, com isso, infundir *"mais terror a estes homens que se tem nesse País por mais poderoso que os outros, e a vista da dita ordem temendo serem expulsos cuidarão em proceder melhor, por senão arriscarem a serem mandados para fora"* (SC-05, fl. 7-7v).

As Minas foram foco de atração para os eclesiásticos. Assim que a notícia das riquezas se espalhou, muitos deles vieram para essa região. Frades e eremitães, muitos inescrupulosos, desejosos em fazer fortuna, causavam distúrbios em sua estada e mesmo fora dessa capitania. Essa foi a reclamação do cabido do Rio de Janeiro, pois os capuchos da mesma cidade *andavam "há muitos anos entre si discordes e desunidos com grande desconolação e ainda perturbação de todo aquele povo"*, já que nada menos que dezesseis deles haviam ido para as Minas na busca do ouro! Vendo o

risco que isso significava, sete meses após a representação do cabido – o que, considerando-se os trâmites burocráticos e o tempo que se levava no transcurso das viagens marítimas, era bastante rápido –, o rei deixou recomendação ao governador para que os mesmos retornassem ao Rio, por ser conveniente ao serviço de Deus e também porque, assim, esses não desviariam o quinto: *"e assim fica remediado o grave escândalo qual é o de andarem frades capuchos tão engolfados nesta ambição de serem ricos como qualquer secular"*. A expulsão se justificava, pois, *"certamente os não vem a essas terras o espírito de missionários senão o de granjearem muitos interesses, vivendo sem Religião, e com muito destraimento e maus costumes de que muitos são dotados"* (SC-05, fl. 112). Constantes eram as desobediências – o que concorria em graves problemas para a ordem do *político*; devido à sua posição social, os religiosos deveriam dar o bom exemplo e não servir de modelo para o descumprimento da lei.

A questão do descaso dos eclesiásticos, que se recusavam veementemente ao pagamento dos tributos, constituiu um dos pontos de divergência entre o clero e o poder secular, mas o núcleo nervoso das relações entre a Coroa e a Igreja estava na intransigência desta, que nem sempre se afinava às determinações reais. Tem-se, afinal, uma tensão nessa relação e, portanto, compreender os clérigos como leais "funcionários régios", sempre colaborando com a política metropolitana, não contempla a grande complexidade dessa

convivência. Não apenas os frades e clérigos estrangeiros foram motivo de preocupação para a administração, por andarem pelas Minas a esmolarem e em busca de "granjearem riquezas maiores", em atividades proibidas a esse ofício, como a mineração; também os párocos, em muitas ocasiões, opuseram-se à administração central e até mesmo se bateram de frente com ela.

Com efeito, o que mais se temia eram a insubordinação e as revoltas, perigosas quando se está tão distante da Metrópole e do poder, por isso, o cuidado pela afirmação da monarquia passava pelo controle dos "agentes da religião", estes devendo ser – como bem ilustra a metáfora cunhada pelo próprio Cristo, o "sal" da terra, e a "luz" do mundo, dando o bom exemplo a seus fiéis e gerando a comiseração na população, pois, do contrário, se não servirem de guias para a glória de Deus e do rei, o melhor seria mesmo lançá-los fora.

A violência interpessoal

A sociedade mineira marcou-se por conflitos sociais latentes que, muitas vezes, reverberavam em violência, *"sobretudo nas tavernas onde escravos, forros, homens pobres, as famigeradas negras de taboleiros, se encontravam para beber, dançar o batuque, jogar cartas, namorar e brigar"*. A violência interpessoal não se restringia às camadas pobres da população, mas *"também os padres que, então, valentões, desafiavam e provocavam os fiéis, envolviam-se em brigas por causas de mulher, davam tiros"* (SOUZA, 1999: 25). Muitos foram os

casos de religiosos "revoltosos", que se tornaram, para se usar a expressão de Ronaldo Vainfas (1997), a *petra scandali* do governo. Exemplo disso foi o caso do padre João de Matos, pois este vivia "*como régulo sem hábito nem tonsura andando em visita com um bacamarte e traçado à cinta*" (SOUZA, 1999: 28).

Em 1722, dom Lourenço de Almeida emitiu uma ordem para a expulsão de Frei Pantaleão, "*por este ser demasiadamente desbocado*", causando inquietação na Irmandade das Almas. O frade recebeu, por isso, um ultimato para se retirar de Catas Altas, pela distância mínima de quatro léguas (20 quilômetros), o que deveria ocorrer no prazo máximo de 24 horas e, se o mesmo perdurasse na cidade por tempo superior ao estipulado, deveria ser preso e remetido ao Rio de Janeiro. A mesma sentença foi estendida a um clérigo a que chamavam o Padre Rabissa, "*por que lhe não sei outro nome e este tal clérigo que dentro nas 24 horas saia*"; acaso o religioso persistisse em se manter na cidade, poderia ser preso, uma vez que "*Este Padre é o que perturba aos Irmãos das almas aconselhando muita parvoíce como quem anda sempre fora do seu juízo*" (SC-17, fl. 99v). A fama de Frei Pantaleão vinha se fazendo há, pelo menos, dois anos, quando foi emitida ordem do visitador geral para prendê-lo e remetê-lo ao Rio de Janeiro. Para tanto, foi armada uma estratégia: esperá-lo-iam "*assistir ao ofício da mulher de Paschoal da Silva*" para prendê-lo, o que, segundo o documento anterior, não ocorreu. O governador deixou claro que, para a

manutenção da tranquilidade, poderia fazer uso dos Dragões para prender alguns inquietadores e dar o exemplo. Mudou-se o governador, mas o dito frade continuou aprontando das suas (SC-11, fl. 205-206v).

Não menos escandaloso foi o padre Inácio Moreira de Figueiredo, que vivia pelas capoeiras, "*inquietando as casas honradas, e famílias delas, com armas defensas*" (SOUZA, 1999: 27). Reclamação também foi feita pelo capitão Antônio de Andrade ao conde de Assumar, pela "*violência que lhe quis fazer o Padre Manoel Machado, o qual, se o não tiveram embaraçado lhe houvera dado com uma faca a traição*". E essa não era a única queixa recebida do padre, "*porque já são repetidos os escândalos que dá, sem emenda, nem respeito de seu caráter*" e, por isso, o governador escreveu ao vigário da vara de Ouro Preto para "*mandá-lo retirar fora deste governo em virtude das ordens de S. Majestade por ser um escandaloso e que não tem incumbência eclesiástica*" (SC-13, fl. 24v).

Outra carta queixosa chegou aos ouvidos do rei contra o cônego João Vaz Ferreira, vigário da Vila de Nossa Senhora do Carmo, por seu "*desordenado procedimento de costume*", obrigando seus fregueses a "*se amotinarem contra ele*", do que resultou a ordem régia para a sua expulsão, em 1725 (SC-05, fl. 114v). Já em 1736, o rei enviou uma provisão ao bispo do Rio de Janeiro para castigar o padre José da Costa, "*por tirar um preso da mão da justiça na Vila de São José*" e, não tendo mais notícias, escreveu ao governo de Minas, solicitando informações

sobre o caso (SC-54, fl. 182v). Outro religioso que constava do rol dos perturbadores era o padre Domingos de Souza, que usava de um homem "que parece nas ações desacordado dos sentidos", e isto "para os seus interesses com capa de zelo da mesma Justiça, ajudando-se muito do Escrivão que é seu primo e fatura sua" (SC-54, fl. 169). Em 1727, uma devassa foi instaurada para apurar ação violenta na qual se constou que o padre Joseph de Sobral e Miranda "foi o agressor, por ser doido e demasiadamente revoltoso, assim por gênio como por andar sempre fora de si". No processo estabelecido para o esclarecimento dos fatos, constou-se que o religioso teria dado pancadas em Maximiliano de Oliveira e no cunhado deste, Caetano Rodrigues, e "como o vigário da vara quis proceder contra ele, fugiu destas Minas e se foi queixar a Vossa Majestade". Segundo o relato, o religioso, além de ter cometido o crime, ao chegar ao Rio de Janeiro, teria urdido uma trama contra Maximiliano, pois escreveu várias cartas ao rei, "ditadas pelo seu desacordo que é contínuo, e pelo seu mau gênio", invertendo os papéis, fazendo-se de vítima dos escravos de Maximiliano e de seu cunhado (RAPM, 1980: 223). Violência interpessoal, abuso do poder para acobertar seus atos, nas Minas, ao que se vê, muitos religiosos se esqueciam das lições do Evangelho, se é que o aprenderam.

Casos como os reproduzidos acima e tantos outros pesquisados, que tiveram seu registro, às vezes, bastante detalhados, ajudam a refletir a respeito da complexidade da vida religiosa nas Minas setecentistas

e dos obstáculos e limites enfrentados tanto pela Igreja quanto pela administração civil na implementação do controle social, visto que seus próprios agentes davam motivos para a revolta da população.

No que se refere ao controle da conduta dos religiosos, as *Constituições* sinodais do arcebispado da Bahia são bastante claras. Os padres, sendo os "mediadores entre Deus e os homens", deveriam viver virtuosamente, ser "de humilde coração, pacíficos e mansos", dando assim o bom exemplo⁹. Nelas, proíbe-se expressamente aos clérigos andarem armados, vagarem à noite, beberem em tavernas, jogarem jogos proibidos, usarem de tratos e mercancia ou ainda terem mulher porta adentro¹⁰. Como pré-requisito para os propostos para as igrejas curadas, os cuidados são redobrados, ordenando que "se lhes tire inquirição pública, ou secreta, (como nos parecer mais conveniente, ou ao nosso Provisor) pela qual conste de sua virtude e honestidade, bons costumes, exemplo, e limpeza de sangue" (CAB, livro III, tít. 23, par. 521).

Escrita por dom Sebastião Monteiro da Vide e apresentada no Sínodo Diocesano, em 12 de junho de 1707, para o "bom governo do Arcebispado, direção dos costumes, extirpação dos vícios, e abusos, moderação dos crimes, e reta administração da Justiça", as *Constituições*, compostas de cinco livros, reservaram especialmente o livro terceiro para a doutrinação dos religiosos, informando-os de suas obrigações e das penalidades em que incorriam os infratores. Além desse,

⁹ Conferir, respectivamente: CAB (lv. IV, tít. 9, par. 662, p. 246); CAB (lv. III, tít. 1º, par. 438-439, p. 175-176); CAB (lv. V, tít. 27º, par. 1011-1012).

¹⁰ Sobre o tema, conferir ainda: CAB (lv. III, títulos 4º; 5º; 6º; 8º; 11º 12º).

no livro quarto, os quinze primeiros dos 65 títulos referem-se aos direitos e isenções dos eclesiásticos e, em várias outras passagens, demonstram o claro intuito de prepararem e normalizarem a conduta dos clérigos. Assim, a Igreja reconhecia que, para a implantação das propostas contra-reformistas, a padronização dos costumes e das atitudes religiosas e o seu fortalecimento como um todo dependiam de um melhor preparo dos eclesiásticos e de sua moralização (GOLDSCHMIDT, 1998: 164; VAINFAS, 1997, 20-25).

Considerações finais

Contudo, na região mediterrânea da América portuguesa não havia apenas clérigos insurretos e violentos. Havia casos em que os prelados se mostravam extremamente úteis à Metrópole; e aqui se deixa uma observação, que recai como crítica metodológica e inquirição às fontes documentais. Na leitura dos códices, as reclamações contra os religiosos são constantes, geralmente detratando-os por sua conduta moral, seu caráter violento, desvio dos quintos, negócios profanos, por minerar e trazer "vexações aos povos" por causa de suas concubinas e mancebas, entre outras motivações. É certo que, como a própria documentação indica, os párocos não viviam sempre segundo os modelos de santidade pregados por Santo Inácio ou de pobreza, segundo São Francisco de Assis, ou ainda de obediência; mas, ao taxá-los a todos como violentos ou rebeldes, esbarra-se em simplismo, é fazer tábua rasa da história.

Essa documentação servia como mecanismo de regulamentação das Minas: por meio das cartas, ordens régias, bandos, o governador colocava o rei a par das "filigranas" de sua administração. Esses documentos apresentaram reclamações contra abusos de poder, sobre a capitação do ouro, a necessidade de mais soldados, os problemas causados pelos quilombolas, índios, assaltantes, e diversos outros assuntos. Numa sociedade em formação, com graves problemas sociais, que demandava grande energia dos agentes de administração e, particularmente, do governador, era certo que não sobrava muito tempo para que este escrevesse panegíricos, retratando a boa ação desempenhada por tal ou qual padre. Quando a sociedade estava em ordem, no máximo, dizia sobre a sua satisfação pelo trabalho desempenhado por um padre. Nesse sentido, em 1738, o rei recomendou ao governador que desse ajuda para a construção de casas para religiosos "*que pela sua exemplar vida e frutos que pela sua doutrina faziam merecedores da Real atenção*", concedendo, então, uma capela para os religiosos barbadinhos construírem um seminário (SC-10, fl. 14).

Outro caso raro na documentação, mas que permite questionar essas visões monolíticas a respeito dos religiosos, refere-se à carta do governador dom Lourenço de Almeida ao rei, informando da ermida que os moradores construíram em Vila Rica, e do desejo da população em acolher quatro missionários da ordem dos capuchinhos da Itália (AHU, cx. 19, doc. 14). Anexo a essa carta está um

certificado, no qual o governador reitera os bons procedimentos dos padres missionários frei Domingos do Rosário e frei Caetano da Purificação, religiosos capuchos da província de Santo Antônio do Rio de Janeiro, confirmando que esses percorreram as Minas:

fazendo suas Missões com grande fruto espiritual das Almas, e sem outro interesse mais, que o de fazerem a sua obrigação e servirem a Deus nosso Senhor e das suas boas diligências e exemplar doutrina, resultou não somente o proveito espiritual de largarem algumas pessoas as ocasiões próximas, mas de restituíram o alheio a seus donos (AHU, cx. 19, doc. 14).

Além do governador, que concluiu pelo "*bom procedimento e virtude e doutrina*" dos religiosos, o que os tornou bem aceitos pela população das Minas, outro certificado foi emitido, nesse mesmo sentido, pelos juízes e procuradores da comarca de Vila Rica, atestando que o padre frei Domingos do Rosário, religioso de Santo Antônio, da cidade do Rio de Janeiro, pregou missão nas Minas "*com grande espírito e zelo da honra de Deus*", e sem pedir ajuda de custo (AHU, cx. 19, doc. 14).

Percebe-se a necessidade de se evitar explicações esquemáticas. Os componentes do clero eram sujeitos sociais históricos; assim, uma aproximação menos preconceituosa do passado exige que se faça ver não somente o que os documentos dizem, mas porque dizem isso ou aquilo, pois, do contrário, há risco de se esvaziar a história, idealizando ou então "demonizando" os atores sociais. Ora, pode-se também questionar as

conclusões de trabalhos clássicos da historiografia, desde que respeitando suas colaborações, sabendo-se que a história não se constrói a partir do nada. Ressalta-se que foi das cartas dos governadores ao rei, das petições, dos bandos e das ordens régias que se obtiveram os casos relatados neste estudo, o que indica que se deve tomar cuidado com as conclusões, posto que, por detrás desses documentos, podem esconder-se interesses particulares, às vezes, escusos. Entretanto, é possível adiantar que, se há um sentido geral nos cânones do catolicismo, qual seja a busca do enquadramento das populações a partir do controle das práticas religiosas, é necessário explorar as idiosincrasias, as rupturas da norma e o próprio elemento volitivo que cria tensões constantes entre o ideal esperado e a vida cotidiana.

Deve-se, semelhantemente ao trabalho dos detetives, investigar os dados empíricos obtidos na correspondência oficial, cruzá-los com os relatos de autores coetâneos e, ainda, com a literatura histórica, condição sem a qual não se poderá dar conta da complexidade de fatores envolvidos nessa questão¹¹. Isso exige do investigador certa perspicácia, ou "percepção baixa", para não se deixar enveredar pelas pistas falsas ou se enredar na teia discursiva dos agentes do governo. Torna-se também, como condição necessária à compreensão, estar ciente dos filtros da linguagem escrita e mesmo dos recursos retóricos contidos nesses documentos. O discurso infamante, denunciador das crises, continha um sentido definido, e para convencer,

¹¹ A sugestão aqui, como fica evidente, é de se pensar as fontes a partir de um "paradigma indiciário" GINZBURG (1990).

toda a capacidade oratória do governante era utilizada, e o trabalho

do historiador deve ser também o de "filtrar" essas informações.

Referências

Fontes:

Arquivo Público Mineiro, fundo Secretaria de Governo (Sessão Colonial). SC-198, fl. 06, 10 de janeiro de 1773.

SC-03, fl. 43-43v. Ordem régia, de 12 de novembro de 1714.

SC-04, fl. 693-695. Carta do governador dom Pedro de Almeida e Portugal ao rei. São João de El Rei, 22 de agosto de 1719.

SC-05, fl. 112. Carta régia ao governador dom Lourenço de Almeida, de 2 de maio de 1725.

SC-05, fl. 114v. Carta de dom João V ao governador dom Lourenço de Almeida. Lisboa, 20 de outubro de 1725.

SC-05, fl. 45v. Ordem régia de 12 de dezembro de 1716.

SC-05, fl. 59v. Ordem régia endereçada a Assumar. 22 de agosto de 1718.

SC-05, fl. 7 e 7v. Carta régia ao governador dom Lourenço de Almeida, de 16 de maio de 1722.

SC-05, fl. 92v, 19 de maio de 1723.

SC-09, fl. 52v. Carta do governador ao vigário da vara de Vila Real, 15 de agosto de 1717.

SC-10, fl. 14. Carta régia ao governador Gomes Freyre de Andrade, 16 de abril de 1738.

SC-11, fl. 205-206v. Carta do governador dom Pedro de Almeida. Vila do Carmo, 26 de fevereiro de 1720.

SC-13, fl. 17 e 17v. Carta do governador conde de Assumar ao vigário da vara de Vila Real, 29 de janeiro de 1721.

SC-13, fl. 24v. Carta do governador conde de Assumar ao vigário da vara de Ouro Preto. Vila do Carmo, 8 de março de 1721.

SC-17, fl. 99v. Carta do governador dom Lourenço de Almeida. Vila do Carmo, 22 de janeiro de 1722.

SC-54, fl. 182v. Carta do bispo do Rio de Janeiro ao governo das Minas. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1736.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU/MG), cx. 19, doc. 14. Certificado do governador dom Lourenço de Almeida, Vila Rica, 9 de maio de 1726.

AHU, cx. 19, doc. 14. Certificado dos juizes e procuradores da comarca de Vila Rica, Vila Rica, 22 de fevereiro de 1726.

AHU, cx. 19, doc. 14. Carta do governador dom Lourenço de Almeida ao rei, Vila Rica, 18 de julho de 1731.

AHU, cx. 19, doc. 14. Certificado do governador dom Lourenço de Almeida, Vila Rica, 9 de maio de 1726.

Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM), XXXI, 1980, p. 269-270. Carta de dom Lourenço de Almeida ao rei, Vila Rica, 5 de junho de 1731.

RAPM, XXXI, 1980, p. 223. Carta de dom Lourenço ao rei, 14 de abril de 1727.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de Junho do ano de 1707. São Paulo: Tipografia de Antônio Louzada Antunes, 1853.

Bibliografia:

AGUIAR, Marcos Magalhães. *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil colonial*. São Paulo: USP, 1999. Tese de Doutorado.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos Rebeldes**: violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

ÁVILA, Affonso. **O lúdico e as projeções do Mundo Barroco**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ÁVILA, Affonso. **Resíduos Seiscentistas em Minas**: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967.

BOSCHI, Caio César. Como os filhos de Israel no deserto? (ou: a expulsão dos eclesiásticos em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII). *Vária História*. Belo Horizonte, n. 21, p. 119-141, 1999.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**: irmandades leigas e política colonizadora em *Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

CARRATO, J. Ferreira. **Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 334.

DIAS, Renato da Silva. Entre a cruz e a espada: religião, política e controle social nas Minas do Ouro (1693-1745). *Varia História*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, v. 26, p. 155-175, 2010.

DIAS, Renato da Silva. Frades desviantes: o cotidiano e o conflito dos eclesiásticos nas Minas setecentistas (1693-1745). *Revista História e Perspectivas*. Uberlândia: Ed. UFU, v. 25, p. 483-506, 2012.

FIGUEIREDO, Luciano. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. **Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822)**. São Paulo: Annablume, 1998.

HESPANHA, António Manuel. A resistência aos poderes. In: MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v.4, p. 451-459.

HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num império oceânico. In: MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v.4, p. 395-413.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político**: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RENOU, René. A cultura explícita (1650-1750). In: SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (Dir). *Nova História da Expansão Portuguesa: o Império Luso-Brasileiro (1620-1750)*. (coord. do volume VII: Frédéric Mauro). Lisboa, Editorial Stampa, 1991.

RUSSELL-WOOD, A J R. **The black man in slavery and freedom in Colonial Brazil**. New York, s/ed.,1982.

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão**: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e Conflito**: aspectos da história de Minas no Século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VAINFAS, Ronaldo. *Moralidades Brasílicas*. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VILLALTA, Luiz Carlos. *A "torpeza diversificada dos vícios": celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801)*. São Paulo: USP, 1993. Dissertação de Mestrado.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. *As redes clientelares*. In: MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v.4, p.381-393.

NOTAS SOBRE A ADEQUAÇÃO BRASILEIRA AO IDEÁRIO DE NAÇÃO CAPITALISTA MODERNA: INDUSTRIALIZAÇÃO, TRABALHO E ESTADO

Darcon Sousa¹

Resumo

A inserção do Brasil no sistema capitalista mundial foi marcada por tensões, conflitos e contradições, decorrentes das formas pelas quais as elites nacionais pretenderam copiar um padrão de desenvolvimento conquistado nos países desenvolvidos, desvinculado dos interesses das classes trabalhadoras e da criação de condições necessárias à consolidação de uma democracia plena, baseada no exercício da cidadania. Neste trabalho, recorreremos à pesquisa bibliográfica para analisarmos aspectos importantes do esforço das classes dirigentes brasileiras, no sentido de concretizar o projeto de nação capitalista moderna, ainda hoje perseguido sem que as desigualdades sociais e econômicas do país tenham sido minoradas. Nossa reflexão destaca elementos dos processos históricos que desembocaram num tipo de industrialização que germinou nossa entrada na modernidade capitalista, as peculiaridades da formação da força de trabalho criada para servir ao sistema e as relações de poder que desenharam o tipo de estado conveniente aos anseios da burguesia nacional.

Palavras-chave: Capitalismo, Modernidade, Industrialização.

Abstract

The insertion of Brazil in the world capitalist system was marked by tensions, conflicts and contradictions, arising from the ways in which national elites sought to copy a pattern of development achieved in developed countries, disconnected from the interests of the working classes and the

creation of conditions necessary for the consolidation full democracy based on citizenship. In this work, we used the literature to analyze the important aspects of the effort of the Brazilian ruling classes, in order to realize the project of modern capitalist nation, still pursued without the social and economic inequalities in the country have been lessened. Our reflection highlights elements of the historical processes that resulted in a kind of industrialization that germinated our entry into capitalist modernity, the peculiarities of the formation of the labor force created to serve the system and the relations of power that drew the kind of convenient state to the desires of the bourgeoisie national.

Keywords: Capitalism, Modernity, Industrialization.

Introdução

O desenvolvimento econômico-social do Brasil pautou-se pela tentativa de seguir os padrões das nações capitalistas europeias e, posteriormente, o modelo norte-americano. No final do século XIX esse processo de adequação, liderado pelas elites dirigentes do país, já se iniciara com o fim do trabalho escravo e a instituição da república, transformações que abriram os caminhos para a consolidação de um capitalismo industrial, diferente do tipo mercantil-colonialista que o antecedeu e tido como condição para a entrada do país na modernidade.

Desde então, começa um período de instabilidade política e social, tensionado por múltiplos conflitos. Republicanos, militares, positivistas, negros, imigrantes, intelectuais e operários constituem-se nos principais atores a disputarem

¹ Doutor em Ciências Sociais (UFCG), Professor da Universidade Federal de Campina Grande.

espaços em função de interesses cuja predominância iria conformar o capitalismo brasileiro.

O presente trabalho busca, apoiado em pesquisa bibliográfica, resgatar as tensões e contradições da idealização do Brasil capitalista e moderno, destacando como a organização da produção, o trabalho e a criação de um Estado republicano vão-se configurando de acordo com o projeto pretendido, ao mesmo tempo em que se preservam e se reproduzem as relações de poder que limitam a radicalização e a ampliação de um desenvolvimento inclusivo e democrático.

Aspectos da consolidação de um capitalismo industrial no Brasil

A revolução industrial inaugurou uma fase sofisticada do desenvolvimento capitalista ao introduzir novas tecnologias e formas inéditas de organização do trabalho na produção em massa de mercadorias. Logo, um padrão de modernidade associado ao modelo industrial de desenvolvimento capitalista passou a ser perseguido pelas nações que buscavam galgar um lugar no rol dos países desenvolvidos, aspiração que norteou também o imaginário brasileiro.

Freire (1971) considerava o desenvolvimento industrial de São Paulo uma evidência do potencial brasileiro para o alcance de um padrão de modernidade baseado na aplicação de avanços tecnológicos a diversos setores da economia, extensivo a outras regiões, o que configuraria os traços de uma nação tropical em suas peculiaridades e europeia em consideração às similaridades crescentes com o modo

de vida do velho continente. No Brasil, a transição para um capitalismo industrial – estágio a ser alcançado para a entrada do país na modernidade – ocorre dentro dos limites que os arranjos de poder interno e o tipo dependente de economia que aqui se desenvolve permitem. A revolução burguesa brasileira prescinde de rupturas drásticas, de polarizações extremas e de um ímpeto transformador que pudesse aproximar a nação do nível de civilização atingido pelos países capitalistas desenvolvidos de então.

Conforme relata Fernandes (1987), a recomposição das estruturas de poder oriundas da aristocracia agrária inibiu o espírito modernizador da burguesia brasileira, fazendo com que a adesão a uma ordem capitalista idealizada em torno da livre empresa, do mercado e do Estado representativo acontecesse de modo ambíguo, vacilante e oportunista. Os interesses da burguesia industrial limitavam-se ao âmbito da empresa e à defesa de condições propícias para o desenvolvimento das suas atividades econômicas.

A natureza política do processo de modernização alimentou relações promíscuas entre o Estado e o poder econômico, do que resultou a renúncia em seguir o curso de autonomização e de democracia percorrido pelos países já industrializados. Sem conflitos graves entre os poderes político, industrial e oligárquico, inexistindo outras forças que pudessem mudar o rumo da inserção brasileira na modernidade industrial, consolida-se um modelo de acumulação capitalista de caráter monopolista e excludente, o que

significou o surgimento de uma contrarrevolução baseada numa associação segura ao capital internacional, na repressão às massas e na domesticação do Estado. O ideário de uma ordem capitalista nos termos do que aconteceu na Grã-Bretanha, na França ou nos Estados Unidos cedeu lugar a uma visão conservadora e reacionária (FERNANDES,1987).

Santos (2006:49) relembra que, no Brasil “[...] *jamais houve a figura do cidadão, as classes chamadas superiores, incluindo as classes médias, jamais quiseram ser cidadãos, os pobres jamais puderam ser cidadãos*”. O entendimento correto do país exigiria a constatação de que as elites foram condicionadas por privilégios e que, sem originalidade e imaginação, nunca lutaram pela ampliação dos direitos políticos, sociais e econômicos, tornando-se incapazes de exercerem um papel modernizador e progressista na sociedade, tal como ocorreu na Europa.

Lima Barreto (1994), tendo vivido o período em que a república brasileira se instituiu com a expectativa de abrir caminho para a modernização da sociedade, fez alusão ao nascimento de uma elite “mediocre” (termo coerente com seu vocabulário cortante), apegada aos favores governamentais, empenhada em se distinguir pelos meios mais espúrios e indiferente às mazelas socioculturais que se estabeleceriam como reprodutoras de desigualdades, injustiças e preconceitos.

O prisma de Ianni (1963) sobre a industrialização brasileira é o das ciências humanas. Os processos socioculturais recebem destaque a

partir da necessidade de se ter uma visão global da consolidação do capitalismo em terras brasileiras. Para essa consolidação, a revolução de 1930 teria sido um evento decisivo. Produzida pelo capitalismo industrial, a revolução de 30 enterra o sistema agrário-comercial, consumando o atendimento às novas necessidades sociais e econômicas sentidas desde a segunda metade do século XIX. A socialização das perdas do café desencadeou a reação político-militar que liderou a recriação de instituições e o fortalecimento das condições para a supremacia industrial. A legislação trabalhista, as novas instituições educacionais, a incorporação da mulher no mercado de trabalho e a democratização progressiva, mudaram a relação de dominação de patrimonial para uma dominação burguesa baseada numa estrutura de classes típica de uma civilização urbano-industrial.

Depois de 1930 a industrialização brasileira torna-se irreversível. Desde Vargas, passando pelos militares até a reinstauração de um governo civil, a indústria tem sido o carro-chefe da economia. A concentração industrial nas regiões Sul e Sudeste reflete o sistema de poder e preserva as desigualdades regionais. A instalação de parques industriais passa ser disputada por governantes encharcados pela ideia de desenvolvimento associado à indústria. O Estado brasileiro continua a movimentar-se no sentido de estimular a intensificação do padrão industrial, muitas vezes às custas de renúncias fiscais e no interesse de obter dividendos políticos, relação que perpetua um

tipo de capitalismo sem risco, ancorado pelo poder público e desigual.

Do ponto-de-vista da classe trabalhadora, especialmente dos industriários, o modelo de tutela legislativa, a inexistência de organização sindical vigorosa e as contingências da oferta de emprego impediram uma maior participação dos trabalhadores do produto da riqueza industrial, excetuando-se áreas geográficas e classes específicas de operários historicamente organizados, os quais representam uma pequena minoria incluída nos padrões de consumo e de renda preconizados pelo liberalismo econômico.

Hoje, em tempos de globalização e de competição entre os estados nacionais por maiores fatias de participação de suas empresas nos mercados internacionais, a inovação, segundo Sicsú *et al* (2005), tem sido escolhido como o mecanismo central através do qual o setor industrial poderá incorporar o progresso técnico e elevar a produtividade. As recomendações desses autores, como percebemos, contemplam os diversos elementos formadores de um sistema nacional de inovação e de promoção da competitividade. A educação formal, a pesquisa, a produção e o financiamento, articulados por instituições públicas e privadas, conformam as políticas públicas voltadas para fortalecer os processos inovativos. Essas políticas, sugeridas nas instâncias dos organismos internacionais que estudam o desenvolvimento econômico, cujas ideias são retransmitidas em aparatos institucionais nacionais,

parecem ter conquistado a adesão dos governos nacionais, independentemente das suas orientações ideológicas. Como prescrevem Sicsú *et al* (2005:5):

[...] é fundamental a realização de uma transformação produtiva que resulte na elevação da produtividade da mão-de-obra que dê sustentação a uma competitividade internacional autêntica apoiada na incorporação de progresso técnico e em práticas gerenciais inovadoras. Para tanto, uma política abrangente deve ser adotada, incluindo o fortalecimento da base empresarial do país, adoção de uma política industrial voltada para a melhoria da competitividade das exportações de maior valor agregado, desenvolvimento de uma infraestrutura voltada para a competitividade sistêmica, melhoria de qualificação de mão-de-obra, etc. A aprendizagem tecnológica e o fortalecimento da competitividade internacional requerem instituições públicas dotadas de capacidade de articulação dos diversos agentes produtivos, laborais, educativos, de pesquisa e de financiamento.

Inscritas nos modelos cunhados de “novo desenvolvimentismo”, essas prescrições nos remetem às preocupações de Ridenti (2009:7): “[...] a quem serve o desenvolvimentismo? A que grupos e classes sociais? Qual seu custo em termos ambientais? O risco de ignorar questões como essas seria repetir os erros do velho desenvolvimentismo, sem necessariamente reviver seus acertos.” Entretanto, é importante também revisitarmos o modo pelo qual o capitalismo brasileiro forjou a criação de uma mão-de-obra indispensável ao seu

desenvolvimento, tarefa empreendida na próxima seção.

A transformação da força de trabalho

A ascensão do capitalismo a partir do século XIX está diretamente associada a um novo conceito de trabalho. Antes vinculado a estados de sofrimento e de humilhação, o trabalho passou por uma ressignificação que o apresentava como expressão de liberdade e como obrigação moral, processo que impingiu sentidos superiores à mera ideia de subsistência, transportando o trabalho para categorias éticas e culturais da existência humana (NUN, 2000).

Em terras brasileiras, conforme Nabuco (1977), a existência do trabalho escravo se constituía no principal estorvo para o desenvolvimento de um espírito capitalista. A escravidão retardava o surgimento das classes operárias e industriais, do comércio, além de impedir o nascimento de uma cultura capitalista baseada na iniciativa, na invenção e na energia individual. A aversão à concorrência, a inconsciência religiosa e o paternalismo estatal adiaram a extinção do trabalho escravo e a criação das condições necessárias para o nascimento do capitalismo, tais como: associação de capitais, a educação técnica e, principalmente, o trabalho livre. Sem isso, as posições sociais derivavam das relações escravistas ou da carreira no serviço público, com significações sobre a vida social e econômica do Brasil.

Isso significa que o país está fechado em todas as direções; que muitas avenidas que poderiam oferecer um

meio de vida a homens de talento, mas sem qualidades mercantis, como a literatura, a ciência, a imprensa, o magistério, não passam de velas, e outras, em que homens práticos, de tendências industriais, poderiam prosperar, são por falta de crédito, ou pela estreiteza do comércio, ou pela estrutura rudimentar da nossa vida econômica, outras tantas portas muradas (NABUCO, 1977:163).

O fim do trabalho escravo no Brasil formaliza-se através da promulgação da Lei Áurea, datada em 13 de maio de 1888. Para além dos ideais humanistas dos abolicionistas, a liberdade dos negros atendeu às exigências das elites econômicas e políticas, interessadas em inserir o país numa nova dinâmica de desenvolvimento, para o que o "trabalho livre" se constituía num elemento essencial. A universalização do trabalho livre e assalariado significava submeter a força de trabalho às condições de oferta e procura, premissa principal do florescente capitalismo europeu. A "nova ordem competitiva" instalada impôs ao negro uma disputa desigual com brancos e imigrantes na busca pela ocupação de posições no recém-inaugurado mercado de trabalho. (FERNANDES, 1965).

Tentava-se criar uma cultura de valorização do trabalho no sistema produtivo e ensaiava-se a introdução da meritocracia como critério de hierarquização social numa nação que se pretendia moderna.

Mas os brasileiros livres e libertos viam com dificuldade uma ética positiva no trabalho. Em vez disso, a condição de mão-de-obra no novo regime, mesmo que assalariada, os remetia para a

exploração escravista recém-abolida. Ademais, o mérito como medida de desempenho e de distinção era algo desconhecido. A meritocracia, baseada na ideia de que as posições sociais devem ser alcançadas em função dos talentos, habilidades e esforços de cada um, sempre fez parte da ideologia das sociedades modernas. O indivíduo dependente do Estado, acomodado e reativo, representa um estorvo para contemporaneidade enaltecida da autonomia, da competição e do sucesso pelo auto esforço. Embora inclusos nos preceitos de todas as constituições nacionais, os princípios meritocráticos não se estabeleceram na sociedade brasileira, seja do ângulo institucional ou ideológico. Por aqui, prevaleceu a cultura do fisiologismo, do nepotismo e do patronato. As diferenças de resultados são vistas como desigualdades e há forte resistência à avaliação (BARBOSA, 2001). Neste sentido, também a escrita ferina de Ristori (1906:7), destinada a desconstruir os mitos sobre o Brasil nos primeiros anos do século XX, já registrava:

O elemento indígena distingue-se nitidamente do de todos os outros países por uma tendência especial para a vida burocrática e por uma aversão por assim dizer *hereditária*, pelo trabalho útil e produtivo. O ideal comum dos brasileiros – com poucas exceções – é um bom emprego, um bom posto, um bom ordenado.

Entretanto, os recém-livres não tinham influência para acomodar-se às benesses do Estado. Desprovidos de instrução, de qualificação e de “capacidade sócio dinâmica” para as atividades

produtivas orientadas por uma nova lógica empresarial, aos negros restaram as ocupações precárias e a deterioração de suas condições de vida, até mesmo em relação à situação anterior. A degradação dos antigos escravos os empurrou para um isolamento social e cultural, agravando os comportamentos autodestrutivos, alimentando os preconceitos e originando formas variadas de resistência (FERNANDES, 1965).

As desvantagens dos escravos libertos, impossíveis de serem eliminadas a tempo de lhes propiciar um ponto-de-partida igual ao dos seus concorrentes, significaram a aceitação de um processo de exclusão, agravado pela indiferença da sociedade de então em relação à necessidade de medidas atenuantes ou compensatórias. Além de não terem instrução e qualificação, os escravos situavam-se na base da hierarquia cultural e não possuíam recursos ou habilidades sociais para progredirem no ambiente que os esperava após a liberdade. Como explica Bourdieu (2008), as diferenças na hierarquia social são reforçadas, reproduzidas e legitimadas pelas hierarquias culturais. Os escravos contavam com muito pouco para aspirarem a uma trajetória social ascendente. Não entendiam “o senso do jogo” – o *habitus* – e, por isso, seus desajustamentos refletiram apenas o baixíssimo nível do estoque de capitais que possuíam para competirem na nova ordem.

Historicamente, o capitalismo já demonstrara os traumas que as mudanças técnicas haviam representado para trabalhadores

expropriados de suas formas de trabalho no velho continente. Lá, desde cedo, segmentos sociais diversos haviam-se insurgido contra os efeitos da revolução industrial. Os constantes aperfeiçoamentos técnicos do capitalismo, acompanhados de suas repercussões nos modos de vida das pessoas, viriam evidenciar a necessidade de proteção para os contingentes cada vez maiores de trabalhadores dependentes do novo modo de produção, tornando-se a parte mais frágil do sistema. Para impor limites à voracidade do capital, as sociedades pioneiras na etapa de industrialização instituíram a regulamentação das relações de trabalho, sem o que a modernidade seria obscurecida pelas consequências da exploração capitalista.

O apelo à modernidade foi o argumento para outra transformação importante no fator trabalho realizada pela burguesia brasileira. A mudança de uma economia agrária para um padrão industrial reclamou a criação de novas relações trabalhistas baseadas no contrato de trabalho. Como relatam Araújo *et al* (2009), mesmo sendo um processo heterogêneo, os trabalhadores conseguiram, em vários contextos, através de lutas e resistências, o estabelecimento de um arcabouço jurídico que assegurou direitos sociais, mudando o estatuto social do trabalhador. No Brasil, esse novo estatuto surge de forma retardatária, conforme descrevem Araújo *et al* (2009:53):

O Direito do Trabalho surgiu, no Brasil, tardiamente, na primeira metade do século XX, dada a

escravidão que perdurou até 1888 e às condições políticas e econômicas – marcadas pela violência com que os trabalhadores livres eram reprimidos. Durante a chamada República Velha (1889-1930), os trabalhadores brasileiros realizaram poucas conquistas. As questões sociais eram tratadas como “caso de polícia”. Depois de grandes mobilizações e com as greves no período de 1917 e 1919, em vista do alto custo de vida e pela redução da jornada de trabalho, algumas poucas leis foram criadas, mas permaneceram no papel. No governo de Getúlio Vargas (1930-1945), foram criados desde o Ministério do Trabalho até a carteira de trabalho, que se constituiu passaporte para direitos como a jornada de oito horas, férias, salário mínimo, culminando na Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), em 1943.

A legislação trabalhista instituída por Getúlio Vargas lança as bases das relações entre os fatores de produção principais - capital e trabalho -, cooptando os trabalhadores no esforço de favorecer um novo período de acumulação capitalista. Sob o manto da proteção ao trabalhador, paradoxal à ideia de um mercado-livre, as leis trabalhistas fixam critérios para a reprodução do capital, definindo um salário mínimo correspondente às necessidades de subsistência do trabalhador, sem contemplar recompensas que pudessem advir dos ganhos de produtividade (OLIVEIRA,2003).

Sob a tutela do Estado, as relações de trabalho no Brasil se desenvolvem dentro dos marcos legais estabelecidos desde o período getulista, assegurando proteção mínima para os trabalhadores, em sua maioria com baixo grau de auto-organização, razão pela qual uma maior participação do trabalho na

riqueza produzida não foi possível, senão em casos isolados de segmentos com consciência reivindicatória e historicamente organizados, a exemplo dos metalúrgicos do ABC paulista, ou em períodos em que o crescimento econômico pressionou a curva de oferta e procura por mão-de-obra, favorecendo o aumento real dos salários.

A atual etapa do capitalismo, em sua versão neoliberal, difunde novamente um discurso modernizante baseado no paradigma da flexibilização. O emprego estável, registrado e de longo prazo, é tido como integrante de um modelo de relação de trabalho ultrapassado. Novas formas de contratação - terceirização, subcontratação, entre outras -, se apresentam como afinadas com as novas necessidades do capitalismo. A flexibilização é decantada antes mesmo que a solução para a informalidade e a precarização seja encontrada.

Em outra direção, difunde-se cada vez mais o discurso do empreendedorismo. Para Colbari (2004), o empreendedorismo é um fenômeno cultural cuja retórica estimula a mitificação do indivíduo, masculino e oriundo de grupos dominantes, dotado de competências e habilidades que o conduzem ao sucesso e mudam a sociedade. Ser empreendedor é uma possibilidade acessível a todos quantos aprendam os valores e as atitudes de uma mentalidade empreendedora, entre os quais destacam-se: a criatividade, a flexibilidade e a adaptabilidade. As virtudes empreendedoras disseminam-se via currículo escolar e passam a estimular os sonhos de

autonomia e liberdade de trabalhadores com alta ou baixa qualificação. A cultura empreendedora ultrapassa os limites dos negócios e alcança outros campos da vida social. O discurso do empreendedor está sendo incorporado nos requisitos para a qualificação profissional, justifica o rompimento com as tradicionais formas de organização empresarial e de emprego, além de nortear políticas de emprego e renda. Desse modo, concluímos, o processo de sujeição do trabalho ao capital prossegue, muito depois que assistimos o fracasso das tentativas igualitárias que, em vez de emancipação do trabalhador, produziram demonstrações de como a dominação estatal pode se transformar também em veículo de exploração e de alienação.

Relações de poder no desenho da ordem política e capitalista

O processo de transição do escravismo para o capitalismo no Brasil, como já registrado anteriormente, seguiu o curso da lógica do sistema na medida em que transferiu para a indústria o papel de mola propulsora da economia com a indispensável liberalização de uma força de trabalho transformada em mercadoria. As novas relações de produção consumaram o êxito inicial dos interesses que estavam do lado da instauração de uma ordem capitalista.

No entanto, segundo Saes (1985), a mudança na estrutura do Estado ocorre de modo relativamente autônomo. Esse autor, não ignorando outros estudos realizados sobre o Estado brasileiro (ver quadro 1), se

propõe a investigar a formação do Estado burguês no Brasil a partir da identificação da correspondência entre as relações de produção e as formas particulares que o Estado assume. Em sua análise, lança mão das categorias marxistas sem cair no mecanicismo que enxerga o Estado como puro reflexo das relações de produção capitalista. Para além desse reducionismo, a interpretação correta consistiria na compreensão de que é o Estado burguês que torna possível a reprodução das relações capitalistas de produção. De acordo

com o modelo teórico marxista, o Estado burguês organiza a dominação de classe, legitima as relações de troca no mercado e cria as condições ideológicas para a reprodução capitalista. Mas, para decifrar o tipo de Estado correspondente à determinada relação de produção, é preciso especificar a estrutura jurídico-política que o compõe, cujos itens principais são: o direito, o burocratismo e as formas de representação política existentes.

Quadro 1 – Estudos sobre a ordem política no Brasil

Autor	Tese
Nestor Duarte (1939)	O poder dos proprietários de terra resiste à formação do Estado.
Victor Nunes Leal (1949)	O poder privado começa a declinar com a formação do Estado republicano em 1889.
Maria Isaura P. de Queiroz (1958)	O declínio do poder privado se acentua após a revolução de 1930.
Raimundo Faoro (1958)	Análise weberiana. O estamento governante do império conserva o Estado patrimonial.
Octavio Ianni (1930,1970)	O Estado brasileiro após 1930 é o Estado da burguesia.
Fernando Uricoechea (1978)	A burocracia patrimonial transformou o Estado patrimonial em Estado moderno nacional.

Fonte: Baseado em Saes (1985)

Após expor as ferramentas de análise que manejou, Saes (1985) apresenta as peculiaridades de sua interpretação sobre a formação de um Estado burguês no Brasil. No período pós-colonial, entre 1831 e 1888, instala-se um Estado escravista moderno que, dadas as incompatibilidades com forças capitalistas internacionais e contradições internas, entra em colapso mesmo tendo nas classes dominantes as principais forças que

tentam conservá-lo. A classe média nascente foi a portadora de uma ideologia jurídica e a condutora dos processos de mudança, dos quais fez parte a luta dos escravos pela libertação. Os escravos, atores importantes na abolição da escravatura em 1888, ficam fora da reorganização do aparelho do Estado que acompanha a proclamação da república em 1889. As classes médias impediram uma revolução

agrária que emancipassem os negros.

Só depois da proclamação da república é que as classes dominantes – fazendeiros e exportadores –, estimuladas pelo imperialismo inglês, entram na disputa pelo poder e conseguem conquistar uma posição hegemônica, através da qual introduzem instrumentos democráticos que, apesar das distorções, das relações servis existentes no campo e da falsa representatividade, demonstravam o ideário de Estado moderno que se julgava adequado ao surgimento do capitalismo. A particularidade do Estado burguês no Brasil estaria no fato de seu surgimento ocorrer num contexto em que as relações de produção servis eram as dominantes. Disso resultam os traços jurídicos, burocráticos e políticos que o formaram. Paralelamente ao esforço modernizante, subsistia o coronelismo no campo, o isolamento das classes exploradas na cidade e uma mediação política imaginária.

Segundo Furtado (1977), a imagem do Brasil como um país do futuro e símbolo de modernidade entre os trópicos não se concretiza, fundamentalmente, em função do apego das classes dominantes aos seus privilégios. A mudança para uma economia industrial e a crescente urbanização não foram acompanhadas por alterações no sistema de poder. Oligarquias agrárias e comerciantes ligados a interesses externos continuaram a mandar no país, conservando a estrutura rudimentar do Estado voltada para assegurar a unidade nacional. Com a ascensão da burguesia cafeeira, a república

continua oligárquica, passando a controlar as finanças públicas e a promover a imigração de acordo com as exigências da cultura do café. A criação dos Estados nacionais na América do Sul, acompanhada de guerras fronteiriças, estimula o fortalecimento das forças armadas que passariam a ser usadas pelas classes médias urbanas contra as oligarquias.

Entretanto, o ideário das classes médias não ultrapassava os conceitos de democracia formal baseada no voto universal. Quando as tensões sociais começaram a perturbar o ambiente político – em razão da participação das massas urbanas nas decisões políticas –, as classes médias apelam às forças armadas para restaurar a ordem. Assim se pavimentou a estrada para a militarização do Estado sob as bandeiras da nacionalidade, da luta contra o comunismo ou da necessidade de modernização. É renunciando à modernização das estruturas sociais que as classes médias enterram o ideário liberal e passam a comungar com o autoritarismo.

Quando o país ensaia retomar a democracia formal através do voto, as pressões nos grandes centros urbanos não foram suficientes para impedir que o parlamento escolhesse o presidente pelo povo. Até que, em 1989, um presidente é eleito através do sufrágio popular, não sem o flagrante empenho dos setores conservadores (empresariado, grande imprensa e parte da classe média) para influir no pleito em favor do candidato que carregava um discurso modernizante, afinado com os interesses das classes

privilegiadas e subordinado à ideologia neoliberal triunfante à época.

Novamente o país é dirigido pelos segmentos portadores de um ideal de modernização que exclui a maioria da população e agrava os problemas sociais. Desse ideal nascem os projetos de reforma do Estado brasileiro inspirados no neoliberalismo. Segundo Diniz (1996) as reformas levadas a cabo estavam focadas na redução do tamanho do Estado e na busca de maior eficiência governamental, resultando na concentração dos meios de decisão, amparada pelo paradigma tecnocrático, o que aumentou o isolamento do Estado em relação à sociedade. Se o hiato entre Estado e sociedade já era visível, em face da incapacidade de a institucionalidade estatal responder às demandas de uma estrutura social complexa e diferenciada, a prioridade dada aos processos de estabilização econômica, entre meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, afastou da agenda pública as desigualdades sociais, num contexto de aumento da mobilização social e política. Dessa maneira, os governos instalados a partir da Nova República (Sarney, Collor, Itamar, FHC) foram marcados pelo enclausuramento de uma burocracia cada vez mais autônoma para tomar medidas disciplinadoras da ordem econômica, aumentando a discricionariedade dos governos, inibindo a participação popular e impedindo o estabelecimento de maiores vínculos com a sociedade.

Para Diniz (1996), essa visão tecnocrática enxergava a reforma do Estado como um problema restrito à capacidade de decisão das agências

governamentais, desprezando a dimensão política e a imprescindível necessidade de se construir estratégias negociadas com a sociedade, sob a forma de acordos e pactos de corresponsabilidade. Isso teria impossibilitado a construção de uma governabilidade legitimada pelo interesse público e pela busca do bem comum, cuja abordagem, nas palavras de Diniz (1996:17):

[...] enfatiza o teor pluridimensional da governabilidade, compreendendo não só os aspectos técnicos e administrativos da atividade de governar, como também a dimensão política. Não basta o aperfeiçoamento das táticas de impor decisões pelo alto. A eficiência não se esgota na agilidade da tomada de decisões, mas requer também capacidade de obter aquiescência aos comandos estatais, de garantir a observância dos preceitos legais e fazer valer as decisões governamentais.

O não atendimento às demandas sociais pelo estado brasileiro, de acordo com o diagnóstico que orientou a reforma do Estado empreendida pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi atribuído à crise econômica causada pelo próprio estado, conforme relata Costa (2000). O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado - documento elaborado pelo governo FHC - indicava que o gigantismo, a intervenção e a burocracia do Estado, responsáveis por sua asfixia financeira e inoperância precisavam ser superados. As reformas prescritas e seguidas promoveram um intenso programa de privatização, de desregulamentação e de descentralização do setor público não estatal. O governo transferiu o que

podia ser controlado pelo mercado para a iniciativa privada, delegou serviços públicos para Organizações Sociais, terceirizou serviços no setor público, estimulou a redução de quadros na burocracia governamental e inseriu o conceito de "administração gerencial", aqui já comentado, na administração central. Para Costa (2000), ao desmontar o estado, orientando-se por uma cartilha liberal-conservadora, o governo FHC teria agravado o quadro social do país, ao abrir mão de seu papel de regulador social. Sem objetivos sociais, seguindo a análise de Lustosa da Costa (2009), as reformas prenderam-se a um paradigma técnico e gerencial, abandonando a dimensão política sob o pretexto de um pragmatismo que acabou por frustrar seus objetivos e por acentuar as tensões.

Proclamava-se que não tinha ideologia. Certamente, tinha uma ideologia gerencialista, que põe a dimensão da gestão acima de qualquer consideração sobre justiça, distribuição e equidade. A gestão é muito importante. Sabe-se que é necessário melhorar os mecanismos operacionais, os sistemas administrativos, os modelos de gestão do setor público. Mas a gestão não resolve todos os problemas. Há conflitos distributivos dentro das sociedades que só se podem resolver politicamente. É preciso concertar decisões, construir objetivos consensuais para alcançar resultados sociais importantes (LUSTOSA DA COSTA, 2009:149)

Por outro lado, a agenda negativa da reforma do Estado no Brasil, conforme Lustosa da Costa (2006), foi determinada por uma interpretação da crise brasileira como sendo resultante da crise fiscal,

exposta nos índices de endividamento, de inflação e de juros. No diagnóstico desse autor, as dificuldades estruturais da ordem capitalista também explicariam a crise do Estado brasileiro. A mudança no padrão tecnológico, a reestruturação produtiva e a globalização desestabilizaram o financiamento do *Welfare State*, profundamente afetado pelas mudanças nas formas de produzir, habitar e participar, as quais iriam implicar em novas demandas para o trabalho, a sociabilidade e o estado. No caso brasileiro, de acordo com Lustosa da Costa (2006), problemas culturais são elencados como entraves para as reformas relacionadas ao funcionamento do aparelho do Estado. Vistos como mazelas sobreviventes da formação histórica do Brasil, esse problemas poderiam ser progressivamente superados pela evolução da sociedade. Percebidos como determinantes das disfunções do Estado, os problemas herdados (patrimonialismo, personalismo, mandonismo, formalismo, clientelismo, cartorialismo, centralismo e autoritarismos) exigiriam mudanças sociais mais profundas, sem as quais as proposituras de reforma do Estado não lograriam êxito. Além disso, as variantes modernas dos problemas culturais (corporativismo, compadrio, vassalagem, barganha, fisiologia, bacharelise, centralização e precariedade da democracia) impediriam o Estado brasileiro de enfrentar seu desafio central, qual seja, nas palavras de Lustosa da Costa (2006:20):

[...] consolidar um modelo de atenção social capaz de lidar com as enormes assimetrias que separam regiões e classes sociais. Sem levar em conta essas dimensões da formação histórica, das bases sociais e das raízes culturais do Estado brasileiro, a maioria das tentativas, fundadas em teorias tomadas de empréstimo do acervo de experiências de outras nações, esbarram nas resistências internas e externas.

Em 2002, após três eleições perdidas, um presidente operário rompe o ciclo de governantes oriundo das elites. Tal fato, insuficiente em si para transformar um país injusto como o Brasil, inaugurou um período de confrontação permanente entre o presidente eleito e os mesmos setores médios e elites avessas à inclusão social. As políticas públicas de caráter social (mesmo que combinadas com um projeto que estimula o fortalecimento do capital) e a identificação intrínseca do governante maior com suas origens de classe, desencadearam reações agressivas dos setores que temem a inserção popular no sistema de poder.

Ainda longe de se tornar realidade, essa inserção sempre foi um fantasma para os quadros dirigentes no Brasil, adeptos de uma modernização restrita que os isole e os proteja da prole, tal como no imaginário de Brasília: rica, poderosa e distante. No momento, passada a primeira metade do governo que sucedeu o presidente operário, o Brasil é tomado por movimentos de massa que, difusos, não vinculados aos partidos políticos ou a sindicatos de trabalhadores, carregam múltiplas reivindicações e causas, cuja ressonância se instrumentaliza

de redes sociais e traz perplexidade aos poderes constituídos. O caráter inédito das manifestações é a ampla cobertura dos setores midiáticos, eles mesmos alvos de protestos e indutores de pautas que, segundo observamos, tentam canalizar a insatisfação popular contra o governo central. No entanto, mesmo que objetivos maniqueístas e espúrios estejam ocultados no apoio às manifestações que assistimos, a presença da população na rua pode ser uma oportunidade para que um governo trabalhista aprofunde a democracia brasileira, radicalizando os instrumentos de democratização das decisões. Se isso acontecer, veremos, sem dúvidas, as reações de sempre dos conservadores. Mas, talvez seja tarde para eles. Beberão do veneno que criaram e enfrentarão o feitiço que inventaram.

Considerações finais

A expansão do capitalismo representou transformações econômicas, sociais e culturais em todo o espectro de instauração das lógicas que lhe são peculiares, assentadas no lucro, na competição e na mercantilização dos fatores de produção e dos bens de consumo. As evoluções técnicas aplicadas aos processos produtivos destruíram modos de produção antigos e, conjugadas a um ideário de liberdade, de progresso e de modernidade, fizeram do capitalismo um curso natural a ser seguido pela civilização até que, nos países por onde o sistema começou, as contradições que o acompanham despertaram reações que impuseram limites e controles ao seu funcionamento.

Nas nações desenvolvidas, as conquistas democráticas e sociais foram resultados de lutas e resistências à implantação pura de uma lógica de livre-mercado, o que significou maior participação dos trabalhadores na renda e melhores condições de vida no que concerne ao acesso à educação, à saúde e à prática da cidadania, ainda que a universalização desses benefícios esteja longe de acontecer. No Brasil, o impulso para a modernização seguiu o receituário capitalista de criar as condições para uma economia industrializada, cujos requisitos incluíram: um governo dentro dos limites da democracia formal, uma força-de-trabalho livre e um clima favorável à competição nos negócios.

Como se tentou demonstrar aqui, a inserção brasileira no capitalismo ocorre sem uma cultura interna alinhada ao ideal liberal, sem emancipação dos cidadãos e num contexto político em que o Estado é

dominado por elites civis ou militares descomprometidas com a transformação das estruturas sociais. A excentricidade brasileira comporta constantemente a dicotomia entre o moderno e o atrasado nos discursos sobre o desenvolvimento da nação, reflexo das contradições e desigualdades persistentes na realidade nacional e, ao mesmo tempo, motivo para reelaboração do contínuo apelo à modernidade para o alcance do patamar do que se considera avançado, frequentemente localizado no velho mundo sempre novo ou ao norte das Américas. Lá, atualmente, uma nova crise sistêmica insiste em perdurar sem perspectivas de superação. Talvez isso sirva como estímulo para os que continuam a lutar por formas alternativas de transformação da sociedade brasileira, para o que a participação popular é imprescindível, porque sem ela as instituições e os ideais tendem a envelhecer.

Referências

ARAÚJO, S.M.;BRIDI, M.A.;MOTIM, B.L. **Sociologia: um olhar crítico**. São Paulo: Editora Contexto,2009.

BARBOSA, Livia. **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2008.

COLBARI, Antônia de Lourdes. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. Coimbra: *VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, Universidade de Coimbra, 16-18 de Setembro, 2004.

COSTA, Lúcia Cortes da. O governo FHC e a reforma do estado brasileiro. São Paulo: *Pesquisa & Debate*,v.11, n.1,47-79,2000.

DINIZ, Eli. Em busca de um novo paradigma: a reforma do Estado no Brasil dos anos 90. São Paulo: *São Paulo em Perspectiva*, v.1,n.10,p.13-26,1996.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

FURTADO, Celso. Brasil: da república oligárquica ao Estado militar. In.: *Brasil: tempos modernos*. FURTADO, Celso (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IANNI, Octavio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1963.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Os bruzundangas**. São Paulo: Ática, 2008.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico. Condicionantes da reforma do Estado no Brasil. In.: Paulo Emílio Matos Martins e Octávio Penna Pieranti. (Org.). *Estado e Gestão Pública: Visões do Brasil Contemporâneo*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, v.1,p.133-158,2006.

_____. Estratégia, reforma do estado e políticas públicas no Brasil. Belo Horizonte: *Perspectivas em Políticas Públicas*, v.2,n.4, p.142-153,2009.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 4ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

NUN, José. O futuro do emprego e a tese da massa marginal. São Paulo: *Novos Estudos Cebrap*, N. 56, pp. 43-62, Março, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RIDENTI, Marcelo. Desenvolvimento: o retorno. *Revista Espaço Acadêmico*, n.92, janeiro, 2009.

RISTORI, Oresti. **Contra a imigração**. São Paulo: La Bataglia, 1906.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Milton. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que um novo-desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: *Jornal dos Economistas*, n. 186, p.3-5, Janeiro, 2005.